



.....

ENSAIOS E ESTUDOS

2ª SÉRIE



Mesa Diretora

Biênio 2003/2004

Senador José Sarney
Presidente

Senador Paulo Paim
1º Vice-Presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos
2º Vice-Presidente

Senador Romeu Tuma
1º Secretário

Senador Alberto Silva
2º Secretário

Senador Heráclito Fortes
3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador João Alberto Souza
Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Marcelo Crivella

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim
João Almino

Carlyle Coutinho Madruga
Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 9

ENSAIOS E ESTUDOS

Crítica e História
2ª SÉRIE

J. Capistrano de Abreu

Nota liminar de
José Honório Rodrigues



Brasília – 2003

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 9

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2003

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – Brasília – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

.....

Abreu, Capistrano de, 1853-1927.

Ensaios e estudos : crítica e história : 2. série / J.

Capistrano de Abreu ; nota liminar de José Honório

Rodrigues. -- Brasília : SenadoFederal, Conselho

Editorial, 2003.

252 p. – (Edições do Senado Federal ; v. 9)

1. Brasil, história. 2. Ensaio literário, Brasil.

3. Literatura, história e crítica, Brasil. I. Título.

II. Série.

CDD 981

.....

.....

Sumário

NOTA LIMINAR

pág. 9

O Duque de Caxias

pág. 13

A geografia do Brasil

pág. 31

Antônio José, o Judeu

pág. 37

28 de janeiro

pág. 51

Sob o Primeiro Império

pág. 69

Paulística

pág. 87

Um livro sobre a Marquesa de Santos

pág. 101

Prefácio à *História do Brasil*
de Frei Vicente do Salvador

pág. 113

Francisco Ramos Paz

pág. 131

Do Rio de Janeiro a Cuiabá (Prefácio)

pág. 141

Prefácio à *História da Missão dos Padres Capuchinhos*
pág. 147

Um visitador do Santo Ofício
pág. 155

Introdução ao *Tratado da Terra do Brasil e à História da Província Santa Cruz*
pág. 191

Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil
pág. 197

Fernão Cardim
pág. 209

A obra de Anchieta no Brasil
pág. 221

Prefácio ao *Diário* de Pero Lopes de Sousa
pág. 227

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 239

.....

Nota liminar

ESTA SEGUNDA SÉRIE dos Ensaaios e Estudos foi publicada em 1932, também por iniciativa da Sociedade Capistrano de Abreu e sob a direção de Eugênio de Castro e Rodolfo Garcia. Foram escritos entre 1903 e 1927 em revistas, jornais, e como prefácios de livros.

Abre o volume um primoroso estudo sobre Caxias, cuja bibliografia era então muito limitada, e andava esquecida pela República. Depois das Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias, sobre o seu sistema militar e político: paralelo entre o nobre conde e os diversos generais, seus predecessores (*Porto Alegre, 1845*), ainda quando Caxias não havia realizado toda sua obra, seguiu-se o esboço biográfico que aparece na Galeria dos Brasileiros Ilustres, de S. A. Sisson (*Rio de Janeiro, 1859, I, 10*), e logo o de José de Alencar, *O Marquês de Caxias (Rio de Janeiro, 1867)*; Caxias. Apontamentos para a História Militar do Duque de Caxias, de Eudoro Berlink, escrito em 1877, só foi publicado totalmente em 1929, embora Capistrano de Abreu iniciasse a publicação de alguns capítulos em 1924, na Revista do Brasil. Veio depois a grande obra do Padre Joaquim Pinto de Campos, *Vida do grande cidadão brasileiro*

Luís Alves de Lima e Silva, barão, conde, marquês, duque de Caxias, desde o seu nascimento em 1803 até 1878 (1ª ed., Lisboa, 1878, 2ª ed., Biblioteca Militar, 1939).

Depois que Caxias faleceu a 7 de maio de 1880, na fazenda Santa Mônica, só apareceram a Homenagem póstuma ao duque de Caxias (Rio de Janeiro, 1880), coleção de publicações reunida pelo futuro general José Bernardino Bormann, que se distinguirá como historiador militar, e o artigo "O Duque de Caxias", um esboço biográfico, publicado no Almanack da Gazeta de Notícias para 1881.

Como se vê, foi esse estudo o primeiro publicado por um historiador após vinte e três anos da morte de Caxias, tempo suficiente, quase uma geração, para que sua figura e seu papel fossem examinados sem as paixões da época. Devendo-se levar em conta que neste momento não estava a República muito interessada no cultivo dos grandes homens do Império.

Cabe, portanto, a Capistrano de Abreu ter iniciado na historiografia o exame do papel de Caxias e seu estudo revela seu poder de síntese e sua capacidade interpretativa.

O segundo estudo é também, embora curto, um exame do que era a geografia do Brasil nos começos do século, quando ela ainda não havia atingido seu desenvolvimento atual. Vê-se como Capistrano aliava a geografia ao seu descortino histórico.

O ensaio sobre Antônio José da Silva, o Judeu, inicia neste século a historiografia sobre os cristãos-novos no Brasil, um assunto que tem desabrochado nestes últimos anos, a partir do estudo de João Lúcio de Azevedo, História dos Cristãos-Novos Portugueses (Lisboa, 1922) em Portugal, e da obra de vários autores, Os Judeus na História do Brasil (Rio de Janeiro, 1936), no Brasil. É verdade que Varnhagen teria escrito sua biografia (Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, IX, 1847, 114), e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro havia publicado o traslado do seu processo e carta sobre ele e outros condenados (LIX, 1896, 114 e VI, 1844, 322).

Suas introduções à Primeira Visitação do Santo Ofício. Confissões e às Denúncias da Bahia, 1591-1592 (São Paulo, 1922 e 1925, sendo a primeira reproduzida pela Sociedade Capistrano de

Abreu, Rio de Janeiro, 1935) são empresas inigualáveis pela pesquisa nova e original que abria um campo novo de estudo, quase sempre envolvido por escondida discriminação – que ele rompia – como porque era um retrato que até então não se fizera da sociedade colonial, da psicologia dos povos, no primeiro século do Brasil. Novamente pioneiro, como sempre.

Precursor, sem gabar-se de o ser, foi ainda quando deu aos estudos jesuítcos a importância que eles mereciam. Não se pode escrever a história do Brasil colonial sem conhecer a história dos jesuítas no Brasil, teria dito. Os estudos sobre Fernão Cardim, e sobre a obra de Anchieta são admiráveis sínteses históricas e abrem nova área para a historiografia brasileira, que se fortifica com a erudita obra do Padre Serafim Leite.

Frei Vicente do Salvador foi o primeiro a escrever uma História do Brasil (1627) e esta obra classifica-se, como os Diálogos, entre as dez melhores obras do período colonial. Sua edição primorosa era também uma lição de crítica de textos, outro exemplo que ele deu aos historiadores brasileiros.

O Diário de Pero Lopes de Sousa não é um livro de história que se iguale aos Diálogos, às obras jesuítcas, à História do Brasil de Frei Vicente, mas sem ele seria impossível reconstituir o que se fizera no conhecimento da navegação, da costa, dos ventos, das primeiras gentes que começavam a habitar a terra. Como sempre, foi Varnhagen quem o descobriu e o divulgou; mas coube a Capistrano descobrir e incentivar o então capitão-de-coveta Eugênio de Castro a preparar a monumental obra crítica, cujo estudo aqui publicado serve de prefácio ao Diário.

Claude Abbeville é, ao lado de Yves d’Evreux, uma das fontes da historiografia do Maranhão relativamente aos franceses em São Luís. A raridade da obra e a péssima tradução de César Augusto Marques levaram Capistrano a convencer Paulo Prado da necessidade de uma reprodução fac-similar, limitada, infelizmente, a cem exemplares, o que não resolveu a inacessibilidade da obra, além de ter sido uma iniciativa puramente elitista.

O “28 de janeiro” precede a obra de Oliveira Lima, publicada em 1910, que desenvolverá o tema com maior largueza e reabre a questão

da liberdade dos portos e a comercial, saudando-o como um dos maiores atos públicos da nossa história. Não o podemos acusar de não ver o que se vê hoje, quando a própria historiografia inglesa estuda o predomínio e o Imperialismo britânicos.

“Sob o Primeiro Império” é uma síntese escrita em 1908 da obra de Eduardo Theodor Boesche, oficial alemão que esteve no Brasil servindo de 1825 a 1834. A obra só veio a ser traduzida pelo Dr. Vicente de Sousa e publicada em 1919 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A crítica ao livro de Alberto Rangel sobre a Marquesa de Santos louva, como merece, um trabalho que trouxe uma grande contribuição à história brasileira através da biografia.

O pequeno estudo sobre Francisco Ramos Paz mostra a capacidade de admiração de Capistrano por um homem que, vindo modestamente de Portugal, conseguiu reunir uma excelente brasiliana – numa época em que pouquíssimos se dedicavam a isso – e colaborou com seus livros raros na exposição de história do Brasil de 1881, aparecendo no Catálogo como expositor. Depois de sua morte, sua biblioteca foi adquirida por Arnaldo Guinle, e doada à Biblioteca Nacional, a cujo acervo foi incorporada.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

.....

O Duque de Caxias *

H

Á UM século, em Magé, na baixada do Rio de Janeiro, nasceu Luís Alves de Lima, a 25 de agosto, dia de S. Luís, rei de França, de quem tomou o nome. Descendia de notável família em que cruzavam o elemento francês, o elemento português e o elemento nacional; pelo lado paterno como pelo lado materno dela saíram onze generais, no decurso de três gerações.

A 22 de novembro de 1808 sentou praça de cadete no regimento de seu avô José Joaquim de Lima e Silva; aos quinze anos foi promovido a alferes; terminados vantajosamente os estudos na Real Academia Militar, passou a tenente, ainda em tempo de D. João VI.

A retirada do velho rei para a Europa foi o despertar de um sonho agradável que durara treze anos. Metrópole e reino, o Brasil voltava a colônia. E as Cortes portuguesas, com uma coerência democrática, honrada mas imprudente, começaram a obra de regeneração pelo trono e pelas cumiadas. No Brasil foram logo feridos em seus interesses os altos dignitários que circundavam o jovem príncipe-regente, e em contato contínuo com este podiam incitar e incitaram seu temperamento impetuoso

* Publicado na *Gazeta de Notícias* de 4 de agosto de 1903 e reproduzido na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. (Tomo LXIX, parte II.)

e impulsivo. Após breve hesitação, o representante de el-rei trabalhou contra o próprio pai; quem devia garantir obediência e fidelidade à metrópole, encabeçou o levante contra ela; a autoridade foi derrocada pelos órgãos da autoridade. Não seria a última vez na história da dinastia.

Desde que tinha a dirigi-la o príncipe-regente, afastados os elementos que podiam afrontá-la, a idéia de independência lavrou subitânea no Brasil inteiro. Na Bahia, as tropas da metrópole resistiram com vantagem por algum tempo aos filhos da terra, reduzidas a seus únicos recursos. Socorros mandados do Rio realentaram os espíritos dos patriotas; a esquadra começou o bloqueio do porto da capital; a 2 de julho de 23, desanimados e derrotados, partiram para além-mar os últimos defensores do poderio lusitano. A resistência na Bahia teve ainda o resultado do benefício de levar a esquadra às alongadas regiões do NE, evitando assim que, em nossa história, houvesse separação, como sucedeu geralmente na América espanhola, ou que ficasse ainda na grande colônia livre alguma pequena dependência da metrópole, como sucedeu à solitária Cuba até nossos dias.

Na Bahia, Luís Alves avistou-se com guerra pela primeira vez. Seus assentamentos mencionaram feitos de 28 de março, 3 de maio e 3 de junho de 23. Ali conquistou um dos títulos que mais prezava, o de veterano da independência. A 22 de janeiro do ano seguinte teve a patente de capitão.

Ao movimento de independência contra Portugal aderiram também as terras da banda oriental do Prata; incorporada ao Brasil pela força das armas, pelo cansaço dos motins e guerrilhas, pelas combinações diplomáticas e pelas afinidades geográficas. Em começo de 25 parecia resolvido de vez o litígio secular, levantado pela fundação da colônia do Sacramento, e sempre pendente e irritante, apesar de tantas campanhas e tantos tratados; quem só atendesse às manifestações oficiais juraria a indissolubilidade da união entre brasileiros e orientais.

Como iludiam tais aparências verificou-se desde abril do mesmo ano. Trinta e três patriotas, entre estes João Antônio de Lavaleja, desembarcaram no porto das Vacas, junto à Colônia, internaram-se, angariaram adeptos, e já em setembro e outubro ganhavam as batalhas do Rincón de las Galinas e Sarandí sobre as tropas imperiais. Ao apoio quase unânime da população agregaram-se auxílios e socorros vindos

do outro lado do rio, primeiro clandestina, mais tarde publicamente, depois do Império declarar guerra às províncias platinas. O bloqueio de Buenos Aires, fruto desta declaração, teve em resposta a criação de uma esquadra de pequenos vasos, que zombou da nossa alterosa Armada, e dezenas de corsários que feriam a golpes redobrados e terríveis nosso comércio marítimo, desrespeitando nossos mares.

O teatro da guerra passou do Uruguai para o Rio Grande do Sul, e as operações bélicas poderiam prostrar-se indefinidamente, se a intervenção inglesa, em 1828, não trouxesse com a paz a criação da República Oriental, independente ao mesmo tempo do Brasil e da Confederação Argentina.

Luís Alves tomou parte nesta campanha do Sul, ao qual devia depois tornar mais de uma vez, sempre com mais glorioso renome e prestando novos serviços à pátria. De lá voltou major.

Como major, chegado a esta capital, comandou o batalhão do Imperador, e assistiu bem de perto aos sucessos da abdicação de D. Pedro I. Embora seu pai fosse um dos chefes mais infensos ao fundador do Império, ele conservou-se ao lado do soberano até o último momento. Compreendeu quanto havia de artificial na agitação, e sugeriu meios de jugulá-la; mas D. Pedro sentia-se contrafeito entre seus súditos, que lhe não perdoavam o pecado original de estrangeiro, nem acreditavam mais na sinceridade do seu constitucionalismo; via-se alheio, segregado do povo, tão outro das multidões entusiásticas do 22. Ao mesmo tempo ocorriam em Europa sucessos que lhe prometiam nova e mais brilhante carreira no Velho Mundo. Preferiu partir quando lhe seria fácil ficar, e talvez fosse melhor, tanto para ele como para o país.

Com a partida de D. Pedro, desencadearam-se as forças revolucionárias desde o Amazonas ao Prata. Um dos lugares mais flagelados, senão pela amplitude, certamente pela freqüência das convulsões, foi esta muito heróica e leal cidade. E ninguém mais fez para arrancá-la ao caos elementar do que Luís Alves de Lima, comandante da polícia militar durante longos anos.

Esta comissão espinhosa, desempenhada brilhantemente, deixou vestígios bem profundos em seu espírito. Aí aprendeu como é difícil governar, como qualquer pronunciamento, que se parece resolver uma dificuldade momentânea, na realidade acrescenta aos antigos novos

problemas mais árduos. Sobretudo aprendeu a identificar-se com seus subordinados, a não querer para si glórias e triunfos de que a parte maior não lhes coubesse.

Teve de abandonar algum tempo este posto para, já tenente-coronel, acompanhar em 39 o ministro da guerra ao Rio Grande do Sul.

Rebentara um movimento revolucionário em Porto Alegre a 20 de setembro de 35. O presidente, homem de incontestável coragem, não achou quem o ajudasse a resistir nem ali, nem na cidade do Rio Grande, onde, reconhecendo isto, embarcou sem demora para a Corte.

Os revoltosos tomaram conta da capital; a força pública passou para seu lado; os recursos do Governo caíram em suas mãos; a maior parte da província tácita ou explicitamente aderiu. Um novo presidente, mandado logo, chamou a si parte dos levantados, reocupou a cidade de Porto Alegre que nunca mais saiu da legalidade, e o combate de Fanfa (4 de outubro de 36) pareceu terminar a revolta, pois nele foram vencidos e presos alguns dos cabecilhas mais influentes.

Desde o princípio os legalistas da província disseram que os sediciosos tinham em vista separar-se da comunhão brasileira e proclamar a república. Negou-o Bento Gonçalves uma e muitas vezes por documentos solenes em que aclamou a Constituição e o jovem imperador. E parece que era realmente sincero, pois só depois dele preso em Fanfa, seus amigos e companheiros proclamaram a república em Paratini a 6 de novembro.

É duvidoso se isto lhes deu novos elementos de vitalidade e resistência. Mas Bento Manuel, o vencedor de Fanfa, não achando a seu gosto o novo presidente mandado para substituir seu parente José de Araújo Ribeiro, mais tarde visconde do Rio Grande, prendeu o presidente; Caçapava, evacuada pelas forças legais, foi tomada com os abundantes materiais bélicos que possuía, caiu em poder da República a cidade do Rio Pardo, chave da campanha, e a nova forma de governo, ou governicho, como então se dizia, consolidou-se por muito tempo.

Bento Gonçalves, na ausência eleito presidente da república, fugiu das prisões da Bahia e novamente pôs-se à frente de seus partidários. Em manifesto de 25 de setembro de 35 declarou por único objeto

“sustentar o trono do jovem monarca e a integridade do Império”. Agora, a 29 de agosto de 38, exprime-se de outro modo: “Desligado o povo rio-grandense da comunhão brasileira, reassume todos os direitos de primitiva liberdade, usa desses direitos imprescindíveis, constituindo-se república independente, toma na extensa escala dos estados soberanos o lugar que lhe compete pela suficiência de seus recursos, civilização e naturais riquezas, que lhe asseguram o exercício pleno e inteiro de sua independência, eminente soberania e domínio, sem sujeição ou sacrifício da mais pequena parte dessa mesma independência ou soberania a outra nação, governo, ou potência estranha qualquer. Igual aos estados soberanos seus irmãos, o povo rio-grandense não reconhece outro juiz sobre a Terra, além do autor da natureza, nem outras leis, além daquelas que constituem o código das nações.”

O ministro da Guerra, a quem Luís Alves acompanhou, parece não ter achado particularmente grave a situação, pois, chegando na província em fins de março, já em fins de maio se retirava para esta capital. É de supor que esta visão rápida não fosse perdida para o jovem sisudo tenente-coronel e desde já pensasse nos meios de desatar ou cortar o nó, se algum dia lhe coubesse tal incumbência. Hipótese aliás pouco provável então, pois ninguém pensava que o governinho durasse ainda muito tempo.

Neste mesmo ano elevado a coronel, Luís Alves foi encarregado de pacificar a província do Maranhão, no caráter de presidente e comandante das armas.

A 13 de dezembro de 38, na vila da Manga de Igará, o vaqueiro Raimundo Gomes, vulgo *Cara-Preta*, “figura insignificante, quase negro, a que chamamos fula, baixo, grosso, pernas arqueadas, testa larga e achatada, olhar tímido, humilde”, que tinha a habilidade de fazer pólvora, arrombou a cadeia da vila e soltou os presos. A 2 de janeiro de 39, no Brejo, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, vulgo *Balaio*, coloca-se à frente de rebelados e começa a semear destruições e mortes. Um preto Cosme, que se assina “*D. Cosme, tutor e imperador das liberdades bem-te-vis*”, chega a aliciar três mil escravos. Tais os cabeças mais salientes desta conclusão conhecida por *Balaiada*, de nome de um dos seus chefes.

D. Cosme, intitulando-se “*tutor e imperador das liberdades bem-te-vis*”, como negro pernóstico fugido das cadeias da capital, insinuava-se representante do partido que tinha por órgãos na imprensa o periódico *Bem-te-vi*. Mas a desordem só teve alguma coisa de política no Piauí,

onde encarnou sérios esforços para sacudir o jugo de ferro do barão da Parnaíba. No Maranhão foi obra social ou, se a palavra parecer muito ambiciosa, etnográfica. Era um protesto contra o recrutamento bárbaro, começado desde a guerra da Cisplatina em 25, contra as prisões arbitrárias, contra os ricos prepotentes, contra todas as violências que caíam sobre os pobres desamparados negros, índios, brancos miseráveis. Duas filhas de *Balaio* tinham sido defloradas por um oficial da força pública, e daí sua avidez de vingança, a sanha de desagravo. O *Cara-Preta* levantou-se para libertar um irmão preso.

Gente desta não se inspira em política, porque sua ação é contra a política. Podem os balaioes pedir que se acabe com as prefeituras, que se respeite a Constituição, que se expulsem portugueses, tudo isto não passa de oitivas mal decoradas. Sua verdadeira inspiração é matar, destruir, queimar e deixar-se matar como tinha sido na Cabanagem do Pará e entre os cabanos de Pernambuco, como ia sucedendo com os quebra-quilos da Paraíba e ainda não há muito se verificou nos santos de Canudos.

Entretanto, essa massa caótica por duas vezes tomou Caxias, cidade opulenta e populosa situada a meio caminho dos que viajam do Maranhão a Bahia, e eram muitos naquela época, pois a navegação de vela não oferecia segurança na costa de NE, graças ao regime dominante de ventos; esta massa caótica invadiu duas províncias, intimidou a tal ponto a cidade de S. Luís que o presidente mandou encravar as peças de artilharia para não caírem em seu poder.

“Meu illustre antecessor, escreveu mais tarde Luís Alves de Lima, entregando-me a presidência desta província assegurou-me que seis mil rebeldes naquela época a devastavam, número sempre crescente, e nunca maior antes daquela data, porque se alguns se entregavam ou eram capturados, outros em maior cópia se levantavam e os substituíam; e isto mesmo se deduz de sua correspondência oficial, que na secretaria deste governo se acha. Mostrou-me depois a minha própria experiência que bem longe estava de ver exagerado este cômputo, como a princípio julguei, a ponto de acreditar que só existiam três a quatro mil. Se calcularmos em mil seus mortos pela guerra, fome e peste, sendo o número dos capturados e aprisionados, durante o meu governo, passante de quatro mil e para mais de três mil os que reduzidos à fome e cercados foram obrigados a depor as armas depois da publicação de decreto de anistia, temos pelo menos oito mil rebeldes; se a estes adicionarmos três mil negros aquilom-

bados sob a direção do infame Cosme, os quais só de rapina viviam, assolando e despovoando as fazendas, temos onze mil bandidos, que com as nossas tropas lutaram e dos quais ouvemos completa vitória. Este cálculo é para menos e não para mais: toda esta província o sabe.”

Partindo do Rio a 22 de dezembro de 39, só a 5 de fevereiro do ano seguinte pôde Luís Alves chegar a seu destino, por causa de contratempos de diversa ordem, que o detiveram. A 7 tomou posse e começou logo a reparar os numerosos abusos que encontrou, dispôs as forças em três colunas principais, de que deviam separar-se colunas volantes para atacar os diversos pontos onde os balaio aparecessem. A 7 de março saiu pela primeira vez da capital, indo por Icatu até Vargem Grande. Mais outras viagens fez sempre que lhe pareceu necessário, ora a um, ora a outro ponto, como em Itapicuru-mirim onde reprimiu, severamente, parte da força pública levantada, por atraso em pagamento de soldadas.

A mais longa de suas excursões foi a Caxias, a antiga princesa do Itapicuru, duas vezes violada, que o recebeu como um salvador.

Graças à mobilidade das forças avulsas, à habilidade com que harmonizou seus movimentos, à providência com que impediu a passagem dos balaio para o Pará e Goiás, foi por toda a parte vitorioso e em pouco tempo foram aparecendo os lineamentos da nova ordem. A deserção, o desânimo se estabeleceu entre os combatentes do desespero; a anistia facilitou o desfecho. A 29 de janeiro de 41, Luís Alves proclamou a província pacificada.

No meio destas labutações não se esqueceu que além de chefe militar era também chefe civil. Reuniu a Assembléia e com ela colaborou, começou edifícios, mandou explorar rios.

A 13 de maio entregou o poder ao seu sucessor, com um relatório em que se lê:

“Posto seja a guerra uma calamidade pública, e ainda mais a guerra civil, também é às vezes um meio de civilização para o futuro, e a par de seus males presentes alguns germens de benefício deixa. Pela rapidez dos movimentos e contínuas marchas comunicam-se os homens, estreitam-se as relações e os ânimos se vigoram. Algumas pontes se levantaram no teatro das operações militares; citarei por exemplo a de Paulica, de mais de cem pés de comprimento, feita toda pelos soldados da 2ª coluna, sem nada depender a fazenda pública. As vilas se entrincheiraram e a faxina

limpou as matas de vegetação ociosa que as invadia e sobre ela acumulava os vapores contrários à saúde; ativaram-se os correios, aumentou-se a necessidade de correspondência, e esta repartição rende hoje mais que em outros tempos.”

Diz ainda melancolicamente: “*Não me ufano de haver mudado os corações e sufocado antigos ódios de partido, ou antes de famílias, que por algum tempo se acalmam e como a peste se desenvolvem por motivos que não prevemos ou que não nos é dado dissipar.*”

Entretanto, ocorreu nesta capital um sucesso das mais graves conseqüências. O regente, eleito por um quadriênio, devia governar até 42; o herdeiro da Coroa, pela Constituição, só podia subir ao trono aos dezoito anos, isto é, em 43. Isto pareceu muito tempo ao partido inimigo do regente e começou a agitar a idéia de reconhecer-se a maioria do Imperador antes do prazo legal. Neste sentido foi apresentado um projeto ao Parlamento, que o rejeitou; mas os maioristas souberam captar o assentimento do jovem monarca, e adiadas as Câmaras, quando o lance parecia irremediavelmente perdido, do chofre, como por mágica, tudo saiu à medida dos desejos dos conspiradores. A 23 de julho de 40 D. Pedro II começou a reinar.

O Ministério organizado, como é natural, de maioristas, entre os quais avultavam os dois irmãos Andradas, figuras lendárias da independência e do Primeiro Império, tinha a esperança e julgava-se capaz de serenar os ânimos, sempre agitados no Rio Grande do Sul.

Enganara-se o ministro da Guerra em 39, se pensou com sua aparição fugaz ter modificado vantajosamente a situação.

Em julho, com a tomada de Laguna, a república rio-grandense conquistava afinal um porto de mar, que até então não conseguira, graças à esquadra legal; proclamada a república catarinense, encontrava outro sócio de aventuras: uma marinha aparelhada às pressas por José Garibaldi, desfraldou seu pavilhão no oceano. No interior, Porto Alegre continuava cercada. Em diversos recontros, como em Forquilha e Taquari, os legalistas levaram a melhor; nem por isso a posição do governicho se tornara precária, e o fato de tanto tempo haver resistido ao Império, dava-lhe força, e uma confiança extraordinária no futuro. Só em Santa Catarina a legalidade se restabeleceu facilmente de uma só vez; a república extinguiu-se mais depressa ainda do que nascera.

O Ministério maiorista mandou ao Rio Grande do Sul um emissário, o benemérito paulista Francisco Álvares Machado, incumbido de encarecer a maioridade, os novos homens que se achavam à frente da governança e pregar a boa nova da conciliação e da paz. Pondo-se em correspondência e depois em contato direto com os inimigos do Império, Álvares Machado convenceu-se de que passara a era da intransigência, e voltou com um ramo de oliveira. Para levar a termo sua missão pacificadora, foi nomeado presidente da província, ao mesmo tempo que o general João Paulo dos Santos Barreto seguia para comandar em chefe o exército legal.

Tomaram ambos posse em novembro de 40. Logo as felicidades começaram a sumir-se, os equívocos se desfizeram, as promessas ficaram burladas.

Bento Gonçalves desejou sinceramente voltar à comunhão, mas, como tantas vezes se observa, o chefe só era obedecido porque obedecia às vontades dos que se diziam seus subordinados. Por detrás do velho militar agitava-se um elemento novo e insofrido, que queria a república ainda antes de Fanfa, e este elemento triunfou. Já a 7 de dezembro Álvares Machado declarava rotas as negociações e preparava-se para lutar. João Paulo pisou o território ocupado pelos rebeldes, mostrando que podia fazê-lo sem ser aniquilado imediatamente como eles blasonavam.

A esta primeira decepção do Ministério maiorista juntou-se logo outra ainda mais mortificante, a de ser despedido depois de apenas oito meses de exercício e ver chamado ao poder o partido contra o qual montara o golpe de estado. Foi este o verdadeiro motivo das sedições que no ano seguinte rebentaram em S. Paulo e Minas Gerais e foram encomendadas para Pernambuco e Ceará.

De esmagá-la em S. Paulo foi incumbido o barão de Caxias que, desembarcando em Santos, transpôs a serra de Cubatão, dirigiu-se a Sorocaba e aí de um só golpe restabeleceu a ordem. Mais devagar andou em Minas Gerais, onde o incêndio tivera tempo para se propagar; mas aí a batalha de Santa Luzia mostrou breve que passara o tempo das revoluções fáceis e que, se a Regência fora a tempestade, o Império podia e queria ser a bonança.

Estas duas campanhas tão rapidamente ganhas legitimaram a promoção do barão de Caxias e marechal-de-campo, e indicaram seu nome como o do homem capaz de chamar novamente os rio-grandenses ao seio da pátria grande pela qual tantas vezes derramaram seu sangue desde a época colonial.

A situação era em suma a mesma que deixara Álvares Machado. As tropas mandadas pelo interior sob o comando do encaiporado Labatut, general de Napoleão, não deram o que se esperava. Os combates tanto tinham de numerosos como de pouco decisivos. Se a gente da legalidade não desanimava, os defensores do governicho não se sentiam exaustos; aqueles não podiam ser desapossados do litoral, estes continuavam a dominar na campanha.

Caxias tomou posse da presidência e do comando do Exército a 9 de novembro de 42. A 11 de janeiro do ano seguinte, atravessa o rio S. Gonçalo sob os olhos de Neto, que não o pôde impedir. Bento Manuel, o vencedor de Fanfa, volta ao serviço e em Ponche Verde mostra que a vitória continuava sua fiel companheira. A discórdia se introduz entre os fundadores da república. A fronteira ocupada tira ao inimigo os recursos de que se alimentava; encerrado dentro do próprio território é por fim obrigado a bater-se. O combate de Porongo, em novembro de 44, produz o desejado efeito sedativo. Começam a sério as negociações. A 1 de março de 45 Caxias proclamava pacificada a província do Rio Grande do Sul.

Abrindo a assembléia provincial, assim apreciava o que tinha feito:

“Em 9 de novembro de 1842 tomei posse da presidência desta província e do comando em chefe do exército em operações, para que tinha sido nomeado por carta imperial de 28 de setembro daquele ano. A revolução que nesta província fizera sua explosão em 20 de setembro de 1825, por motivos que a história um dia relatará, adquirira na sua já tão longa duração novos incrementos, redobrava suas expectativas e refazia suas forças, sem que nada anunciasse o fim de sua torrente, apesar do muito que para isso se fazia.

Assim achei a província como bem o sabeis.

No campo era o pleito, e o exército imperial me chamava à sua frente para abrirmos a campanha.

Depois de dar todas as providências para que minha ausência da capital da província não transtornasse a marcha dos públicos negócios, saí no dia 25 de janeiro de 1843 para o exército, e desde logo encetei as operações, não como o único meio de chamar os dissidentes à ordem, mas como um meio auxiliar da política de conciliação que empregava e que sempre empreguei em iguais casos para poupar sangue de irmãos; porquanto repetidos exemplos nos têm mostrado que nascendo a divergência e a desordem das idéias e das paixões do tempo, o tempo as gasta, e a palavra e a persuasão que as propagam também por sua vez as destroem, e por fim reúnem-se os homens em uma mesma crença, abjurando seus passados preconceitos, filhos do tempo e da falta de experiência, e muito mais ainda quando os ligam os santos laços da confraternidade.

Com este pensamento fiz a guerra, que durou ainda dous anos da minha presidência; e com este pensamento desenvolvido e posto em ação sem jamais ser desmentido, está em paz esta parte do Império; e em tão boa e consolidada paz, que após nove anos e meio de uma guerra que apenas terminou em 28 de fevereiro de 1845, francamente se pôde atravessar toda esta vasta campanha, sem se encontrar um só homem armado que ainda dispute sobre exageradas idéias, que já o tempo consumiu.

Todas as autoridades civis estão restabelecidas no exercício de suas funções constitucionais; a paz reanima todos os ramos da pública felicidade; e o espírito novo, nascido do seio da desordem, enriquecido com a dolorosa experiência do passado, apreço as vantagens da monarquia constitucional representativa.

Esta tão extraordinária metamorfose é devida em parte ao caráter franco e leal da maioria do povo rio-grandense, caráter que sempre conservaram os legalistas e os dissidentes. No campo os conheci; gente brava, digna de fazer parte da união brasileira! Além de que são todos os brasileiros humanos, sinceros, entusiastas e aferrados ao seu país, fáceis em perdoar, em esquecer e em conformar-se com as ocorrências do tempo.”

Os serviços feitos na pacificação do Rio Grande tiveram como galardão ser elevado a conde de Caxias e promovido a marechal-de-campo efetivo. A província elegeu-o na lista tríplice para senador, e desde 46 até a morte representou-a no Senado.

Em junho de 51 o conde de Caxias foi nomeado novamente presidente e comandante do exército do Rio Grande do Sul. Não se tratava agora de luta civil, mas de garantir a independência do Uruguai, ameaçada por Manuel Oribe, instrumento de Rosas, o ditador e tirano

argentino. Tomando posse de seus cargos em Porto Alegre a 30 do mesmo mês, começou os preparativos para invadir a fronteira. Pôde transpô-la a 4 de setembro. No quartel-general de Cunhaperu assim definiu a seus soldados a missão que iam cumprir:

“Não tendes no Estado Oriental outros inimigos senão os soldados do general D. Manuel Oribe, e esses mesmos enquanto iludidos empunharem armas contra os interesses de sua pátria, desarmados ou vencidos, são americanos, são nossos irmãos e como tais os deveis tratar. A verdadeira bravura do soldado é nobre, generosa e respeitadora dos princípios da humanidade. A propriedade de quem quer que seja, nacional, estrangeiro, amigo ou inimigo, é inviolável e sagrada; e deve ser tão religiosamente respeitada pelo soldado do exército imperial como a sua própria honra. O que por desgraça a violar, será considerado indigno de pertencer às fileiras do Exército, assassino da honra e reputação nacional e como tal severa e inexoravelmente punido.”

Continuou a marcha para Montevidéu; não foi, porém, preciso que entrasse com ação, porque as forças de Oribe foram se rendendo a Justo Urquiza, governador de Entre-Rios, criatura de Rosas, agora revoltada contra o criador.

A esta rápida campanha na banda oriental do Prata, seguiu-se a guerra contra Rosas, que, desde anos, cobria de sangue e ruínas as terras argentinas de que se constituíra tirano, defendendo-as contra os *“imundos e asquerosos unitários”*. Justo Urquiza, declarado *“louco, traidor e selvagem unitário”*, em lei promulgada pela “Honrada Sala de Representantes”, conhecia bem a fragilidade do colosso, nas aparências inabalável, e mais prestigioso e forte ainda depois de ter burlado a intervenção armada de França e de Inglaterra.

Bastaram a passagem de Toneleros, realizada por nossa esquadra, e a batalha de Montes Caseros (3 de fevereiro de 52), onde combateu uma divisão brasileira mandada por Marques de Sousa, futuro conde de Porto Alegre, para apeá-lo; Rosas fugiu para bordo do vapor inglês *Centaur*, acolheu-se à hospitaleira Inglaterra e aí, anos mais tarde, terminou placidamente sua negregada existência. Hoje procuram reabilitá-lo.

Tão rápidas andaram as duas campanhas libertadoras que já a 4 de junho de 52 o conde de Caxias entregava em Jaguarão o comando

interino do exército ao barão de Porto Alegre. Neste mesmo ano foi elevado a marquês de Caxias e a tenente-general.

A nova situação resultante da derrota de Oribe e Rosas liquidou-se sem dificuldades particulares na Confederação Argentina; o mesmo se não deu no Uruguai, terreno apropriado à caudilhagem e guerrilhas por sua situação entre dois países, donde lhe vêm incitamentos incessantes para novas perturbações, para onde se recolhem os guerrilheiros quando se vêm mal amparados em sua desditosa pátria.

O combate de Quinteros (28 de janeiro de 58) assegurou por algum tempo o predomínio dos blancos, pois todos os chefes colorados feitos prisioneiros foram sumariamente degolados; mas o general Flores, que emigrara para a Argentina e lá parecia esquecido de suas antigas ambições, renovou a façanha dos Trinta e Três, desembarcando com poucos partidários no Rincón de las Galinas a 14 de abril de 63.

A revolução rebentou violenta. O governo oriental denunciou ao do Brasil a parte ostensiva tomada por brasileiros na empresa de Flores. Novas queixas, recriminações de parte a parte, o avivamento de antigas feridas levaram a uma situação tensa que terminou pelo *ultimatum* Saraiva, a aliança do Brasil com Flores, o bombardeamento de Paisandu, a queima acintosa em Montevideu de todos os tratados e convenções assinados entre o Brasil e a Banda Oriental, a vitória de Flores e a entrega de Montevideu.

Foi o prólogo do drama sanguinolento que ia começar. Francisco Solano López, ditador do Paraguai, interveio a favor da República Oriental, e vendo desprezada sua intervenção, apossou-se do vapor *Marquês de Olinda* que ia para Cuiabá, invadiu o sul de Mato Grosso, penetrou pelo território argentino de Entre-Rios e Corrientes e, atravessando o Uruguai, apossou-se de parte do Rio Grande do Sul.

Foi declarada guerra, em que o Brasil, a Argentina e o Uruguai entraram aliados. A batalha naval do Riachuelo, o combate de Iataí e a tomada de Uruguaiana renunciaram campanha rápida, cheia de encontros decisivos. Puro engano: o tratado da Tríplice Aliança é de 1º de maio de 65; a morte de López e o fim da guerra só ocorreram em março de 70.

Desde o começo foi lembrado o nome do marquês de Caxias para o comando-em-chefe das forças brasileiras. Considerações políticas da parte dos governantes, melindres pessoais da parte do velho general arredaram esta solução. Foi preciso o desastre de Curupaiti para impô-la.

O marquês se apresentou em Tuiuti em novembro de 1866, e desde logo foi fazendo o que lhe permitiam sua situação de subordinado ao comando-em-chefe do general Mitre (fruto do tratado da Tríplice Aliança), o cólera que devastava o exército, a natureza traiçoeira do terreno inóspito, o mais fiel e seguro aliado do ditador sanhudo. Quando o general Mitre, chamado à pátria pela morte do vice-presidente, o deixou comandante-geral do exército aliado, pôde continuar a obra com maior vigor. De seu comando dos Permanentes na mocidade ficara-lhe a convicção de que mais vale organizar vitórias do que ganhá-las, e é preferível ser Carnot a ser Bonaparte. Mas sabia também ganhá-las: Itororó, Lomas Valentinas bastariam para prová-lo, se restasse alguma dúvida possível.

A 24 de dezembro de 68 os comandantes do exército aliado escreviam a López: *“O sangue derramado na ponte de Itororó e no arroio Avaí devia ter persuadido V. Ex^a poupar as vidas dos seus soldados no dia 21 do corrente, não as forçando a uma resistência inútil. Sobre a cabeça de V. Ex^a deve cair todo esse sangue, assim como o que tiver de correr ainda, se V. Ex^a julgar que o seu capricho deve ser superior à salvação do que resta do povo da República do Paraguai. Se a obstinação cega e inexplicável for considerada por V. Ex^a preferível a milhares de vidas que ainda se podem poupar, os abaixo-assinados responsabilizam a pessoa de V. Ex^a perante a República do Paraguai e o mundo civilizado pelo sangue que vai correr a jorro e pelas desgraças que vão aumentar as que lá pesam sobre este país.”*

E o ditador respondia-lhes: *“V. Ex^{as} julgam dever recordar-me que o sangue derramado em Itororó e Avaí deveria ter-me determinado a evitar o que ocorreu no dia 21 do corrente. V. Ex^{as} esqueceram sem dúvida que estes mesmos atos podiam de antemão provar quão certo é o que acabo de ponderar sobre a abnegação de meus compatriotas, e que cada gota de sangue que cai em terra é uma nova obrigação contraída pelos que vivem... V. Ex^{as} não têm o direito de acusar-me perante a República do Paraguai, porque a defendi, a defendo e continuarei a defen-*

dê-la. Ela me impõe este dever e eu me orgulho de levá-lo até à última extremidade, e demais, legando à história meus atos, só a meu Deus devo contas."

Depois desta tentativa frustrada, rendida Angostura, ocupada a capital do Paraguai, o marquês de Caxias deu sua missão por terminada. Continuar a guerra era colaborar com López para o aniquilamento da nação. Prendê-lo, era tarefa somenos, de capitão-de-mato, para quem tinha atrás de si o seu passado altivo. A rato velho gato novo, diz a sabedoria popular e que não seria seria difícil achar um, e de fato se achou.

A 14 de janeiro de 69 Caxias mandou seguir uma expedição para Mato Grosso; a 19 tomou o vapor; a 24 chegou a Montevideú. No dia 9 de fevereiro escreveu a ordem do dia de despedida, a 15 chegou a esta capital. Foi nomeado duque de Caxias pelos relevantes serviços prestados na guerra do Paraguai. Já era marechal do exército efetivo.

Eleito e escolhido senador pelo Rio Grande do Sul, Caxias alistou-se no partido de Vasconcelos, Paraná e Eusébio. Convidado para entrar em mais de um gabinete, recusou sempre, até Paraná conseguir fazê-lo ministro da Guerra a 6 de junho de 55.

Foi um decênio memorável o de 50. O Imperador contava vinte e cinco anos e a nação sentia-se igualmente moça. Terminara o período revolucionário, guerras estrangeiras felizes varreram a atmosfera, a extinção do tráfico tolhia novos insultos da soberania nacional, encurtava a distância do Velho Mundo com a navegação a vapor do Atlântico. Mauá canalizava milhões esterlinos, silvavam as primeiras locomotivas; as letras rasgavam os clássicos andrajos coloniais; falava-se em ópera nacional, em teatro nacional, João Caetano figurava de novo Moisés; três poemas épicos andavam em elaboração, havia quem escrevesse tragédias; na comissão científica do Norte não se admitiu um só estrangeiro, porque brasileiros bastavam e haviam de fazer melhor obra que os pobres Martius e Saint-Hilaire; o Instituto Histórico fitava sem acanhamento o Instituto de França; afinal delia-se a mácula original da nossa gente, a "apagada e vil tristeza", de que já se queixava o épico lusitano, e Paraná, o político realista e prático, se empenhava em conciliar os partidos políticos.

Paraná pensava em conciliação de partidos e parecia desejá-la realmente. Caxias ajudou-o por sua parte, fazendo na pasta da Guerra todo o bem que pôde a seus camaradas, reformando as partes carunchosas do Exército, procurando torná-lo realmente eficaz. Depois da morte do poderoso marquês, assumiu a presidência do Conselho e presidiu às novas eleições, em que pela primeira vez foi executada a Lei dos Círculos, essa lei de que esperava maravilhas a ingenuidade nunca escarmentada de nossos estadistas de boa-fé.

Pela segunda vez organizou gabinete com Paranhos em março de 61 e esteve à frente dos Negócios até abrirem-se as Câmaras, em maio do ano seguinte. Na realidade era tão pouco político que, ao começar a guerra, interrogado por um ministro liberal se queria partir para o Rio Grande do Sul, declarou estar pronto a seguir sem demora, se fosse nomeado ao mesmo tempo presidente da província, porque só com este título teria competência para mover a Guarda Nacional, sem a qual nada poderia.

Encarregado do comando do Exército, esqueceu-se inteiramente da política, mas seu exemplo não foi seguido, nem por amigos, nem por inimigos. Principalmente a partir de 68, quando com a queda inesperada do Partido Liberal rebentou uma intemperança de linguagem, um fogo de paixão que se propagou até a Sibéria senatorial, não lhe pouparam golpes; contrista ler o discurso em que se defende das mi-sérias que lhe assacaram.

Antes anos de dura guerra do que meses de gabinete, – dizia amargamente, resumindo experiências dolorosas. Nem mesmo a vaidade poderia levá-lo a voltar de novo a governar, pois a nada mais poderia aspirar depois da morte da duquesa D. Ana Luísa Carneiro Viana: *“Perdi o maior bem que neste mundo gozava, a minha virtuosa companheira de 41 anos, no dia 23 de março de 1874.”*

Entretanto, em 1875, depois da queda do Gabinete que com o voto de Caxias libertou o ventre escravo, teve de organizar Ministério por instância do Imperador, ansioso para ver e ser visto nos Estados Unidos, e que dizia não fazê-lo com segurança se não deixasse o Estado nas mãos firmes do pacificador de quatro províncias, do lidador da libertação de três nações vizinhas. Enquanto o Imperador andou por fora,

montava guarda ao trono. À sua chegada, pediu para ser rendido, pois suas enfermidades não lhe permitiam mais tais serviços.

O modo por que o soberano exigiu a retirada “*do resto do Ministério*” foi a afronta final. Desde então, não fez mais que vegetar. Mas na agonia lenta, que terminou na fazenda de Santa Mônica a 7 de maio de 1880, ele que assegurara ou verberara ser mais militar que político, quis provar que ao menos uma vez podia ser mais político do que militar: rejeitou todas as honras e pompas oficiais, quis ser enterrado como obscuro paisano.

.....

A geografia do Brasil *

AS DUAS primeiras décadas do século XVI deixaram bem conhecido o litoral do Brasil em suas linhas fundamentais: um trecho pequeno entre Alagoas e Rio Grande do Norte, onde o continente mais se alonga pelo mar e menos se afasta do Velho Mundo; outro, desde a ponta do Calcanhar até o Amazonas, arrumado de SE-NW; outro, mais longo, onde demoram os melhores portos e é mais pitoresca a linha costeira, arrumada em média de NE-SW.

Os conhecimentos adquiridos neste período foram representados em cartas. Os documentos originais perderam-se, mas não fazem grande falta, porque o costume permitia e autorizava as cópias servis, de modo que um mapa datado, digamos, de 1530 pode representar meramente outro de 1502. Além disso, as escalas pequenas não permitiam a inscrição de minúcias. Se por feliz casualidade surgissem à luz cartas de Vespúcio, Gonçalo Coelho, João de Lisboa ou Cristóvão Jaques, só lucraria com isso a História, que poderia então decifrar dizeres corruptos e, por isso, agora impossíveis de interpretar-se.

* Publicado no *Almanaque Garnier* de 1904.

Temos notícias vagas de roteiros desde os primeiros tempos redigidos. Nenhum escapou à destruição do tempo. O mais antigo, atribuído a Gabriel Soares de Sousa, impresso mais de 200 anos depois de terminado, era provavelmente o mais completo, e a isto deve talvez sua conservação. Enquanto esteve manuscrito foi largamente aproveitado. Contém notícias abundantes: descrição mais ou menos completa do litoral, as conhecenças, as sondagens, informações sobre plantas e animais, sobre os índios. A propósito da baía de Todos os Santos e seu recôncavo é sobretudo inestimável.

Da zona, que sempre inquietos e inquietados ocuparam quase 30 anos, os holandeses procuraram tornar-se conhecedores. Mapas vulgarizados desde logo pela imprensa, outros que existem inéditos, itinerários, estudos botânicos e zoológicos, coleções ou observações etnológicas, dão a medida da sua atividade. Muitos pontos dos rios de S. Francisco e do Maranhão foram mais exatamente representados na primeira metade do século XVII do que na metade correspondente do século XIX, quem sabe mesmo se na segunda.

Depois da expulsão dos holandeses estagnou o progresso da Geografia. Em geral os livros impressos não adiantam ao que deixou escrito Gabriel Soares. Viagens pelo interior não faltaram; mas, ou os bandeirantes eram incapazes de se interessar por questões geográficas, ou incapazes de solvê-las, ou um ou outro escrito, acaso redigido, a censura da metrópole impedia que viesse à luz. Um destes, perdido talvez definitivamente, seria documento de valor excepcional. Por ordem de Gomes Freire de Andrada o governador do Maranhão, João Velho do Vale, abriu um caminho entre aquela capitania e a da Bahia. O fato em si é um dos mais importantes da História do Brasil: significa a vitória sobre os ventos alíseos, durante metade do ano soprando numa só direção, por conseguinte, estorvando a constância de comunicações marítimas recíprocas. Como seria agradável conhecer a narrativa de tal empresa feita por quem a realizou, principalmente se, como assegura o cronista, João Velho do Vale observou posições astronômicas, descreveu os índios por cujo território passou, e deu notícia das terras atravessadas!

Nas correspondências oficiais encontramos notícia de cartas no fim do século XVII por jesuítas. Se não se extraviaram, devem existir em Lisboa.

Descobertas as minas, espalhada a população por vastas extensões do interior, mesmo o governo português sentiu necessidade de representações gráficas da região povoada para dela poder formar idéia. A isto se deve a vinda de alguns astrônomos. Dentre eles cumpre particularizar o nome do padre Diogo Soares, jesuíta curioso a quem devemos alguns mapas, e sobretudo uma coleção, em grande parte inédita, de notícias sobre os primeiros tempos da mineração.¹ Terá escrito alguma coisa? Seus escritos seriam dos mais instrutivos. Feliz quem os encontrar. Maior número de astrônomos, geógrafos e naturalistas para cá trouxeram os tratados de limites de 1750 e 1777. Eram homens competentes e trabalhadores; por desgraça seus escritos ficaram vedados ao público, e apenas algumas cartas foram comunicadas a geógrafos estrangeiros. Duma grande zona da nossa terra ainda a representação deriva de Ricardo Franco, Lobo de Almada, Lacerda, Pais Leme e outros comissários de limites.

O que brasileiros e portugueses tinham feito até o princípio do século XIX apurou-se no belo livro de Manuel Aires do Casal, a *Côrografia Brasílica* impressa em 1817. Da vida deste benemérito nada ou quase nada sabemos. Era natural da freguesia de São Pedrogão o Grande, estava no Rio de Janeiro em 1796, deve ter viajado diversos pontos do nosso território, por muitas de suas informações estão indicando a observação direta; sabe-se que tornou para a metrópole, em companhia de D. João VI; devia ter consultado os documentos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Militar. Tudo mais se ignora. Não há dúvida, porém, que tinha a intuição de geógrafo, sabia que os terrenos têm uma fisionomia, lia a ação da natureza em fenômenos da natureza descurados por outros, como, por exemplo, a persistência de certos ventos na inclinação das árvores do sertão da Paraíba. Ainda hoje em nossa língua não saiu obra original que se lhe avantajasse.

Quando Aires do Casal entregava seu livro à publicidade, estavam em nossa terra sábios estrangeiros empregados em conhecê-la.

1 As *Notícias Práticas*, dirigidas ao padre Diogo Soares, foram publicadas, depois de escrito este artigo, na *Revista do Instituto Histórico*, tomo LXIX, parte 1^a, págs. 217/309.

Deles devem ser singularizados, talvez três. O barão de Eschwege lançou sobre a estrutura de nosso país olhares penetrantes e chegou a conclusões tão importantes e originais, que os contemporâneos, não só aqui, também na Europa, não estavam à altura de compreendê-las: só depois de Agassiz, Hartt e Derbi se foi reconhecendo o lugar eminente que deve ocupar. Martius apreendeu a divisão geográfica natural fundada sobre a flora, a fauna, o homem, e tem páginas de que só podemos medir todo o alcance depois que Ratzel, há uns vinte anos, lançou as bases da antropogeografia. Plano inferior a estas sumidades, ocupa A. de Saint-Hilaire, a quem entretanto a Corografia do Sul deve bons serviços. A tarefa de fundir os elementos geográficos condensados por Aires do Casal e os colhidos pelos viajantes das primeiras décadas do século XIX coube a Guts-Muts, cujo livro infelizmente nunca foi traduzido no Brasil, não pôde pois influir sobre os geógrafos indígenas e também não influenciou muito sobre os de lá de fora.

Da independência até a era de 60 não faltaram viajantes; o governo mandou fazer explorações de rios, das quais a mais completa e conscienciosa foi a do rio de S. Francisco realizada por Halfeld. Houve também o episódio sério-cômico de uma comissão científica, exclusivamente composta de brasileiros, para explorar províncias do Norte; mas a Geografia de Pompeu, única publicada neste tempo, não se compara à de Aires do Casal ou à de Guts-Muts. O Instituto Histórico deu também à luz textos importantes, que a muitos respeitos vieram completar noções lacunosas.

Na era de 60, veio dos Estados Unidos uma comissão científica dirigida por Agassiz. O ilustre chefe, colhido logo pela morte, não pôde fazer muito; mas seus discípulos americanos levaram por diante sua obra. Dentre todos avulta por seu espírito genial Carlos Hartt, a quem se deve a primeira Geografia física do Brasil, a inauguração da Arqueologia brasileira, estudos das línguas indígenas. Colhido prematuramente pela morte, deixou-nos o melhor de seus discípulos em Orville A. Derbi, geólogo de profissão, mas que não separa a Geologia da Geografia e a quem, além de monografias preciosas sobre diversas regiões do país, se deve um quadro geral da estrutura do Brasil, fiel transunto do que a ciência sabia ao tempo em que foi traçado, e em que a sua quota pessoal não foi das menores.

Em 1871 foi publicada a Geografia de Wappäus, incontestavelmente o melhor, mais completo e mais consciencioso livro sobre o assunto, estampado até então. Só em 1884 foi traduzido em parte, trazendo o estudo de Derbi já referido. Se não sazonou frutos abundantes, em todo caso sua influência foi incontestável: pelo menos a alguns espíritos mostrou que a Geografia não era simples estudo de memória, simples enfiada de nomes, sem ligação, podendo ser recitados em qualquer ordem, contanto que fossem numerosos.

De 1884 para cá tem-se trabalhado regularmente; foram explorados rios, de algumas partes do litoral há trechos mais exatos, certos pontos do interior estão agora conhecidos; a Geologia, a Geografia botânica e a zoológica, a distribuição das tribos indígenas são mais bem conhecidas.

O de que se está agora precisando é de um trabalho, senão sintético, pelo menos sinótico.

O ideal seria uma só pessoa se encarregar de tudo, de modo a apresentar uma Geografia una, em que o aspecto do céu, a circulação atmosférica, a estrutura do subsolo e do solo, a vegetação que o veste como a animalidade que o cobre, e o homem que domina sobre a criação, aparecessem, todos, nas correlações que os prendem e penetram.

Como isto seria impossível hoje, resta o recurso da colaboração de muitos, embora o defeito insanável de distribuir por capítulos isolados como espécimes mortos de museu, o litoral, o relevo, o clima, a vegetação, a vida econômica, etc.

.....

Antônio José, o Judeu *

SINGULAR história a dos judeus, depois de vencidos pelos romanos e expulsos da Palestina. Sua religião negava todos os cultos do Império, sua teocracia anatematizava o cesarismo, o sangue semítico a circular-lhes nas veias insurgia-se contra toda afinidade indo-européia; para eles não havia nem podia haver lugar na sociedade constituída como estava.

Com o cristianismo triunfante a situação podia melhorar. Seus livros santos veneravam igualmente os cristãos; entre as paisagens da Galiléia crescera o fundador da nova crença toda impregnada da inspiração dos profetas; no deicídio macularam-se tanto como seus vencedores, e só para o deicídio ocorrera a encarnação, só o deicídio podia remir o pecado original; a comum critério obedeciam cristãos e judeus, condenando as obras e pompas pagãs em todas as suas manifestações.

Se qualquer esperança de melhor sorte alimentavam os filhos de Israel, seu desengano foi completo. Os anais da Europa inscrevem os fastos de seu martirologio milenar. Ainda hoje, secularizada já a sociedade, despidas as considerações religiosas de sua antiga preponderância,

* Publicado no *Jornal do Comércio*, de 8 de maio de 1905.

assanham-se e alastram-se os rancores anti-semíticos, sem podermos prever com segurança se se trata de tendência destinada a desaparecer como tantas outras, ou se o mundo assistirá ainda a outra inquisição, desta vez ateadada por agnósticos e ateus.

A tudo os judeus têm oposto a vida interior, a crença inabalável de ser sempre o povo de Deus, a certeza da vitória final. Na vida exterior sabem descobrir compensações, inacessíveis aos desalentos, refratários ao pessimismo, afirmando com valentia incomparável que a vida é um bem e vale a pena ser vivida.

Em Portugal sua existência correu por longo tempo folgada e farta. Repugnância por eles havia naturalmente, mas na grande massa a gente da nação vivia enriquecendo, animando o comércio, praticando a medicina, cultivando artes e ciências; em muitos reinados ocuparam posição elevada e exerceram cargos de confiança. Só depois de D. Manuel, o Venturoso, mandar violentamente batizar todos os circuncisos em que pôde pôr a mão, contra os recém-conversos acirrou-se o ódio popular.

Explica-se este ódio: “*com o atroz e inepto proceder de D. Manuel*”, escreve Costa Lobo na sua *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, “*que os forçou a conversão, o sentimento nacional experimentou uma revolução profunda. Houve depois a carnificina de Lisboa, e é indubitável que contra eles se afistulou o ódio geral. Mas eram os cristãos-novos em quem D. Manuel transmudara os judeus que excitavam estes rancores – uma parte integrante da nação portuguesa, iguais em direitos e faculdades aos cristãos, freqüentando as igrejas e os sacramentos, candidatos ao sacerdócio e aos cargos públicos, capazes de se aliarem por matrimônio às famílias do povo e ainda da nobreza; e que toda a gente sabia abrigarem sob essa máscara de hipocrisia a aversão contra os dogmas cristãos e o escárnio das práticas a que os haviam constrangido. Antes do feito monstruoso daquele rei, dotado de caráter pusilânime e egoísta, que tem passado despercebido no brilho das venturas de que a sorte zombeteira iluminou seu reinado, antes da conversão dos judeus em cristãos-novos, nem os fatos, nem os documentos, nem a literatura, fornecem uma prova do ódio entranhado contra os judeus*”.

Este primeiro crime devia ser a causa de outro, a introdução da Inquisição conseguida da Cúria romana pelas instâncias de D. João III, que só veio a acabar em 1820, reinando D. João VI, quando afinal

chegaram também à Península Ibérica os ventos de liberdade desencadeados nos dois mundos.

Entre as vítimas da Inquisição uma das mais desgraçadas foi o pobre poeta Antônio José da Silva, cujo segundo centenário natalício passa hoje.

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 8 de maio de 1705. Foram seus pais João Mendes da Silva, advogado, e D. Lourença Coutinho, cristã-nova. De pequena idade emigrou com a família para Portugal, onde se preparou para a universidade. Estava matriculado no curso de direito canônico em Coimbra, e passava as férias em Lisboa, quando a 7 de agosto de 1726 lavraram contra ele mandado de prisão os inquisidores apostólicos contra a herética pravidade e apostasia. Logo no dia seguinte foi entregue preso pelo conde de Vila Maior; por ser menor de vinte e cinco anos nomearam-lhe curador.

A primeira sessão do tribunal, chamada de genealogia, realizou-se no mesmo dia. Antônio José declarou que fora educado na religião cristã, e crente perseverou até os dezesseis a dezessete anos. Nessa idade, querendo seduzir uma criada de sua tia, esta mostrara-lhe as vantagens da lei judaica, benévola para as exuberâncias da puberdade, e deixara-se convencer, praticando diversos ritos; dois meses antes, porém, em junho, *“pelo que ouviu a um pregador em S. Domingos, que pregara de Nossa Senhora, alumiado pelo Espírito Santo e incitado do remorso de sua consciência, se resolveu a deixar a lei e tornar a abraçar a de Cristo”*.

A segunda sessão, chamada de gênese pelo regimento do Santo Ofício, começou a 13 e prosseguiu a 16; mandado pôr de joelhos e, depois de se persignar e benzer, disse a doutrina cristã, a saber: o Padre Nosso, a Ave Maria, a Salve Rainha, o Credo, os Mandamentos da Lei de Deus e os da Santa Madre Igreja, que tudo soube suficientemente, exceto na Salve Rainha e no Credo, em que errou alguns pontos.

A 23 foi a terceira sessão, *in specie*. Nela, manda o regimento, *“serão perguntados em particular pelos ditos das testemunhas que contra eles houver, na mesma forma em que depuseram; e havendo neles alguma circunstância particular pela qual se possa vir em conhecimento da testemunha, nesse caso se calará”*.

O libelo foi apresentado a 23 de agosto. Novas confissões fez o réu a 3, 4, 7, 9, 12; a 23 foi sujeito a tormento no potro.

“O *potro* – escreve Hipólito da Costa, vítima também da Inquisição, mas que conseguiu escapar-lhe das garras e refugiar-se na Inglaterra, onde fundou o *Correio Brasiliense* –, *o potro é uma grade de madeira, em figura de leito do comprimento de um homem, e de obra de dois pés de largo, alta do chão pouco mais de pé e meio; pela longitude da grade há muitos paus atravessados à maneira de degraus de escada, mas esses degraus são de figura de prismas triangulares com um dos ângulos para cima; aqui sobre estas quinas se deita uma pessoa que tem de ser atormentada com as costas sobre estas quinas agudas e o pescoço preso com um argolão de ferro, que está fixo em uma das extremidades da grade; o padecente é depois apertado com muitas cordas delgadas pelos braços, pernas e mais partes do corpo, de maneira que, ao mesmo tempo que as voltas das cordas apertam os diferentes membros, comprimem todo o corpo violentissimamente contra as quinas dos degraus da grade, sobre que o padecente está amarrado.*”

O notário Tomás Feio Barbuda protestou-lhe em nome dos inquisidores, que “*se naquele tormento morresse, quebrasse algum membro, perdesse algum sentido, a culpa seria sua, não dos Senhores Inquisidores*”. “*E – prossegue o notário – sendo atado em oito partes, e levando meia volta em todas as ditas oito partes que correspondem a um trato corrido, a que tinha sido julgado, foi mandado desatar e levar a seu cárcere, e duraria o dito tormento um quarto de hora, com o qual gritou muito, e só chamava por Deus, e não por Jesus ou Santo algum.*”

Depois saiu a sentença relativamente branda: ir ao auto-da-fé na forma costumada, nele ouvir sua sentença, abjurar seus heréticos erros em forma, ter cárcere e hábito penitencial perpétuo, ser instruído nos mistérios da fé necessários para a salvação de sua alma, cumprir as mais penas e penitências espirituais que lhe foram impostas.

Os autos-da-fé celebravam-se sempre aos domingos com a maior solenidade. Rompia a marcha o estandarte do Santo Ofício, mostrando de um lado a cruz, a oliveira e a espada, servindo-lhes de penha as quinas portuguesas, a tiara, as chaves pontificiais e a cruz floretada de S. Domingos; de outro, a imagem de S. Pedro de Verona, mártir. Seguiam os frades de S. Domingos, a irmandade e a cruz de S. Jorge, o alcaide dos cárceres, a ala dos condenados não relaxados, primeiro os que não abjuravam nem levavam hábitos, depois os que abjuravam de leve, os que abjuravam veemente, os que abjuravam de forma por judaísmo, que levavam sambenito; após os homens seguiam as mulheres. No fim de

todos vinha o grupo dos condenados à morte, – os relaxados, segundo a técnica legal.

No Rocio armava-se um tablado onde depois de lidas as sentenças os condenados faziam a abjuração. Deu-se isto a 13 de outubro, estando presentes El-Rei Nosso Senhor, Dom João o Quinto, os Senhores Infantes D. Francisco e D. Antônio, os Senhores Inquisidores e mais Ministros da mesa, muita nobreza e povo.

Por, causa do tormento Antônio José não pôde assinar a abjuração. A 14 jurou aos Santos Evangelhos ter muito segredo em tudo o que viu e ouviu no cárcere, e nem por palavras, nem por escrito, nem por outra qualquer via, fazer qualquer revelação, sob pena de ser gravemente castigado. A 23 de outubro foi solto.

Até 1737, correm os anos menos tormentosos do Judeu. Concluiu os estudos, estabeleceu-se advogado, escreveu, casou-se, teve uma filha e outra lhe nasceu no cárcere. Escreveu para o público, para o teatro, e isto bastou para arrancar seu nome do anonimato em que soçobraram outros não menos desgraçados. Que pretendia, que pensava poder conseguir digam as seguintes décimas com que precedeu as obras dadas à impressão:

A migo leitor, prudente,
N ão crítico rigoroso,
T e desejo, mas piedoso
O s meus defeitos consente
N ome não busco excelente
I nsigne entre os escritores,
O s aplausos inferiores,
J ulgo a meu plectro bastantes,
O s encômios relevantes
S ão para engenhos maiores.
E sta cômica harmonia
P assa-tempo é doce e grave,
H onesta, alegre, suave,
D ivertida a melodia:

A polo que ilustra o dia,
 S oberano me reparte
 I déias, facúndia e arte,
 L eitor, para divertir-te,
 V ontade para servir-te
 A feto para agradecer-te.

Teria reincidido nos erros por que penara no potro? Ele nega-o com todas as forças. *“Todas as ações que obrou desde o dito tempo até agora sempre foram de fiel e verdadeiro cristão, arrependido verdadeiramente de todos os seus erros, e como tal freqüentava as igrejas, ouvindo nelas muitas missas nos dias de preceito, e as ouvira em outros dias de semana se a ocupação da advocacia que pedia contínua residência no seu escritório, lhe permitisse a liberdade de sair facilmente, e se confessava e comungava não só pela desobrigação da quaresma, como também por outras muitas ocasiões de jubileus gerais e particulares e assim cumpria também e pontualmente os preceitos divinos e da igreja e fazia muitos exercícios de piedade cristã, como eram os de rezar várias orações à Virgem Senhora, dar muitas esmolas como permitiam os seus cabedais, não só aos pobres mas também aos Santos, venerava o Santíssimo Sacramento e o acompanhava quando era levado por viático aos enfermos, se estava desimpedido de seu escritório, adorava as imagens de Cristo, Senhor nosso, da Virgem Senhora e dos Santos com a reverência e culto devidos.”*

Todo este castelo, tão laboriosamente arquitetado, ruuiu ante a denúncia da negra Leonor Gomes, natural de Cabo Verde. Apesar de escrava, não tendo nunca passado pelo Santo Ofício, considerava-se superior aos donos, chamava-lhes cachorros, canalhas, judeus, falava em deitar fogo à casa e ameaçava denunciá-los à Inquisição.

Cumpriu a ameaça em começo de outubro de 1737. A 3 foi lavrada ordem de prisão e a 5 o Monteiro-Mor apresentou preso Antônio José.

Preso com os senhores, recolhida ao cárcere da penitência, Leonor Gomes nada soube dizer quando pela primeira vez interrogada na manhã de 10. À tarde, porém, pediu audiência, explicou sua mudez matutina pelo *“medo que se lhe tinha metido em casa de sua senhora de que nesta mesa (do Tribunal) se mandava enforcar toda a pessoa que vinha a esta mesa dizer mal de outrem”*, começou as declarações.

Oito dias antes Lourenço Coutinho e Isabel Cardoso, sua irmã, tinham-se lavado na quinta-feira; Antônio José e Leonor Maria tinham-se lavado na sexta-feira e não tinham comido na sexta, dizendo esta ao sol posto, perto das Ave-Marias, que estava doente, doía-lhe o corpo e pondo-se a chorar; mudara a roupa de cama, e tudo fizeram para se não descobrir que jejuavam judaicamente; muitas vezes toda a família deixava de ir à missa; passavam bem a semana inteira, mas no sábado queixavam-se da saúde, para não trabalhar e domingo não ir à igreja; na quinta-feira maior, sexta-feira da paixão e sábado da aleluia deixaram-se ficar em casa: em suma, das pessoas da casa só Baltasar Rodrigues e sua mulher Antônia Teodora vivem catolicamente, os mais vivem como hereges, apartados da fé e sem emenda.

Pois que Leonor Gomes abona a ortodoxia de Ana Teodora, vejamos como esta explica os móveis que levaram a adusta filha de Cabo Verde a denunciar os senhores.

A 19 de fevereiro de 1737, Antônia Maria Teodora, cristã-velha de 31 anos do idade, disse, *“que entre o réu Antônio José da Silva e uma preta escrava da mãe do mesmo, chamada Leonor, e uma ama de leite que o dito réu tinha em casa, chamada Maria não sabe de que, havia dúvidas e diferenças grandes em casa do mesmo réu, porque tanto a dita ama-de-leite como a escrava eram pessoas de mau procedimento e ruins costumes, vivendo com alguma soltura e desonestidade, sendo uma capa da outra. Por cuja causa, querendo o réu atalhar essas desordens, castigando a preta e querendo deitar a ama fora, disto nasceu conjurarem-se ambas, aconselhando a ama-de-leite à dita escrava que levantassem falsos testemunhos ao réu e a toda a gente da casa, porque assim se veria forra para casar com um preto com quem tinha trato, dizendo a preta também muitas vezes quando a castigavam, que havia de ir ao Santo Ofício e levantar a si mesma um testemunho falso de ser feiticeira, só a fim de se ver livre do cativo e daquela casa”*.

Depois de 10 de outubro não se fala mais de Leonor Gomes; assegura Teófilo Braga que sua estupidez ficou de tal modo aterrada com a escuridão da masmorra e lembrança da fogueira, que morreu transida a 11 de maio de 1738.

Não faltaram continuadores de sua obra. A 8 de abril o alcaide do cárcere deu denúncia que, como lhe comunicaram os guardas, Antônio José jejuara judaicamente.

O testemunho de Hipólito ajudará a compreensão do que se segue. O cárcere em que o puseram *“era um pequeno quarto de doze pés por oito, com uma porta para o corredor, e nesta porta duas grades de ferro distantes uma da outra a grossura da parede, que é de quatro palmos, e por fora destas grades há outra porta de tábua; no cimo desta porta de tábua fica uma bandeira ou fresta por onde entra no quarto a claridade reflexa que lhe pode vir da luz do corredor, a qual o corredor de fora recebe das janelas que tem para os saguões”*.

“Nesse pequeno quarto havia um estrado de tábua com um enxergão que me servia de cama, uma bilha com água e um vaso para as necessidades da natureza, que se despejava de oito em oito dias, enquanto eu ia à missa. Este cárcere é de abóbada por cima e por baixo e o pavimento de tijolos, e como as paredes são de pedra e mui grossas, é o aposento no inverno, sobre muito frio, tão úmido que as paredes e grades via muitas vezes cobertas de gotas de água como de grosso orvalho: a minha roupa durante o inverno estava continuamente molhada... A ração ordinária consta de meio arrátel de carne cozida que, na verdade vem sem osso, como se costuma dizer, mas como o osso que lhe tiram entra no peso do meio arrátel, vem alguns dias a porção a ser limitadíssima; mas algumas colheres de arroz, uma tigela de caldo.”

A 12 houve a audição de testemunhas; seguiram-se outras de modo a ficarem provados cinco jejuns judaicos por parte do preso. De todos esses testemunhos tomaremos apenas o que diz respeito ao hábito exterior do Judeu. Era magro, alvo, de mediana estatura, cabelo curto, castanho escuro, véstia parda, roupão azulado e forrado do encarnado, passeava sempre com as mãos metidas nas mangas, acordava cedo, não se benzia ao saltar da cama, às Ave-Marias, ao anoitecer, punha-se de joelhos e rezava, afirmou a primeira turma de guardas. Era de feições e cara miúda, com pouca barba – afirma outra turma – não usava de contas para rezar nem de umas *Horas* que tinha sobre a canastra, levava o dia passeando ou deitado na cama. A terceira turma jura que, depois de muito passear, chegou à grade e pela fresta do cárcere olhou para o céu, em que se demorou algum espaço de tempo, posto de joelhos, com alguma devoção para o ar; à noite parou na porta do cárcere, fazendo diligência para ver a estrela.

Houve cinco turmas de juramentados que foram dezessete; afirmaram todos que Antônio José deitava a carne no vaso imundo, sorvia-se de água só para lavar as mãos, sem comer ou beber nos dias em

que foi vigiado senão depois de anoitecer; e tudo isto notaram de uma vigia oculta por onde se podia ver o que se passava dentro do cárcere.

Acusações mais graves levantaram dois companheiros de cubículo. A 10 de junho jurou José Luís de Azevedo, cristão-novo, ferreiro, que praticara alguns jejuns judaicos por incitação do réu, e pede por amor de Deus que o tirem de semelhante companhia, porque antes quer estar metido só em um cárcere do que poder ter ocasião de tornar a cair nas culpas que tem confessado. A 30 de dezembro e a 19 do janeiro do ano seguinte de 1739 jurou Bento Pereira que o réu tentara convertê-lo, ria ouvindo pronunciar o nome de Jesus: *“Disse mais que depois que entrou o novo ano só duas vezes tem jejuado o dito seu companheiro, e estas foram no primeiro dia do ano, que caiu em uma quinta-feira e na seguinte, que foram oito deste presente mês e em ambos estes dias jejuou na sobredita forma, isto é, estando todo o dia sem comer nem beber até noite em que ceou pelas 6 horas, pão, queijo e manteiga, e parece-lhe que também comeu uns camoeses que tinha no cárcere, e em todos os mais dias deste mês tem deixado de jejuar, ainda que nunca coma carne, a qual guarda sempre na canastra e depois a lança no vaso imundo, e janta então pão, queijo e manteiga e algumas coisas mais que tem no cárcere.”*

Sobre estas duas testemunhas decisivas apurou Teófilo Braga preciosas informações. Não existe o Processo de José Luís de Azevedo e pode supor-se que era falso preso, destacado para delator; Bento Pereira, soldado de cavalaria dos Dragões de Beja então aquartelados em Santarém, foi solto no próprio dia da execução de Antônio José.

Vejamos agora o processo deste.

A 22 de outubro de 1737 fez-se o inventário de seus bens, a 15 de novembro a sessão de *genealogia*, a 26 foi interrogado *in gene*, novo exame sofreu a 3 de junho de 38; a 19 de setembro foi interrogado *in specie*. Sua resposta foi sempre a mesma: renunciara sinceramente ao judaísmo desde a sua abjuração solene, e desde então fora sempre verdadeiro e sincero católico praticante. A 24 foi-lhe entregue o libelo, a que respondeu por negação no dia seguinte, ajudado por seu procurador o Dr. José da Mata Freire. Indicou certas testemunhas que, interrogadas depois, efetivamente lhe foram muito favoráveis.

A 13 de novembro foi-lhe entregue a prova da justiça, ou o que por prova a entendia o Santo Ofício.

O *Regimento do Santo Ofício da Inquisição* é a esse respeito de clareza que nada deixa a desejar. Dispõe o livro 1º, título 6º, § 22:

“Depois dos réus serem acusados, requererá o Promotor que se lhes faça publicação da prova de justiça, se os processos estiverem em termos para isso; e quando os réu pedirem que se lhes declare o lugar do delito e os inquisidores por seu despacho o mandarem declarar, o Promotor fará a tal declaração, calando a parte individual em que o delito foi cometido, como será quando o crime se cometeu na igreja de S. Domingos de Lisboa, declarando que o lugar é Lisboa, calando a Igreja que é a parte, e assim nos mais casos semelhantes.

“E quando o lugar em que os réus cometeram o delito for tão pequeno ou tiver tais circunstâncias que se for declarado ao réu virá ele em conhecimento de quem foram as testemunhas, o Promotor, considerando a distância que vai deste lugar à cidade, vila ou lugar mais notável, dirá que o réu cometeu a culpa em tal distância da dita cidade, vila ou lugar; convém a saber, quando o réu cometeu o crime em uma quinta uma légua de Lisboa, dirá que o réu cometeu o crime uma légua ao redor de Lisboa.

“E se as culpas forem cometidas no cárcere, sendo o réu morador na cidade em que assiste o Santo Ofício, ou havendo notícia que veio a dia no tempo que a publicação da prova da justiça lhe dá a culpa, declarará o Promotor que o réu o cometeu na tal cidade; mas não sendo nela morador, nem havendo notícia certa que veio a dia no tal tempo, dirá que a culpa se cometeu no Arcebispado ou Bispado em que reside o Santo Ofício.”

Diante de disposições tão claras, eram impertinentes e ridículas as perguntas apresentadas pelo réu e advogado, como por exemplo: Em que parte e lugar dizem as testemunhas que o réu com elas se juntara? E se foi na rua ou em casa? Como se chamava a rua e de quem era a casa? Que fundamento tiveram para entenderem e afirmarem que a abstinência do réu fora jejum judaico? Como se resolveram a conjecturar que a tal abstinência no caso suposto fora em observância da lei de Moisés e não por fastio que tivesse, ou indisposição do estômago, ou a alguma pena que lhe tirasse a vontade de comer no decurso do dia, e que à noite não fosse especial apetite o comer que não fosse carne? Que razão tiveram para entenderem que o vestir roupa lavada, no caso em que procedeu fora por observância judaica, e não por asseio próprio, ou por ter de ir fora naquele dia e querer sair com limpeza?

A única resposta foi a re pergunta das testemunhas na forma primitiva: todas confirmaram seus dizeres, cada uma mereceu crédito do Tribunal, *“pela razão que dá”*; duas já eram mortas, entre elas a terrível Leonor Gomes. A re pergunta fez-se a 20 de setembro, 22, 24 e 26 de novembro de 38, e 4 de fevereiro de 39.

No dia seguinte foi o réu citado para receber a prova de justiça, acrescida de novos itens à vista das re perguntas. Entregue a prova, o réu, por seu advogado, pediu que fossem ouvidas certas testemunhas de defesa, o que se fez a 19.

Conclusos os autos, a 11 de março sentenciaram os Inquisidores que *“o réu como herege apóstata da Nossa Santa Fé Católica, convicto, negativo, pertinaz e relapso, fosse relaxado e entregue à justiça secular, servantis servandis, e que incorreu em sentença de excomunhão maior e confiscação de todos os seus bens para o fisco e câmara real, e nas mais penas de direito e outras semelhantes estabelecidas, e que deve ser havido por herege do mês de abril de 1738 em diante”*. Em outros termos: só começou a cometer o crime porque ia padecer seis meses depois de por ele estar recluso. O conselho geral, em presença do Inquisidor-Mor, confirmou a sentença a 13 de março.

E nada mais tinha, portanto, a Inquisição com o preso.

Agora chegava a vez da justiça secular a quem estava relaxado ou devolvido. O conhecimento do crime de heresia pertence principalmente aos juizes eclesiásticos, preceituam as *Ordenações*, livro 5º, título 1º: *“E porque eles não podem fazer as execuções dos condenados dos ditos crimes por serem de sangue, quando condenarem alguns hereges, os devem remeter a nós com as sentenças que contra eles derem, para os nossos desembargadores as verem, aos quais mandamos que as cumpram, punindo os hereges condenados como por direito e dever.”*

A 16 de outubro de 39, de mãos amarradas, tendo ao lado o padre Francisco Lopes, da Companhia de Jesus, que devia prepará-lo para a terrível jornada, foi-lhe feita a notificação de que, *“por não ter a Igreja mais que fazer com ele por se haver feito indigno da misericórdia que no primeiro lapso lhe foi concedida, tendo a Deus somente diante dos olhos, a verdade infalível de nossa Santa Fé e a extirpação das heresias, com o mais que dos autos resulta a disposição do direito em tais casos, Christi nomine invocato, declaram o réu Antônio José da Silva, por convicto, negativo, pertinaz e relapso no crime de heresia e apostasia, e que foi herege apóstata de nossa Santa Fé Católica convicto, negativo, pertinaz e relapso, o condenam e relaxam à justiça secular, a quem pedem com muita instância*

se haja com ele benigna e piedosamente e não proceda a pena de morte nem efusão de sangue”.

Um estrangeiro que estava em Portugal, aproximadamente por este tempo, descreve nos seguintes termos um auto-da-fé a que assistiu:

“Tive licença de entrar no Palácio do Santo Ofício. O Rei ali foi ter antes que a procissão interior dos criminosos principiasse. Admirei a bondade deste Príncipe que pessoalmente quis falar aos mais criminosos e exortá-los ao arrependimento. Entre estes desgraçados havia um padre brasileiro, cristão-velho que tinha abraçada o judaísmo, e se havia feito circundar, contra as leis do Estado. Sua Majestade apressou-se a convertê-lo, pedindo-lhe que reconhecesse seu Salvador e se subtraísse ao suplício que ia padecer, perecendo nas chamas como um réprobo, um rebelde a seu Rei e às leis do Estado. Empregou as expressões mais comoventes para vencer a obstinação deste indigno sacerdote, assegurando-o de sua proteção e prometendo-lhe uma pensão para a sua decente subsistência. Todos os assistentes ficaram enternecidos da bondade do Rei para com este miserável, que preferiu ser queimado a renunciar ao Judaísmo. O Rei falou da mesma forma a vários outros, alguns dos quais reconheceram seus crimes e imploraram a clemência do Rei que lhes perdoou.

“Depois desta cerimônia, a procissão que tinha percorrido o interior do Palácio do Santo Ofício saiu e se encaminhou para a igreja de S. Domingos, onde leram os processos do criminoso, e fizeram as cerimônias usadas em casos idênticos. Depois a procissão saiu da igreja e percorreu as ruas da cidade, onde as tropas tinham formado alas. Nestas ocasiões mandam vir alguns regimentos para segurança pública e para prevenir as desordens que os judeus escondidos poderiam causar na cidade. O Rei não aparece publicamente na praça da execução; assiste contudo embuçado no seu capote com os Príncipes seus irmãos.

“Sua Majestade ordenou que embora as sentenças da Inquisição fossem olhadas como soberanas, deviam contudo ser revistas pelo seu Tribunal. Permitiu aos criminosos que tomassem advogados para sua defesa, o que faz que embora a procissão comece de manhã muito cedo, seja noite quando se faz a execução.”

Depois de longamente defender a Inquisição, continua o mesmo autor:

“Devo contudo advertir aos estrangeiros que forem a Portugal e quiserem assistir a esta cerimônia, que devem andar com a maior prudência no dia do Auto-da-Fé, de modo que nada façam ou digam que possa escandalizar a superstição dos portugueses. Devem estar bem seguros a respeito das pessoas com as quais vão ver

passar a procissão: pois os portugueses não estão menos animados naquele dia a favor da Glória da Inquisição do que o estavam antigamente as bacantes em honra do deus da parreira. É difícil que o estrangeiro passe por entre as chusmas de que as ruas estão apinhadas sem que as pessoas do povo baixo deixem de resmungar por entre os dentes injúrias que significam em geral: Que bem que ficava uma carocha a este herege! Proferem ordinariamente mil maldições contra os desgraçados que vão queimar e, se vêem algum espectador tristonho, não deixam de lhe dizer que está triste por levarem seus irmãos a queimar na fogueira. Vemo-los por toda a parte dominados pelo zelo, exclamarem: “Que grande clemência! Bendito seja o Santo Ofício!”

“Para não andarem expostos aos insultos do povoléu é melhor ver de uma janela, e não falar com ninguém, e ter nas mãos a lista impressa, a qual contém os nomes dos desgraçados que vão executar, seus crimes, sentenças e suplícios que vão padecer. Deste modo, entretidos a ler, não incorrem no risco de faltarem àquela disciplina que é preciso ter.

“O padre do Brasil, que antes quis deixar-se queimar vivo do que renunciar ao judaísmo, tinha pelo menos sessenta anos de idade. Não deu prova de fraqueza alguma, e nem sequer se dignou responder uma só palavra aos jesuítas e aos frades que lhe diziam ao ouvido que se convertesse e que lhe não poupavam injúrias. Os outros, que só deviam ser queimados depois de estrangulados, repetiam em voz alta as orações e a ladainha, que os padres que iam ao lado deles recitavam. Tinham amarrado com tanta força as mãos do padre e com uma corda tão fina que ela quase que serrava os pulsos: uma tal pressão devia ser para ele um grande tormento e suportou-o desde as cinco horas da manhã até bem pela noite dentro. Antes de o queimarem, esfolaram-lhe as extremidades dos dedos que tinham podido tocar na hóstia Santa.

“Sofreu o fogo sem dizer mais que estas palavras: ‘É uma grande infâmia e uma grande vergonha matarem assim um homem que morre por afirmar que não há mais do que um Deus, que vos há de punir, desgraçados, de o ofenderdes desta forma.’

“Afastou alguma coisa o fogo com o seu lenço, e tendo pegado fogo neste lenço, rendeu o espírito este padre e foi reduzido a cinzas. Sua constância neste cruel suplício foi um grande triunfo para os cristãos-novos ou judeus disfarçados e uma mortificação sensível para o clero.

“É nestes tristes momentos, e enquanto conduzem os judeus ao suplício, que é fácil reconhecer no seu rosto se eles são da raça de Israel. Alguns desses miseráveis levam a obstinação ao último extremo e não querem confessar suas faltas senão

quando vêm na igreja de S. Domingos suas mulheres ou alguns de seus parentes em o número daqueles que confessam haverem judaizado. Como assistiram com eles às cerimônias ilícitas da sua religião, conhecem bem que há provas suficientes contra eles, e então pedem publicamente perdão à Inquisição.

“Os judeus escondidos em Portugal são mui avaros e interesseiros, mas não se pode negar que tenham muita constância e firmeza e, em geral, são muito para lamentar. Cedo ou tarde a maior parte deles padece a punição que mereceram por terem infringido a lei fundamental do Estado, que proíbe todo o exercício da religião judaica. Sua sorte é pouco mais ou menos a dos salteadores, que depois de terem muitas vezes fugido ao perigo, caem, com o andar do tempo e por casos imprevistos, nas mãos da justiça.”

.....

28 de janeiro *

O

S ESTADOS GERAIS reunidos em Versalhes nos primeiros dias de maio de 1789, depois de uma interrupção de quase dois séculos, defrontavam problemas árduos e inadiáveis. Tratava-se aparentemente de remediar a situação financeira da França, produzida por longas eras de imprevidência e desbarato; mas remédios eficazes só podiam proceder de reformas que atingiam os fundamentos da monarquia, desde o sólio absoluto e as classes privilegiadas até o povo faminto e embrutecido.

A obra gigantesca pedia tempo e calma. Por felicidade afigurava-se propícia a constelação internacional. Na Espanha e, em grande parte na Itália, reinavam Bourbons, presos à França por laços e pactos de família. A tríplice aliança do Norte inspirava-se em sentimentos pacíficos. A Inglaterra, dirigida por Pitt, empenhava-se em reduzir suas dívidas e expandir seu comércio, e orientava-se para as idéias fecundas que Adam Smith acabara de revelar ao mundo surpreendido. Áustria e Rússia embebiavam-se nos negócios do Oriente, onde Polônia e Turquia desafiavam os apetites. Ainda por cima, a Áustria achava-se a braços com

* Publicado no *Jornal do Comércio* de 28 de janeiro de 1908, em comemoração do 12º Centenário da Abertura dos Portos, sem assinatura, e identificado no arquivo do professor Eugênio Raja Gabaglia, amigo de Capistrano de Abreu.

graves dificuldades internas, suscitadas pela política aventureira de José II. Podia, pois, o povo francês meter confiado ombros à empresa.

O mês de maio e junho quase inteiro passaram os representantes dos três estados em questões preliminares que um governo menos imprevidente poderia ter prevenido. Tratava-se em suma de três câmaras, cada qual deliberando e votando em separado, ou deviam fundir-se em uma só, passando os projetos por maioria de votos? Esta solução exigia o terceiro estado, com seus deputados tão numerosos como os dos outros reunidos, falando em nome da quase totalidade da nação e não faltava entre a nobreza e o clero, sobretudo entre os curas irmanados com os camponeses pela pobreza e pelas humilhações, quem aderisse ao mesmo parecer. Depois de tergiversar num e noutro sentido, Luís XVI aceitou a fusão. A 27 de junho constituiu-se regularmente a Assembléia Nacional.

No decurso destes debates irritantes deram-se movimentos de tropas, correram boatos ominosos sobre planos reativos da Corte: verdadeiros ou falsos, disseminaram germes de desconfiança e discórdia que nunca mais se extinguiram. Respondeu-lhes o povo de Paris, com a tomada da Bastilha, a 14 de julho, início de um período revolucionário, pela desorganização, logo observada, da força pública, em quem a realeza não pôde mais se estear, e pela entrada desordenada do povilêu, traduzida em linchamentos clamorosos. O movimento propagou-se por todo o país: depois de um grande pavor a que sucumbiu quase, a gente do povo atirou-se contra os castelos, e o incêndio e a devastação campearam por todos os lados.

Sintoma pouco tranquilizador manifestou-se no êxodo da nobreza para o estrangeiro. Capitaneou a retirada o Conde de Artois, irmão do Rei, jovem tão leviano como pusilânime, que depois da vida mais acidentada, devia quase meio século mais tarde ocupar o trono, de onde suas imprudências senis despenharam a família, e desta vez para sempre em 1830. Imitaram-no príncipes de sangue, fidalgos de alta linhagem, deixando sem chefe os que podiam opor-se à onda avassaladora. Do Exército, cujos altos cargos monopolizavam, desertaram mais de dois terços dos oficiais. Estes emigrados passearam pelas Cortes européias, missionários do descrédito nacional, mendigos de alto coturno, inúteis e insaciáveis. Somando alguns milhares congregaram-se nas fronteiras,

pregando uma cruzada feroz contra a nova ordem de coisas e preparando e protegendo a invasão da pátria.

A 4 de agosto, em uma só noite, debaixo do mais nobre entusiasmo, a Assembléia Nacional aboliu os direitos feudais, prêmios exorbitantes, mas até certo ponto merecidos, de serviços prestados em outros tempos, sobrevivências injustas e absurdas depois que à vida da Corte e à ociosidade aristocrática se reduzira toda atividade social dos privilegiados. Esta supressão heróica despertou protestos indignados na Alemanha, entre príncipes eleitores e cavaleiros afazendados na Alsácia, lesados em suas prerrogativas e proventos garantidos por convenções solenes, e foi uma das causas imediatas da guerra. A 27 de agosto aprovou-se a declaração dos direitos do homem, enunciação generosa dos princípios de hoje aceitos por todos os povos livres, incorporados implícita ou explicitamente em todas as constituições modernas, precursores ao mesmo tempo de tendências cosmopolíticas que o decorrer dos acontecimentos avigorou ao ponto de enfeixá-las em certo messianismo, ou antes islamismo, pois à força armada coube o principal papel em sua propagação.

Prosseguia entretanto a confecção das leis constitucionais, discutia-se a dualidade do poder legislativo e as limitações do veto quando a notícia de um banquete, oferecido pelos guardas de corpo ao regimento de Flandres, deu azo a graves perturbações. A ágape fraternal foi convertida em conjuração sanguinária; as manifestações de lealdade à família real ecoaram em Paris como ameaças liberticidas; as tentativas de reação desfeitas pela tomada da Bastilha, pareceram ressurgir com maior violência. Desde logo milhares de mulheres encaminharam-se para Versalhes, a pretexto de protestar contra a carestia, homens resolutos engrossavam a mó, fechava o préstito a Guarda Nacional recentemente criada e, por isso mesmo, irrequieta e impetuosa. O Paço foi investido, a Rainha correu perigo de vida, caíram mortos alguns dos defensores, cujas cabeças decepadas serviram de troféu aos triunfadores. Para amainar a tempestade o Rei teve de sancionar a declaração de direitos e transferir a 6 de outubro a sua residência para Paris. Acompanhou-o a Assembléia Nacional; monarca e legisladores ficaram desde então sujeitos aos remoinhos da demagogia parisiense.

Na célebre noite de agosto tinham sido abolidos os dízimos eclesiásticos. A 2 de novembro os bens da igreja foram postos à disposição da nação. A abolição dos dízimos atendera às queixas dos camponeses. A desapropriação dos bens eclesiásticos, deixando de parte a questão de princípios, só interessava aos magnatas, meros usufrutuários. Tomando a si as despesas do culto, o estado, até certo ponto, atenuava a espoliação.

O espírito conciliador revelado pela Igreja em se tratando de questões de fazenda, desapareceu apenas sua disciplina interna foi atacada, como era de esperar, dos voltairianos, jansenistas, deístas e ateus influentes da Assembléia Nacional. A 12 de junho de 1790 a Constituição civil equiparou o número dos bispados ao dos departamentos, considerou elegíveis e meros funcionários públicos os curas e prelados, para estes substituiu as bulas de confirmação pontifícia por meras epístolas de comunhão. A 27 de novembro decretou-se que o clero prestasse juramento às leis, sob pena de serem considerados demissionários os que se recusassem e perseguidos como perturbadores da ordem os que teimassem em exercer suas funções. Outros atos distinguindo os eclesiásticos em constitucionais e refratários, suprimindo as ordens religiosas, agravando a situação dos que se conservaram fiéis à tradição, foram promulgados nos seguintes anos. Tudo se fez para incompatibilizar a Igreja e a sociedade moderna. Sob formas atenuadas ainda hoje o combate continua renhido.

O Rei sancionou a Constituição civil do clero em 24 de agosto. Cento e trinta bispos, quarenta e seis mil sacerdotes recusaram o juramento, prestado apenas por quatro bispos e dois coadjutores. Em 10 de março de 1791, Pio VI reprovou a Constituição civil e proibiu o juramento. Os clérigos constitucionais ficaram sendo cismáticos.

Fiel católico, o Rei debatia-se numa situação dolorosa para sua consciência. Não podia recorrer aos sacerdotes constitucionais condenados pela Santa Sé. Tampouco lhe permitiam servir-se dos refratários, desobedientes à lei. Foi este um dos motivos que o levaram, em companhia de sua família, a sair de Paris, em 20 do junho, com destino a Metz, de onde seria fácil passar para o estrangeiro se faltassem os batalhões com que contava. Reconhecido em Varennes teve de voltar para Paris. Tão forte e unânimes se manifestaram, porém, os sentimentos monár-

quicos das províncias por onde passava o prisioneiro, que os constituintes apenas se atreveram a suspendê-lo. Com o juramento da Constituição a 14 de setembro lhe foi restituída a plenitude do poder.

A 1^o de outubro do 1791 a Constituinte foi rendida pela Assembléia Legislativa. Na massa amorfa da nova corporação dominavam a paixão anticlerical, o ódio aos emigrados, veleidades belicosas; tendências republicanas não apareciam nitidamente. Um político inteligente poderia deparar elemento de governo e governar: o Rei limitou-se a exercer a prerrogativa do veto e aguardar socorros do exterior.

A guerra fora evitada até ali graças à prudência do Imperador da Alemanha, irmão da Rainha, Maria Antonieta; à esquivança da Inglaterra, pouco disposta a imiscuir-se em complicações internacionais, cujo desfecho ninguém podia prever, e finalmente ao receio dos exaltados de que a Coroa saísse fortalecida de uma campanha feliz. Agora o Exército estava minado pelo espírito revolucionário e representava a melhor arma de combate contra a realeza. O novo Imperador não possuía a prudência de seu pai, o sagaz Leopoldo II.

Reclamações sobre os direitos feudais abolidos na Alsácia precipitaram a crise. A 20 de abril de 1792 o Rei foi à Assembléia declarar guerra à Áustria. Nela, desde o princípio tomou parte a Prússia como aliada da Áustria.

As tropas da França contaram as derrotas pelos recontos; várias cidades fronteiriças foram tomadas sem resistência, o território foi invadido. A declaração da pátria em perigo eletrizou a população, mas seus efeitos não se fizeram logo sentir.

Entretanto, apregoava-se em Paris, o inimigo não acampa só nas fronteiras; dentro delas conspiram os piores elementos e cumpre eliminá-los para assegurar a vitória. A 20 de junho foi invadido desrespeitosamente o Paço, o só a sua coragem deveu Luís XVI não ter sido assassinado. A 10 de agosto houve combate à roda das Tulherias, seguido de morticínio frio dos defensores; o Rei, para evitar maiores desgraças, refugiou-se na Assembléia que o depôs e convocou uma convenção nacional. De 2 a 6 de setembro foram exterminados metodicamente os presos políticos detidos nas prisões de Paris, padres refratários, mulheres nobres, parentes de emigrados, simples suspeitos.

A Convenção Nacional reuniu-se a 21 de setembro, proclamou a República e tratou de processar o Rei. Condenado à morte, foi executado em 21 de janeiro de 1793.

Já neste tempo a situação do governo mudara. Os prussianos, batidos em Valmy a 20 de setembro, começaram o movimento de retirada. A 23 de outubro a fronteira se achava desafrentada. A batalha de Jemappes a 6 de novembro, a ocupação de Bruxelas a 14, libertaram os Países-Baixos do jugo secular dos austríacos. A navegação do Scheldt foi declarada livre, apesar dos muitos tratados que dispunham o contrário. A 19 de novembro, a Convenção, enveredando pela estrada da propaganda armada, prometeu auxiliar todos os povos dispostos a sacudir a opressão.

A Inglaterra, que se mantivera em absoluta neutralidade, chamou seu embaixador em Paris logo depois dos sucessos de 10 de agosto, deixando aí um simples encarregado de negócios. A proclamação da República não a aterrou e pôde-se até esperar que a reconheceria, como reconheceu a Constituição de 1791. Contra a abertura do Escalda reclamou, por lesiva a seus interesses e ofensiva de fatos internacionais em que entrara como fiadora. Indignou-a o decreto de 19 de novembro, facho incendiário, destinado a conflagrar todo o continente. Entretanto, prosseguiram as negociações; só depois da execução do Rei, foi mandado sair do reino o encarregado de negócios na França. Respondeu-lhe a Convenção Nacional declarando-lhe guerra a 19 de fevereiro.

Desde os primórdios a revolução melindrara o entusiasmo religioso, a fé monárquica e o gênio ardente do povo espanhol. Num conflito com a Inglaterra a propósito da ilha de Vancouver, os constituintes impediram a remessa de auxílios garantidos pelo pacto de família e tanto mais se acirrou a hostilidade. O conde de Floridablanca, primeiro ministro, forneceu subsídios quantiosos aos príncipes emigrados, protegeu conspirações realistas, perseguiu e expulsou todos os franceses suspeitos e até os que razoavelmente não se podia considerar como tais, desconsiderou os diplomatas mandados de Paris e agitou-se no empenho de organizar uma coalizão contra a França. A 29 de fevereiro de 1792 substituiu-o o conde de Aranda que seguiu rumo contrário, todo complacências e fraquezas. Destes dois famosos ministros de Carlos IV fez um o que deveria fazer o outro, pondera um historiador; a política de paz e

neutralidade de Aranda seria tão oportuna no tempo do Ministério de Floridablanca, como a política belicosa deste, contemporânea da guerra contra a Áustria e Prússia, corresponderia às exigências da situação sob o Ministério de Aranda.

A 15 de novembro Aranda teve de ceder o lugar a Manuel Godói, jovem fidalgo extremenho, de vinte e cinco anos, que possuía por título único, a tamanhas reponsabilidades, ser amante da impudica Rainha. Carlos IV, Maria Luísa e Godói reportam o espírito à Roma imperial, lembram Cláudio, Messalina e Narciso. E, caso singular, se a Rainha realizava impossíveis para satisfazer as veleidades do amante, o Rei votava tal afeto a seu querido Manuel que só a morte pôde separá-los.

Godói procurou salvar Luís XVI, e suas propostas cada vez as urgentes à Convenção acompanharam-no até o último momento. A morte do Rei causou em todo país uma impressão extraordinária: um povo inteiro levantou-se, bradando por vingança, oferecendo todos seus haveres para as despesas, prestes a marchar contra o inimigo, desde os duques e prelados maiores até os mendigos e contrabandistas. A 19 de fevereiro foram entregues os passaportes ao ministro de França. A 7 de março a Convenção Nacional declarou guerra à Espanha.

Durante parte destes anos agitados reinava em Portugal D. Maria I.

A 1^ª de fevereiro de 1792 acometeu-a um acesso de loucura; a 10 de fevereiro assumiu a regência seu filho D. João.

Nem um interesse lesara, nem uma ofensa ou humilhação atirara a França ao velho reino, cujo interesse, quando toda Europa entrava em luta, consistia claramente em manter-se na mais completa neutralidade. A convenção facilitou-lhe esta atitude, mandando em março de 1793 Antônio Darbault, como secretário da Legação, reatar as relações suspensas pela retirada do conde de Chalons. Lorde Saint Helens, incumbido de pactuar aliança com o Governo espanhol, seguiu para Madri sem desembarcar em Lisboa. Na sua cegueira o Ministério recusou-se a reconhecer o caráter oficial do emissário francês e fê-lo retirar com a maior brevidade. Quando soube do pacto firmado em Arrajuez, em 25 de março, não descansou enquanto não logrou fazer igual, pois uma tríplice

aliança era desde muito sua monomania. Não o conseguiu inteiramente, mas, separadamente: a Espanha satisfez-lhe os desejos em 15 de julho, e a Inglaterra, de cujo abandono e menosprezo se queixara, em 26 de setembro.

Uma esquadilha portuguesa transportou logo cinco mil e quatrocentos homens e vinte e duas bocas-de-fogo a reunir-se com os espanhóis que combatiam nos Pirineus orientais. Na primeira campanha os dois exércitos aliados colheram mais de um triunfo, chegaram perto de Perpignan e com um pouco mais de iniciativa e resolução poderiam alcançar Tolosa, pois, nas regiões atravessadas, dominava o Partido Monárquico, e os próprios girondinos, em luta contra a Montanha, os acolheriam como libertadores.

A tibieza dos generais estragou situação tão vantajosa e quando, retomado Toulon, os franceses puderam prestar atenção à fronteira espanhola, tudo levaram diante de si.

A frota portuguesa reuniu-se à inglesa e ajudou-a a vigiar a costa do Atlântico. Mais tarde operou no Mediterrâneo, bloqueou durante algum tempo a ilha de Malta e colaborou na destruição da esquadra napolitana. Foi sempre sistema dos ingleses nesta guerra – e os sucessos o mostraram quando era acertado – destruir ou seqüestrar as esquadras com que não podiam contar. Os portugueses não tomaram parte em um só dos grandes combates que tornaram memorável aquela época nos fastos marítimos; em 1800 recolheram-se ao Reino.

Os reveses sofridos de um e outro lado dos Pirineus, a invasão já iniciada pelos heróicos soldados da revolução, que por onde passavam iam semeando idéias de liberdade, abateram a fúria belicosa e mostraram a Godói e à Rainha a urgência de conseguir a paz com o inimigo vitorioso. Convenções com a Inglaterra e Portugal dispunham que a paz só podia ser feita conjuntamente pelas três potências aliadas, mas que importava isto ao guapo aventureiro? Entretanto, tentou-o por linhas tortuosas e subterrâneas, simultaneamente na Espanha e Suíça. Era talvez o caminho mais apropriado. Os dois beligerantes nutriam pretensões igualmente desarrazoadas que o tempo se encarregou de ir arredando. Como a França precisava das tropas empregadas na Espanha para reforçar as da Itália, mostrou-se cada vez mais conciliadora, a ponto de contentar-se com parte da ilha de S. Domingos. A 22 de junho de

1795 assinou-se a paz de Basel, que, com outras ultimadas antes ou logo em seguida, rompeu a primeira coalizão da Europa contra a França. Godói, que não aceitou a cessão de Portugal, foi agraciado pelo sempre bondoso Carlos IV com o título de Príncipe da Paz. Neste tratado a França aceitou a mediação da Espanha quando se tratasse de estabelecer relações pacíficas com Portugal.

Também por Basel andou Antônio de Araújo de Azevedo a ver se conseguia fazer as pazes do Reino com a República Francesa. Exigiam-lhe o fornecimento de animais, trigo, etc., e a restituição das capitâneas do Pará e Pernambuco, primitivamente fundadas por franceses, alegaram estes. Depois abriram mão destes territórios, mas as negociações não prosseguiram, porque era perder tempo entreter-se com propostas tão pouco firmes. Anos depois, graças à venalidade do Diretório, o diplomata português foi mais feliz, assinando em Paris, em 10 de agosto de 1797, um tratado pelo qual o Governo português se obrigava a fazer indenização de dez milhões de libras turnesas e alterava os limites com a Guiana Francesa. Um artigo estipulava que, em caso de guerra com a França, Portugal não auxiliaria a Grã-Bretanha com tropas, dinheiro ou mantimentos; outro, marcava o máximo de seis para os navios de cada beligerante que podiam estar nas costas portuguesas. Estes artigos repugnaram em Lisboa, onde deixaram passar o prazo para a ratificação, e ainda mais um mês; então o Diretório anulou o tratado de 26 de outubro, mandou recolher Antônio de Araújo preso no Templo e depois expulsou-o. Os sucessos posteriores mostraram como fora previdente e quantos males se poderia ter evitado aprovando a obra.

Logo em seguida à paz de Basel, a Espanha entrou em aliança com a França, e conquanto não movesse hostilidades contra o vizinho, Portugal começou a sentir os efeitos de seu afobamento guerreiro. A guerra marítima tornou-se agora cada vez mais funesta para Portugal, escreve Schaefer, *“pois que os portos de Espanha e de suas colônias estavam abertos aos navios de guerra e aos corsários franceses, e todas as costas de Portugal e das suas possessões nos restantes continentes, o seu comércio e a sua navegação quedaram expostos aos seus assaltos. As naus, com as opulentas cargas do Brasil, caíram em mãos de franceses. Não se passava um dia sem a notícia de uma nova presa que estes haviam feito; os negociantes, mormente de Lisboa e Porto, sofreram grandes prejuízos e as falências aumentaram em todas as praças comerciais marítimas portuguesas.*

Desde 1794, isto é, desde quando se deram as primeiras hostilidades, até a paz de Madri no ano de 1801, as perdas sofridas pelos portugueses são avaliadas em duzentos milhões de francos. De modo que estas grandes perdas que vinham juntas com a diminuição das lavras das minas brasileiras, dos direitos das mercancias comerciais e das fazendas inglesas pescadas em grande porção por contrabando, ajuntando-se-lhes os gastos dos equipamentos militares ultimamente feitos, vieram a produzir um tão grande descalabro no erário público que houve de se proceder a medidas extraordinárias para cobrir a escassez e para prover as mais urgentes necessidades do estado". Uma destas medidas foi o recurso ao papel-moeda. Fez-se a primeira emissão em 1797, seguida de quatro outras em 1798, 1799, 1805 e 1807. Ainda carregamos com esta herança.

Entretanto, o Diretório fora deposto na França e Napoleão Bonaparte eleito primeiro-cônsul. Aos olhos do gênio da guerra só um inimigo aparecia ameaçando seus planos grandiosos: a Inglaterra que ela expelira de Toulon; que graças à situação insular zombara das tentativas de invasão; que fora combater no Egito e encontrara embargando-lhe os passos na Síria, dominadora dos mares por sua esquadra vitoriosa, rival terrível no continente pelo ouro inestancável com que trazia a soldo os exércitos das outras nações. Um meio de ferir o colosso era abater Portugal.

Cumpria obter o auxílio da Espanha, cujo Rei se mostrava até então avesso a tomar armas contra o Príncipe, seu genro, esposo de Carlota Joaquina, a filha predileta e digna filha da Rainha. Emissários do primeiro-cônsul mandados à península voltaram convencidos de que nada era impossível conseguir do Príncipe da Paz, e por conseguinte da Rainha, e portanto de Carlos IV. De fato, a 29 de janeiro de 1801 Cevalos e Luciano Bonaparte assinaram um tratado pelo qual os espanhóis invadiriam Portugal, ocupariam juntamente com as tropas francesas, que já estavam em marcha, a quarta parte do país e obrigariam a fechar os portos aos navios britânicos.

As hostilidades começaram em maio e terminaram em junho. Os invasores não encontraram por assim dizer resistência e marcharam de vitória em vitória. Só na América os acontecimentos tiveram desenlace diferente; tropas irregulares atacaram os Sete Povos das Missões, conquistaram-nas em poucas semanas e fixaram os limites pelo rio Ibicuí. Luciano assinou a toda pressa o Tratado de Madri agravou certas cláu-

sulas, mas o plano primitivo ficou burlado. E a paz de Amiens, assinada entre a França e a Inglaterra a 25 de março de 1802, reconciliou os dois inimigos irreductíveis.

A paz de Amiens, tão saudada por todos, não devia durar muito, – por culpa da Inglaterra que não podia tolerar uma França tão grande e tão forte, escrevem os historiadores franceses, – por Napoleão ser incapaz de acatar os tratados mais explícitos e solenes, – respondem com vantagem do outro lado da Mancha. A Grã-Bretanha foi a primeira a declarar a guerra e nova coalizão pôs em armas todo continente.

Desta vez, Portugal absteve-se de correr em busca de aventuras; a poder de milhões comprou à França o direito de se manter neutro e sujeitou-se à tutoria dos dois generais Lanes e Junot, dois embaixadores encarregados de trazer sempre inquieta a Corte. Em 1805 o Príncipe-Regente foi acometido de convulsões, andou algum tempo segregado, talvez para disfarçar os infortúnios domésticos, e circulou o boato de que estava sofrendo da enfermidade materna. Quem seria então regente? Carlota Joaquina?

A 16 de janeiro de 1806, o Príncipe da Paz escrevia a Eugênio Izquierdo, seu agente confidencial em Paris, que o Príncipe de Portugal estava louco; as duas princesas que disputavam a regência eram inimigas da Espanha, e se o Imperador quisesse, ele, Príncipe da Paz, assumiria a regência. Por Lacépède fez Napoleão saber a Izquierdo que apoiaria com sua influência e até pelas armas todos os planos do Príncipe da Paz relativos a Portugal; queria, porém, conhecê-los com precisão. Depois de consultar os soberanos, expôs Godói a 1^o de abril que seu plano era libertar de uma vez para sempre os interesses franceses e espanhóis do despotismo inglês em Portugal; precisava do auxílio da França para se apoderar de Portugal; poderia então ser-lhe confiada a regência. Poder-se-ia também dividir o país em duas metades: uma do Norte, para o infante D. Francisco, terceiro filho de Carlos IV; e outra, para aquele *“cujá gratidão corresponderá sempre à bondade de Sua Majestade Imperial”*. Podia-se também, tirando uma parte da Galiza, dividir a região em quatro partes: uma para o infante D. Carlos, outra para o infante D. Francisco, a terceira para o atual Príncipe-Regente de Portugal, e a quarta para *“aquele que pela benevolência de Sua Majestade Imperial e de Suas Majestades Católicas fosse elevado a essa altura”*. A negociação continuou e Talleyrand chegou a

apresentar a Izquierdo um projeto de discussão em 15 de junho. Outros sucessos mais importantes levaram estas combinações para o segundo plano.

Entretanto, Napoleão batia-se contra a segunda coalizão, vencida um a um todos os inimigos e do último e mais terrível, a Rússia, fazia aliado íntimo. Achava-se na mesma situação favorável de 1801, antes de ser estrangulado Paulo I. Era chegada a vez da Grã-Bretanha. Depois da batalha de Trafalgar não podia mais pensar em enfrentá-la no Oceano, e a tomada da frota dinamarquesa era, como segunda derrota, igualmente decisiva. Em terra não podia feri-la, porque mais ouro que sangue inglês corria nos campos. Restava separar a ilha do continente, instituir o bloqueio continental, concepção gigantesca que só não foi realizada pontualmente por imprudência do autor da execução. Se em 1808 não tivesse imprudentemente alienado a Espanha, se em 1810 não permitisse que as terras do Báltico abastecessem a Inglaterra de cereais abundantes, certo de que o ouro drenado enfraqueceria o inimigo, como poderiam os ingleses continuar a luta?

Toda Europa curvou-se submissa e obediente aos pés do autocrata. De Portugal não exigiu só o fechamento dos portos, que seria logo concedido: exigiu também o confisco dos bens e a prisão de todos os súditos ingleses.

Escreveu a seguinte carta ao Príncipe-Regente:

“Senhor meu irmão e primo.

“Considerarei a paz do continente, pela qual recebo com prazer as felicitações de Vossa Alteza Real, como caminho para a paz marítima. Todas as medidas, que tomei tendem a restabelecê-la; são adotadas pelas potências que têm, como Portugal, interesse direto em fazer respeitar pela Inglaterra a sua independência e os seus direitos. Meias medidas não teriam nem o mesmo bom êxito nem o mesmo caráter de adesão à causa comum, e Vossa Alteza Real pela força dos acontecimentos tem de escolher entre o continente e os insulares. Ligue-se intimamente ao interesse geral e garanto-lho na sua pessoa, na sua família, a conservação do seu poder. Mas se contra as minhas esperanças Vossa Alteza Real pusesse a sua confiança nos meus inimigos, só me restaria lamentar uma determinação que o afastasse de mim, e entregasse ao acaso dos acontecimentos a decisão de seus mais importantes interesses.

“Aproveito a ocasião de renovar a Vossa Alteza Real a certeza da minha alta estima e da minha sincera afeição, e rogo a Deus, senhor meu irmão e primo, que vos tenha na sua santa e digna guarda.

“Vosso bom irmão e primo. – Napoleão – Palácio de Bambouillet, 8 de setembro de 1807.”

Respondeu-lhe D. João:

“Senhor meu irmão e primo. Acabo de receber a carta de V. Majestade Imperial e Real de 8 do corrente, que o seu Encarregado de Negócios na minha Corte me apresentou. Não vaciei um só instante em abraçar a causa do continente para condescender com Vossa Majestade Imperial e Real e para contribuir da minha parte para a aceleração da paz marítima. Nestas circunstâncias críticas para a conservação dos meus estados americanos, que poderiam pôr-se independentes sob a proteção da Inglaterra, tomo a resolução de enviar para ali o meu filho primogênito o príncipe da Beira, para lá se demorar até à paz e assegurar a afeição de meus súditos no Brasil. Estou certo que esse passo há de merecer a aprovação de Vossa Majestade Imperial e Real, porque liga os interesses desta monarquia aos da Europa. Logo que meu filho tiver partido e entrar a minha esquadra que está no Mediterrâneo (podendo ambas as cousas realizar-se dentro de poucos dias) publicarei a minha resolução contra a Inglaterra, segundo os intuitos de Vossa Majestade Imperial e Real, que pode contar com a minha fidelidade na execução.

“Sinto sumamente que tenha havido nessa resolução um artigo que julguei contrário à minha consciência, e a respeito do qual eu não possa condescender com os desejos de Vossa Majestade Imperial e Real; além de o haver crido contrário à minha consciência, recei que os ingleses tentassem imediatamente forçar o porto de Lisboa, para apresarem as propriedades e as pessoas, destruírem ao mesmo tempo os navios dos meus súditos e apoderarem-se da minha real marinha, que estava desarmada.

“Aproveito esta ocasião para reiterar a Vossa Majestade Imperial e Real a segurança da minha alta estima e inviolável amizade.

“Além disto, senhor meu irmão e primo, peço a Deus que vos tenha na sua santa e digna guarda.

“Vosso bom irmão e primo, João.

“Maфра, 26 de setembro de 1807.”

A idéia de mandar o príncipe da Beira para o Brasil irritou sobremodo o Imperador. Em uma das cenas terríveis em que era mestre quando as julgava necessárias, deixou quase aniquilado o ministro de

Portugal. O pobre D. Lourenço de Lima ficou por tal modo confuso que pediu licença para ir a Portugal tentar um recurso extremo, e só em Angoulême pôde recapitular a *“cena extraordinária e nunca jamais ouvida que o Imperador teve comigo em audiência pública. Disse que tinha resolvido a perda absoluta da monarquia portuguesa e da Real casa de Bragança se o Príncipe Nosso Senhor não aderisse imediatamente a tudo quanto exigira já. Nem uma impressão lhe causou a resolução heróica que nosso Augusto Amo tomou de mandar seu Augusto Filho para o Brasil, que me atrevera a dizer inútil se não nocivo este magnânimo sacrifício, porque o Imperador entende que é ajuste entre nós e a Inglaterra e faz a Sua Alteza Real a injustiça de o supor de má-fé. É impossível que eu possa referir tudo o que se passou naquela memorável cena do dia 14, que quando imagino nela me parece fabulosa ainda que se passou comigo”*.

A seguinte carta é a última que D. João escreveu a Napoleão:

“Senhor meu irmão e primo. – Depois da carta que escrevi em 26 do mês passado a Vossa Majestade Imperial e Real, considere se poderia enviar-lhe alguma nova comunicação mais conforme ao seu desejo. Refletindo que a incerteza da época do meu rompimento com a Inglaterra talvez prejudicasse algum plano de Vossa Majestade Imperial e Real, que desejaria ter antecipadamente notícia de todos os portos da Europa que estavam fechados à Inglaterra, decidi-me a participar a Vossa Majestade Imperial e Real o momento fixo em que hei de publicar minha acessão ao sistema continental. Dentro em oito ou dez dias estará tudo pronto para a partida de meu filho; dar-lhe-hei seis dias para se afastar do perigo dos cruzeiros, de modo que não havendo tempo contrário para a saída publicar-se-á a 20 deste mês a minha declaração, chamar-se-á o meu Ministro em Londres, e convidar-se-á o de Inglaterra, na minha Corte, a retirar-se.

“Em compensação das enormes perdas que Portugal vai experimentar no seu comércio e talvez em algumas de suas colônias, tenho direito de esperar a condescendência de Vossa Majestade Imperial e Real a respeito das pessoas e mercadorias inglesas, às quais permitirei que saiam livremente.

“Estou persuadido que a generosa alma de Vossa Majestade Imperial e Real folgará com esta reciprocidade para comigo.

“Além das razões que aleguei a Vossa Majestade Imperial e Real, causar-me-ia desgosto constituir-me agressor em tal objeto. Os ingleses estão sobressaltados e retiram daqui as suas fazendas, por precaução insinuada pelo seu Governo, depois da retenção dos navios portugueses em França; a maior parte dos artigos são produtos deste país e principalmente vinhos. Os capitais que os negociantes portugueses têm na Ingla-

terra valem muito mais que os dos ingleses em Portugal. Depois da minha declaração farei ter a mais severa vigilância na introdução de toda a qualidade de manufaturas inglesas e tomar-se-ão todas as providências para pôr o Tejo e as costas marítimas em estado de vigorosa defesa, para o que tenho meios suficientes.

“Lisonjeio-me de que nestas medidas e em tudo o mais que de futuro eu mandar prover nesse sentido, Vossa Majestade Imperial e Real reconhecerá a minha firme adesão à causa continental. Espero também que à vista da minha declaração Vossa Majestade Imperial e Real não encontrará motivo algum para fazer marchar o seu exército reunido em Bayonna, aliás Portugal teria a desgraça de achar-se envolvido numa dupla guerra.

“Agradeço os socorros que pelo seu Encarregado de Negócios Vossa Majestade Imperial e Real houve por bem mandar oferecer-me; e se vier a precisar deles em alguma ocasião recorrerei à sua generosidade.

“Aproveito esta ocasião para repetir à Vossa Majestade Imperial e Real a certeza da minha elevada estima e inviolável amizade.

“Além disto, Senhor meu irmão e primo, peço a Deus que vos tenha na sua santa e digna guarda.

“Vosso bom irmão e primo. – João.

“Palácio da Ajuda, 3 de outubro de 1807.”

A dupla guerra prevista pelo Príncipe-Regente esteve prestes a realizar-se. A 8 de novembro, vencendo os últimos escrúpulos, mandou ele deter alguns súditos britânicos, e confiscou uma considerável porção da propriedade britânica existente em Lisboa.

Lorde Strangford imediatamente fez tirar de sua residência as armas de Inglaterra, pediu os passaportes, apresentou um protesto final contra procedimento tão injustificável e a 17 juntou-se à armada inglesa, que chegou sob o comando de *Sir* Sidney Smith, o defensor vitorioso de S. João d’Acre contra Napoleão. Começou logo o bloqueio do Tejo.

Entretanto, desde 1803 tantas vezes a Inglaterra lembrara a partida da Corte para o Brasil – ainda poucos dias antes assinada uma convenção prevendo esta hipótese que Lorde Strangford fez uma última tentativa. Requereu a D. João uma audiênda e um salvo-conduto e a 27 partiu no *Confiance* para Lisboa sob a bandeira parlamentar. Ficou-se en-

tão sabendo a invasão de Portugal pelas tropas de Junot, o tratado de Fontainebleau, a degradação da casa de Bragança, a inutilidade, em suma, de todos os esforços para satisfazer o insaciável Imperador.

Só assim se convenceu D. João, que partiu a 29, acompanhado até certa distância por toda a esquadra inglesa, de que foram destacados quatro vasos para acompanhá-lo ao Brasil. Calcula-se que vinham a bordo da armada trinta mil pessoas, e pode-se bem imaginar a confusão com que tudo se fez.

Na altura da Madeira uma tempestade dispersou os navios, do que uns foram dar ao Rio de Janeiro, destino de todos, os outros à Paraíba e mais portos. Achando-se na altura da Bahia, D. João mandou aproar para terra e a 22 fundeava na antiga capital da América Portuguesa.

Na cidade de Tomé de Sousa, seis dias depois de sua chegada, promulgou a famosa carta régia, de que hoje comemoramos o aniversário:

“Conde da Ponte, do meu Conselho, Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia, amigo. Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar como aquele que amo.

“Atendendo à representação que fizestes subir à minha Real presença sobre se achar interrompido e suspenso o comércio desta capitania, com grave prejuízo dos meus vassallos e da minha Real Fazenda, em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa; e querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta e capaz de melhorar o progresso de tais danos: Sou servido ordenar interina e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral, que efetivamente regule semelhantes matérias, o seguinte: Primo: Que sejam admissíveis nas alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportadas ou em navios estrangeiros das Potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassallos, pagando de entrada 24 por cento; a saber, 20 de direitos grossos, e 4 do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas ou aforamentos, por que até o presente se regulam cada uma das ditas alfândegas, ficando os vinhos, águas ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos que até agora nelas satisfaziam. Secundo: Que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros, possam exportar para os portos que bem lhes parecer a beneficio do comércio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produtos coloniais, à exceção do pau-brasil, ou outros notoriamente estancados, pagando por saída os mesmos direitos já

estabelecidos nas respectivas capitanias, ficando entretanto como em suspenso e sem vigor todas as leis, cartas régias ou outras ordens, que até aqui proibiam nesse Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre os meus vassallos e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com zelo e atividade que de vós espero.

“Escrita na Bahia, aos 28 de janeiro de 1808. – Para o Conde da Ponte. – Príncipe.”

Os antecedentes deste ato quase totalmente são desconhecidos.

Na convenção secreta, relativa à transmigração da família real, assinada em Londres a 22 de outubro de 1807, pactuava-se que no caso de se fecharem os portos de Portugal à bandeira inglesa, seria estabelecido um porto na ilha de Santa Catarina ou em outro lugar da costa do Brasil, por onde as mercadorias portuguesas e britânicas poderiam ser importadas em navios ingleses, pagando os mesmos direitos que pagavam atualmente em Portugal e durando este acordo até novo ajuste.

Tal o primeiro germe que se tem podido descobrir, até hoje, do grande pensamento realizado há um século.

Tradições que indiretamente remontam a Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, referem que na noite de 28 de novembro Lorde Strangford foi a bordo da nau *Medusa*, onde estava o Ministro Antônio de Araújo, e entrou a propor-lhe condições interesseiras e insuportáveis, debaixo das quais Sidney Smith, comandante do bloqueio, consentiria na saída da Corte portuguesa para o Brasil. Uma destas era a abertura dos portos do Brasil, a concorrência livre e reservada à Inglaterra, marcando-lhe desde então uma tarifa de direitos insignificantes, e até que um dos portos do Brasil fosse entregue logo à Inglaterra. Antônio de Araújo, em vista de semelhante imposição perdeu a paciência, e lembrou a Lorde Strangford a carta de Sua Majestade Britânica, os ofícios de seus Ministros sobre esta viagem... se eram aquelas as instruções dos Ministros de Jorge III, ele aborrecia tais Ministros. Lorde Strangford, depois de trocar outras palavras igualmente calorosas, concluiu dizendo com serenidade: *“como a viagem é para o Brasil estamos todos conformes”*.

Enfim, por letra de Tomás Antônio lê-se em um manuscrito guardado na Biblioteca Nacional:

“Neste ano chegou Sua Majestade à Bahia a 22 de janeiro, esteve servindo de Ministro de Estado D. Fernando José de Portugal, porque este e o Marquês

de Belas, José de Vasconcelos e Sousa, e o Marquês de Anjeja, D. José de Noronha, que tinham impugnado a jornada, é que foram com Sua Majestade na nau Príncipe Real; e os dois Ministros que havia, Antônio de Araújo e Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá, aquele foi na nau Medusa e este na fragata... e os mais Conselheiros de Estado, Marquês de Pombal, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o Mordomo-Mor o Duque de Cadaval foram nas mais, e como se dispersou a esquadra com a tormenta, na altura da Madeira, foram a diversos portos.

“Neste intervalo, até que Sua Majestade chegasse ao Rio de Janeiro, a 7 de março, D. Fernando foi capacitado por José da Silva Lisboa, a quem o Marquês fez nomear lente de economia política, e por Antônio da Silva Lisboa que aqui estava administrando o contrato de João Ferreira, o Soba, para fazer assinar por el-Rei o decreto para abrir todos os portos do Brasil às nações estrangeiras.

“Antônio de Araújo tinha falado com o ministro inglês Lorde Strangford, que se havia de abrir algum porto; mas, em consequência disto, não houve ocasião nem de negociar, nem de compensação inglesa e ficou aberta a porta. Parece que o Marquês de Belas se capacitou também e conveio; porque ele é que tinha sido incumbido de redigir o decreto e instruções que el-Rei deixou em Lisboa para os governadores do Reino.”

O futuro pode esclarecer os incidentes. Mas não precisamos de novas investigações para saudar o dia 28 de janeiro como um dos maiores da nossa história.

.....

Sob o Primeiro Império *
I

E

DUARDO Theodor Boesche, autor de um dicionário português-alemão e alemão-português que prestou bons serviços aos estudiosos das duas línguas, e não há muito saiu em sexta edição consideravelmente acrescida, esteve parte de sua mocidade no Brasil. Suas impressões constam de um livrinho, hoje bastante raro, editado em 1835 pela casa Hoffmann e Campe, de Hamburgo: *Wechselbilder, etc.*

O longo título significa em vernáculo: *Quadros vários de viagens terrestres e marítimas, aventuras, sucessos, acontecimentos públicos, descrições de povos e costumes, durante uma navegação ao Brasil e assistência decenal ali, nos anos de 1825 a 1834.*

Contava o autor dezoito anos, quando resolveu atravessar o Atlântico. A fama das riquezas naturais do nosso país retumbava na Alemanha. Única monarquia do Novo Mundo sorria aos espíritos ainda doloridos com as tragédias da Revolução Francesa. A distância avultava as dimensões do jovem Imperador que conservara unido o patrimônio hereditário. Além disto, Boesche, estudioso por índole e disposto a consa-

* Artigos publicados no *Jornal do Comércio* de 16 a 26 de julho de 1908.

grar-se à carreira das letras, não via possibilidade de na pátria realizar seus desejos, com os minguados recursos de que dispunha. Assim decidiu-se a romper com o Velho Mundo e demandar novos ares e novos povos.

Possuía já instrução bastante extensa. Conhecia, além da própria, as línguas francesa e inglesa. Era lido em literatura e tinha suas veleidades literárias: no livro insere algumas poesias, e um drama de some-nos importância, diga-se de passagem. A bordo, muito contra sua vontade, incumbiram-no de escrever as prédicas dominicais para a tripulação. No Brasil ocupou-se às vezes de trabalhos de engenharia.

Em dezembro de 1824, partiu com um conterrâneo de Hannover para Hamburgo, onde o Major Schaeffer angariava emigrantes para o Brasil. Neumann, secretário deste, obteve-lhe urna entrevista com o famoso Major.

“Quando entramos no quarto, o messias da terra prometida estava sentado num canapé e na mesa fronteira perfilavam-se várias garrafas de vinho. Era de manhãzinha, mas o valente cavalheiro já se aconselhara com algumas delas; esta ocupação parecia absorvê-lo de todo, pois era um encher e esvaziar sem descanso. Não era o físico do homem o mais próprio para atrair emigrantes. As feições torvas e rabujentas diziam bem com o olhar sorrateiro e picante dos olhos pardos, e a cabeça calva emprestava ao conjunto um quê de antipático e repelente. Depois de por algum tempo nos haver mirado com particular benevolência, pois éramos ambos muito altos para a nossa idade e prometíamos dois latagões sacudidos, despenhou torrencialmente uma serenata entretecida de flores de retórica, abrindo as perspectivas mais pitorescas do futuro mais risonho sob o pavilhão do marte-brasilico. Era impossível não encontrarmos nossa felicidade; riquezas, honrarias, altos empregos, terras próprias, alardeava prodigamente. O soldo do exército brasileiro era o duplo do inglês. Muitos moços que, como nós, se tinham atirado ao mundo grande, tornaram à pátria com a glória de altas proezas. Quem sabe se o seio do futuro não nos guardaria sorte igual? Quando Schaeffer perdia o fôlego, Neumann embocava a trombeta e soprava com vigor novo.”

Deviam embarcar no transporte *Wilhelmine*. E ao ir para bordo sentiu Boesche a primeira hesitação: *“Nosso transporte recebeu uma centena de pessoas. Tremi ao avistar aquela gentalha rota, de que muitos mal logravam encobrir a nudez, e cuja atitude trazia o cunho da rudeza e da bestialidade animais. Estava bêbeda a maior parte destes maltrapilhos e vagabundos. Contudo estes ho-*

mens pertenciam ainda à melhor classe de passageiros, pois muitos deles traziam o coração incorrupto e bem formado de natureza, cujos melhores impulsos só o desespero de sua situação os levava a adormecerem por meio de excessos de toda ordem. Estava-me reservado fazer o conhecimento de súcia muito pior, composta de criminosos de Macklemburgo, que Schaeffer elegera para concidadãos de sua nova pátria, assassinos e ladrões levados presos e algemados para bordo.”

Só em fevereiro de 1825 o *Wilhelmine* levantou ferro, trazendo cerca de 900 pessoas, oficiais do exército, soldados, famílias de colonos, etc. A viagem correu sem acidentes; reinou sempre saúde a bordo, poucos morreram, nasceram dois; pequenos desaguizados foram resolvidos pacificamente. A 14 de abril apareceu a costa americana, a 22 pela madrugada entrava-se pela baía do Rio.

Apenas fundearam, apresentou-se Monsenhor Machado de Miranda, inspetor geral da colonização, que anunciou a visita de Suas Majestades.

“D. Pedro e sua esposa não se fizeram muito esperar, e vieram acompanhados de generais e camaristas. O Imperador, conquanto não fosse bonito, tinha aspecto agradável, e estatura harmônica. Sombreavam-lhe a fronte bastos cabelos negros e anelados, os olhos escuros e brilhantes saltitavam de um para outro objeto, o nariz era um pouco curvado, a boca regular ornava-se de dentes alvos. As marcas de bexiga eram cobertas pela barba abundante. O porte nobre revelava o homem acostumado ao mando. Um chapéu branco e redondo, um lenço de seda de cor passado negligentemente pelo pescoço à moda de marinheiro e preso ao peito, um casaco escuro de pano leve, calças brancas, botas com esporas de prata, completavam o traje do senhor de um dos maiores impérios da Terra.

“Em sua esposa reconhecia-se logo à primeira vista o rebentão de Habsburgo. A cabeleira e os olhos azuis revelavam a procedência germânica. O vestuário esquisito, antes de homem que de mulher, chapéu redondo para homem, calças masculinas, uma túnica, por cima uma saia e botas de montar com espessas e maciças esporas de prata, davam-lhe um aspecto varonil e tiravam-lhe a graça. Sua tez muito vermelha atribuíam uns ao clima, outros a um líquido que não era só água da fonte.”

O estado da gente, fartamente alimentada durante a travessia, impressionou fortemente o Imperador. *“Considerava com visível benevolência os recém-chegados, principalmente os de maior altura e para avaliá-la servia-se de sua imperial pessoa como medida, costas com costas, à maneira do prisco Jano. Se queria*

trocar palavra com alguém, chamava a esposa, dizendo: Senhora, faz o favor, e esta servia-lhe de intérprete.”

Depois do desembarque os colonos seguiram para a armação, de onde sem grande demora foram mandados para S. Leopoldo. Os militares recolheram-se ao mosteiro de S. Bento: os oficiais nas celas, os soldados nos pátios e corredores. O autor descreve a desordem reinante: jogo, bebedeira, sarilhos, desrespeito aos oficiais, roubos, etc. O barulho nascia à noite como lenitivo contra as pulgas, mosquitos e outros perseguidores.

“O epílogo do drama grosseiro consistia na zombaria do culto católico. Suprimindo todo sentimento moral, calcando aos pés as coisas veneráveis, organizava-se uma procissão. Sob gargalhadas alvares, prendia-se uma colcha a quatro varas, o que representava um pátio, punha-se por cima um cachorro, substituía-se pelos atributos mais ignominiosos os sagrados símbolos do sacerdote que carregava o Santíssimo; um dos furiosos fazia de sacerdote. Começava então a marcha. A canalha desenfreada, composta de algumas centenas de pessoas, empunhando cada uma sua vela de sebo e uma garrafa de aguardente, seguia praticando os maiores excessos. Cantava-se uma poesia imunda, acompanhada de música sacra, e entremeada de Ora pro nobis. Um dos beneditinos, iludido pela música sacra, quis assistir aos atos de devoção. Reconhecendo horrorizado seu engano, tentou retirar-se, mas a quadrilha já o cercara e...”

Se algum oficial mais consciencioso ousava apresentar-se à noite a esta gente, um ih! repetido por milhares de gargantas acolhia-o; e se não se dava por entendido, apagavam-se as luzes, choviam as caçarolas e malas sobre o imprudente. O mau procedimento dos soldados explicava-se pela falta da seleção; mas não concorriam menos a má alimentação, composta de caldo de feijão pela manhã, sopa de arroz e carne dura ao jantar; as sujas esteiras, que serviam de leito; os mosquitos, que impossibilitavam o sono seguido; os exercícios excessivos; o uso freqüente da chibata, a que os oficiais recorriam para extorquir o respeito que não sabiam inspirar quando não obedeciam a móveis de ordem ainda mais deprimente e desonrosa.

Boesche fora contratado como cadete de cavalaria, mas não havia tal arma. A gente de *Wilhelmine*, a de *Kranich*, *Triton* e *Caroline* foram distribuídas pelo 27^o de caçadores e pelo 3^o de granadeiros; pertencer a um ou a outro dependia não da preferência própria, mas da

altura. Incorporado ao terceiro batalhão de granadeiros, teve o autor por quartel a Praia Vermelha.

Para hospedar os soldados havia apenas barracas que não defendiam da chuva. Os exercícios eram continuados, os castigos corporais sem conta. Ewald, comandante do batalhão, tão servil para os superiores como cruel com os subordinados, era a pessoa menos própria para o cargo. Deserções, suicídios, aleijões, bebedeiras em que se procurava apagar o desespero, amiudaram-se. Apaixonando-se por uma mulher de má vida, custeada por vários comerciantes, o comandante fazia todos os domingos, à tarde, desfilar a tropa em ordem de marcha em frente ao jardim de sua dulcinéia, na praia do Botafogo. Chegou a ponto de levar para uma parada no Campo de Santana, atada à bandeira do corpo, uma liga azul de Gertrudes. Por ordem do general teve de retirá-la com a própria mão à vista de todos.

“Durante o tempo que nosso batalhão fazia exercícios na Praia Vermelha, Suas Majestades davam-nos a honra freqüente de sua visita. Ao romper do dia chegavam a cavalo à porta da fortaleza D. Pedro e sua consorte, acompanhados de camaristas e generais. Não há talvez no mundo soldado tão entendido como o Imperador no manejo prático e no exercício da espingarda. O cerra-filas nunca o satisfazia, e em geral sua imperial pessoa assumia o papel de baliza (que representava magistralmente), a ponto de soldados que serviram sob dez potentados terem de confessar que nunca viram cerra-filas tão habilidoso. De resto, seus modos são grosseiros, falta-lhe o sentimento das conveniências, pois, vi-o uma vez trepar ao muro da fortaleza para satisfazer a uma necessidade natural, e nesta atitude altamente indecorosa assistir ao desfile de um batalhão em continência. Tal espetáculo deixou naturalmente atônitos a todos os soldados alemães, mas o imperial ator conservou inalterável a calma.”

Pelos fins de 1825 o batalhão foi mudado para a Guarda Velha: *“Este edifício defronta o convento de Santo Antônio, e seu aspecto spectral não dá desejos de habitá-lo. Quantas vezes foram objetos de inveja dos soldados os bojudos frades do opulento claustro, que diariamente matavam bois e porcos e, para passar o tempo, caçavam ratos no espaçoso jardim. No quartel não havia sequer tarimbas e tinha-se de dormir no chão, em esteiras, mas tanta repugnância havia pela vida de fortaleza que se considerava uma felicidade ter largado a inóspita Praia Vermelha. Logo depois passei a furriel, e como tal me deram um quarto separado. Também os soldados desfrutavam melhores dias, porque quase todos sabendo um ofício, puderam*

arranjar algum dinheiro por fora. O serviço da guarnição era muito pesado, pois, de três em três dias, o batalhão dava guarda, e patrulha nos outros.”

A desordem continuava a mesma, o comandante cada vez mais embelezado por D. Gertrudes, de cuja casa não saía, os oficiais entregues às orgias e bebedeiras, os soldados sujeitos à pancadaria, à mortalidade crescente.

Um domingo correu o boato que dois alemães tinham sido mortos por soldados do 13^o batalhão brasileiro. De fato, apareceram os dois cadáveres junto ao Largo da Carioca, e, imediatamente, lavrou a indignação e jurou-se vingança na Guarda Velha. O oficial de dia, Tenente Prah, bêbedo, mandou tocar rebate, pôs-se à frente dos indisciplinados, atacou a guarda do largo, doze soldados e um subalterno, de que um só não escapou às baionetas. A intervenção de pessoas mais calmas evitou maiores excessos planejados. No mesmo dia o Tenente Prah seguiu preso para a ilha das Cobras. Reunido o batalhão no Campo de Santana, D. Pedro mandou que desse um passo à frente quem tivesse entrado no incidente. Todos os que se apresentaram foram punidos com cem chibatadas, desferidas pelos cornetas do 13^o Batalhão. *“O comandante, Major Ewald, intercedeu por um dos culpados, mas o Imperador repeliu-o arrebatadamente. Como, apesar disso, o major insistisse, dignou-se Sua Majestade, com sua mão sereníssima, chegar-lhe o azorrague ao lombo uma meia dúzia de vezes.”*

O autor conta outro destes gestos a Pedro Cru, passado mais tarde, mas que pode entrar logo aqui.

“Quando o 27^o de caçadores alemães ia embarcar para o teatro da guerra do Sul, mandou D. Pedro que o pagador do Tesouro, Coronel R., pagasse os soldos atrasados do batalhão. Indo o quartel-mestre à repartição no outro dia receber o dinheiro, disseram-lhe que não tinham tempo. Debalde representou que o navio podia partir a cada instante; e como o batalhão já estava a bordo, resolveu ir a S. Cristóvão, entender-se diretamente como D. Pedro. Ao chegar à Quinta Imperial, o Imperador, que estava à sacada, perguntou-lhe o que queria. O quartel-mestre expôs o caso, e teve ordem de ir esperar no Tesouro. Não havia cinco minutos que tinha chegado, quando apareceu o Imperador, a cavalo, munido de um rebenque; apeou-se, ordenou-lhe que o acompanhasse e entrou pelo salão em que estavam em conferência o pagador geral e colegas. D. Pedro postou o quartel-mestre à porta, mandando que não deixasse ninguém sair, e, voltando-se para os funcionários atônitos, bradou: ‘Como vocês, seus... (aqui uma palavrada muito suja que o Imperador trazia sempre à boca,

e empregava até com pessoas da própria família), – como vocês não têm tempo para dar cumprimentos às minhas ordens, é justo que venha ajudá-los.’ E, pegando-os um a um pelo topete, passou todos a chicote.”

Boesche nunca sofreu castigo físico. “Muitas noites vaguei pela praça da fortaleza, atormentado pelo frio e pelo desespero. Numa destas noites horríveis fiz o juramento solene de antes morrer do que sujeitar-me a toda punição corporal desonrosa, e sendo possível expedir em minha companhia quem a provocasse. Durante todo o meu tempo de serviço, andava sempre com duas pistolas carregadas. Graças a Deus, nunca tive ocasião de empregá-las.”

Desde a Praia Vermelha vexava-se de, sendo protestante, ver-se obrigado a assistir às cerimônias católicas. Na Guarda Velha manifestou-se este sentimento de modo a ser preso.

“Até aqui tinha sabido escapar às violações da consciência e às forças condenadas pela sã razão e pelas luzes do século XIX. Mas no ano de 1827 eu comandava a guarda da Carioca e quis o destino que exatamente naquele dia passasse por ali uma das tão freqüentes procissões. Conquanto nada menos que ortodoxo, estava firmemente decidido a não me prestar às cerimônias servis e desonrosas do carnaval padresco. Chamei a guarda às armas, e fi-la ocupar uma posição tal que não pudesse de surpresa ser atacada pelo povilêu; não nos pusemos, porém, de joelhos. Debalde o sacerdote que levava o Santíssimo fez soar as campainhas: meus doze granadeiros quedaron-se eretos como círios, de armas ao ombro; brilhavam-lhes nos olhos triunfantes o supremo desprezo pelas monstruosidades dos sacerdotes de Baal, e a resolução de responderem com baioneta a qualquer manifestação hostil. Debalde o major da ronda ordenou-me que observasse o cerimonial usado no Exército brasileiro; respondi-lhe que não só a religião em que fui educado, como meus princípios, não me permitiam obedecer à sua ordem e que em caso algum a ela me sujeitaria. A consequência foi ser na mesma hora substituído no comando da guarda e recolhido à prisão para receber a pena de tal crime de lesa-majestade, pelo qual muitos já foram asados em fogueira.”

Passaram dois meses sem que adiantasse o processo. Então o autor endereçou um memorial ao Imperador, lembrando que a Constituição garantia a liberdade de consciência, que não foram cumpridas as cláusulas do contrato sob que se engajara na Alemanha, e que seria muito difícil julgar o seu caso. “O suplicante seguiu apenas os ditames de sua consciência, e por tal motivo foi atirado em uma prisão que tem semelhança com a inquisição, onde está vegetando há quais dois meses, sem ao menos uma vez ter sido interrogado.

E quem julgará o suplicante? Oficiais católicos? Condená-lo-ão. Oficiais protestantes? Absolvê-lo-ão.”

O Imperador mandou soltá-lo.

Neste tempo o terceiro batalhão de granadeiros melhorou de sorte. O servil e inepto Ewald foi substituído pelo coronel Cotter, que vivera muitos anos em Portugal, e, graças a seu critério, espírito de justiça, e disciplina inflexível, não tardou a elevá-lo à primeira plana. A Cotter sucedeu Antônio de Moura Brito, português, bom mestre de exercícios. *“Suas outras capacidades não eram para louvar. Além de outras fraquezas, prestava-se a instrumento de grosseiras intrigas que alguns oficiais teciam no batalhão. Entretanto, mesmo sob o comando deste major, as coisas corriam melhor que com o primeiro comandante.”*

Um caso passado com este oficial apresenta-o de modo pouco favorável.

“O major tinha tomado a mulher de um soldado alemão para ama dos meninos e outros serviços caseiros. Um dia, dando pela falta de cem táleres em papel, suspeitou dela, que sustentou firme sua inocência. Apesar disto prenderam-na, aplicaram-lhe cem golpes au juste milieu, para extorquir-lhe a confissão, e o mesmo castigo foi repetido nos dias seguintes, até a pobre mulher reconhecer-se culpada. Depois disto obrigaram-na a declarar onde escondera o dinheiro, o que, inocente, naturalmente não podia fazer. Novas sovas mais bárbaras; afinal a coitada caiu em delírio, atacou-a febre violenta, que a levou quase às portas da sepultura. Passou-se então ao marido, sujeito a pauladas sem conta, submetido a anjinhos e outros tratos, e ao bode espanhol, em que as mãos são presas aos joelhos, e passa-se um pau entre as articulações dos braços e pernas. Levado à solitária, caiu sem sentidos, mas tomaram tudo por fingimento, e só quando os lábios e o rosto incharam e ficaram azuis e a espuma juntou-se na boca, tiraram o mártir da situação horrível, deixando-o incapaz de serviço por muito tempo e aleijado o resto da vida.

“Mais tarde o dinheiro apareceu, e conquanto ficasse claro como o sol a inocência do casal, nenhuma satisfação obtiveram pelas barbarias padecidas. O soldado recorreu ao Imperador, que incumbiu do inquérito a um coronel, mas a coisa deu em nada, como é costume na justiça do Brasil, para quem não tem dinheiro.

“Devo confessar que foram principalmente alemães os instrumentos destas barbaridades. Não se pode fazer idéia da malvez e perversidade da maior parte dos europeus nos continentes estrangeiros; todo o sentimento de direito e eqüidade se some, em se tratando de proveito. Paixões selvagens envenenam o sangue, e pessoas

que conheci na Europa moralizadas e de bom coração, revelaram uma crueldade e baixeza de caráter de espantar selvagem. Perdem sua força sacrossanta os laços de sangue e de amizade; é varrido tudo quanto é sentimento moral, degenera em simples fantasia a nobreza da alma e do coração. Verifiquei isto a propósito destas mesmas barbarias.

“Tinha consentido que um subalterno educado e de boa família morasse no meu quarto. Até então só o conhecia pelos lados mais recomendáveis; mas quando o pobre soldado foi sujeito aos maus-tratos, em vez de sentir compaixão e indignar-se contra o algóz, foi quem teve a idéia do bode espanhol e ajudou a realizá-la. Enfurecido com o procedimento indigno do miserável, dei ordem para tirarem de meu quarto as coisas que lhe pertenciam. Quando isto estava se fazendo apareceu, e a um pedido de explicação, declarei que nada queria ter de comum com um laçao de carrasco e se retirasse se não quisesse ser expulso. Respondeu-me com insultos; esqueceu-se a ponto de puxar pela espada. Desembainhei também a minha e atirei-lhe à cara uma cutilada que os cirurgiões indígenas levaram cinco meses para sarar. Apanhei um ferimento insignificante, e fiquei preso durante quatro semanas. Maior favor não me podiam fazer, pois andava então ocupado em uma tradução de inglês para português, e vinha a calhar este descanso ininterrompido.”

.....

II

COMO VIMOS, o Coronel Cotter deixou o comando do terceiro batalhão de granadeiros, em que Edward Theodor Boesche estava servindo. O Governo mandou-o à Europa, incumbido de arranjar soldados e imigrantes na Irlanda.

Os irlandeses angariados pelo coronel compunham-se dos piores elementos: mulheres de má vida, homens nus, criminosos despejados da cadeia, que logo mostraram suas habilidades. Os cariocas receberam-nos de modo pouco simpático e sua antipatia cabalmente justificou-se.

“Dois mil irlandeses, alistados como soldados, sem falar nas famílias dos colonos, tinham pouco a pouco chegado ao Rio, refere-nos Boesche. Da rudeza desta nação ninguém pode formar idéia. Mesmo os soldados alemães, tão avessos à temperança, pasmavam dos excessos destes ilhéus. Das fumaças da bebedeira raro se libertava a maior parte. Quando falece um irlandês juntam-se quatro a seis velhas à roda do cadáver, porfiam nos lugares mais medonhos, nos uivos mais terríveis, de modo que se julga assistir ao unísono de um clube de fúrias. A garrafa de aguardente passa de mão em mão sem intermitência e leva até o frenesi as explosões execráveis destas candidatas a bruxas. O delírio sobe a ponto de provocar tremores convulsivos nas megeras ébrias. Muitas vezes estas declamações acabam mal, pois a velha que solta o ululo horripilante e executa as caretas mais temíveis, com estes artifícios des-

perta a inveja e o ciúme das outras atrizes que se lançam contra a vencedora e agarram-se-lhe ao cabelo como se quisessem arrancar-lhe a coroa de louros. É o sinal de pega geral. Logo acodem outras mulheres em auxílio da artista oprimida, e como os homens entram também na dança não raro resultam vítimas do conflito, e juntam-se outros ao finado em cuja honra se celebra a festa. A isto chama-se celebrar dignamente um funeral irlandês.

“Em geral, as irlandesas representam o primeiro papel em todas as rusgas. Não só como as mulheres dos antigos germanos influem valentia nos seus maridos, como tomam parte ativa na própria luta; e como todas as pendências liquidam-se a pedradas, carregam nos aventais as pedras para os homens. O perigo mais ameaçador não afugenta estas amazonas do campo da luta e vi irlandesas com vários ferimentos, não só continuarem ao lado dos esposos como ainda mais instigá-los com o frio desdém com que encaravam o perigo.”

Dos irlandeses foram distribuídos quinhentos pelo terceiro batalhão de granadeiros alemães, que então aquartelavam no Campo da Aclamação, e quase outros tantos no vigésimo-oitavo batalhão de caçadores alemães, que tornara de Pernambuco e aquartelara na Praia Vermelha. Da parte do Governo revelara-se preferência decidida pelos irlandeses: tinham café e pão; recebiam uma libra de carne, ao passo que os alemães recebiam apenas meia libra; pagaram-lhe o soldo desde o dia em que se contrataram na Irlanda; uma capitulação obrigava-os a serviço militar apenas por quatro anos. Assim, formavam um estado no estado, e seu melhor tratamento e outras vantagens deviam naturalmente provocar a má vontade dos alemães, cujas pretensões e reclamações tinham sido sempre recusadas. Proceder tão inconseqüente só podia trazer consigo os piores efeitos. Os espíritos já muito agitados desde a chegada dos irlandeses, azedaram-se e inflamaram-se ainda mais, e ao primeiro atrito devia dar-se a explosão.

A revolta das tropas estrangeiras tem sido contada muitas vezes; a narrativa de Boesche é em resumo a seguinte:

“Às 9 horas da manhã de 9 de junho de 1828, um soldado alemão do segundo batalhão de granadeiros, aquartelado em São Cristóvão, foi condenado a cento e cinqüenta chibatadas, porque na véspera não fizera continência a um oficial, o major Pedro Francisco Guerreiro Drago, vestido de civil.

“O soldado, que durante três anos e meio de praça nunca sofrera castigo, e além disso estava tísico, pediu um conselho de guerra que decidiu se a sua falta me-

recia tão grave penalidade e declarou que a ela se não sujeitaria voluntariamente. Em resposta foram-lhe arrancadas violentamente a jaqueta e a camisa, amarraram-no a um pau e cento e cinqüenta golpes mostraram-lhe em que mãos tinha caído. Depois destes o comandante mandou aplicar-lhe mais cem por ter-se negado a tirar a roupa. O paciente uivava de dor e de desespero, a ponto de com as mãos atadas fazer dois grandes buracos no muro de pedras em que estava a estaca; ainda depois de manifestar sinais de desfalecimento, o algóz continuou frio e inexorável.

“Já recebera duzentas e trinta pancadas quando soou o grito: Urrah! ao tirano, acaba com ele! e os soldados saíram das companhias de baioneta calada, ávidos de vingança. Graças ao cavalo o cobarde logrou fugir e recolheu-se à residência. Mesmo aí foram os furiosos, assaltaram-lhe a casa e o sujeito só escapou saltando por uma janela dos fundos, vestido de operário. Ainda mais ensandecida por lhe escapar o objeto de seu ódio, a soldadesca atirou-se às coisas inanimadas; quebraram portas, janelas, mesas, espelhos e cadeiras; demoliram as paredes; os luxuosos uniformes, roupas brancas, dragonas, relógios, esporas de prata foram aniquilados e lançados ao mar. Um montão de ruínas fumegantes indicava o local do antigo edifício, onde por felicidade não se achava a família.

“Em seguida foram ao Paço e reclamaram do Imperador a capitulação clara de que o serviço militar duraria apenas quatro anos, melhor tratamento do que até então tinham tido, pagamento de soldos atrasados e fardamentos, entrega ou punição do major, demissão de vários oficiais. D. Pedro prometeu mandar estudar o caso e fazer justiça dentro de oito dias.

“Os soldados voltaram para o quartel, maltrataram e expulsaram alguns oficiais, escolheram outros, organizaram postos avançados, deram patrulhas. A guarda do Paço compareceu sempre a serviço, cumprindo os seus deveres com o maior zelo e pontualidade. O Governador das armas, Conde do Rio Pardo, esteve mais de uma vez no quartel, recomendando que evitassem excessos e se conservassem em atitude pacífica.”

Entretanto raiou o 11 de junho, o dia verdadeiramente sangrento desta batalha das nações (como a de Leipzig). Verdadeira batalha das nações em miniatura, pois via-se um filho do Setentrião travado com um dos desertos adustos da África, o brasileiro com o português, alemão, bretão, francês, irlandês, caboclo, negro, mulato, cada um servindo um partido.

Cerca de onze horas da manhã, uns quarenta homens do segundo batalhão foram para a cidade, a ver se pegavam o major Drago,

que se viu obrigado a recolher-se à principal guarda do Corpo Policial. Começou o ataque, e só a velocidade do seu cavalo e a ter saído disfarçado em soldado levou o major à salvação. Os exaltados dirigiram-se então para sua casa particular e a família viu-se obrigada a fugir. Para moderar os ânimos, o Imperador mandou prender o oficial e recolhê-lo a uma fortaleza.

A estes quarenta homens reuniram-se uns setenta ou oitenta irlandeses, e todos juntos voltaram para S. Cristóvão, a arrombar as vendas; embebedarem-se bestialmente foi obra de poucos momentos. Boesche afirma ter visto um irlandês deitar-se debaixo da torneira aberta de uma pipa cheia de vinho e beber até expirar. Seus companheiros formados em semicírculo animavam-no, aplaudindo. Breve apareceram os efeitos da bebedeira. Arrombaram o depósito de munições e cada soldado munuiu-se de cem cartuchos. Os oficiais que não puderam fugir foram tratados de modo horroroso, mais de cinquenta casas demolidas e espatifado tudo quanto havia dentro. Alguns cidadãos reuniram negros, mas os mosquetaços dos granadeiros que prostraram alguns obrigaram-nos a dispersarem. Também, ai do soldado avulso, muitas vezes inocente, que caía nas mãos dos paisanos e dos negros; sua sentença estava lavrada e podia considerar-se feliz, quando a executavam depressa. Houve crueldades horripilantes.

“Levaria longe descrever todos os excessos ocorridos. Tudo quanto caía nas mãos dos soldados era morto sem misericórdia: o saque e o roubo eram o grito de guerra. O delírio tocou ao auge, e embora corra o risco de não me acreditarem, devo referir que à distância de cinquenta a setenta passos, alguns alemães, várias vezes, atiravam em camarada ou compatriota, de quem não tinham queixa, só para ver se a pontaria acertava.

“Junto ao quartel do terceiro batalhão de granadeiros, que até então ficara quieto, no campo da Aclamação, estava o quartel de uma companhia policial. Os irlandeses atacaram-no no mesmo dia, mataram seis brasileiros, os outros fugiram; tudo quanto havia no edifício ficou aniquilado. Uma patrulha de cavalaria mandada contra eles foi repelida, e a maior parte morta. Entrementes acudiram mais irlandeses e alemães ao teatro destes excessos, atacando e saqueando as casas da vizinhança, arrombando as vendas, fazendo vítimas, sem atender a sexo ou a idade. Comparado com o dos irlandeses, tão preferidos e bem tratados desde o começo, o procedimento dos alemães, sempre tão preteridos, foi até certo ponto moderado.

“Cumpria tomar medidas rápidas e enérgicas. A artilharia a pé, dois batalhões de caçadores e duzentos soldados de polícia postaram-se diante do quartel em que eu também me achava, e começou o cerco. Tiros de peça, de metralha e espingarda, estes de ambos os lados, prolongaram-se pela noite adentro, e as perdas do lado oposto seriam muito maiores, se os sitiados possuíssem bastante material de guerra e entre eles reinasse mais ordem e acordo. Setenta e três homens, dos quais dezenove alemães, perdeu o nosso batalhão, além de muitos feridos que depois faleceram. Noventa e sete soldados de infantaria e vinte e dois de cavalaria foram as perdas dos brasileiros, sem contar os feridos. O número dos mortos na cidade por civis e negros foi ainda maior.

“Depois das doze horas fui visitar a câmara funerária. Solitária, tranqüila, como a meia-noite, palejava a lâmpada, espargindo sua luz mansa pelas vítimas da morte violenta. Ali jaziam as vítimas da batalha, muitos deles inocentes, reunidos em um só ponto e aqueles que em vida se tinham hostilizado reconciliavam-se agora no derradeiro sono: irlandeses, alemães e brasileiros, entre estes dois soldados de cavalaria que levados pelos cavalos furiosos à porta do quartel foram ali mortos como cães danados. De muitos as mãos estavam fechadas convulsamente; os olhos esbugalhados, as bocas abertas, deixando ver os dentes, o sangue a escorrer das feridas frescas, emprestavam à cena um caráter horrendo. Para aumentar-lhe ainda o horror, vinha a cada instante nova tropa de irlandeses beijar os compatriotas e os alemães, e maltratar os defuntos brasileiros.

“Raiou a manhã de 12 de junho. Toda a população e a guarnição do Rio tinha-se reunido diante do quartel do terceiro batalhão de granadeiros no meio do Campo da Aclamação. O general comandante intimou aos revoltosos que se rendessem, senão passaria todos à espada e arrasaria o quartel. A maioria mais sensata superou os botafogos. Nosso batalhão rendeu-se e, com exceção de alguns oficiais e subalternos, entre os quais me achei, foi mandado para a pressiganga Afonso.”

Com o segundo batalhão de granadeiros, que contava uns quinhentos alemães genuínos, a coisa correu de outro modo. Requisitou-se um batalhão de ingleses e outro de franceses dos navios de marinha de guerra fundeados no porto e, no dia seguinte, depois de cercado o quartel pelo lado de terra e pelo lado do mar, o segundo batalhão entregou as armas, e foi também mandado para a pressiganga. Este batalhão devia ter perdido uns oitenta homens; os brasileiros quatro vezes mais.

O batalhão 28º de caçadores alemães, aquartelado na Praia Vermelha, o único sinal de desassossego que deu foi matar a tiro e a coronhada o major Tiola, italiano que em tempo fora cozinheiro em um hotel francês no Rio. Este homem tiranizava implacavelmente e roubava. O banho de sangue teria sido muito maior se o segundo e o terceiro batalhão de granadeiros se houvessem reunido ao vigésimo-oitavo de caçadores e, ajudados pelos dois mil e quinhentos irlandeses, tivessem conseguido ordem e disciplina entre os rebeldes.

Depois desta narrativa geral, vejamos as aventuras pessoais de Boesche durante estes dias angustiosos:

“Quando rebentou a revolta eu estava com três de nossos camaradas no Corcovado, ocupados com o cálculo de umas linhas trigonométricas. Deste morro podíamos perceber os movimentos dos alemães e irlandeses, mas como não os compreendíamos, tornamos para a cidade que achamos em verdadeiro alarma. Um negociante francês, meu conhecido, avisou-me que tivesse cuidado, que não fosse adiante e me refugiasse em sua chácara, porque estavam matando todos os soldados estrangeiros que passavam pelas ruas, mas o sentimento do dever chamava-nos ao nosso posto, e assim, conhecendo a cobardia dos brasileiros, tentamos seguir para o quartel.

“Ao chegar à primeira rua defrontamos um espetáculo de cortar coração. Vimos um mulato gigantesco armado de uma barra de ferro assassinando barbaramente um soldado alemão desarmado: ao mesmo tempo que outros sujeitos de cor conservavam deitado o infeliz, o mulato metia-lhe uma e mais vezes pelo corpo a ponta do ferro matando-o barbaramente, com deleites satânicos. Outro soldado alemão já subjugado ia ser tratado do mesmo modo, quando nos aproximamos e puxamos da espada. Uma cutilada terrível, com que um dos meus camaradas, verdadeiro atleta, partiu a cabeça do mulato que se pôs em defesa, pôs em fuga o resto do bando, e salvou a vida do infeliz. Fomos tangendo a canalha, mas alguns tiros dados do interior das casas fechadas, mataram um de nossos camaradas e feriram o outro no ombro esquerdo. Não havia tempo a perder; recuar era tão arriscado como avançar: avançamos. Os que restávamos, armados apenas de espada, vimo-nos cercados por uns setenta colorados, felizmente já nas proximidades do quartel. Tínhamos as costas guardadas e estávamos decididos a vender a nossa vida o mais caro possível, mas a luta era por demais desigual e ainda por cima estávamos todos feridos e as forças iam-se esgotando. Nesse momento decisivo, os alemães e irlandeses revoltosos fizeram uma surtida furiosa e a fuga geral das tropas brasileiras levou de cambulhada a mó que nos cercava, livrando-nos do perigo iminente. Alcançamos felizmente o quartel, onde,

por desgraça outro companheiro que recebera também um tiro do lado, no dia seguinte faleceu em meu quarto.

“Um irlandês reclamou-me cartuchos embalados, e respondendo-lhe eu que não os tinha, bastou isto para que me desse um tiro na cabeça, acompanhado do predileto God dam go to well. Minha salvação foi sua bebedeira. A bala acertou na parede.

“Às 7 horas do dia 11 de junho, estava na minha cama a refletir ainda uma vez sobre as ocorrências do dia. Alguns camaradas tinham me avisado que não fosse para meu quarto, porque ficava uma companhia composta só de irlandeses, e daquela canalha, estando rotos os laços de subordinação, podia vir algum desaguisado. Desprezei o aviso e ia me saindo cara a imprudência.

“Teria estado meia hora sem me despir, quando fui despertado dos meus cismares por algumas coronhadas na porta e pela quebra de copos e louça de café. Um soldado alemão, o primeiro chuva do seu tempo, a quem prendera diversas vezes para ver se o melhorava, apareceu à frente de quatro irlandeses bêbedos, para, como disse, sujeitar-me também agora a processo.

“Saltei da cama, aguardei tranqüilamente o que se ia passar, mas pos-tei-me de modo a ter à mão a minha espada. Vi com indiferença os bêbedos virarem-se contra as minhas coisas, mas quando o soldado me atirou a espada contra o peito, aparei o golpe de modo que apenas tive um arranhão. Abandonou-me a calma! Ah! vocês querem, seus covardes, trovejei-lhes, dei com o pano da espada na cara do bêbedo que quase veio ao chão, agarrei-o, e com a força redobrada pela cólera e o perigo de momento, empurrei-o sobre os dois irlandeses, que tinham ficado ocupados com uma botija de genebra, de tal modo que todos três dispararam por aí a fora.

“Restavam ainda dois pagãos, e não havia tempo a perder. Estavam quase a cruzar-se minha espada e a baioneta calada de meu adversário, irlandês agigantado, quando súbito me apareceu um salvador inesperado na pessoa deste gigante. Pouco tempo antes fizera-lhe um favor importante que me dava direito a sua gratidão. Neste momento reconheceu-me: God dam, by the holy ghost, bradou, estendendo-me a mão em sinal de paz. I beg your pardon, Sir, e dizendo estas palavras, agarrou pelo cachaço ao outro irlandês que teimava em me agredir e com tal força o impediu que o sujeito não teve mais vontade de tornar.

“Os excomungados tentaram ainda apossar-se de meu quarto, mas o aspecto ditatorial de meu novo aliado burlou todos os esforços. Colocou-se à entrada de baioneta calada, e não deixou mais entrar amigo nem inimigo. Não tenha receio, – disse-me o vencedor, – cujos feitos neste momento excediam a meus olhos os dos heróis

de Maratona – ‘Durma sossegado; só passando por cima do meu cadáver poderão vir atacá-lo.’

“Havia muitas noites que não pregara olhos e segui seu conselho. Acordei depois de hora e meia, e o fiel estava alerta. Estendi-lhe a mão agradecido, disse-lhe que fosse dormir, porque o dever me chamava a outro posto.

“Anoitecera já havia muito, passara já a décima hora e continuava sempre o tiroteio: só a meia-noite pôs termo ao morticínio. Fui então ao hospital de sangue onde jaziam todos os feridos. Meu primeiro olhar caiu sobre o já mencionado irlandês. Meu fiel servidor estava nos últimos arrancos, uma bala penetrara-lhe no peito leal; dentro de poucos minutos deixava de existir.

“Paz às suas cinzas.”

.....

*Paulística**
(A pretexto de uma moeda de ouro)

B

RÁS CUBAS, fundador de Santos, descobriu ouro e metais no ano de 1560, – lê-se em epitáfio. Afonso Sardinha deixou por morte oitenta cruzados de ouro em pó, extraídos de Jaraguá e Santa Fé, assegura Pedro Taques. El-rei D. João VI, ao subir ao trono, fez à Rainha consorte mercê de cinco mil cruzados anuais nos quintos de São Paulo, apurou Dom Vasco Mascarenhas, conde de Óbidos, segundo vice-rei do Brasil.

A 2 de setembro de 1654, da almiranta que o conduzia para o reino depois de vencidos os holandeses, escrevia Francisco de Brito Freire: “*Mui considerável é já a quantidade que se tira de ouro da lavagem. Deste me mandaram para a Rainha Nossa Senhora, dos quintos que Vossa Majestade lhe concedeu, mais de nove arráteis. Puderam passar d’arrobas sem os descaminhos que ouvi murmurar. Ouro de beta não se busca por necessitar de mais indústria e cabedal, mas asseguram haver dele e de prata muitas minas, principalmente nos serros descobertos de novo em Per-*

* Publicado na *Revista do Brasil*, de abril de 1917, sob o título de “Paulística. (A pretexto de uma moeda de ouro.)”

naguá, dos quais me amostraram com diferentes veias várias pedras que trago para V. Majestade mandar ver.”

Mesmo palpando estas provas, o Almirante manteve dúvidas. *“Porém eu, depois de todas aquelas diligências feitas com D. Francisco de Sousa por el-rei de Castela e das notícias e particularidades que agora soube no Rio de Janeiro das pessoas mais bem vistas e desinteressadas nesta matéria, não acabo de persuadir-me de que na realidade haja tais minas.”*

Com esta reserva contrasta o entusiasmo do jesuíta Simão de Vasconcelos na vida do padre João de Almeida, impressa em 1658: *“Em todos os rios que descem desta serrania, desde Patos até S. Paulo, se acha ouro e toda a terra de suas várzeas e arredores é um puro ouro. Rara é a parte em todo este grande distrito aonde se não ache, em uma em mais quantidade de que em outras; paragens há em que se acharam pedaços inteiros e vergas grandes d’ouro já perfeito; mas ordinário é tirar em grãos, mais miúdos, outros mais grossos, e todos quantos vão a buscá-lo vêm providos dele e é o dinheiro e remédio ordinário daquela gente. E quando os pés destas montanhas assim são ricos de prata e ouro, quanto o serão as entranhas dos montes? É a mesma corda que a do Potoci e não duvido que se houvera a mesma diligência nos dariam as mesmas riquezas e o tempo irá mostrando esta virtude, e no presente lá em São Vicente se bate moeda de ouro e é ali o dinheiro ordinário.”*

Sobre a mineração, compraz-se em minúcias o verboso biógrafo: *“À enxada faziam as escavações de quatro, cinco, seis palmos e mais, no lugar escolhido, até bater no cascalho; se a terra é anil, dá-se o trabalho por perdido; se é amarela, muito branda, à moda de sabão, encontram-se lajes atravessadas de metal que dispensa a fusão, ou vê-se o ouro, aqui já formado pela ação defecante do sol, além ainda em formação, como claramente se percebe, porque em parte se vê a matéria mole e em parte rija e formada em ouro, cousa que até agora não ouvi de outra alguma parte do mundo.”*

A terra desmontada ia a canoas furadas na popa e na proa, exposta à corrente de algum rio, de modo que a água penetrasse por um extremo e varasse pelo outro: agitada com certas pás, a terra desfazia-se em lodo e saía pela popa, o ouro se assentava no fundo com seu peso. *“Um morador de São Paulo me contou que, em espaço de três meses, com vinte pessoas de serviço tirara em uma cata setecentos e tantas oitavas no modo sobredito; e outros me referiram suas catas com semelhante rendimento pouco mais ou menos, conforme a*

quantidade do sítio aonde acertam de cavar. Destes pagam os quintos a el-rei, o demais o levam a bater em moeda ou vendem em ser.”

Sobre o rendimento dos quintos faltam informações, e o silêncio é explicado numa portaria do Conde de Óbidos de 15 de dezembro de 1663: “*Achei que a administração dos quintos de ouro de S. Paulo não corre pela provedoria da fazenda de São Vicente nem dão deles conta a esta provedoria do estado e nem nos livros dos registos dela há notícia alguma das causas por que se administra; antes se tem por tradição que se faz por ordens particulares concedidas a Salvador Correia de Sá e Benavides e Pedro de Sousa Pereira, provedor que foi do Rio de Janeiro... e se acha nos ditos livros uma provisão de el-rei meu Senhor D. João quarto, que Santa Glória haja, por que faz mercê a Rainha minha Senhora de cinco mil cruzados cada ano no rendimento dos ditos quintos, com condição que se rendessem mais lhe não pertencia, supondo não ser menos.*”

“*No presente já em São Vicente se bate moeda de ouro e é ali o dinheiro ordinário*”, escreve Simão de Vasconcelos na vida de João de Almeida, e na de José de Anchieta acrescenta: “*de ouro se batem moedas chamadas (com o mesmo nome da terra) de são-vicente*”.

As moedas de São Vicente introduzidas sob D. João III pesavam inteiras 151 grãos de ouro, representavam São Vicente em pé à direita, com a palma e um navio entre duas estrelas, e a legenda VSQVE AD MORTEM – ZELATOR FIDEI; meias representavam o busto de São Viciente à direita, com a palma e o navio, e a mesma legenda ou a variante ZELATOR FIDEI VSQ AD. M., como se vê na *Descrição das Moedas* de Teixeira de Aragão. *Zelator fidei* era o título com que o papa Paulo II agraciou o monarca que introduziu a Inquisição em Portugal.

A moeda valia a princípio mil réis inteira, meia moeda valia quinhentos réis. Em 12 de julho de 1642 um alvará elevou o valor a mil e trezentos réis da inteira a 26 de julho outro alvará mandou correr a inteira a mil trezentos e oitenta; a 14 de janeiro de 1645 se estabeleceu que o são-vicente inteiro corresse a mil novecentos, e o meio a seiscentos e noventa réis.

Naquele tempo as moedas fabricavam-se a martelo –, bater moeda exprime bem o fato; nada obsta a que Salvador Correia ou algum donatário obtivesse a remessa dos cunhos para a capitania e a moeda aí fosse cunhada. Que já sabiam fundir o metal e reduzi-lo a barretes desde 1600, mostra um mandado de D. Francisco de Sousa impresso no vol.

1º do *Registo Geral*, que acaba de sair, em que proíbe ouro em pó e ordena que se reduza a barras com as armas reais. Se a cunhagem dos são-vicente data dos Filipes ou começou com os Braganças, os documentos conhecidos não permitem concluir.

Os primeiros reis bragantinos legislaram constantemente sobre moeda. Para custear as despesas da infundável guerra da independência e evitar sua saída para o exterior, aumentaram-lhe o valor extrínseco, já refundindo-a, já carimbando-a às pressas. Para evitar a introdução e circulação de moeda inferior cominaram graves penas ou sujeitavam-na à pesagem que as desvalorizava. Não pouco que fazer lhes deu o irreprimível cerceio: o engenho inaugurado pelo Conde de Ericeira em 1678, que suprimiu a cunhagem a martelo, apenas acautelou o futuro. A moeda de S. Vicente entrou no movimento geral, de alça como fica visto.

O alvará de 26 de fevereiro de 1643 *“havendo respeito ao grande dano que se seguiria aos meus reinos e vassallos de se levarem deles as patacas e meias-patacas (espanholas) pela utilidade que se recebia na qualidade e bondade da prata”*, mandou contramarcas as primeiras para quatrocentos e oitenta, as segundas para duzentos e quarenta réis: *“os mais crescimentos que vêm a ser vinte por cento fiquem para minha fazenda”*. Em outros termos: o possuidor recebia em menor número de peças de quatrocentos e duzentos réis o valor que depositava; o lucro do fisco estava na diferença de oitenta e quarenta réis respectivamente. Para o Brasil a carimbagem devia fazer-se no Rio, na Bahia, e também no Maranhão, que formava estado diferente.

Operações mais consideráveis determinaram os Decretos de 20 de novembro de 1622 e 22 de março de 63, para cuja execução promulgou o Conde de Óbidos um longo regimento em 7 de julho deste ano.

O regimento, talvez inédito, providencia sobre a subida de 12 ½% nas moedas de ouro e de 25% nas de prata.

Far-se-iam tantos cunhos quantos fossem necessários, e se procederia à contramarcagem na casa de contos da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, em São Vicente, nas em que costumavam assistir os provedores da fazenda com seus oficiais. Nos cunhos para as moedas de ouro se abriria um escudete com uma coroa em cima e dentro no escudo o novo valor; nos cunhos para as moedas de prata não havia escudo para a declaração do valor e sobre as letras estaria uma coroa. O dinheiro, do

Ceará até o rio de S. Francisco, receberia o novo cunho em Pernambuco; o de Sergipe até Porto Seguro, na Bahia; o de Espírito Santo, no Rio.

“E todo o das vilas de São Vicente, Santos, São Paulo, Parnaíba e mais lugares que há naquela capitania e fora dela para o Sul (se há de resselar) na mesma casa donde costumam assistir os oficiais da fazenda real na vila de São Vicente... E porque ali se podem achar algumas moedas que têm por armas São Vicente se lhe acrescentará cunho com o excesso que lhe tocar a respeito do valor a que sobem as moedas de ouro, que é doze e meio por cento.”

Recunhado o dinheiro, o tesoureiro geral responderia na própria espécie a seu dono com a mesma quantidade de dinheiro resselado com cinco por cento de avanço se fosse prata, com dois e meio se fosse ouro.

Será também exato que abundava dinheiro de ouro em S. Paulo, como afirma Simão de Vasconcelos? As *Atas da Câmara da Vila de São Paulo* permitem responder a este ponto com bastante precisão.

Em 1661 Portugal assinou os tratados de casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II, recentemente restaurado ao trono da Inglaterra, e de paz com a Holanda, raivosa ainda da perda de Pernambuco. Pelo primeiro obrigou-se ao dote de um milhão de cruzados, pelo segundo à indenização de quatro milhões que deveriam ficar pagos dentro no prazo de dezesseis anos.

Para cumprir estes compromissos não bastavam os recursos do velho reino, que teve de socorrer-se das colônias. Sobre o Brasil foi lançada uma contribuição anual de cento e vinte mil cruzados, para a paz da Holanda, de vinte mil para o dote da Infanta, ou dois milhões duzentos e quarenta mil, mais trezentos e vinte mil cruzados respectivamente, durante os dezesseis anos em que deviam ser cobrados. A Francisco Barreto, o vencedor de Guararapes, governador-geral, coube iniciar e organizar a arrecadação, ordenada por duas cartas régias de 4 de fevereiro de 62.

Francisco Barreto reuniu no palácio do Salvador as pessoas mais notáveis e acordou com elas as quotas das capitânicas. À Bahia, como a mais opulenta, pois Pernambuco apenas saía de uma guerra devastadora, e Rio de Janeiro estava quase todo preso ainda dentro das serranias da Guanabara, tocou metade; Pernambuco, Itamaracá e Paraíba entrariam com trinta mil, Rio de Janeiro com vinte e seis mil, São Vicente com quatro mil cruzados. Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo não ficaram isentos, mas suas contribuições serviriam para as quebras. O

pedido, donativo ou finta real (tributo não era porque as Cortes não intervinham) correria desde agosto de 1662.

A 5 de agosto de 1662 na Câmara de S. Paulo, perante o povo e os homens bons da vila, foram lidas as cartas régias ao governador-geral do Estado e a provisão deste de 28 de abril atinentes ao objeto, e eleitos procuradores para tratar do caso em Santos, onde, parece, deviam reunir-se os procuradores das diferentes Câmaras, os capitães D. Simão de Toledo e Antônio Ribeiro de Moraes. O resultado da conferência divulgou-se a 2 de novembro: São Paulo com seu distrito pagaria quinhentos e oitenta mil réis, acrescidos no ano seguinte, por ordem do Conde de Óbidos, de mais setenta mil: seiscentos e cinqüenta mil-réis anuais, portanto, durante dezesseis anos.

A Câmara paulista, em que era juiz ordinário Estêvão Ribeiro Baião Parente, o futuro conquistador dos sertões baianos, votou logo o estanco do vinho do reino, da aguardente do reino e da terra e do azeite. Em janeiro de 63 mandou fazer listas dos contribuintes de cada bairro, que seriam entregues a dois moradores incumbidos da cobrança. A 21 de setembro lançaram-se quartéis para que todos os moradores sujeitos ao pedido pagassem a anuidade até dia de Todos os Santos. A 3 de novembro mandou-se proceder contra os que não queriam pagar. A 4 de março de 64, reunidos a Câmara e os homens bons com assistência do Ouvidor, reconheceram que apenas se apuraram cem mil-réis. E o primeiro exercício terminara em agosto!

Neste ano de 64 continuou o esforço. Para a finta real votou-se que cada carga de farinha de trigo pagaria 40 réis, cada peça de pano 240, cada arroba de carne de porco mandada para Santos 40 réis; carne de vaca ou porco consumida na vila 20 réis a arroba; arroba de fumo 40 réis, o couro de vaca 10 réis, a peruleira de melado 30, cada cabeça de gado descido para Santos um tostão, botija de azeite de amendoim ou carrapato dois vinténs, de vinte pães vendidos nas vendagens um vintém.

Estas taxas deviam ser comunicadas aos moradores de Parnaíba, Jundiá, Itu e Sorocaba. Os de Parnaíba não estiveram por elas. Voltou-se ao sistema de comissários de bairros: a 1^a de novembro prestaram juramento de fintar verdadeiramente, sem atender a ódio, parentesco ou amizade, os de Taramembé, os da vila de Caguaçu, de São Miguel, de Marueri, dos três Juquiris, de João Pires Monteiro, Manuel Rodrigues

Morais, D. Francisco de Lemos, de S. Amaro, de Caocaiá, do Forte (Carapicuíba?) e de Cutia.

A história é longa: para que debulhá-la. Basta conhecer o resultado da apuração do desembargador João da Rocha Pita, o tio do oco e ruidoso autor da *História da América Portuguesa*, apuração feita em 1679.

O prazo primitivo de dezesseis anos fora ampliado ao de vinte e quatro no Rio e São Vicente – na Bahia a trinta e dois: assim a anuidade paulista desceu de 650\$ a 433\$333. Nos exercícios de 1663 a 1678 foram expedidas para Santos com doze remessas de letras, panos de algodão, etc. 3:237\$. A partir de 1678 pagamentos e fornecimentos diversos a Jorge Soares de Macedo, a D. Rodrigo de Castelo Branco, a D. Manuel Lobo, ao desembargador sindicante João da Rocha Pita, em quatorze adições montaram a 2:856\$670; com outros acréscimos ficaram os moradores de S. Paulo restando ainda 238\$655 réis.

O desembargador não podendo deter-se na cobrança deste saldo, deu as contas por ajustadas e desobrigados os vereadores e moradores de tudo quanto até ali estavam a dever do donativo, sob a condição de que se cobriria o restante nos dois primeiros anos dos oito que faltavam para se ultimar a finta, pedido ou donativo. Evidentemente estes fatos depõem contra a abundância de ouro batido em moeda, apregoada pelo cronista da Companhia.

Por aquele tempo ocorria no Brasil em geral um fenômeno de alta gravidade. As frotas traziam anualmente ou quase, porque às vezes falhavam, maltas de comissários que vendiam as fazendas e mais artigos necessários à população, levando o açúcar, o tabaco e mais gêneros da terra, que se convertia em feira buliçosa e variada por algumas semanas para logo recair na estiagem habitual. Ultimamente notava-se que os comissários continuavam sim a vir com os carregamentos, mas não queriam mercadorias em retorno, exigiam dinheiro de contado.

Várias medidas, todas improficuas, tomaram-se para impedir esta sangria implacável. João Peixoto Viegas, dono de currais de gado em Itapororocas, possuidor de vastas sesmarias para as bandas de Jacobina e rio do Salitre, homem provado em vários cargos importantes, muito prático e experimentado, cuja figura se vai formando e avultando na medida do estudo dos documentos contemporâneos, foi inquirido pelo marquês das Minas, governador-geral, sobre o que se deveria fazer.

Viegas explicou a paralisação do comércio do açúcar pela abundância da produção; pela concorrência das Barbadas e da Índia, feita em condições mais favoráveis; pela inferioridade do produto brasileiro, entregue ao empirismo dos mestres de açúcar, que acertavam agora uma safra para logo estragar a seguinte, agravada pela demora das frotas que deixavam o gênero nas alfândegas sujeito às intempéries, levando-o para além-mar velho e já deteriorado; pela carestia dos fretes; pelos excessos de impostos, lançados quando o açúcar alcançava três mil e quinhentos a arroba, mantidos invariáveis quando o preço pouco excedia mil réis. O tabaco durante anos assumira grande incremento, concorrera para o cultivo dos sertões, mas agora os plantadores desiludidos e desanimados refluíam para as praias aonde pelo menos os mariscos e caranguejos lhes garantiam a subsistência, porque o estanco do tabaco crestava todos os impulsos e propagava a miséria por toda parte: entretanto a simples liberdade da droga bastaria para restabelecer a vida: só o Oriente consumia mais do que o Brasil poderia produzir.

“Vejam lá os sábios da política qual pode ser o remédio, concluir descoberto o velho repúblico: eu lhe não veja senão dar-nos Deus um novo fruto de estima e preço, e esperar milagres para o que a prudência dos homens basta, não se costuma nem é racionável.”

Este fruto de estima e preço, pelo qual suspirava, já muitos o julgavam descoberto e maduro: bastava estender a mão para apanhá-lo; era o levantamento da moeda.

Em 1641, apenas começado o primeiro ano da dinastia bragantina, o marco de prata corria por dois mil e oitocentos. No ano seguinte a oitava de ouro, que valia quatrocentos e sessenta e oito réis, a 20 de março subiu a seiscentos e sessenta, o marco a quarenta e dois mil duzentos e quarenta réis. Estava dado o primeiro passo: quem quisesse acompanhar os outros recorra ao segundo tomo de Teixeira de Aragão, que aliás não é completo. A lei de 4 de agosto de 1688 fixou o grão de ouro em vintém, a oitava em mil e quinhentos réis, a onça em doze mil, o marco em noventa e seis réis; de prata o marco valeria seis mil-réis, a onça setecentos e cinqüenta; a oitava e o grão proporcionalmente. Involuntariamente irônico, nosso Varnhagen vê neste fato o baixo preço proporcional em que estavam os metais amoedados.

A lei chegou à Bahia em meados do ano seguinte, quando, por morte do titular Matias da Cunha, governava interinamente o arcebispo D. Manuel da Ressurreição, que a transmitiu ao desembargador Manuel Carneiro de Sá, chanceler da Relação, para publicá-la, como era de seu ofício. Entre os dois potentados parece houvera atritos e não reinava grande harmonia. O chanceler não deu sinal de vida. O arcebispo mandou proceder à publicação, “*ao som de caixas e tambores que alvoroçava o povo e não sabia se era lei ou bando*”, comenta Carneiro de Sá.

A atitude do chanceler procedia de motivos superiores a despeitos mesquinhos, como explica em documento oficial.

Tinha dúvida se podia aplicar-se ao Brasil uma lei relativa a moedas que aqui não corriam, e mandava que as patacas de menos de sete oitavas de prata fossem pesadas e valessem a tostão a oitava. A generalidade das patacas de Bahia não passava de quatro oitavas e meia e valiam seiscentos e quarenta; cada moeda perderia portanto, levada à balança, cento e noventa réis; o prejuízo total seria de trezentos mil cruzados; resolveu por isso participar à Corte estes inconvenientes e esperar pela decisão para agir.

O arcebispo, recém-chegado à terra e pouco conhecedor da situação, confessa ter sentido escrúpulos; decidiu-o a notícia de se haverem antecipado em Pernambuco. Apenas a lei se divulgou, soaram vozes descontentes, encheu-se a Câmara de povo, e foi redigido um papel contrário à execução da medida. O arcebispo convocou então uma junta geral a que assistiram pessoas de todos os estados, – alguns ministros, frades e sacerdotes, assegura Carneiro de Sá, que não quis comparecer. Votaram-se várias resoluções: eliminou-se o emprego das balanças e fixou-se em dois cruzados o valor da dataca (duas patacas) que pesasse seis oitavas e meia e daí para cima, em setecentos réis a de seis oitavas perfeitas até seis e meia; as de quatro e meia até seis continuariam a valer seiscentos e quarenta réis.

Em sua carta de 11 de junho de 89 para a Corte o prelado revela-se satisfeito da sua obra. Antes da junta só se tratava de reunir as moedas de maior peso e conduzi-las para bordo; muitos navios não tinham ainda lastro, outros só meia carga; depois da junta, apareceu o dinheiro de peso, espertavam-se as compras do açúcar que já estava naquela data quase todo embarcado e a frota prestes a seguir.

A elevação da prata que devia vigorar apenas na Bahia, durante a assistência da frota, alastrou pelo Brasil inteiro com ímpeto irresistível e firmou-se como conquista irrevogável.

Em ofício de 18 do mesmo mês, o chanceler explicou sua relutância nos termos já conhecidos; lembrava que para tolher o açambarcamento das moedas de peso bastaria uma vistoria nos navios; levantar o dinheiro é regalia de príncipe; não invejava as glórias do autor, se o ato fosse aprovado; contentava-se em não ter comparecido nem concorrido para ele.

As duas cartas, acompanhadas de outros documentos, foram lidas a 20 de dezembro no Conselho Ultramarino, em Lisboa. O procurador da Coroa acentuou que levantamento de moeda só compete a el-rei; não julgava a lei aplicável ao Brasil, aonde o uso comum dos moradores, sem lei nem ordem, tinha dado à moeda valor a seu arbítrio: o chanceler andara bem retraindo-se, o arcebispo não andara mal adiantando-se: devia confirmar-se a lei do arcebispo, visto ser por comum aceitação e acordo do povo e não poder nos termos presentes haver outro remédio. Dois conselheiros deram votos análogos; e a maioria votou que inviolavelmente devia guardar-se a lei de 4 de agosto de 1688, sem curar dos clamores do povo.

El-rei deu razão ao Conselho. Em 21 de março de 90, enviou-lhe uma carta com data de 19, dirigida ao novo governador-geral, Câmara Coutinho, almotacé-mor, ex-donatário do Espírito Santo, que vendera sua capitania ao riquíssimo Francisco Gil de Araújo. Da carta régia de 19 de março, que de modo a não permitir dilações fixava novamente em tostão o valor da oitava da prata e prescrevia o uso de balanças, existe cópia oficial no Arquivo Público. Dela há transcrito exato no quinto volume dos *Anais do Rio de Janeiro* de Silva Lisboa.

Câmara Coutinho recebeu a carta de 19 de março em Pernambuco, que governava ainda, aonde se fizera o primeiro levantamento da moeda; suas idéias eram-lhe favoráveis; mas a ordem régia não permitia dubiedades. Esperou que a frota partisse para evitar o êxodo súbito do numerário, e por edital de 3 de junho de 1691 mandou publicá-la em todas as capitanias. O laborioso Guilherme Young descobriu o documento em Iguape e imprimiu-o no 8º vol. *da Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*, tão cheio de erros e contra-sensos que ficou ininteligível. A Biblioteca Nacional possui boa cópia.

Da sensação causada na Bahia dá testemunho o quase nonagenário Antônio Vieira, que no teatro de sua infância e de seus primeiros triunfos viera penitenciar-se das vaidades do mundo e preparar a viagem suprema. “*As frotas que vieram não acharão destes gêneros (tabaco e açúcar) para tornar carregados, por terem levado entre eles o que não paga frete nem direito, que é toda a prata e dinheiro, em que os mercadores achavam mais conta que nas outras drogas*” – escreve em 1º de julho de 1692 ao antigo governador Roque da Costa Barreto.

Em 15 de junho de 93 escrevia o governador-geral: “*O Brasil até agora esteve muito mal e de presente fica com a candeia na mão e com poucas ou nenhuma esperanças de remédio, porque enquanto teve sangue deu o que tinha, agora tem perdido as forças e as esperanças, porque lhe falta a moeda, que é o essencial, com que todos os pagamentos estão parados, o açúcar nos trapiches, sem haver quem os compre, os senhores deles como devem mais do que têm não os podem manear e cada um chora e não sabe por que... Ou se há de usar dos novelos de Maranhão ou das macutas de Angola.*”

O venerando jesuíta escrevia ao Duque de Cadaval: “*O remédio... e não pode haver outro, é o da moeda provincial com tal preço extrínseco que nem para os de fora nem para os de dentro tenha conta a saca dela.*” No mesmo sentido, apenas com restrições a respeito da moeda de ouro que entendia dever ser a mesma tanto na colônia como na metrópole, várias vezes se manifestou o governador-geral em sua correspondência pública, parte impressa no tomo 71 da *Rev. Trim.*, parte ainda inédita, existente na Biblioteca Nacional. O povo da Bahia, o governador do Rio, o provedor da Fazenda em Pernambuco refletiam unânimes sentimentos e opiniões idênticas. A Corte cedeu.

A lei de 8 de março de 1694, que fundou a casa da moeda da Bahia, desde o princípio reconhece a necessidade de uma moeda provincial “*porque só sendo fabricada com maior valor e diferente cunho, proibindo-se sua extração com graves penas, se poderia conservar a moeda no estado do Brasil, sem que se trouxesse para este reino como a experiência tinha mostrado*”. Neste intuito foi levantado o marco de prata de oito onças a sete mil e quarenta, a onça a oitocentos e quarenta, a oitava a cento e dez réis; cada marco de ouro de oito onças – a cento e cinco mil e seiscentos réis, cada onça a treze mil e duzentos e cada oitava de ouro a mil seiscentos e cinqüenta réis.

Navegava-se até o século passado por monções, navegação longa, incerta, intermitente. A notícia do levantamento da moeda feito na Bahia em 1689 chegou a S. Paulo em agosto de 90. O povo alvoroçou-se, em 3 de agosto invadiu a Câmara, coagiu os vereadores e, mais atrevido que a junta, impôs que a pataca de quatro oitavas e meia valesse oitocentos réis, a pataca simples quatrocentos réis, etc.: “*por este valor corriam em Santos e vilas circunvizinhas*”, lê-se na ata.

A 1^a de março de 92 os vereadores decidiram conservar a moeda na mesma altura até da Corte virem ordens em contrário; a realidade era, porém, outra; “*em S. Paulo, escrevia Câmara Coutinho, não só não se deu execução à baixa da moeda, mas não a quiseram aceitar nem me responderam*”. Em outra ocasião: “*A vila de S. Paulo há muitos anos que é república de per si, sem observância de lei nenhuma assi divina como humana.*”

Em 23 de janeiro de 1693, o povo foi adiante: à vista da confusão resultante da falta de moedas para trocos, levantou novamente o valor do dinheiro miúdo acima do que decidira havia três anos. A seguinte tabela resume a marcha desde 1689 até 1693:

1689	1690	1693
640	800	—
500	600	—
400	500	—
320	400	—
250	300	—
200	240	280
160	200	240
120	160	200
100	120	160
80	100	120
60	80	100
40	50	80

Há ligeiras divergências: na ata de 3 de agosto o cruzado aparece convertido em 480 e 500 réis; na de 25 de janeiro fala-se em três vinténs – moeda que não devia mais haver, pois os dois tinham sido elevados a meio tostão.

Em 23 de janeiro de 1694, a Câmara de S. Paulo pediu a Manuel Peixoto da Mota, capitão-mor, as ordens sobre a baixa da moeda; deu-lhes logo o cumpra-se, passando quartéis e publicando-as. “*Querendo à vista da carta de V. S^a executar o que nela mandava, escrevem os vereadores em data de 30 a D. João de Lencastre, o novo governador-geral; e baixar com público edito à moeda, levantou-se no ato da publicação de tal sorte e com tal furor o povo que não deixou acabar de se intimar a ordem legitimamente na praça, ajuntando-se com clamores contrários, com insultos e contra o capitão-mor e com tumulto contra os poucos ministros que costumam intervir a estes atos impedindo desta sorte o cumprimento do que se intentava fazer.*”

A notícia da lei que criava a casa da moeda da Bahia, instituía a moeda provincial e elevava a oitava de prata a cento e dez réis, pouco modificou a situação: ainda três anos depois a exaltação persistia rubra.

A 19 de janeiro de 1697, notando concurso e rumor, acudiram os oficiais da Câmara e defrontaram um ajuntamento de povo armado de armas de fogo e espadas, gentio com arco e flechas, exigindo o levantamento da moeda. Os camaristas alegaram as terminantes ordens régias, lançaram mão do recurso habitual de convocar os prelados das diversas religiões para deliberar. “*Responderam todos juntos que eles como povo levantaram o dinheiro e que se não quisessem dar o valor de seu requerimento que tocariam a degolar gritando com vozes altas que morressem todos, com que de necessidade por remir sua vexação lhes foi proposto pelos vereadores que chamassem os prelados das religiões para com eles se ajustar o que mais conveniente fosse*”, no que não quiseram consentir coisa alguma senão que dessem cumprimento a seu requerimento, “*que não tinham necessidade de que viessem prelados para o que lhes convinha a eles, senão que levantassem a moeda, senão que morreriam todos*”.

O segundo volume do *Registro Geral* prestes a sair trará naturalmente mais documentos completando as indicações por vezes demasiado sumárias das *Atas*. O capítulo final desta história comprida e mal contada descobriu Basílio de Magalhães em suas penetrantes e fecundas pesquisas arquivais e vem na primeira parte da opulenta coleção, publi-

cada no volume 18 da *Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*: é uma carta a D. Pedro II de 1^o de junho de 1698 escrita pelo governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses.

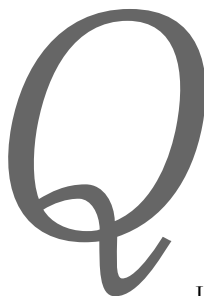
Encabeçava o movimento Pedro de Camargo que resistia a todas as ordens vindas da Bahia, vivia em S. Paulo feito regal, criminoso de quatro mortes, de latrocínios e violência, e exercia o cargo de Juiz ordinário aquele ano. Mandou intimar ao governador que não fizesse à capitania a anunciada viagem em que ia providenciar sobre as minas, não descobertas. O governador não se deixou intimidar, granjeou partidários, transpôs a serra e chegou ao campo.

“Chegado que fui a S. Pardo achei morto ao sobredito Pedro Camargo... Violentamente o mataram com um seu mesmo bacamarte ao meio-dia, e foi cousa prodigiosa, porque o matador é um dos nossos melhores homens que há naquela capitania, tanto pelo seu modo de vida, como por ser muito observante de todos os preceitos e ordens de Sua Majestade, estranhando sempre o não se lhe dar aquela devida execução que merecem com que parece que foi divina providência que o melhor homem matasse ao mais tirano e inobediente vassalo.

“E como lhe faltara o castigo, que por tantos títulos merecia, quis Deus que pagasse a enormidade de seus delitos, porque depois de lhe atirarem foi dando mais de cem passos com o coração passado por duas balas, e foi cair ao pé do pelourinho, aonde merecia ser justicado.”

.....

*Um livro sobre a Marquesa de Santos**



UANDO se anunciou que Alberto Rangel preparava uma monografia sobre a Marquesa de Santos, a notícia foi acolhida com a simpatia e curiosidade devidas ao escritor já tão vantajosamente conhecido. Apenas podia haver dúvida se, votado até aqui a obras de fantasia, saberia subordiná-la ao estudo de áridos papéis velhos. Agora o receio perdeu a razão de ser: o livro saiu com documentação forte e sólida; dificilmente se encontraria trabalho nacional lançado em alicerces tão profundos e seguros como *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*.

Quatorze páginas em oitavo¹ enumeram a literatura consultada e assimilada: grossos in-fólios, coleções de jornais, relatórios, autos de cartórios, memórias inéditas, avulsos, correspondências particulares, correspondências diplomáticas dos Estados Unidos, da França, da Espanha, da Prússia, da Áustria, da Suécia, de Roma, etc. Não pouco do apurado provém de procedência diplomática, mas o diplomata não goza de posição privilegiada sobranceira à crítica. “*Até que ponto acreditar nos*

* Publicado no *Jornal do Comércio* de 10 de junho de 1917.

1 Págs. 432 a 446.

*depoimentos da crônica viva, lançada por vadios atentos ao que lhes chegasse aos ouvidos, por sobra de tempo, incansáveis escrivães do consta e do mexerico, na representação das potências, é questão delicada e mui complexa. Os signatários de tais peças eram indivíduos estranhos à sociedade onde se achavam, como caldos de outro mundo e aperreados em meio oco, semibárbaro e quase grotesco; excitá-los-ia o veemente desejo de sobrecarregar os Correios.*²

No desejo de ser completo investiu pelas nobiliarquias e pela heráldica até dar nas raízes com a mísera e mofina Inês de Castro por um lado, e Piquerobi, o morubixaba de Piratininga, pelo outro. Um capítulo, o oitavo,³ estuda os antepassados, perfilados em dezessete sinopses dadas em apenso: os apensos, de conteúdo variadíssimo, sobem a cento e cinquenta e nove.⁴ Cinquenta e oito gravuras ilustram o texto artisticamente impresso em Tours.

O primeiro capítulo – “As imagens”⁵ – apresenta-nos o Imperador e a Marquesa tais quais os revelam quadros, retratos, fotografias, testemunhos de contemporâneos: ele, tipo de beleza máscula, quer a pé quer a cavalo, revelando a majestade no seu todo; ela, “*uma dessas formosuras de conjunto, onde mesmo as minúcias irregulares antes se plasmam do que se desfazem nos planos da figura, concorrendo a fazer sobressair o traço geral do cunho em efeitos totais de sedução, empolgantes e distintos dos espalhados pela banalidade fastidiosa e insignificância paradoxal de tipos muito mais perfeitos*”.

Compare-se por contraste a visão do Imperador e da Imperatriz, quais os notou uma manhã de abril de 1825, no Arsenal de Marinha, um aventureiro alemão que acabava de desembarcar.

“*D. Pedro é um belo homem, de estatura mediana, o rosto fortemente marcado de bexigas, de magnífica barba negra, escreve C. Schlichthorst; seu porte é negligentemente orgulhoso; fala depressa e resoluto, exprime-se sofrivelmente em francês. Os olhos negros e brilhantes não fixam muito tempo um lugar; tudo nota do que se passa à roda; gosta de dar tom jovial às perguntas mais sérias. Quando ri, o que não é raro, mostra uma fieira de dentes alvíssimos. Seu traje era acomodado ao*

2 Pág. 292.

3 Págs. 101 a 123.

4 Págs. 335 a 432.

5 Págs. 1 a 9.

clima e à hora: um casaco pardo e leve, chapéu branco, calças brancas, um lenço de seda de cor passado descuidadamente ao pescoço.

“A Imperatriz é baixa, atarracada, de rosto genuinamente alemão. Certa semelhança com a ex-Imperatriz de França, Maria Luísa, salta aos olhos; mas suas feições não têm o afinamento e a graça que tão encantadora tornavam a esposa de Napoleão. O sol dos trópicos e o modo de vida pautado pelo hemisfério do Sul deram-lhe uma alta camada de vermelhidão e provocaram a corpulência comum às brasileiras que já deixaram atrás a primeira juventude. Acrescia o vestuário infenso a olhos europeus: longas botas inteiriçadas de dragão com pesadas chilenas de prata, largas bombachas brancas, por cima uma breve túnica de seda, uma amazona aberta de pano pardo, lenço ao pescoço, branco, amarrado à gola da camisa, chapéu de palha desabado, azul-claro.”

As simpatias pelo Imperador jorram desde que o autor o defronta *“sujeito a bronquites, abusando do Leroi e da Água Vienense, com os rins inflamados, o fígado congesto, areias e cálculos raspando os canalículos dessas vísceras, sobretudo o horror larval da epilepsia, a presidir os conselhos, a galopar com fúria, a poetar e musicar, a comandar e chalacear, a escrever proclamações e declarações de amor, temerário e obstinado, onipotente e licencioso”*.

“Nos paços em que nasceu e morreu se inscreviam nas paredes cenas de Dom Quixote, determinada e bem própria alusão à vida que levou aos trancos, nas matas mineiras e nos areais do Sul, nas águas do Oceano e nas veigas lusitânicas, gaúcho e nauta, soldado e D. João, sertanejo e cidadão, monarca e aventureiro na guarda e escolta de sua própria ilusão... Diferente de Belerofonte, o seu destino não foi matar a quimera, mas segui-la. Imperturbabilidade era o dom de que mais se gabava a grande Catarina II: impressionabilidade a prenda e ufania de D. Pedro. Por toda a parte vibra este feixe de nervos; e de tal modo que a execução de seus atos explica os sentimentos que a todo o instante o aconselham e o corrigem, o comprometem e o sacrificam.”

Colocando-se além do bem e do mal apresenta-nos nos cinco capítulos seguintes as mil facetas desta personagem quase nietzschiana, brutal e meigo, deslinguado e chorão, com a tirania no sangue e a liberdade no pensamento, superior ao meio tacanho, ultrajando a gramática e acariciando a lógica, *“mecânico, marceneiro, tropeiro, magnífico e descocado, cavalheiro e frascário”*.

Com a mesma amplitude seria impossível pintar a amante imperial: *“D. Domitila na qualidade e condição delicada e fugaz dos seres femininos ficar-nos-á sempre distante, nebulosa e esfingélica. Os defeitos agravaram-se ou os*

bons créditos ganham de feitiço e preponderância, talvez pela insuscetibilidade às análises definitivas, peculiar às aparições inabordáveis das sereias. Ajuda a complexidade dos refolhos e o indefinido dos lineamentos o vácuo histórico que a subtiliza e denegra.”

Domitila – é a forma que o autor prefere, fundado no *Flos Sanctorum* e em José Bonifácio; o nome acha-se escrito de quatorze modos diferentes, a própria portadora variou a este respeito. Foi a penúltima de oito irmãos, quatro do sexo masculino, todos votados à carreira militar. Militar era também seu pai que veio a estabelecer-se em S. Paulo, conhecido pela alcunha de *Quebra-vinténs*, porque, de fato, quebrava uma moeda entre os dedos. A filha herdou-lhe a força muscular, como provou já quarentona no convento de Sorocaba, cavando buracos para esconder caixões de moedas e barras de ouro ameaçados de saque.

Nasceu na Paulicéia a 17 de dezembro de 1797; da primeira fase de sua vida apenas sabe-se que casou a 13 de janeiro de 1813 com o alferes Felício Pinto Coelho de Mendonça, de importante família mineira, ali destacado. Em Minas, para onde voltou, vieram à luz a primeira filha Francisca, em 1815, que esposou um tio, irmão da mãe, e morreu aos dezoito anos de tuberculose; Felício em 1816; em S. Paulo o terceiro filho, João, batizado a 26 de agosto de 1819, que pouco viveu.

Quando este nasceu já não coabitava o casal: ele difamava-a publicamente e acabou dando-lhe duas facadas em abril: ela fazia queixas amargas. D. Francisco de Assis Lorena chamava-se o sedutor real ou suposto, bastardo de um antigo governador de S. Paulo e Minas Gerais.

Os anos imediatos à tragédia cobrem fartas murmurações. Ainda não há muitos meses, ouviu quem escreve estas linhas coisas incríveis no Arquivo de S. Paulo. Alberto Rangel prova o infundado de tais afirmativas. Apenas um ponto permitiria duvidar: o legado de doze contos ao filho testamentário “*a fim de que ele cumpra uma disposição particular conforme lhe recomendou em carta fechada de cuja disposição não será obrigado a dar contas, devendo ser acreditado somente por seu juramento*”; mas a rigor que se pode concluir daí? Como provar a relação com sucessos passados quarenta anos antes?

Que pecado venal seria o que bastavam doze contos para redimir?

Em 1822 o Brasil atravessava um período revolucionário e os ânimos estavam agitados. Depois de serenar pela simples ação de sua

presença a tempestade que bramava em Ouro Preto, o Príncipe-Regente resolveu ir às terras do Tietê onde as paixões tumultuavam, e ferviam os ódios. Dia de S. Bartolomeu pernito na Penha; a 25 de agosto penetrou na Capital; a 8 de setembro despediu-se dos paulistas, depois de acalmar os espíritos e aclamar a independência nas margens do Ipiranga; neste intervalo conheceram-se e ligaram-se o futuro Imperador e a futura Marquesa. Não faltam versões sobre o primeiro encontro; mas as palavras de D. Pedro fixam a verdade: *“No dia em que fazia três anos que eu comecei a ter amizade com mecê, assinou o tratado de nosso reconhecimento como império.”*⁶ O reconhecimento do Império assinou-se a 29 de agosto de 25; por conseguinte de 8 de setembro de 22 a 29 de agosto de 25 correu o triênio incendiário, cujas chamas ainda não estavam extintas em 29.

O caso lembra vagamente o de Napoleão e da Condessa Walewska em Varsóvia: a um respeito a semelhança é completa e extremou esta de inúmeras aventuras do mesmo gênero sucedidas aos dois imperantes: tanto a paulista como a polaca ficaram grávidas. *“Tive artes de fazer saber a seu pai que estava pejada de mim, escrevia-lhe a 27 de novembro; mas não lhe falei nisso, e assim persuadi-lhe que a fosse buscar e à sua família, que não há de cá morrer de fome, especialmente o meu amor por quem estou pronto a fazer sacrifícios”...*⁷ O primeiro fruto de amor não vingou; a ele devem referir-se as palavras de D. José Delavat.⁸

Quando chegou ao Rio não é bem líquido; em maio já o pai recebia o soldo de reformado na guarnição da Corte; em março o marido que aqui estava desde 21 fora mandado para fora como tenente-ajudante do batalhão de Pilar e Serra. Parece morou para Mata Porcos nos primeiros tempos. Suas relações com o Imperador pouco a pouco se foram tornando conhecidas, e deram azo a desfeitas num teatro em junho de 24, na Capela Imperial durante a Semana Santa de 25. Quando ocorreu o último incidente já devia ter sido apresentada na Corte, pois no empenho de desagrá-la a Imperatriz mandou que a camareira-mor a nomeasse primeira dama de honor. A nomeação deu-se em 4 de abril; desde então começou a ser visitada e adulada.

6 Pág. 82.

7 Págs. 100, 125.

8 Pág. 130.

De sua influência sobre o imperial amante, neste primeiro período, narra-se um fato bem significativo: a ela atribui-se o decreto de 16 de junho de 1823, mandando cassar a segunda devassa aberta em S. Paulo e estigmatizando-a como produção de rivalidades particulares. O golpe feriu José Bonifácio e Martim Francisco, que deixaram o Ministério e nunca lho perdoaram. Drummond perpetuou estas queixas e implicou-a na dissolução da Constituinte.

Alberto Rangel afina por Varnhagen na *História da Independência*, ultimamente impressa, em que, dir-se-ia, há o propósito de transformar o patriarca em Barão de Lucena. “*O sumo saber e apuros do engenho tornam indiscutíveis os conceitos de bonzo e imodificáveis as determinações de aresteiro. Perigo à independência alheia, disciplina importuna, odienta e insustentável a impor o Alcorão ao livre agir e ao pensar dos outros. A vara do juiz ou do primeiro-ministro nas mãos do poço de saber pode ser verga de lictor; é símbolo alto e solene que virá a servir de açoite.*”

Como é indispensável, como é urgente o livro de Martim Francisco sobre a família dos Andradas, que só ele pode escrever e que já tem quase escrito.

A 4 de março de 1824 D. Domitila de Castro do Canto e Melo requeria para ser depositada em casa de seu pai para tratar do divórcio com Felício Pinto Coelho de Mendonça, “*a quem sempre amou cordialmente, vivendo honestamente, obedecendo-lhe em tudo sem dar motivo de discontentar*”, ao passo que “*este por seu mau gênio e caráter tem maltratado a suplicante com violentas e repetidas pancadas, ameaçando-a até de a matar, a ponto de já ter pegado em uma faca para este fim, o que decerto teria acontecido se não acudissem à suplicante*”. O divórcio foi concedido a 21 de maio e o ex-marido foi administrar uma fazenda imperial, pago e satisfeito. Satisfeito? Não, de todo. “*Recalcitrava Felício no ódio à antiga esposa. Narra o austríaco que Boaventura Delfim Pereira havia recebido de Felício uma carta que o apresentara a D. Domitila. O resultado teria sido imediato com as fúrias da insultada. Em noite diluviana o Imperador, montando a cavalo, com um companheiro, saltara as doze léguas que o separavam de Periperi. Lá chegando, esbofeteara o administrador da feitoria, entre grosseiros doestos, obrigando-o a assinar um papel em que empenhava a palavra de não atassalhar ou mesmo se ocupar de D. Domitila, sob pena de uma coça. Mareschal escreve Surra, dando ao vocábulo da gíria portuguesa as honras de inserção no aranzel a Metternich. Quem seria o chocalheiro pajem da aventura de costa aci-*

*ma e que a foi relatar aos ouvidos do embaixador? O nome do indivíduo daria barras de fidelidade à burlasca peripécia.*⁹

Dois dias depois do divórcio vinha ao mundo uma menina, primeiro fruto viável dos amores imperiais, batizada com o nome de Isabel e como filha de pais incógnitos. No ano seguinte nova gravidez, e no auge do contentamento o Imperador a 15 de outubro houve por bem nomear Viscondessa de Santos, com as honras da grandeza, a D. Domitila de Castro do Canto e Melo, atendendo aos distintos méritos da “*primeira dama da Imperatriz, minha muito amada e prezada Mulher, pelos quais se faz digna de Minha Imperial Consideração*”. Em fevereiro de 26 numa excursão que fez à Bahia com a Imperatriz, levou-a em sua companhia no mesmo navio e com ela esteve todo o tempo roubado aos deveres oficiais e aos ciúmes da consorte, já desconfiada e agora vencida.

Já de volta, o Imperador recebeu a notícia da morte de D. João VI e o chamado para subir ao trono de Portugal. Nos primeiros tempos da regência, D. Pedro julgava possível reunir as duas coroas, mas a experiência o desiludira e optara resolutamente pela nova pátria. Nas negociações para o reconhecimento da independência, quisera que isto ficasse bem claro, e só a oposição irredutível do pai impedira a renúncia definitiva e cabal. Firme nas mesmas idéias, abdicou da coroa em sua filha Maria da Glória, que deveria casar com o tio D. Miguel.

Depois de dar em 3 de maio uma coroa à filha legítima, podia D. Pedro ocupar-se dos bastardos santistas. Diz-se que pensara em fazer Duque de S. Paulo ao filho nascido em 7 de dezembro de 1825, cinco dias apenas depois do que foi segundo Imperador. Se de fato concebeu tal plano, – o que não é certo, – malogrou-o a morte do menino na idade de quatro meses: restava a menina Isabel. Apenas três semanas depois da abdicação, declara o Imperador que houve “*uma filha de mulher nobre e limpa de sangue*”, a qual se chamaria Isabel Maria Alcântara Brasileira e teria o título de Duquesa de Goiás: a 4 de julho deu-lhe o tratamento de Alteza. A 17 de outubro a Viscondessa foi elevada a Marquesa de Santos, como público testemunho “*do alto apreço aos serviços prestados, tratando*

9 Págs. 132-133.

da Minha muito amada e querida filha, a Duquesa de Goiás, desde que me dignei entregá-la, e querendo fazer-lhe Honra e Mercê em atenção a tão distintos serviços que sobremaneira têm penhorado meu coração”.

Outra filha, Maria Isabel, nascida a 3 de agosto de 1827, viria a ser a Duquesa do Ceará, se não morresse aos quatro meses. Herdou-lhe o nome a terceira, por assim dizer póstuma, pois os amantes já estavam definitivamente separados, quando a 28 de fevereiro de 1830 veio à luz em S. Paulo a que deveria ser a infeliz Condessa de Iguacu. A Duquesa de Goiás, mandada para além-mar aos seis anos de idade, por lá se ficou, estabeleceu-se e teve descendência; seus bisnetos devem a esta hora estar combatendo nos Exércitos da Europa Central.

Conta um viajante que os cariocas não compreendiam o longo apego do Imperador à Marquesa, e muito menos a liberalidade com que a mantinha, ele em geral tão parcimonioso: explicavam-no por feitiço. Menos se arredariam do real, se atendessem à fecundidade da mulher, pondo em vibração constante a fibra da paternidade, tão enérgica em D. Pedro. Filha, chamava à amante nas cartas mais derretidas; filho, queria ser chamado.

No meio de tudo isto que fazia a Imperatriz? Pelas páginas do livro, perpassa desganhada, mal vestida, galopeira, caçadora, comelona: seu amor às ciências provoca sutis remoques, capazes de evocarem certa personagem da *Casa de Pensão*, de Aluísio Azevedo. O gosto pelas ciências naturais poderia ser um reflexo dos companheiros na longa travessia de Leorne ao Rio, o grave Spix, o genial e luminoso Martius, o incansável Natterer e outros que foram os verdadeiros descobridores do Brasil. Amava às letras. Schlichthorst, vendo-se sem recursos, amanhou um soneto e levou-o à Imperatriz, que leu a poesia, achou bonita e mandou dar-lhe 200\$000. O autor a reproduz em seu livro *Rio de Janeiro wie es ist*, impresso em 1829 em Hannover, não por julgá-la uma obra-prima, porém, por ter sido muito bem paga. Depois de falar nas praias floridas, aonde o Rio estira seus braços de gigante, entre penedos, da areia azul em que a linfa do regato lambe o ouro mais puro, do solo rico que oculta diamantes, onde viu a Imperatriz vestida de raios, termina: “*Esposa do filho herdeiro de D. João, com ele serás festejada e viverás feliz; permite que até o trono dourado, até tua pessoa, erga-se audaz o olhar livre, por que a bondade do coração cercou de luz celeste o trono imperial.*”

O segundo Imperador saiu antes Habsburgo que Bragança.

Quando viu sua primeira dama elevada a Viscondessa de Santos, a Imperatriz percebeu que não se tratava de uma aventura como tantas outras, através de todas as camadas da sociedade, de alto abaixo da escala cromática, em que nem se cansava, nem se saciava o neto de D. Maria Luísa, filho de Carlota Joaquina. A convivência diuturna durante a viagem à Bahia, o reconhecimento da Goiás com o tratamento de Alteza, a promoção da Viscondessa, naturalmente amarguraram a abandonada. Houve cenas violentas, mal conhecidas, no casal. A Imperatriz pediu ao Embaixador da Áustria comunicasse a seu pai que se sentia muito infeliz. A saúde foi se alterando, definhou, consumiu-se e morreu. Uma visita da Marquesa à moribunda, tem sido explorada contra ela. Rangel prova que o escândalo foi provocado por Ministros, alguns seus bajuladores até então, que julgavam o sol no ocaso.

O Imperador estava no Rio Grande do Sul e voltou às pressas quando soube do falecimento da Imperatriz. A Marquesa continuou a exercer o mesmo predomínio. Falou-se em que D. Pedro pretendeu tomá-la por esposa, invencionice aérea numa época em que não seriam mais possíveis D. Fernando e Leonor Teles. De fato Felício, consolado provavelmente pelas ameaças ancilares como antes do divórcio, continuava com vida. Correu que Feijó, o grande Feijó, iria até o assassinato para impedir o consórcio!

Entretanto, a situação mudara aos poucos. As cartas continuavam numerosas, mas os encontros espaçavam. As ausências do Rio amiudavam-se; mas influiu sobretudo a idéia de novo casamento com uma princesa européia que alguém sugeriu e foi abraçada apaixonadamente. A história das tentativas matrimoniais do recém-viúvo já foi narrada ao comprido na mal escrita, mal disposta, mal revista, mas imprescindível *Vida do Marquês de Barbacena* por Antônio Augusto de Aguiar. Completou-a um artigo do Conde de Barral, neto do Visconde da Pedra Branca, que, parece, foi o negociador feliz; o artigo saiu em uma revista parisiense.

A fama da Marquesa atravessou os mares; princesa alguma quis repetir as experiências de D. Leopoldina; o afastamento era condição prévia de qualquer negociação bem sucedida; a idéia do sacrifício enraizou-se no ânimo imperial, e uma carta quase brutal, de que o livro dá extratos, impôs e conseguiu a retirada.

De outubro de 1828 a abril de 1829 a Marquesa esteve em S. Paulo, onde sofreu horrores, a acreditar em suas palavras. As noivas continuavam esquivas e D. Pedro, atribulado pelos sucessos de Portugal, onde seu irmão D. Miguel podia enfim mostrar-se tal qual era, ou qual o queriam seus partidários obcecados, escreveu ao ex-sogro que, por ora, não podia pensar em casamento. Lucrou com isso a Marquesa, que em abril novamente apareceu na Corte.

A sua estada não devia ser longa. O casamento ajustou-se em maio com a bela Amélia de Leuchtenberg, filha do príncipe Eugênio, neta de Josephina de Beauharnais ou Bonaparte, e o Imperador ratificou-o em 30 de julho de 1829.

Na mesma ocasião a Marquesa declarou-se grávida e o Imperador esbravejou. Conta a Condessa de Iguaçú: *“Desde o ventre de minha mãe eu principiei a sofrer. Estando ela grávida de mim, com dois meses, quis meu pai matá-la, dizendo que eu não era sua filha; então, meu tio José de Castro, pondo-se na porta do quarto de minha mãe na ocasião em que meu pai queria entrar, lhe embargou o passo e lhe perguntou onde ia; meu pai respondeu: ‘matar aquela que diz que está grávida de mim não sendo meu filho’; então meu tio lhe disse: “Senhor, se o filho ou filha que minha irmã tiver não for seu, eu lhe dou a minha cabeça.”*¹⁰

A Marquesa partiu para S. Paulo a 27 de agosto de 1829, quase sete anos, dia por dia, depois da amizade tempestuosa travada em 22, a 29 do mesmo mês, e afora ligeiras excursões, passou o resto da existência na terra natal. Em agosto de 1833 morreu-lhe a filha primogênita; em 3 de novembro morreu-lhe o marido Felício, no sítio da Piedade, em Marapicu. Podia casar outra vez, e de fato convolou a novas núpcias, sem abandonar o título.

O Capítulo XVI – “A Matrona”¹¹ –, contém a história de trinta anos e é um dos mais interessantes, pela cópia de pequenos fatos e anedotas características. Como amostra pode servir esta miniatura: *“Por volta de 1860, D. Domitila, a veneranda sexagenária e duas vezes viúva, era uma ruína esplêndida. Fizera-lhe o tempo concessões excepcionais. A velhice veio com delicadezas de um retocador de quadros. Cobriu-a de neve onde devia, conservou-lhe o*

10 Págs. 373.

11 Págs. 257 a 291.

que pôde da sobrançeria do meio corpo aparatoso, soprou-lhe sobre a tez um hálito que mal lhe tirava a frescura e o alvor retrospectivos, tendo-lhe deixado a brancura de nácar nos dentes sãos, e nos olhos ainda uma centelha, em memória dos antigos fogarêus que neles se acendiam. E demorou-se no trabalho sutil o artista comumente desabusado e ultrajante... Ela ajudava-o na poupança, vestindo-se com apuro, a fim de comparecer às festas mundanas e religiosas, e usando das fabulosas jóias de seus escrínios. Pela Semana Santa a visita às igrejas dava ocasião de ostentá-las abundantemente, bem como as sedas bordadas, os escarpins e leques maravilhosos.”

Faleceu de intercolite a 3 de novembro de 1867. “Prantearam-na da plebe às grandes famílias, gregos e troianos. Saldanha Marinho, Presidente da Província, compareceu ao saimento fúnebre. Nem um preto devia ser mais honroso aos manes da Marquesa de Santos do que o prestado pelo homem em quem se encarnavam a independência, a honestidade e o liberalismo de duas gerações.”

O capítulo final¹² examina as acusações feitas à Marquesa e prova que não procurou influir na política, salvo a intervenção benéfica e pacificadora na devassa paulista, que não pesou aos cofres públicos, que seus parentes só obtiveram promoções legais e honrarias platônicas, que a ninguém perseguiu e a muitos protegeu.

Um dos maiores acusadores da Marquesa foi Antônio de Vasconcelos Meneses de Drummond, e não vem fora de propósito inquirir do crédito que merece o memorialista. Os seguintes fatos ajudam a formar opinião. Seu depoimento, felizmente impresso, no processo instaurado contra Januário, Alves Branco, José Clemente, Ledo, numa questão de penacho, porque os Andradas, apesar do favor imperial, não podiam improvisar prestígio igual ao deles, moradores antigos, lutadores conhecidos nesta muito heróica e leal, é contraditório e odiento. Compare-se o que diz sobre Vilela Barbosa nas Constituintes de Lisboa com o que Gomes de Carvalho documenta no seu consciencioso livro a respeito dos Deputados brasileiros àquelas Cortes e, ver-se-á, como sua memória era sujeita às traições e desfalecimentos. Leia-se finalmente o seu famoso ofício de junho de 1852, em que denunciou ao Governo brasileiro, que havia anos representava em Portugal, o emprego de animais putrefatos e talvez de carne humana, numa fábrica de paios de

12 Págs. 292 a 383.

Aldeia Galega. Depois deste estardalhaço ficou incompatibilizado com a corte de Lisboa; a habilidade e a energia do Visconde de Uruguai permitiram-lhe uma saída mais ou menos airosa, mas não pôde mais tomar à atividade. Aproveitou os ócios forçados para escrever; é pena não escrevesse mais; lê-lo, traz sempre proveito; mas aqui é o caso de confiar desconfiando sempre.

Na “Introdução”, Alberto Rangel explica os motivos por que escreveu *D. Pedro e a Marquesa de Santos*. A melhor explicação é o próprio livro. A obra louva o artista, que sabe escrever com vigor, com brilho, com colorido. No seu vocabulário há carapinhas que estão pedindo pente ou tesoura. Certas incorreções seriam facilmente evitáveis. Infelizmente, não ficou de todo imune de certa gramatiquice industrial, gênero importado que Said Ali zurziu em tempo, e contra a qual já começou o grito de alarma em S. Paulo.

.....

*Prefácio à História do Brasil
de Frei Vicente do Salvador**

E

M 1881 a Biblioteca Nacional realizou uma exposição de história e geografia do Brasil, aberta a 2 de dezembro, aniversário de D. Pedro II, encerrada a 2 de janeiro do ano seguinte. Vieram à luz suas riquezas em impressos, manuscritos, mapas, estampas, medalhas e moedas; instituições diversas, colecionadores particulares concorreram ao certame; pela primeira vez desenhou-se nítida a imensidade da empresa de descrever a terra brasileira e conhecer os feitos de seus filhos.

Pelos salões e corredores do velho casario da Rua do Passeio peregrinaram sete mil seiscientos e vinte e um visitantes. Não é muito. Podia ser menos sem inconvenientes. A exibição figurava aparato transitório, mero pretexto da obra verdadeira, o *Catálogo*. Desde o primeiro dia distribuíram-se dois volumes, somando mil seiscientos e doze páginas, arrolando dezenove mil duzentos e setenta e oito objetos. Com o suplemento, que pouco demorou, as páginas subiram a cerca de mil e oitocentas, os objetos excederam vinte mil. Válido e fecundo prossegue ainda quem concebeu e levou galhardamente a fim a obra monumental,

* Prefácio à *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, edição de 1918.

– hoje votado ao *Dicionário histórico, etnográfico e geográfico brasileiro* empreendido pelo Instituto Histórico, que será o coroamento de sua segunda mocidade.

Poucos dias antes da inauguração sobreveio aos que trabalhávamos ao lado e sob as ordens do Dr. Ramiz Galvão a mais agradável das surpresas.

Tínhamos bem presentes as poucas linhas de Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana* e os trechos de Jaboatão no *Novo orbe seráfico brasileiro*, relativos a frei Vicente do Salvador e sua obra; sabíamos do exemplar de sua história, folheado por Varnhagen, quase adolescente ainda, na Biblioteca das Necessidades em Lisboa e sumido ainda hoje; conhecíamos o capítulo avulso descoberto por João Francisco Lisboa na Torre do Tombo, identificado e impresso por Varnhagen em 1858 na *Revista trimensal* do Instituto. Depois da última data, nem a obra nem o nome do autor emergiam mais do mistério.

Bem podia tê-lo desvendado o ilustre Varnhagen, que deprou a obra na Torre do Tombo, desde 1872 pouco mais ou menos, quando revelou a existência do exemplar da *Prosopopéia* de Bento Teixeira, até então considerada perdida. Já em 1874 no posfácio à segunda edição da *História das Lutas* se refere a fatos que recentemente apurara relativos ao potiguar Zorobabé e à expedição de Pero Coelho de Sousa ao Ceará. Na segunda edição da *História Geral* repetiu estas novidades e forneceu outras, as mais das vezes sem indicar-lhes a procedência, uma escudando-se no dizer de um escritor antigo –, pág. 379, outra, pág. 393 –, recorrendo à sigla pouco transparente de *F. V. do S.* Isto no primeiro volume.

No segundo, guarda sigilo sobre o paradeiro do manuscrito, junta inexactidões como dizer que a dedicatória foi datada de Lisboa, que a *Crônica da Custódia* é a primeira parte da *História* e termina secamente, pág. 687: “tanto uma como outra parte não foram até agora impressas”. Com os anos, adquirira certas singularidades bem diversas da franqueza e alvoroço com que a princípio revelava os achados e as descobertas: reservava-os talvez para *Arquivo diplomático brasiliense antigo*, anunciado desde a publicação do livrinho de Maurício de Heriarte, belo sonho esvanecido pela morto a 29 de junho de 1878, em Viena.

Ora, o livro esquivo, quase mítico, de frei Vicente do Salvador entrou de modo inesperado na Biblioteca Nacional.

João Martins Ribeiro, inteligente livreiro do Rio, que valente e ativo ainda poderá ler estas páginas, adquiriu papéis vários e alfarrábios e de mistura alguns manuscritos, entre os quais uma história do Brasil em que nunca ouvira falar. Não os quis expor à venda, e doou-os à Biblioteca Nacional, como sua quota para a exposição que ia ser inaugurada. (V. *Gaz. de Notícias*, de 19 de novembro de 1881.)

O mais ligeiro exame do códice revelava seu passado: – a encadernação de couro à portuguesa, o aspecto do papel, a letra do copista, denunciavam-no como um dos numerosos volumes copiados dos arquivos e bibliotecas lusitanas na era de 50 por comissão do governo imperial, confiada primeiro a Gonçalves Dias e por fim a João Francisco Lisboa. A coleção, depois de ficar alguns anos na Secretaria do Império, foi remetida para o Instituto Histórico, donde uma parte correu para mãos de particulares. A Biblioteca Nacional possui alguns volumes comprados a particulares.

O manuscrito oferecido procedia indiretamente do espólio do Marquês de Olinda e pode-se imaginar até certo ponto como as coisas passaram.

Em 27 de fevereiro de 1857 João Lisboa mandara a Varnhagen uns apontamentos sobre Gabriel Soares, extraídos de um volume, encontrado acaso na Torre do Tombo, e prometia envidar esforços para descobrir o manuscrito principal de que os apontamentos não passavam de adição ou emendas. Seus esforços surtiram bom resultado, pois o Marquês do Olinda, ministro do Império, deixou a pasta em 12 de dezembro de 1858 e a *História* de frei Vicente foi para sua casa e lá ficou. É provável que o velho marquês nunca a abrisse e até esquecesse sua existência. Em 1866 Melo Moraes escreveu a biografia do ex-regente, figura primacial do Segundo Império. Se se lembrasse da preciosidade que possuía, o biografado tê-la-ia oferecido ou pelo menos mostrado ao Plutarco alagoano.

Dia de ano bom de 82, véspera do encerramento, o conselheiro Saraiva, presidente do Conselho, visitou a exposição de história e geografia e, vendo a grande quantidade de inéditos ali acumulados, ofereceu as colunas do *Diário Oficial* para imprimi-los e depois reduzir a volumes, como fazia com os debates do Parlamento.

Aceito, como não podia deixar de ser, o oferecimento, parecia óbvio encetar a série com a *História* de frei Vicente do Salvador, já pelo valor intrínseco da obra, já como uma cortesia ao ilustre baiano, seu patricio, que lhe facultava a aparição. Não se fez assim e a autorização caiu em comisso.

Em 1886 o conselheiro Francisco Belisário, ministro da Fazenda, concedeu autorização semelhante à que fora descurada a Vale Cabral, chefe da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, e ao escritor destas linhas, a quem se agregou Silveira Caldeira, diretor do *Diário Oficial*. Bem quiséramos estrear com a *História* de frei Vicente, aproveitando o códice tão generosamente doado. Não foi possível. Tivemos de recorrer à bondade de nosso amigo Lino de Assunção, que nos obteve nova cópia na Torre do Tombo. No *Diário Oficial* de 23 de julho de 1886 saiu o primeiro capítulo. Da composição fez-se em 1887 um volume de 115 páginas, contendo os dois primeiros livros, anotados compridamente. As anotações foram um erro, pois só trouxeram a demora e por fim a paralisia da publicação; tiveram, porém, um efeito: a Biblioteca decidiu dar a obra completa em 1889 no volume 13 de seus Anais.

Com ligeiras modificações o texto da Biblioteca Nacional serve de base ao presente.

A ortografia vai simplificada, exceto quando se trata de nomes próprios e termos brasílicos sem que foi, ou deveria ser conservada. Se o vocábulo era pronunciado de modo diverso do atual, conservou-se ou tentou-se conservar a fonética do tempo; se aparecia sob mais de uma forma – *assi* e *assim*, *para* e *pera*, *cabaço* e *cabaça*, *cosso*, *corsário* e *corso* e *corsário*, *câmera* e *câmara* –, não se forçasse a unidade.

A pontuação foi modernizada, de modo a facilitar a compreensão. A sintaxe, mais de coordenação que de subordinação, dominante na obra, permitiu substituir por ponto final, muita vírgula, ponto e vírgula e dois pontos. O *que* pronominal, hoje absolutamente condenado para começo de oração quando é interrogativo ou exclamativo, antigamente não sofria esta limitação. Fez-se uso aqui da antiga liberdade.

O texto da Biblioteca Nacional, revisto diligentemente pelo bondoso Teixeira de Melo, chefe da seção de impressos e depois diretor do estabelecimento, continha alguns lapsos que foram quanto possível escoimados. Que outros se tenham introduzido em lugar deles é bem

possível, mas de negligência não procedem. A numeração dos últimos capítulos no Livro V foi ligeiramente alterada. Da introdução à edição da Biblioteca Nacional escrita pelo autor desta foi aproveitado o que pareceu conveniente.

Os prolegômenos de cada livro visaram a distinguir as fontes utilizadas pelo historiador, a indicar os documentos conhecidos relativos a cada período, as monografias a consultar por quem quiser ir por diante e mais fundo no estudo. Escritos às pressas, à medida que a composição tipográfica urgia, não pretendem foros de heurística, meros apontamentos biográficos ou bibliográficos. As omissões sobretudo serão numerosas. O simples aspecto discrimina os prolegômenos do texto e não há risco de confundir o mel do patriarca e o vinagre do epígono.

A planta da cidade do Salvador, a carta do Maranhão, foram reproduzidas da *Rezão do estado do Brasil no governo do Norte somente... até 1612*, msc. do Instituto Histórico.

A estampa dos índios reproduzida de Claude d'Aubeville, indica pelas cesuras, abertas com dente de animal e cobertas de carvão para ficarem indelévels, que o tabajar Caripira já conquistara vinte e quatro nomes, matando outros tantos inimigos.

Publicado agora em forma acessível, é de esperar que o livro do frade baiano, a primeira história do Brasil composta por brasileiro, adquira leitores e amigos. Nem outra mira alveja esta tentativa. No intervalo que separa esta da precedente edição malograram-se os esforços para descobrir os capítulos perdidos. Seja mais feliz quem dirigir a outra, que mais cedo ou mais tarde há de vir à luz.

Na correção das provas prestaram os melhores serviços M. Said Ali, professor de alemão do colégio D. Pedro I, e Rodolfo Garcia, encarregado da biblioteca do Instituto Histórico, a quem ficam aqui consagrados os agradecimentos.

O pouco sabido sobre a vida de frei Vicente do Salvador encontra-se em sua *História do Brasil*, no *Novo orbe serafico brasilico* e no catálogo genealógico de Jaboaão, impresso pelo Instituto Histórico, *Rev. Trim.*, 52, I.

João Rodrigues Palha, escudeiro fidalgo da geração dos Palhas do Alentejo, emigrou por desgostos domésticos, à procura de melhor fortuna, por ter pouco grão para sustentar família. Seu compatriota Luís de Melo da Silva armava uma expedição para as terras brasílicas, aonde lhe fora doada uma capitania. Nela alistou-se, partiu em junho de 1554 e naufragou dia de S. Martinho, 11 de novembro, nos esparcéis e baixios do Maranhão. Das três naus e duas caravelas da armada salvaram-se apenas uma caravela e um batel, em que dezoito pessoas aportaram a São Domingos. Foi uma delas.

Como se saiu da ilha ignoramos. Tão comuns eram os navios de lá para a península como seriam raros para a América portuguesa. Devia ter tornado à pátria, mas de verdade resolvera expatriar-se e, sem agourar mal do começo, afrontou novamente os mares, deu consigo na baía de Todos os Santos, estabeleceu-se em seu recôncavo, casou, teve filhos. Chamou-se ao mais velho Vicente Rodrigues Palha, o nosso autor. Terminando sua obra em 1627, frei Vicente confessava sessenta e três anos. Devia ter nascido em 1564, no governo de Mem de Sá. Diz Jaboa-tão que foi batizado na sé da cidade do Salvador, em 29 de janeiro de 1567, pelo cura Simão Gonçalves e era natural de Matoim.

Gabriel Soares fornece uma lista dos engenhos de Matoim e nela não aparece o nome do velho Palha, que ainda vivia em 1580. Trabalharia em terras foreiras? Figurava a sua entre as numerosas fazendas de que Gabriel Soares não especifica os donos?

Os engenhos ricos tinham um capelão, com quem os meninos do senhor e outros a quem o permitia começavam os rudimentos de leitura, ordinariamente em cartas de mão, que os livros não eram comuns: na falta das obras de João de Barros, leia-se o que a tal respeito escreve Manuel Severim de Faria na vida do autor das *Décadas*. Talvez assim se iniciasse nas letras o futuro historiador.

Continuá-las só podia na cidade do Salvador, cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam o mais tempo em suas roças rurais, só acudindo no tempo das festas. A população urbana constava de mecânicos que exerciam seus ofícios, de mercadores, de oficiais de justiça, de fazenda, de guerra, obrigados a residência. Seu tio materno Jorge de Pina, cônego da sé, chantre e mestre-escola, era dos que não podiam afastar-se. Naturalmente o sobrinho foi morar com ele.

A instrução daquele tempo concentrava-se nas mãos dos padres da Companhia. “As ocupações dos nossos com os próximos, escreve Anchieta (*Informações*, 37/38q são: uma lição de teologia, que ouvem dois ou três estudantes de fora, outra de casos de consciência que ouvem outros tantos e uma e outra alguns de casa, um curso de artes que ouvem dez de fora e alguns de casa, escola de ler, escrever e contar, que tem até setenta rapazes, filhos de portugueses, duas classes de humanidade, na primeira aprendem trinta, na segunda quinze escolares de fora e alguns de casa.

“Os estudantes nesta terra, além de serem poucos também sabem pouco, por falta dos engenhos e não estudarem com cuidado, nem a terra o dão de si, por ser relaxada, remissa e melancólica, e tudo se leva em festas, cantar e folgar. Porém por ser nesta terra não se faz pouco fruto com eles e lá há alguns casuístas que são vigários, e alguns artistas mestres nelas, e dois ou três teólogos pregadores que pregam na catedral desta cidade e cônegos da igreja-mor e vigários das paróquias.”

Isto escrevia-se por 1586, pouco mais ou menos.

De seus estudos, diz o autor apenas que Pero do Campo Tourinho foi condiscípulo em artes e de teologia. Não explica se na Bahia, se em Coimbra, donde trouxe o título de doutor *in utroque jure*, sendo-o com vantagem em teologia e cânones, vai assegurando Jaboatão.

Quando completou a formatura e voltou à Bahia?

Falando de Manuel Teles Barreto (*infra*, 267), escreve: “Era de sessenta anos de idade, e não só era velho nela, mas também de Portugal o velho; a todos falava por vós, ainda que fosse ao bispo, mas caía-lhe em graça, a qual não têm os velhos todos.” Se assim nota uma impressão pessoal, estaria de volta antes de 1587, data do falecimento do governador, e doutorado com vinte e poucos anos.

Tomou depois ordens sagradas, serviu de cônego, de vigário-geral, governador do bispado em tempo de D. Antônio Barreiros, cujo nome cita a propósito de questões com o Governador Luís de Brito, das guerras da Paraíba e da sucessão de Manuel Teles Barreto. O lugar de vigário-geral podia ser rendoso; não eram tais as conezias e dignidades da sé, de que os clérigos fugiam, assegura Gabriel Soares (*RT*, 14, 120), “por não ter cada cônego mais de trinta mil-réis e as dignidades a trinta e cinco, tirado o deão que tem quarenta mil-réis, o que lhes não basta para se vestirem. Pelo que querem antes ser capelães da Misericórdia ou dos engenhos, onde têm de

partido sessenta mil-réis, casas em que vivam e de comer, e nestes lugares rendem-lhe suas ordens e pé de altar outro tanto”.

Quão pouco pesavam considerações pecuniárias sobre o padre doutor Vicente Rodrigues Palha, provou tomando o hábito de S. Francisco a 27 de janeiro de 1599 e professando a 30 do mesmo mês no ano seguinte.

Depois de professar foi mandado para Pernambuco, em data que pode ser determinada com esta aproximação. Ali assistia nas vésperas da partida para o reino de João Rodrigues Colaço e de D. Beatriz de Meneses (*infra*, 373). O governo de Colaço devia ter alcançado pelo menos a 3 de julho de 1603, data de uma sesmaria doada a Domingos Sirgo, informa Vicente de Lemos (*Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, 1, 6). Ainda assumia este título a 8 de setembro do mesmo ano (*Rev. Trim.*, 73, I, 444). Pouco depois frei Vicente missionava os índios da Paraíba, como refere à página 393.

Para missionar era indispensável conhecer a língua geral, mas neste conhecimento havia gradações, como escreve o mestre José de Anchieta nos fragmentos históricos que acompanharam suas *Informações*, 69, 70, 73, 74. Diogo Jácome, vindo com Manuel da Nóbrega, soube o bastante para ensinar os índios e aparelhá-los para o batismo e ouvir confissões. Manuel de Paiva, da pequena leva de 1550, não chegou a mais que a saber ensinar a doutrina por escrito, ajudando os naturais por intérprete. Francisco Pires, seu companheiro de leva, não soube a língua da terra, contudo por intérpretes ajudou muito os naturais na doutrina e principalmente no ouvir confissões. Gregório Serrão podia ensinar a doutrina, instruir para batizar, confessar e ainda pregar.

Não parece que frei Vicente atingisse à mestria de Gregório Serrão. De palavras brasílicas traduz apenas *coroe*, pág. 32, *apuabató*, aliás *apuabaté*, pág. 53, *iburaguaçumirim*, pág. 191, *iniguaçu*, pág. 223, *guaraci*, pág. 352. O que diz sobre a linguagem compendiosa (pág. 53), é vago e superficial. As informações sobre parentesco representam um *vade mecum* dos missionários, empenhados em saber dos casamentos lícitos ou ilícitos por consangüinidade. Parece, entretanto, ter apanhado bem a índole do gentio.

Os capuchos de Santo Antônio estabeleceram-se primeiro em Pernambuco, a instâncias do donatário Jorge de Albuquerque Coelho, e

por isso e por terem quatro conventos na capitania ali realizavam os capítulos e congregações custodiais (*infra*, 330).

O custódio frei Leonardo de Jesus, na junta feita em Olinda a 22 de outubro de 1606, aceitou a fundação de um convento no Rio de Janeiro, aonde chegou a 20 de fevereiro do ano seguinte. No governo de Salvador Correia de Sá, este, os oficiais da câmara e os magnatas da cidade de S. Sebastião doaram aos franciscanos os terrenos da ermida de Santa Luzia. Como o local não pareceu o mais próprio a frei Leonardo, Martim de Sá e a câmara concederam-lhes o morro então chamado do Carmo, defronte da várzea a do bairro de Nossa Senhora, sobre a lagoa de Santo Antônio. Os signatários da doação, datada de 4 de abril, obrigaram-se a desabafar o mato da várzea, a fazer uma rua até o mar, com a largura comum de trinta palmos, e levar à praia uma vala para sangrar a lagoa, de modo a não ser nociva aos religiosos que habitassem sua vizinhança.

Frei Vicente, companheiro do custódio e nomeado presidente, ficou dirigindo as obras do Rio, e tal atividade desenvolveu que a 4 de junho de 1608 frei Leonardo de Jesus pôde lançar no fundo dos alicerces a primeira pedra dos corredores do atual convento de Santo Antônio. No Rio o frade baiano talvez permanecesse até a vinda do governador D. Francisco de Sousa em abril de 1609 e ouviria as queixas de Afonso de Albuquerque, capitão-mor, de que só ficava para seu governo o ar, porque D. Francisco chamara a si a terra e D. Antônio, seu filho, o mar (*infra*, 419).

Na companhia do custódio o ex-presidente partiu para Olinda, onde iam ser abertos estudos e ele devia lecionar. Pouco tempo exerceu as funções, porque veio do reino outro custódio acompanhado de mestres de estudo e estudantes.

Recolheu-se à Bahia, até ser eleito guardião do convento em 1612 e logo custódio em 15 de fevereiro de 1614. Deu-se então nova forma à custódia do Brasil, autorizada a fazer capítulos regulares, em que fossem também eleitos os definidores. Afirmo Jaboação que, para o efeito cabal do assim determinado, o novo custódio partiu da Bahia para Olinda, onde reuniu o capítulo a 15 de outubro. Se a data estiver certa, repetiu a viagem no ano seguinte, como ele próprio narra, em companhia do Governador-Geral Gaspar de Sousa (*infra*, 488). “*Completo seu*

governo com aquele acerto, prudência e bom exemplo que prometiam sua virtude e suas boas letras”, remonta o cronista da ordem seráfica.

Terminado o triênio partiu para o reino, talvez deseioso de imprimir a *Crônica da Custódia do Brasil* que compusera.

Desta obra só fala com conhecimento de causa George Cardoso, que em dois passos do *Agiolégio Lusitano* lhe chama breve. Breve deveria ser efetivamente, pois, incluindo seu tempo de custódio, abarcava apenas trinta anos. Duas de suas páginas parecem ter passado para esta História, ambas relativas a índios da Paraíba (*infra* 63, 394). Conteria matéria valiosa quanto à catequese dos índios confiados aos capuchos e, nas digressões a que o autor não era avesso quando o assunto principal escasseava, informações de caráter geral. Trataria da fundação dos diversos conventos, pessoas que contribuíram para sua ereção, casos edificantes, milagres que nunca faltavam. Por onde andarão? “*Levando-a consigo seu autor para a província [de Portugal] no ano de 1618 assim a ela como a esta Custódia só nos ficou a notícia que desta obra nos dão os estranhos*”, escrevia Jaboação no *Preâmbulo digressivo*. Nada mais sabemos. Considerar a *Crônica da Custódia* primeira parte desta *História*, como fez Varnhagen, é esquecer o tamanho das duas, as datas das respectivas composições, o intuito bem definido de cada uma.

Para inspirar sua *História do Brasil* o afastamento da pátria não podia deixar de ser benéfico. O viver quotidiano provocava confrontos, com os contrastes libertaram-se as afinidades eletivas e assomava a idéia de um conjunto amável. E outras circunstâncias felizes concorreram para a idéia e realização das obras.

Do Alentejo procedia a família paterna, em Évora havia um convento histórico da ordem, nele parece ter ficado algum tempo. Em Évora fez ou renovou conhecimento com Manuel Severim de Faria, que tinha um irmão franciscano, frei Cristóvão de Lisboa, mencionado no Livro V. Talvez fosse este o traço de união entre ambos.

Severim de Faria era um erudito, amante de livros, de manuscritos, de epigrafia, de genealogia, de heráldica, de numismática e até de curiosidades etnográficas, pois frei Cristóvão de Lisboa enviou-lhe algumas do Maranhão e Pará. Na sua livraria famosa, infelizmente incendiada com a do conde de Vimieiro no terremoto de Lisboa, eram muitos os livros históricos. Comprazia-se nestes estudos, mas agradava-lhe pou-

co a história pragmática, preferia a biografia de que publicou as de João de Barros, Diogo do Couto e Luís de Camões, temas gerais como o crescimento da população, a ordem da milícia, a nobreza e outros, expostos nas *Notícias de Portugal*. Deu-se por último a escrever fatos contemporâneos na forma de anais. Studart descobriu e publicou muitos fragmentos seus na *História Portuguesa* (Fortaleza, 1903). Com o pseudônimo de Francisco de Abreu publicou o primeiro jornal em língua portuguesa (J. C. Rodrigues, *Bib. Brasil*, 3/4).

No trato com frei Vicente, Severim de Faria descobriu-lhe qualidades de historiador e incitou-o à história. Sua biblioteca seleta e opulenta fornecia matéria para narrativa e modelos para imitação. Publicaria a obra à sua custa, oferecimento sedutor, que em Portugal a impressão era cara e difícil. Na livraria do chanfre foram escritos ou pelo menos rascunhados quase todo o primeiro livro, a maior parte do segundo (os capítulos 139 e 149 deste são posteriores a 1624) e as partes dos outros dependentes de João de Barros, Mariz, Diogo de Couto e Herrera.

No capítulo celebrado em Lisboa a 16 de novembro de 1619, frei Vicente foi admitido a votar como custódio que acabava, e eleito guardião da Bahia. Em fevereiro do ano seguinte ainda estava em Lisboa. Como se vê em Andrade e Silva (*Colec. cronol.*, 3, 4), de 21 deste mês é o alvará sobre a residência obrigatória dos governadores-gerais na Bahia, o que levou Henrique Correia da Silva a abrir mão do cargo que aceitara (*infra*, 494). A providência, obtida pelo donatário Duarte de Albuquerque Coelho e Matias de Albuquerque, nomeado para governar Pernambuco, que não queria superiores em sua governança, já fora lembrada por Gaspar de Sousa.

Frei Vicente embarcou depois para o Brasil, mas não tomou conta do cargo, informa Jaboaão. Onde fez a renúncia, se em Pernambuco, aonde assistia ordinariamente o custódio, se na Bahia, aonde devia assumir o mando, faltam meios de apurar. Em 1621 inaugurou-se com grande solenidade no convento do Rio uma imagem de Sto. Antônio, vinda do reino, agenciado o corpo com as esmolas de um irmão leigo, porteiro de um convento, a cabeça por um pobre que mendigava para jantar (Silva Lisboa, *Anais*, 7, 219). Não parece estranho nem inverossímil

que frei Vicente fosse o portador da imagem e ele próprio a benzesse e inaugurasse.

Como quer que seja, assistiu no Rio depois de voltar do reino e no navio dos jesuítas navegava para a Bahia quando foi aprisionado pelos holandeses que se tinham assenhoreado da cidade do Salvador. Prisioneiro continuou, a princípio a bordo, depois em terra, até a reconquista.

Com a liberdade deu novo impulso à obra e em 27 de dezembro de 1627 lançava-lhe o ponto final, consagrando-a a Manuel Severim de Faria. À história em prosa acompanhava outra, escrita em verso por um amigo a quem incitou, diz-nos. Que amigo seria este mencionado com tanto desapego e cursoriamente? Não seria o próprio Frei Vicente, imitando o caso que relembra de Santo Agostinho e o bispo Simpliciano?

Em 1630 foi terceira vez eleito guardião da Bahia e desta tomou posse.

Deve ter morrido entre 1636 e 1639, como estabelece Jaboa-tão com seus argumentos.

Sobreviveu, portanto, uns dez anos depois de concluída a *História* e parece não ter se desinteressado da obra, pois o códice existente na Torre do Tombo tem escrita à margem de certos capítulos a nota a lápis *Ad.* Correspondem a tais adições as últimas oito linhas da pág. 92, as págs. 216-319, 339-342, 350-353, 368-372, 582-590, 595-605. E mais natural é atribuí-las a ele próprio que a um estranho. Os acréscimos iriam à medida que novos sucessos eram apurados e a divergência quanto à numeração dos capítulos, notada nos prolegômenos, procede destas intercalações que suavizavam a impaciência. O códice da Torre do Tombo, cumpre lembrar, nem é o original nem talvez fosse copiado do original.

As duas monções de março e setembro levavam navios a Bahia. Quantas vezes esperaria ver em letra de fôrma a obra de sua velhice? Desenganou-o logo Severim de Faria? Houve alguma força superior a sua vontade que a paralisasse?

Severim de Faria viveu até 1655.

Quando em 1618 frei Vicente do Salvador concluiu a *Crônica da Custódia do Brasil*, um anônimo, não bem identificado ainda, compu-

nha em uma capitania do Norte, Pernambuco ou mais provavelmente Paraíba, os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, impressos finalmente na *Rev. do Inst. Arq. de Pernambuco* e no *Diário Oficial*. Frei Vicente parece ter conhecido então ou mais tarde o autor e pelo menos parte da obra: em alguns pontos, por exemplo as vantagens da relação da Bahia, como que lhe respondem.

Por sua vez trata na *História* de assuntos abordados pelo anônimo: a habitabilidade da zona tórrida, as responsabilidades no atraso da terra, a possibilidade do Brasil vir a ser centro e refúgio do governo português, a procedência da população indígena. Sobre esta, enquanto os *Diálogos* se perdem em hipóteses, ele, depois de citar D. Diogo de Avalo, termina simplesmente (*infra*, 52): “*Esta opinião não é certa e menos o são outras que não refiro por que não têm fundamento; o certo é que esta gente veio de outra parte, porém donde não se sabe, porque nem entre eles há escritura, nem houve algum autor antigo que deles escrevesse.*”

Quando as opiniões de ambos coincidem, fundamenta as suas com argumentos próprios.

Era senhor da cultura da época, versado na literatura latina sagrada e profana, na literatura pátria, leitor de histórias, de viagens, de poesias; sabia espanhol e talvez italiano.

Doutor *ia utroque jure*, trata dos pontos jurídicos com a precisão concisa do entendido. Parece preferir a teologia aos cânones; de D. Marcos Teixeira tem o cuidado de notar que pregava sem ser teólogo, posto que grande canonista, melhor que muitos teólogos. Em mais de um passo invoca a filosofia e a teologia.

As fontes em que bebeu, até onde foi possível rastreá-las, podem distribuir-se em:

obras gerais, que no Brasil tocavam acidentalmente, como as de João de Barros, Diogo do Couto, Pedro de Mariz, Sachino, Herrera;

obras particulares sobre o Brasil, impressas umas como a história da nau *Santo Antônio*, a *História de Gandavo*, a biografia de Anchieta; inéditas outras como o *Sumário das Armadas*, relações, diários, roteiros, cuja presença o exame atento revela, mesmo quando não restam outros vestígios de sua existência;

comunicações particulares, tradições colhidas nos diversos lugares que percorreu;

documentos semi-oficiais, como justificações, atestados de serviços, inquirições de testemunhas.

Documentos oficiais, salvo um tratado de tréguas e outro de paz, não conheceu; a publicidade desafinava dos atos do governo, e com isso não perdemos, porque lhes substitui com vantagem o tom popular, quase folclórico.

Às fontes alinha-se com uma fidelidade que descambava para o servilismo; os indígenas variam de designação com os originais consultados: gentios, índios, negros, brasis, selvagens poucas vezes, bárbaros poucas vezes, rústico uma. Do *Sumário das Armadas* copia insignificâncias desta ordem:

(*infra* 288): “*com todo este exército que foi a mais formosa causa que nunca Pernambuco viu nem sei se verá, foi o general Martim Leitão, que assim lhe chamaremos nesta jornada*” (cf. *RT*, 36, I, 33, 34);

(*infra* 297): “*ainda que o espírito do Ouvidor-geral Martim Leitão que já não chamarei general*” (cf. *RT* 1, c, 45).

Muitos exemplos destes poderiam ser aduzidos. Daí a impossibilidade de distinguir o próprio do alheio. Quando no cerco de Igaracu, conta um ato de heroísmo das mulheres que deixaram o inimigo aproximar-se para dar-lhe mais certo golpe e conclui (*infra* 110): “*foi um feito mui heróico para mulheres terem tanto silêncio e tanto ânimo*”, escreve isto por conta própria ou já achou escrito?

Para tentar a *História* habilitava-o o amor à terra natal, a certeza no seu futuro e tais sentimentos eram raros naquele tempo, como se podem ver também nos *Diálogos das Grandezas*. Seu amor à terra natal estendia-se a tudo nela existente. Conta história de índios sem revelar antipatia ou menosprezo. Um negro do convento baiano acha nele seu Homero. No princípio Bastião pendia para os holandeses quando foi tomada a Bahia; mas quiseram tirar-lhe um facão e ele tratou de escondê-lo no peito de um dos invasores e ganhou gosto pelo sangue flamengo. Nos encontros avançava o mais possível, pretextando o pequeno alcance de sua frecha e bradava na sua meia língua que o bom do cronista

conservou: *sipanta, sipanta*, incitando os companheiros a recorrerem à espada pois a arma de fogo mentia.

A propósito de Anchieta no caso de Bolés, diz (*infra* 194) que o ato é mais para admirado que para imitado. Narrando (*infra* 612) que Martim Soares se metia nu e coatiado entre os índios para iludir os franceses e melhor matá-los, chama a isto obra de super-rogação, isto é, de *trop de zèle*. Apenas conta com aspereza a sorte de Baltasar Ferraz (*infra* 484/485), mas tratava-se de um caso edificante, de um como castigo, pelo desrespeito à Igreja e não podia transigir.

Em geral atém-se à caridade. D. Luís de Vasconcelos, o infeliz governador do Brasil, era sabidamente filho do arcebispo de Lisboa, mas ele apenas diz (*infra* 163), que “*o arcebispo era muito amigo deste fidalgo*”. No *Sumário* lê-se o nome de uma pessoa que Martim Leitão mandou surrar; ele conta o fato sem declarar o nome do açoitado. Nas lutas de D. Duarte da Costa com o bispo D. Pedro Fernandes alega ignorância para não intervir (*infra* 158); nas diferenças entre os dois poderes a propósito de Sebastião da Ponte (*infra* 222), não emite parecer; quando o bispo D. Marcos arrebatou o poder a Antão de Mesquita quase encobre o fato; sobre a rapacidade de D. Fradique na Bahia guarda a maior discrição.

Na distribuição das matérias mostra habilidade incontestável.

O primeiro livro descreve a terra qual a defrontaram os descobridores; o segundo abarca por ordem geográfica o período dos donatários; o terceiro termina com a perda da independência de Portugal; o quarto começa com os socorros prestados pelos espanhóis logo depois de Filipe Segundo ter reunido as duas coroas, e termina no governo de D. Diogo de Meneses, em que se preparou a grande avançada para o Norte; com este avanço realizado sob Gaspar de Sousa começa o quinto, que por não estar completo ficou quase todo limitado à guerra holandesa, que sobreveio.

O estilo pouco preocupa o autor. Pode escrever com elegância e graça, mas em geral desenvolvem-se os períodos descuidados, a maneira de contas de rosário debulhadas maquinalmente. Às vezes oculta o substantivo para maior realce. Quando D. Francisco de Sousa morreu, nem uma vela havia para lhe meter na mão; “*mas quereria Deus alumia-lo naquele transe por outras muitas que havia levado diante, de muitas esmolos e obras de piedade que sempre fez*”.

Não desgostava de aliterações e trocadilhos: Pã, pão, pau; demônio, domínio; rependido, repreendido; um índio por nome Guaraci, “*que quer dizer sol, o qual também se lhe pôs e morreu no caminho*” (pág. 352); Martim Soares Moreno tem pouca tença, “*por isso lhe dá Deus muito âmbar por aquela praia [do Ceará] com que pode muito bem matar la hambre (infra, 612)*”.

Revela-se nestes trocadilhos uma face de seu bom humor, ainda externado no gosto que sentia pelas manifestações coletivas, como a pesca de curimãs em Magé e a de baleias na Bahia, no cuidado em juntar anedotas para dar maior destaque às fisionomias; quando contava alguma, naturalmente as mimava.

Um capucho não se prendia à prisão do claustro; a mendicância da ordem dava-lhe entrada nas diversas classes sociais, em todas acatado; a convivência variada trazia-lhe a jovialidade, a indulgência, o arejamento. O latim, que aparece na dedicatória e no primeiro livro, é alhures substituído por dizeres populares. Que há de mais ligeiro neste mundo? O pensamento, dizia a sabedoria das nações, e frei Vicente escreve (*infra*, 122/123): a caravela era um pensamento.

Às vezes sorri uma ironia delicada nas páginas da *História*. Contavam os índios da Bahia que Sumé, transformado pelos colonos em S. Tomé, deu uma passada de légua da praia para a ilha da Maré. Para onde foi depois, ignoravam. “*Devia de ser indo pera a Índia, insinua frei Vicente (infra 103); que quem tais passadas dava bem podia correr todas estas terras e quem as havia de correr também convinha que desse tais passadas.*”

Seu livro afinal é uma coleção de documentos, antes reduzidos que redigidos, mais histórias do Brasil do que história do Brasil. Isto que talvez esmoreceu o entusiasmo de Manuel Severim de Faria, acostumado a obras vazadas em outros moldes, é o que constituirá sempre para nós o encanto e o pico do velho baiano.

Imaginemos que a *História* de frei Vicente, em vez de ficar enterrada e perdida tantos anos, viesse logo à luz; as conseqüências podiam ter sido consideráveis: serviria de modelo.

Os arquivos estavam completos e teriam sido consultados com as limitações impostas pelo tempo. As entradas sertanejas teriam atraído a atenção e o conhecimento delas não ficaria em nomes escoteiros, sem indicações biográficas, sem achegas geográficas, meros sujeitos

sem predicados. Muitas anedotas teriam sido colhidas, quebrando a monotonia pedestre ou solene com que os Rocha Pitas, os Berredos, os Jaboaões afrontaram a publicidade.

Frei Vicente ultimou a *História do Brasil* em 1627; só um século mais tarde saiu Sebastião da Rocha Pita com uma *História... da América Portuguesa*.

.....

*Francisco Ramos Paz**

E

M Afife, Viana do Castelo, nasceu a 26 de janeiro de 1838, Francisco Ramos Paz, filho legítimo de João Ramos Paz e Teresa de Azevedo. A família dispunha de alguns recursos; não foi a penúria que trouxe para o Brasil o imigrante impúbere, com a abonação paterna, como consta do passaporte; provavelmente o pai assentia por vir ao mesmo tempo algum compatriota de confiança, que promettesse rápida colocação ao menino.

Partiu do Porto no brigue *Mentor*, chegou ao Rio em 14 de dezembro de 1850. Apresentando-se à policia em 10 de maio do ano seguinte, declara-se caixeiro, morador à Rua de S. Pedro, 26, loja, uma drogaria; passou depois à casa de um cafesista da Rua dos Beneditinos. Desde 1853 filiou-se numa das ordens terceiras: eram estas as únicas instituições de previdência da época. O velho Vitório da Costa, diretor de um colégio afamado, aos alunos mais distintos premiava com o diploma de uma delas.

A vida dos caixeiros corria dura naqueles tempos: tinham casa, comida, roupa lavada, médico, botica, tudo por conta dos patrões;

* Publicado em folheto, edição do *Jornal do Comércio*, de setembro de 1920.

mas na rua não podiam usar nem paletó, nem gravata, nem chapéu; salvo cozinha, que exigia competência, faziam todos os serviços domésticos. Paz lavou pratos na casa do cafesista.

Nesta rude escola, além de economias, podia quem para tanto se dispunha, cultivar a inteligência. A Biblioteca Nacional, imersa na letargia só mais tarde dissipada graças a Ramiz Galvão, abria-se apenas alguns horas diurnas, esplêndida inutilidade para quem tinha o dia tomado. Faziam-lhe as vezes o Gabinete Português de Leitura, ainda e sempre vigoroso, e a Biblioteca Fluminense hoje extinta. O conservador desta, Francisco Antônio Martins, bibliófilo indefesso e ligeiramente maníaco, falava com saudade da era de 50 e 60; o gosto de ler e instruir-se alastrava e só desapareceu, para nunca mais volver, com as sociedades de corridas de cavalos, asseverava. A verdade destas afirmações é robustecida pela quantidade de autodidatas formados então: Machado de Assis, os irmãos Melo, Cunha Vasco e muitos outros. Talvez auxiliasse os estudos de Paz o imigrado Bernardino Pinheiro, pouco mais velho, que tornou para o reino depois de quinze meses de ausência e lá conquistou nome distinto.

Em 1885 Francisco Paz subiu para Petrópolis; durante anos empregou-se numa casa de comissões (a correspondência ia dirigida a Soares e Companhia). Se de fato emigrou quase analfabeto, aproveitara bem o tempo: pôde colaborar no *Paraíba*, jornal sustentado por Emílio Zaluar na cidade serrana de 1857 a 1860, e auxiliar, juntamente com Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, etc. a tradução do *Brasil Pitoresco* de Charles Ribeyrolles.

Este escritor amável, proscrito de Napoleão III, amigo de Victor Hugo, conhecido dos homens cuja nomeada atravessara o Atlântico, deixou a mais simpática memória entre os neófitos que, vivo, o teriam transfigurado em sobre-homem se o seu bom senso e sua simplicidade não dissuadissem os exaltados inexperientes. Machado de Assis lembrava-se do modo carinhoso por que lhe chamava “*mon cher Machado*”. Seus restos mortais jazem no cemitério de Maruí; a pedido dos admiradores, entre os quais sobressaía Quintino Bocaiúva, Victor Hugo escreveu um epitáfio ainda legível:

*Il accepta l'exil, il aime les souffrances;
Intrépide, il voulut toutes les délivrances;*

*Il servit tous les droits par toutes les vertus
Car l'idée est un glaive et l'âme est une force;
Et la plume de Wilberforce
Sort du même fourreau que le fer de Brutus.*

Quando desceu de Petrópolis, Francisco Paz vinha resolvido a não ser mais caixeiro; trabalho não faltava para quem reunia seriedade e competência: relatórios de diretorias, estatutos de companhias, exames de escritas, etc.

Os momentos de lazer não se perdiam: grande parte deles ocupava uma sociedade de moços, o Retiro Literário Português, a respeito do qual escreveu Reinaldo Carlos Montoro no *Diário do Rio*, em março de 1872: “O Retiro Literário Português teve seu semanário instrutivo e realizou saraus literários e artísticos com notável sucesso. Mas o fim principal da instituição foi proporcionar aos associados o ensino preparatório sobre estudos de línguas e filosofia que lhes facultasse mais tarde o ingresso nas carreiras liberais. O Sr. F. R. Paz, imaginação brilhante, inspiração oratória da maior distinção, memória fácil e abundante dos mais variados conhecimentos, possuindo grandes dotes para o uso da palavra, foi vigoroso amparo desta associação e, com o próprio cabedal de conhecimentos que ia adquirindo e que derramava generosamente nas discussões com os seus consócios, despertou neles as mais nobres idéias e o mais íntimo amor ao estudo.”

Outro de seus pontos prediletos era o *Diário do Rio*, dirigido por Saldanha Marinho, vindo das terras de Valença para aqui vencer as eleições gerais de 1860, coração generoso, dotado de uma juventude espiritual que se transmitia aos companheiros e o fazia o mais jovem de todos. Os proventos de sua rendosa banca Saldanha sacrificou ao *Diário*, tendo ao lado Quintino Bocaiúva, Machado de Assis, César Muzio, Salvador de Mendonça. Contou este no *Imparcial* que quase todas as noites Paz comparecia como se fosse um dos redatores extranumerários.

Com Saldanha Marinho ainda mais se ligou depois do *Diário*. Aos 21 anos filiara-se no Grande Oriente do Vale do Passeio e quando o Grande Oriente de Beneditinos abriu cisão, disposto a influir alma nova no instituto arcaico, Paz acompanhou Saldanha Marinho e Joaquim José Inácio, mais tarde Visconde de Inhaúma, na obra de regeneração. O almirante Inácio cobrou-lhe afeto; mais de uma vez escre-

veu-lhe do Paraguai, onde comandava a esquadra nacional, sempre desvelado pela associação tão cara a ambos.

Sob o pseudônimo *Eurico*, Paz imprimiu um opúsculo em 1872 intitulado *O ponto negro*. O ponto negro para ele eram certos bispos, destacando entre outros o de Pernambuco, que ainda não tomara conta da diocese e antes de terminado o ano devia dar muito que falar.

Na questão religiosa Saldanha Marinho entrou com os artigos de *Ganganelli*, reunidos em ponderosos volumes. A direção da campanha foi sobretudo obra de Paz, secretário-geral do Grande Oriente. Está encerrada esta página da história e com a separação da Igreja e do Estado é pouco provável nova crise. O terceiro volume da biografia de um estadista do Império escrita por Joaquim Nabuco, trata brevemente dos sucessos com grande isenção e superioridade.

Cavou-se por este modo entre o Trono e o Altar um fosso não mais cegado. Um eclesiástico teutônico de alta cultura, em interessante livro assinado *Sicrano*, conta que a 16 de novembro de 1889 o bispo do Rio tomando a barca da Praia Grande, aonde ia começar uma visita pastoral, ao ver cercado de soldados o paço da cidade e ao saber que dentro estava detido D. Pedro II, disse de modo a ser bem ouvido: “*Isto mesmo fez ele aos bispos.*”

Por este tempo e logo em seguida entrou em várias empresas de que não colheu o efeito esperado. Resolveu por isso liquidar o que tinha, ir abraçar a família, a mãe que ainda vivia e viveu até completar os oitenta e cinco anos, visitar a exposição de Paris e mais partes do Velho Mundo para que bastassem suas posses. Voltaria para recomeçar a vida, como vinte o oito anos antes.

Diversas excursões fez a algumas províncias, à Argentina, ao Chile pelo estreito de Magalhães e pelos Andes, ao Egito. Não lhe foi dado ver o Japão e os Estados Unidos como tanto desejava.

Uma viagem a Portugal feita depois de proclamada a república brasileira causou-lhe dolorosa impressão. Encontrou a monarquia em completo desmancho; o monarca esteava-se apenas na guarda municipal; a república já teria vindo se o câmbio do Brasil não tivesse baixado tanto. Isto, porém, não era o pior; o pior era a falta de capacidade e preparo dos republicanos, entre os quais fez muitos amigos, para defrontarem o futuro e salvarem a pátria.

No tempo do Retiro Literário, sociedade de moços, espécie de câmara baixa da colônia portuguesa, dera as maiores provas de lusitanismo e até de bairrismo; como no caso da biblioteca de Gomes de Amorim, resgatada e restituída ao pupilo e futuro biógrafo de Garrett. Dissolvido ou amortecido o grêmio, atirado ele a outros meios e atraído por influências diversas, suas afeições arrefeceram. “*Nasci em Portugal, fiz-me no Brasil, sou profundamente brasileiro; nunca, porém, apresentarei requerimento para naturalizar-me*”, – repetia. Tirou-o do embaraço a república, decretando a naturalização tácita. Mais tarde concederam-lhe as honras de tenente-coronel do Exército, precedendo-as do posto de coronel da Guarda Nacional, o que nunca foi. Muito sério pagou patente e escondeu-a com um comentário irônico.

Depois da viagem à exposição de Paris, repetida em 1889 e 1900, aparece seu nome na diretoria e no conselho fiscal de diversas sociedades; era sempre um elemento de inteligência, de atividade e de harmonia. Seus companheiros restantes fazem-lhe ainda as melhores referências. No Banco do Brasil, segundo Getúlio das Neves, que com ele serviu algum tempo, chamavam-lhe o João das Regras e não corria papel importante sem seu visto.

O cargo do Banco do Brasil foi o último ou penúltimo que exerceu. Certas sentenças esquisitas levaram-no ao ceticismo de um advogado eminente, seu amigo, que por fim reduziu a consultas sua atividade forense.

Além disso, dos seus anos de trabalhos apurara um cabedal modesto que lhe bastava. “*Nunca tive jeito para rico – dizia; na guerra do Paraguai quanto podia ter ganhado? No encilhamento tive medo de perder e por isso não me arrisquei a ganhar.*”

Pela tarde aparecia no escritório do Visconde de Moraes, seu velho amigo, aonde tinha sua carteira; poucas horas bastavam a seus negócios. Os amigos, da mocidade, da boa e da má fortuna, tinham ido desaparecendo. Passava a maior parte do tempo em casa, na companhia dos objetos que encantaram o melhor de sua existência.

Dranmor, notável poeta alemão, pseudônimo de Fern. v. Schmid, suíço que passou a maior parte da vida no Brasil, traduziu em

francês e mandou aos jornais uma das mais famosas de suas produções – *Requiem*. Procurei-a na *Gazeta de Notícias*, aonde então escrevinhava o menos que podia. Ninguém me deu notícia, até que Patrocínio me disse: – Foi o Paz que levou.

Nunca tinha ouvido tal nome; só então soube que fazia parte do conselho fiscal da empresa, muito íntimo de Ferreira de Araújo e Henrique Chaves, procurador, velho e fraternal antigo de Elísio Mendes, co-proprietário da folha. Passava isto em começos de 1880; conheci-o pouco depois.

Costumava aparecer quase todas as noites. Chegava antes das 8, conferenciava no balcão com o Júlio Braga, caixa, muito boa pessoa se estava de bom humor e não lhe pediam algum adiantamento, que depois de muito esbravejar em geral fazia. Paz era como a própria pessoa do Elísio, para ele nada havia reservado; Júlio respeitava-o como a ninguém.

Depois subia para a redação, sentava-se numa cadeira desocupada, palestrava, se era caso, empenhava-se na colheita quotidiana; obras oferecidas, jornais das províncias ou do exterior, tudo passava-lhe pelos olhos e carregava se queria. O mesmo devia ter feito no *Diário do Rio*, na *República*, no *Globo*, para onde o atraía a velha amizade de Quintino Bocaiúva.

Quando se retirava, fazia-lhe muitas vezes companhia, entrávamos num café e conversávamos horas esquecidas. Gostava de conversar e conversava bem. Espírito não lhe faltava: quando as sociedades carnavalescas ainda não tinham abolido as máscaras avulsas, fazia sempre sucesso, informou-me Ferreira de Araújo. Havia no seu espírito um pico especial, só ligeiramente travado quando visava à própria pessoa; tratava de preferência dos amigos; pessoas com quem por qualquer motivo não simpatizava desviava da conversação o mais possível; nunca absorveu a pimenta do brasileiro nato, que reputa o dia bem cheio e dorme farto se enriquece a galeria com mais uma figura de cretino ou tratante.

À sua chegada o Rio era ainda a cidade colonial que só deixou de ser quando, abolido o tráfico, vieram para a terra os capitais empregados no mar.

Havia nela tipos curiosos: aprazia-se em memorá-los; um dos últimos a desaparecer foi Guerra Sapateiro, a respeito do qual se

imprimiu um artigo na *Gazeta* em grande parte escrito ou inspirado por ele.

Lembrava sempre seus amigos mais antigos, grupados à roda do *Brasil Pitoresco* e do *Paraíba*. Destes singularizava Manuel Antônio de Almeida, o das *Memórias de um Sargento de Milícias*: não conhecera pessoa melhor; de seus interesses se encarregara quando Almeida esteve em Friburgo, pouco antes do fatal naufrágio do *Hermes* em Macaé. Foi Almeida quem descobriu Machado de Assis, medíocre tipógrafo da Imprensa Nacional, e lhe facilitou a carreira literária. Lembrava muito Remígio de Sena Pereira, um grande general de nascença, que mandava nos amigos e era naturalmente obedecido por todos, até pelo Quintino.

Contava histórias de livros raros, incidentes de caçadas bibliográficas, pequenas rusgas literárias; uma das vítimas dos contemporâneos era Pereira da Silva, o de *Manuel de Moraes* e *Jerônimo da Corte-Real*. Dizia-se que seu nome figurava em um volume do *Dict. de la Convers.* com o epíteto *O Capadócio*.

De sua experiência de jornalismo, colhida no *Correio Mercantil*, no *Diário do Rio* e na *República*, concluíra que a vitória não dependia dos redatores, mas do balcão. O *Jornal do Comércio* nunca tivera mais prestígio do que quando suspendeu anos a fio os artigos de fundo. A prosperidade evidente da *Gazeta* não sabia até onde chegaria; se não fosse o caráter inexorável de Elísio, teria mangrado no nascedouro.

Os dois maiores males do Rio tinham sido o *Jornal* e o *Alcazar*. A prevenção contra o grande órgão devia proceder dos jornalistas desiludidos e pouco venturosos com que convivera e era ainda generalizada. João de Almeida, o rei dos repórteres do seu tempo, jurava que só morreria satisfeito no dia em que levasse para casa um tijolo do edifício destruído pela indignação popular. Para tais explosivos não davam o temperamento equilibrado de Francisco Paz e a lucidez de sua inteligência. O *Jornal* soube depois quebrar as tradições dos dois Castros, de Adet, de Leonardo contra os quais se insurgia.

Considerava o *Alcazar*, o templo de Ofenbach e do cançã, um seminário de descrédito, de decomposição, de desrespeito, precursor dos bondes, dos jornais caricatos e da imprensa barata, que tudo arrasavam. Gostava muito do narrar suas viagens.

Para que ir adiante? Os que o frequentávamos e conhecíamos o seu valor, muitas vezes lhe pedimos deixasse memórias: sorria, desculpava-se, desconversava; nada escreveu.

Como colecionador Francisco Paz revelou-se ao público na Exposição de história e geografia do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional em 1881. Os extremos, até onde o levou a diligência mostram o catálogo de seus livros e o dos objetos de arte já dispersos em leilão. Durante mais de meio século, diz-se-ia, não fez senão colecionar, se a conquista do pão, os deveres a que não sabia nem queria fugir, não lhe deixassem apenas os momentos de sobra para cevar a paixão.

Começou cedo, no seu quarto mesquinho de solteirão pobre, com recursos mínimos, compensados pela falta de concorrentes. Ouvi ao velho Melo Moraes que, antes de seu desaguisado com o Gabinete Rio Branco, não se fazia caso de impressos ou manuscritos aqui no Rio: era até favor pedi-los e levá-los. Alfarrabistas havia certamente, sobretudo de compêndios (aonde há estudante há sebo), de obras de medicina, direito e matemática, atrasados como trogloditas quanto ao mais. A noção de livro raro data de poucos anos, propagou-se vagarosamente, ainda agora não deixa de ser esotérica.

As diversas viagens dentro e fora do Brasil ofereceram ocasiões favoráveis, cuidadosamente aproveitadas. Suas relações maçônicas deviam trazer certas facilidades. Sua perseverança crescia com as dificuldades. Os amigos não o esqueciam.

Em seus livros há muita variedade e alguns até causam estranheza: na parte brasileira e na parte portuguesa estão os mais numerosos e de maior valia. Não os tinha para ornatos: lia-os, anotava-os, documentava-os com retalhos de jornais, intercalava folhas arrancadas de outros livros, material talvez de planos nunca postos em execução.

Arrancar folhas de um livro para juntá-las a outro há de provocar reparos, mas explica-se. Paz nunca teve bibliotecário nem residiu em casas espaçosas, conhecia as dificuldades da guerrilha contra a hoste erudita das traças e do cupim, não queria sobrecarregar-se de publicações volumosas mais próprias de estabelecimentos públicos, fugia dos pesos mortos. Sem catálogo sabia perfeitamente guiar-se nesse labirinto.

Quando lhe era pedido qualquer livro, trazia-o logo ou sem grande demora, mesmo tratando-se de folhetos mínimos, que gostava de encapar, escrevendo o título a lápis no papel da capa.

Emprestava livros generosamente, dava-os até: uma vez encontrou seis exemplares do último volume das *Memórias da Bahia* de Inácio Acióli, que é bastante raro; adquiriu-os todos e distribuiu por amigos que não o possuíam. Um manuscrito interessante para a história da Universidade de Coimbra ofereceu à Academia das Ciências de Lisboa, que o editou. A publicação das obras póstumas de Eça de Queirós só foi possível porque franca e desinteressadamente entregou todos os números da *Gazeta* reunidos durante anos. Outras ofertas poderiam citar-se.

Paz gozou sempre de saúde inalterável, parecia fadado ao centenário quando sucumbiu à espanhola em 31 de janeiro do ano passado, aos oitenta e um anos e cinco dias.

Em seu testamento dispôs que não se mandasse notícia do sua morte à Imprensa, que não houvesse convites para o enterro, que este fosse de última classe, que não lhe revolvessem os ossos depositados em sepultura rasa nem publicassem os legados.

Para primeiro testamenteiro escolheu Sílvio Vieira Souto, a quem conhecia desde a infância.

Quem viu a inteligência, a lealdade, o devotamento inflexível de Vieira Souto durante quase dois anos, não sabe, se admira mais a felicidade e a perspicácia de quem escolheu, se a nobreza do escolhido.

Grande prazer sentiu o digno testamenteiro, e não será o único a senti-lo, mantendo íntegra a biblioteca de seu amigo: era o seu desejo; foi o seu galardão. Adquiriu-a Arnaldo Guinle, que assume grave responsabilidade, e com muito menos anos, superiores recursos, mentalidade mais cultivada, poderá conservar e continuar a obra em que consumiu dois terços de sua existência laboriosa e honesta o saudoso Francisco Ramos Paz.

Depois de publicadas estas linhas no *Suplemento* do catálogo da biblioteca de Francisco Paz, houve um fato auspicioso a tempo de ser aqui notado.

Arnaldo Guinle doou o espólio opimo à Biblioteca Nacional e destinou uma verba para continuar e completar as coleções. Assim não pereceu a tendência idealista que iluminou as agruras do imigrante pobre e o guiou sempre em todas as vicissitudes da existência. Se houvesse mais homens como Paz, não faltariam outros como Sílvio Vieira Souto e Arnaldo Guinle.

.....

Do Rio de Janeiro a Cuiabá* (Prefácio)

A 27 de dezembro de 1884 o *Jornal do Comércio* imprimiu uma comunicação sobre a geografia física do rio Paraguai remetida por Herbert H. Smith.

Conhecia-o de nome desde sua ida ao Ceará, incumbido por um periódico estadunidense de estudar a seca de 1877 e seguintes. Com grande prazer lera a maior parte de seu volume sobre a Amazônia e o litoral brasileiro. Sabia que andava em exploração científica pelos sertões. Não o julgava tão próximo.

A notícia de sua chegada interessou-me sobremaneira.

No mesmo dia encaminhei-me ao Museu Nacional para informar-me com o seu compatriota Orville Derbi. Lá estava Smith. Derbi apresentou-nos. Talvez por vê-lo no meio de aves empalhadas deu-me a impressão de um pernalta.

Descreve-o bem um fino observador que o conversou bastante naquela época. “Quando o conheci, escreve-me Castro Fonseca, poderia ter pouco mais ou menos uns trinta e cinco anos de idade. Era de estatura mediana, seco de corpo, mas de magreza rija. Sempre severamente trajado de sobrecasaca preta, um

* Prefácio ao livro *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*, de Herbert H. Smith, publicado em 1921.

tanto longa talvez e um tanto usada, si bem que sem demonstrar a mínima discrepância do asseio. Para a impressão geral, contribuía juntamente com a firmeza dos traços a acentuada palidez do semblante, orlado por uma pequena barba negra, pouco densa e ligeiramente hispida, palidez em que não seria errado divisar um leve tom de ascetismo, ou extremado devotamento pela ciência. Todavia, o que à primeira vista nele ainda mais impressionava era a fixidez do olhar de raro brilho e de uma serenidade penetrante, por onde deixava perceber o contínuo esforço não só de procurar ouvir falar pelos olhos, à maneira dos surdos de viva inteligência e este era seu caso, senão também como um sincero desejo de perscrutar a sinceridade do acolhimento dos que com ele tratavam.”

A apresentação de Derbi resultou em simpatia instantânea, seguida logo de amizade sólida, a que se associou Vale Cabral, o saudoso, o inesquecível chefe da seção dos manuscritos da Biblioteca Nacional. Cabral convidou-o para sua companhia. No estudioso cubículo da Rua das Mangueiras, hoje demolido, na Rua de D. Luísa aonde eu residia, no Passeio Público, sempre que nos era permitido refocilávamos os três em palestras intermináveis.

Smith estudava na universidade de Cornell quando teve por professor Ch. Frederic Hartt, verdadeiro gênio, inteligência genuinamente universal, com um cabedal enorme de saber nos domínios mais remotos, ainda maior capacidade de adquirir e aprender, dizia Smith, em pleno acordo com Derbi, para quem Hartt foi a grande adoração de toda a vida.

O mestre, que a febre amarela havia de ceifar no pino da virilidade, persuadiu ao neófito de que diplomas acadêmicos figuravam meras convenções estéreis; o importante era arcar com a realidade e arrancar-lhe os arcanos. Assim trouxe-o para o Brasil e atirou-o na carreira das explorações científicas. Os primeiros amores de Smith foram a geologia, a geomorfia; agora preferia investigar a distribuição de vida no Planeta, o que mais tarde se chamou biogeografia, a mais bela das ciências, insistia convicto. Sobre a distribuição dos animais nas matas e nos campos do Brasil e a correspondência das respectivas faunas com uma e outra formação vegetais, chegou a resultados novos e golpeantes. Que pena os não haja reduzido a escrita! Prometeu-os para a segunda edição brasileira de Vapãus, que nunca saiu.

Que viera fazer à capital do Império?

Sáira dos Estados Unidos com alguns subsídios e promessas particulares; aqui fizera um contrato vago com o Museu Nacional; no ardor das pesquisas esvaiu-se a noção das coisas; os recursos foram definindo ao compasso do tempo; vinha ao Rio ver se no Museu obteria meios de trazer a Senhora e as coleções que deixara na Chapada, a poucos quilômetros de Cuiabá.

A seu favor empregamos nossa pouca valia. Uma circunstância fortuita veio favorecer-nos quando menos esperávamos. Em fevereiro de 1885 assistimos os três amigos à inauguração da estrada de ferro paranaense. A bordo Smith foi apresentado ao conselheiro Carneiro da Rocha, ministro da Agricultura, de que dependia o Museu; expôs com lisura seu caso, captou-lhe a benevolência, logrou o que pretendia, podendo assim trazer para o povoado o que tinha de mais precioso.

Antes de voltar ao sertão cuiabano, Herbert Smith pediu-me arranjasse a publicação na *Gazeta de Notícias* de suas impressões de viagens: teria um achego quando tornasse, à pátria.

Era conhecido na folha, creio, sem ter certeza, que já fornecera algumas notas. Ferreira de Araújo, o elefante virgem, na expressão simbólica de José do Patrocínio, era o mais bondoso dos homens. Aceitou ao pedido. – Mas a língua? objetou. – Smith escreve a nossa com facilidade e correção, mas não seja esta a dúvida: ele me dará o original em inglês, a versão fica por minha conta, – respondi. Assim se fez. O primeiro artigo saiu na *Gazeta* de 21 de julho de 1886; o último na de 20 de outubro de 1887. A versão da *Gazeta* é a que vai no presente volume com ligeiras modificações. De outras maiores sinto a necessidade depois do decurso de tantos anos; faltou-me o original inglês e nada pude fazer.

A 6 de setembro de 1886 publicou a *Gazeta*:

“Parte hoje para os Estados Unidos o nosso distinto colaborador Herbert H. Smith. É esta a quinta excursão científica que faz ao Brasil. A primeira foi em 1870, como ajudante do prof. Hartt e passou quatro meses no Pará. A segunda foi de 1873 a 1877, tempo de que passou a maior parte no Pará, na comissão geológica, e algum no Rio.

Em 1878 fez duas pequenas excursões comissionadas pelo Scribners Monthly, uma ao Pará, outra ao Rio de Janeiro. Na volta passou por Pernambuco e pelo Ceará, onde estudou a seca e a epidemia que então assolavam a província.

A última excursão começou em maio de 1881. Depois de alguns meses passados no Pará, esteve dez dias em Pernambuco, seis meses no Rio de Janeiro, seis no Rio Grande do Sul e quatro anos em Mato Grosso. Dedicando-se de primeiro aos estudos geológicos, passou depois à zoologia, principalmente à distribuição geográfica dos animais. Sua coleção zoológica é a mais rica que se tem feito no Brasil, pois contém 10.000 espécies de insetos, 10.000 espécimens de aves, 450 de mamíferos, muitos reptis e batráquios. Tem além disto muitos objetos etnográficos e uma grande livraria brasileira. Na sua última excursão foi acompanhado par sua jovem senhora e um cunhado. A ausência de nosso distinto colaborador em nada influirá quanto à regularidade da publicação de seus artigos. Antes de partir deixou prontos os 27 de que compõe Do Rio de Janeiro a Cuiabá, que depois serão reunidos em volume.

Logo que chegar aos Estados Unidos, mandar-nos-á ele a outra série de artigos relativos à província de Mato Grosso de que é hoje um dos mais profundos conhecedores sob os mais variados aspectos.

Desejamos boa viagem ao nosso ilustre colaborador e que não demorem muito a sua sexta excursão e a sua segunda série.”

A continuação do trabalho de Herbert Smith, que devia – estudar a remota província, nunca veio. Para Cuiabá não figurar só na folha do rosto, juntam-se algumas páginas do livro de Carlos von den Steinen, também traduzidas por mim e impressas na *Gazeta*.

Ferreira de Araújo, que concordara no aproveitamento da composição para dar em separata o delicioso volume do cintilante cientista alemão, mudou de idéia e a versão parou a meio caminho.

Em apêndice vão três artigos de Smith, impressos durante sua estada nesta cidade.

O seguinte é traduzido de *Who's Who in America*, vol. XI, correspondente a 1920/1921.

“Herbert Huntington Smith, nascido em Manlius, N. Y., a 21 de janeiro de 1851, é filho de Charles e Julia Maria (Huntington) Smith; estudou na Univer-

sidade de Cornell de 1868 a 1872; casou com Amelia Woolworth Smith, de Brooklin, a 5 de outubro de 1880.

Melhor conhecido como colecionador de espécimens de História Natural; viajou no Brasil em 1871, em 1873-1877, em 1881-1886. No México colecionou para a Biología Central-Americana, nas Índias Ocidentais para a W. Indian Com. of the Royal Society e British Association.

Suas coleções (pelo menos 500.000 espécimens) existem em quase todos os grandes museus do Globo.

Colaborou no Century Dictionary, Century Cyclopedia of names e Johnson Cyclopedia. Curador do Carnegie Museum em Pittsburg, 1896/1898, e ligado com aquela instituição em 1902; curador do Museu de História Natural de Alabama desde 1917.

Autor: Brazil, the Amazonas and the Coast, 1880.

Do Rio de Janeiro a Cuiabá. 1886, em português.

Publicou: His Majesty's Sloop Diamond Rock, com o pseudônimo de H. S. Huntington, 1904."

No dia 22 de março de 1919 (escreve J. C. Branner, sempre amigo e sempre generoso), às 7½ da manhã, Smith indo de sua casa na vila de Tuscaloosa, Alabama, para o museu da Universidade, tendo de atravessar o leito de uma estrada de ferro, foi morto instantaneamente por um trem de carga. Desde moço era um pouco surdo e parece provável que não sentiu a aproximação do trem.

APENSO AO PREFÁCIO

Da canção referida à pág. 80 do livro *Do Rio de Janeiro a Cuiabá* sai com o texto a versão feita por Mário de Alencar, a pedido do seu velho amigo C. de A.

AMERICA

I

My country, 'tis of thee,
Sweet land of liberty,
 Of thee I sing;
Land where my fathers died!
Land of the Pilgrims' pride!
From every mountain side
 Let freedom ring!

II

My native country, thee,
Land of the noble free
 Thy name I love;
I love thy rocks and rills,
Thy woods and templed hills:
My heart with rapture thrills
 Like that above.

III

Let music swell the breeze,
And ring from all the trees
 Sweet freedom's song;
Let mortal tongues awake
Let all that breathe partake;
Let rocks their silence break,
 The sound prolong.

IV

Our father's God, to Thee,
Author of liberty,
 To Thee we sing;
Long may our land be bright
With freedom's holy light;
Protect us by Thy might,
 Great God, our King!

AMÉRICA

(Tradução)

Canto-te a tí, pátria minha.
Doce terra em que se aninha
A alma livre; eu canto a tí.
Terra em que meus pais morreram,
Terra orgulho dos que vieram
Peregrinos para aqui:
Ressoe de cada vertente
A liberdade estridente
No país em que nasci.

Eu teu solo, Pátria, cobres
Filhos mortos, livres, nobres.
Teu nome, eu tenho-lhe amor;
Amo-te as pedras, ribeiros,
Matas; amo os teus outeiros,
Com teus templos ao Senhor.
Freme o meu peito e me exalto
Com esses que lá no Alto,
Gozam do eterno esplendor.

Cante músicas a aragem,
Vibre de toda a ramagem
Da liberdade o almo som
Que as línguas mortais acordem;
E os que respiram te acordem;
No expandido doce tom.
Que as rochas mesmas quebrando
O silêncio, vão ressoando
De eco em eco o canto bom.

Deus de nossos pais, Senhor,
Que és da liberdade autor,
A tí canto, o Deus dos Céus.
Que a nossa terra aclarada
Perdure na luz sagrada
Da liberdade, e com teus
Olhos, que podem, ampara
Nossa terra doce e cara,
Tu, Rei Nosso, Grande Deus.

.....

*Prefácio à História da Missão dos Padres Capuchinhos**

D

EPOIS de longo peregrinar, a curiosidade insaciável de Eduardo Prado fixou-se no Brasil. De livros brasileiros ou relativos a coisas brasileiras, os mais raros e os mais preciosos, coligiu grande número. Em investigações da história pátria contava consumir o resto da existência. O pouco que deixou feito mostra o muito que poderia fazer. A morte não lhe consentiu ir além.

Amigo carinhoso e discípulo amado, Paulo Prado quis reatar a tradição do saudoso tio. De contribuições históricas seria capaz, e é possível as apresente, se sua vida laboriosa lhe conceder as ensanchas imprescindíveis. Por ora, limita-se a fornecer instrumentos aos desejosos de trabalhar. A série *Eduardo Prado* destina-se aos que aspiram conhecer melhor o Brasil.

A *Histoire de la mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan*, que a inicia, escrita por frei Claude d'Abbeville, passou por duas edições em 1614 e nunca mais se reimprimiu. Sua raridade levou-a a preços inacessíveis à maioria dos estudiosos. Entre nós, possui um exemplar o

* Prefácio à *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão, pelo padre Claude d'Abbeville*, reprodução fac-símile de cem exemplares, edição da *Série Eduardo Prado*, 1922.

erudito Ribeiro do Amaral, no Maranhão; dois, o Instituto Histórico, doados por A. Henrique Leal, o zeloso Plutarco maranhense, e Manuel Barata, o dedicado cultor da história do Pará; mais de um a Biblioteca Nacional, merecendo especial menção o da coleção Benedito Otoni, formada por José Carlos Rodrigues; um, a Secretaria do Exterior, procedente do espólio de Rio Branco; um, Paulo Prado, comprado na biblioteca de Eduardo e aproveitado para a presente reprodução. Não deve estar perdido o exemplar do benemérito Cândido Mendes.

Em 1874, César Augusto Marques traduziu a obra, servindo-se do exemplar emprestado por H. Leal. A maior parte dos que a conhecem leram-na através da tradução que, feita na província, longe de todos os recursos, proporciona leitura amena, mas não dispensa o original para o estudo. Estudá-lo quase exclusivamente se podia nesta cidade; agora descentraliza-se, liberta-se e torna-se possível em qualquer parte do território o exame deste precioso cronista.

A *Histoire de la mission* pode dividir-se em três partes: os dez primeiros e os oito últimos capítulos narram a vinda ao Maranhão e a volta à França; os capítulos 35 a 43 interessam a corografia e a história natural; nos outros predomina a etnografia.

Demorando apenas quatro meses, Claude d'Abbeville achou tempo de observar muita coisa, e revela-se bom observador; naturalmente não conseguiu aprender a língua da terra e teve de socorrer-se dos excelentes intérpretes que encontrou, como Des Vaux, mais tarde empregado por Alexandre de Moura na empresa do Pará, e David Migan, morto na batalha de Guaxinduva.

Deu Vaux, natural de Sainte Maure em Touraine, companheiro de Jacques Riffault em uma de suas expedições, deixou-se ficar largos anos no Brasil, acompanhou os índios em combates, mais de uma vez os conduziu à vitória; o apelido de Itajiba, braço de ferro, mostra o prestígio conquistado junto aos companheiros de armas, que o incumbiram de ir à França implorar a proteção do rei e pedir-lhe incorporasse o país às possessões da Coroa.

David Migan criou-se nas aldeias desde a infância; como os línguas normandos citados por Léry, pouco teria guardado da primitiva cultura; Migan não é nome francês, mera variante de mingau.

Com estes e outros o missionário obteve o melhor de suas informações.

A memória dos índios, assegura, era extraordinária: conservavam ocorrências de oitocentos e mil anos atrás; estas deixou de parte.

A notícia mais remota que nos oferece refere-se à aparição e ao estabelecimento dos peróis ou portugueses em Pernambuco, narrado pelo mais que centenário Mamboré Uaçú, testemunha presencial.

Embora incompletos, são preciosos os dados sobre as últimas migrações dos tupinambás.

A migração era, por assim dizer, o estado permanente destes índios. Passados cinco ou seis anos em um lugar, escolhiam outro pouco distante, derrubavam mato, faziam plantações e, depois de queimar o tijupá, transportavam-se com as poucas alfaías necessárias, panelas, cabaças, armas, redes, etc., da tapera para a nova taba que passava a ter o mesmo nome.

Os tupinambás habitavam primitivamente junto ao Trópico do Capricórnio, nas florestas do interior; os europeus já os encontravam à beira-mar.

Na maior parte da costa brasileira dominava a chamada língua geral, falada por tribos de denominações várias, que se filiavam nos dois troncos do tupinambás e tupiniquins, de usos e costumes fundamentalmente os mesmos, porém separados por ódios seculares, nutridos e exacerbados por guerras contínuas. Causas desconhecidas afeiçoaram os tabajaras ou tupiniquins, aos portugueses: nos pitiguares do Norte, nos tamoios do Sul encontraram os franceses os mais constantes e fiéis aliados.

Os tabajaras, pouco numerosos, situados entre o cabo de Santo Agostinho e o rio de Capibaribe-mirim, facilitaram a fundação e a prosperidade de Olinda, ponto de partida do movimento que devia desagregar os tupinambás, e impelir os franceses para o Cabo Frio e Rio de Janeiro, além dos tupiniquins de Ilhéus e Porto Seguro, dos termimínos do Espírito Santo, dos guaitacases da Paraíba do Sul, de falar intei-

ramente diferente, inimigos por igual de portugueses a franceses e índios de outra parentela.

Nem Duarte Coelho nem seus sucessores imediatos dispunham de forças para grandes entradas, mas afastaram os índios do litoral pernambucano-alagoano, obrigando-os à procura de novas terras.

Forçados às mudanças, alguns dos grupos fugiram para longe; a maior parte parece ter-se acolhido à Paraíba e regiões confinantes. O mapa de Jacques de Vaudeclaye, desenhado em 1579 e reproduzido no Atlas de Rio Branco, figura um semicírculo entre o rio de S. Domingos ou Paraíba e o da Cruz ou Camocim, e nele inscreve dez mil índios, dispostos a combater os portugueses. Os sucessos provaram que o número era bem maior.

Itamaracá, extremo da colonização durante algum tempo, poucas léguas dista da Paraíba; transpô-las, avançar ao Rio Grande, aventurar-se na costa Leste-Oeste, firmar-se no Maranhão, exigiu grandes esforços e ocupou não poucos anos os vassallos de Portugal. *“Até esse tempo (cerca de 1585) tinha-se por impossível os navios que de cá do Sul fossem a Paraíba, tornassem a Pernambuco sem arribar às Índias”*, escreve o padre da Companhia, que por ordem do visitador Cristóvão de Gouveia narrou as guerras da Paraíba.

Naquele trecho do litoral o sistema de ventos e a configuração faziam as comunicações marítimas difíceis e precárias. Jerônimo de Barros, filho e herdeiro do grande historiador, informa que de sua capitania os navios demandavam as Antilhas. Lê-se em Vaudeclaye que os portugueses iam por ali pescar âmbar embarcados, mas voltavam a pé. Antes de Alexandre de Moura nem um dos emissários mandados ao Maranhão conseguiu volver por mar ao ponto de partida. O governo português constituiu Ceará, Maranhão e Pará em estado separado do Brasil, subordinado diretamente à metrópole, para facilitar as comunicações e as providências. Ainda no período da independência, alegava-se contra a adesão, que os maranhenses de comum com o Brasil nada tinham. Só a navegação de vapor normalizou a situação.

Os franceses entraram em comunicações mais estreitas com os pitiguares de Paraíba e Rio Grande, depois de destruídos seus estabelecimentos do Rio de Janeiro. Afeiçãoou-os ainda mais àquelas plagas a qualidade superior do pau-brasil, que dava duas cores, segundo André

Thevet em sua *Cosmographie*, cinco, afirma o cronista jesuíta contemporâneo. Entre os pitiguares, informa Anthony Knivet, muitos falavam francês, havia muitos bastardos de franceses. Assim se explica a presença de gente loura nos estados adjacentes, mais facilmente que pela ação dos flamengos. Estes demoraram pouco mais de vinte anos nas terras que conquistaram e as guerrilhas incessantes de Matias de Albuquerque, as devastações dos campanhistas de Bagnoli, a liberdade divina de Vieira e Vidal aguilhoaram-nos à costa durante a maior parte deste tempo.

Os vizinhos de Olinda e Itamaracá não mostraram veleidade de invadir a capitania de João de Barros. O velho donatário arrendou os búzios do cabo do mesmo nome, naturalmente levados para a África, onde o zimbo corria como moeda. Frutuoso Barbosa, colono poderoso de Pernambuco, conseguiu carga de pau-brasil para um navio. Os resgates repetiram-se, houve certa distensão, se não brotaram simpatia e confiança recíprocas entre os íncolas do litoral. Na serra os aventureiros isolados eram recebidos som prevenções. Exatamente entre os pitiguares da serra luziu a primeira centelha do incêndio que lavrou um quarto de século.

As cunhãs antes do casamento gozavam da liberdade concedida aos rapazes em países mais civilizados. Um pernambucano engraçou-se de uma na serra da Capaoba, com ela fez vida marital sob as vistas benévolas do pai que apenas impôs como condição que o genro temporário ficaria morando ali ou não levaria consigo a filha. Não cumpriu a promessa o mamaluco e assim provocou a tragédia: a mulher passou de mão em mão e parece nunca foi restituída.

Sucedía isto no governo de Luís de Brito e Almeida, quando os franceses, desenganados do Rio de Janeiro, começaram a afluír para os pitiguares, seus velhos amigos. Nos últimos anos da autonomia de Portugal, repetiram-se assaltos, os colonos tiveram os engenhos destruídos, sem aparelhos de resistência eficaz. Com a reunião das duas Coroas e Filipe II monarca único na península, começou a reação vitoriosa.

Diogo Flores de Valdez, voltando de uma expedição malograda no estreito de Magalhães, teve a idéia de prestar no Brasil algum serviço que disfarçasse o desastre. Na Bahia obteve do governo a incumbência de ir a Paraíba com uma armada poderosa para o tempo. Foi, viu e venceu. Surpreendeu navios franceses, incendiou-os, amedrontou a in-

diada, desembarcou, lançou os fundamentos de uma cidade e prosseguiu triunfante para o Velho Mundo.

Pobre triunfo! Pitiguares e franceses, passado o primeiro espanto, encheram-se de maior fúria, e todo o trabalho ficaria perdido se não acudissem, da Bahia, e, sobretudo, de Olinda e Itamaracá.

Guerras com os índios tinha havido muitas, mas em geral inspiravam-se no desejo de fazer escravos e para avultar o número deles procurava-se matar o menos possível. Martim Leitão, ouvidor-geral mandado da Bahia, arvorado em general, indiferente à aquisição de peças, trucidou os prisioneiros que pôde, arrancou as roças, devastou as aldeias, impossibilitou a resistência e até residência nas cercanias, de intérprete das leis converteu-se em anjo do extermínio. Os tabajaras, a princípio arredios por justas queixas contra a gente de Pernambuco no rio de S. Francisco, aliaram-se a Leitão e puderam saciar os ódios hereditários.

A obra assim começada foi com mais ou menos violência levada ao Rio Grande do Norte, até Jerônimo de Albuquerque pacificar os pitiguares restantes de quem era consangüíneo pelo lado materno.

Depois da campanha de Leitão ainda apareceram navios franceses nas costas dos pitiguares; de Jacques Riffault sabe-se vagamente que fez grandes estragos: Cabedelo foi quase de toda incendiada; a nova cidade, cercada por terra e mar, teria sucumbido, apesar do heroísmo de Feliciano Coelho de Carvalho, sem os socorros de Pernambuco.

Depois da pacificação de Albuquerque os franceses andaram vagando a oeste da ponta do Calcanhar até parar na ilha do Maranhão. Lá iria desfechar-lhes o golpe mortal o filho de Arco Verde.

Por trás do litoral havia ao mesmo tempo um fervilhar constante, alastrava um movimento migratório como dificilmente se pode imaginar. Claude d'Abbeville não entra em pormenores, mas permite até certo ponto avaliá-lo. Na ilha do Maranhão existiam vinte e sete aldeias, de duzentos, trezentos, quinhentos, seiscentos habitantes, perfazendo dez a doze mil; em Tapuitapera nove, mais populosas que as da ilha; em Cumá onze, e mais de vinte até Caité. Todo este gentio abalara por influência das armas portuguesas.

Como se deu a migração? Os índios, sem recursos e também sem impedimentos, demoravam num lugar apenas o suficiente para fazer

as plantações e munir-se dos mantimentos necessários à continuação da jornada aflitiva. Os grupos tinham de viajar em separado sob pena de esgotarem-se todas as provisões e meios de subsistência. Onde quer que os catungais permitissem passagem era o caminho; só nos boqueirões se encontravam pontos forçados. Tinham de atravessar regiões ocupadas por tapuias e arredá-los de qualquer modo.

Migração até certo ponto semelhante repetiram os povoadores da Borborema, dos Cariris, da Ibiapaba, mas em pequenos troços, sem deixar inimigos atrás, esmagando os que defrontavam, enchendo de gados os sertões, em comunicação trabalhosa, mas quase sempre segura com o povoado. Foi a obra dos séculos XVII e XVIII. A estes colonos obscuros devem-se os caminhos interiores do Maranhão a Bahia, do Ceará a Pernambuco, primeira vitória contra as incertezas da navegação marítima que atenuou sua ação separatista.

Os índios do Maranhão eram idênticos aos pitiguares, aos tupinambás da Bahia, aos tamoios do Rio sobre que escreveram Thevet, Léry, Hans Staden, Gabriel Soares, autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, etc. Não se poderia portanto esperar grandes novidades do capuchinho picardo; apesar disto nele se encontram notícias do maior interesse, e só pela raridade do livro não têm sido devidamente aproveitadas. O capítulo 51, por exemplo, contém o pouco que se sabe da astronomia dos índios de língua geral. Só mais de dois séculos depois Carlos von den Steinen reuniu dados semelhantes dos bacacis do Paranatinga.

À obra de Claude d'Abbeville seguiu-se a de seu confrade Yves d'Evreux, impressa, não publicada, em 1615. Antes de exposta à venda, a edição foi destruída, salvando-se apenas um ou outro exemplar mutilado. Pelo da Biblioteca Nacional de Paris fez Ferdinand Denis a impressão, que a salvou do esquecimento. A mais de um respeito Yves d'Evreux completa o antecessor; seu cabedal lingüístico é muito mais abundante e instrutivo, pois sua assistência na ilha durou mais tempo, mas a observação sabia-lhe menos que a introspecção, e muitas vezes os fatos afogam-se em considerações teleológicas e místicas, que nos revelam sua psicologia sem alargar os horizontes.

.....

*Um Visitador do Santo Ofício**
(Confissões da Bahia)

I

I

NUTILMENTE procurou D. Manuel, rei de Portugal, introduzir a Inquisição em seus domínios, a exemplo de Isabel de Castela e Fernando de Aragão. Coube a ventura a seu filho e sucessor imediato, que de Clemente VII obteve em 17 de dezembro de 1531 a bula *Cum ad nihil magis* nomeando um inquisidor-geral para o reino, e anos mais tarde viu o Santo Ofício constituído de modo a desafiar a ação dos séculos pela bula *Meditatio cordis nostri* de Paulo III.

Entre as duas datas extremas ocorreram vários movimentos de recuo e de avanço. “*Revogada por Clemente VII em breve de 17 de outubro de 1532 a concessão por ele feita no ano anterior, posta novamente em vigor no mês de abril de 1534, para ser outra vez retirada em novembro desse ano por Paulo III; restabelecida em maio de 1536 e suspensa em setembro de*

* *Um Visitador do Santo Ofício à Cidade do Salvador e ao Recôncavo da Baía de Todos os Santos – (1591-1592) –*, separata do prefácio da *Primeira Visitação do Sto. Ofício às Partes do Brasil, – Confissões da Bahia* – edição da *Série Eduardo Prado*, 1922.

1544, só foi afinal confirmada a 16 de junho de 1547 por bula do mesmo papa”¹ – sumaria Lúcio d’Azevedo.

Ao desvairado e quase deserto território brasílico chegavam estas notícias vagas e incompletas.

Em Lisboa, a 13 de setembro de 1543, João Barbosa Pais denunciou Pero do Campo Tourinho, donatário de Porto Seguro, por se dizer papa e rei e fazer trabalhar aos domingos.²

Em 24 de novembro de 1546, quando o tribunal estava suspenso por Paulo III, clérigos e seculares capturaram Tourinho, arvoraram-se em juízes, e preso, a ferros, remeteram o potentado para além-mar, onde em 1550 ainda respondia a interrogatório.

Nem Gandavo, nem Gabriel Soares, nem frei Vicente do Salvador aludem ao sucesso. Narra-o nos seguintes termos o sexagenário Gaspar Dias Barbosa, denunciante na presente visitação: “*Na capitania de Porto Seguro André do Campo e Gaspar Fernandes, escrivão, e uns frades da ordem de S. Francisco e outras pessoas que lhe não lembram, ordenaram autos e tiraram testemunhas e prenderam a Pero do Campo, capitão e governador da dita capitania, pai do dito André do Campo, e o enviaram preso ao reino por parte da Santa Inquisição, dizendo que era herege e depois ouviu dizer que fora aquilo inventado para o dito André do Campo ficar em lugar do pai como ficou.*” Com estes não concordam em tudo os dizeres do processo ainda existente: dele divulgaram excertos em 1917 o abaixo-assinado na revista *Ciências e Letras* de A. e C. Beviláqua desta cidade e Borges de Barros nos *Anais do Arquivo Público da Bahia* em 1919. Muito conviria a publicação integral: iniciais seguidas de reticências bastariam para atenuar os palavrões e resguardar as pudicícias dos mais ariscos.

Pouco se preocupavam com o Santo Ofício os mamalucos de Santo André da Borda do Campo, a julgar por uma carta de José de Anchieta escrita da capitania de S. Vicente em 1554. Um deles, tendo usado de certas práticas gentílicas, sendo advertido duas vezes se acautelasse com a Santa Inquisição, respondeu: “*Acabaremos as inquisições a frexas.*”³

1 *Rev. de história*, 2º, 144.

2 *Arq. hist. port.*, 6º, 171.

3 *An. da Bibl. Nac.*, 1º, 72.

Ao nome de Anchieta tem andado injustamente ligado o de João Cointa, senhor de Bolés, fidalgo francês vindo ao Rio de Janeiro em 1557 com os huguenotes trazidos por Bois-le-Comte. Nas lutas teológicas que agitaram a colônia decidiu-se por Villegaignon e pelo catolicismo; desertou mais tarde para S. Vicente e nessa vila, em Santos, na Bahia, em Pernambuco andou soltando palavras ímpias e semeando doutrinas heterodoxas. Entrou na expedição contra os franceses partida da Bahia em 1560, gaba-se de ter facilitado a tomada do inexpugnável forte Coligny. Por este serviço contra seus compatriotas julgava-se com direito a recompensas do governo português. A reclamá-las embarcou com Estácio de Sá em S. Vicente para além-mar. Casual ou propositalmente Estácio de Sá aportou à baía de Todos os Santos; de bordo foi arrancado o trãnsfuga, incurso em peçonhentas heresias, segundo depunham contestes várias testemunhas. Remetido para o reino, submetido a processo, foi afinal degradado para a Índia, de onde não se sabe como terminou a carreira acidentada. Não podia, portanto, ser supliciado quando se fundou a cidade de S. Sebastião, nem Anchieta representar o papel de vitimário com que procuram transfigurá-lo panegiristas indiscretos.⁴

José de Anchieta e Fernão Cardim mencionam, sem lhe declarar o nome, um varão mágico ou nigromático, de ação preponderante nas guerras de Duarte Coelho II contra os indígenas da Nova Lusitânia. Chama-lhe Padre do Ouro a história do Brasil de frei Vicente do Salvador, que narra seus feitos como os memorava a tradição pernambucana meio século depois. O processo, publicado pelo erudito Pedro de Azevedo no *Arquivo Histórico Português*, desvenda o mistério: as denominações vagas identificam o aventureiro com Antônio Gouveia, ilhéu da Terceira, clérigo de missa, pertencente algum tempo à Companhia, viajado por diversos países europeus, alquímico e outras coisas mais que o levaram pela primeira vez ao pretório inquisitorial. Degradado para o Brasil, obteve do bispo a reintegração nas ordens sacras, firmou-se na simpatia de Duarte de Albuquerque Coelho e operou livremente em Pernambuco.

4 O processo de Bolés foi impresso nos *An. da Bib. Nac.*, 25º. Sua ida forçada ou voluntária para a Índia, primeiro indicada pelo próprio José de Anchieta, é confirmada nas denúncias da presente visitação pelo padre Luís da Grã.

Suas façanhas chegaram ao Velho Mundo: acusavam-no de dizer missa com paramentos heréticos em sítios vedados pelo concílio tridentino, de matar ou ferrar na cara índios tomados em combate, de arrancar as cunhãs a seus donos ou amantes, de desafiar para duelos, de difamar os jesuítas atribuindo-lhes pensamentos suspeitos, doutrinas heréticas, etc.

Preso na Rua Nova Olinda, nas pousadas de Anrique Afonso, juiz ordinário, a 25 de abril de 1571, foi internado a 10 de setembro no cárcere de Lisboa, aonde em 30 de dezembro de 1575 pedia em audiência aos membros do tribunal que o quisessem despachar ou lhe dar culpas que contra ele tivessem para se defender e livrar delas.⁵

Em 1573 foi queimado um francês herético na Bahia.⁶ As circunstâncias não vieram a nosso conhecimento. Estava nas atribuições episcopais velar pela pureza da fé, dar combate às heresias, castigar os hereges. Quando as heresias medievais apareceram sob as formas mais diversas, reclamando especialistas teólogos para as desmascararem, e surgiram nos pontos mais afastados, exigindo unidade de ação para debelá-las, a autoridade episcopal foi diminuindo, embora não desaparecesse de todo, diante da autoridade dos inquisidores.

A pena de fogo reservada primeiro a nigromantes e a maniqueus, tornou-se de praxe depois das constituições do imperador Frederico II, a que a Igreja se conformou.⁷

A quem caía na sua alçada, a Inquisição podia infligir todos os castigos até a prisão perpétua. Se esta parecia insuficiente, o criminoso ia entregue ao braço secular, que se encarregava do resto: o resto era a fogueira. Na Bahia representavam-no Luís de Brito e o ouvidor-geral, quando foi queimado o francês.

5 P. de Azevedo, "Antônio de Gouveia, alquimista do século XVI", *Arq. hist. port.*, 3^o, Cf. Porto Seguro, *Hist. ger.*, 3^o ed., nota K, págs. 457/458. Alfredo de Carvalho, *Rev. do Inst. Arq. Pern.*, 11^o, que reimprimiu o segundo processo do Padre do Ouro, concorda com a identificação proposta pelo autor desta nota.

6 *An. da Bib. Nac.*, 19^o, 98.

7 Cf. A. S. Turberville, *Mediaeval heresy & the Inquisition*, London, 1920, que, no dizer de um crítico competente, cortou muito *t*, pingou muito *i* e forceja por ser imparcial.

Existia qualquer relação entre a queima do francês herético e a comissão ao bispo do Brasil e aos padres da Companhia passada em 12 de fevereiro de 1579 por D. Henrique,⁸ ao mesmo tempo rei e inquisidor geral?

Em 1585 assim se exprimia Anchieta nas *Informações*, 9:

“Ofício de Inquisição não houve até agora, posto que os bispos usam dele quando é necessário por comissão que têm, mas dando apelação para o Santo Ofício de Portugal e com isso se queimou lá na Bahia um francês herege. Agora tem o bispo D. Antônio Barreiros este ofício para com os índios somente e é nomeado seu coadjutor o padre Luís da Grã, da Companhia, que é agora reitor do colégio de Pernambuco.” Com isso é ambíguo: pode significar *por isso* ou *apesar disto*.

Esta situação foi modificada pelo cardeal Alberto, de quem um forte na baía de Todos os Santos recebeu o nome.

Filho do sobrinho e genro de Carlos V, Maximiliano II, imperador da Alemanha, o arquiduque Alberto d'Áustria, nascido em 1561, educou-se na Espanha, seguiu a carreira eclesiástica, logrou o cardinalato em 1573, o arcebispado de Toledo em 1584. Conquistado Portugal, Filipe II, seu tio, nomeou-o vice-rei, e no posto manteve durante dez anos até removê-lo para os Países-Baixos a guerrear contra franceses e holandeses. Quando o real tio assinou o tratado de Vervins com Henrique IV, elevou a principado autônomo os Países-Baixos, o Franco-Condado, o Charolais, doou-o à infanta Clara Isabel Eugênia sua filha e ao futuro esposo, o cardeal arquiduque. Este renunciou às dignidades eclesiásticas. O papa Clemente VIII concedeu licença para o estéril matrimônio celebrado em 1598.

Já vice-rei de Portugal e legado *de latere*, o papa Sisto V constituiu-o por bula de 25 de janeiro de 1586 inquisidor-geral dos reinos e senhorios portugueses. Neste caráter ordenou a primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil.

O fato ficou desconhecido até revelá-lo a História do capucho Vicente do Salvador, impressa em 1888. Mais tarde Antônio Baião, o ilustre diretor da Torre do Tombo, descobriu alguns dos livros da visi-

8 *Arq. hist. port.*, 5^o, 423-424.

tação e sobre eles começou na *Revista de História* de 1912 uma notícia que não foi concluída. Agora sai com esta a primeira parte dos documentos relativos à visitação de Heitor Furtado de Mendonça.

Os livros da visitação eram nove: três de confissões, quatro de denúncias, dois de retificações. Estes são completos: das confissões falta o volume de Pernambuco, que era o segundo; de denúncias restam o primeiro da Bahia e o terceiro, muito desorganizado, sem ordem geográfica, sem ordem cronológica, incluindo Bahia e Pernambuco, a julgar pelos sumários de Antônio Baião. É possível que ainda apareçam os três que faltam. Na Torre do Tombo os processos de Santo Ofício andam por dezenas de milhares.

Heitor Furtado de Mendonça, a 26 de março de 1591 nomeado pelo inquisidor-geral para visitador dos bispados de Cabo Verde, São Tomé, Brasil e administração de S. Vicente ou Rio de Janeiro, chegou à capital baiana com o governador D. Francisco de Sousa em 9 de junho, domingo da Santíssima Trindade. Publicou suas patentes a 28 de julho, concedendo trinta dias de graça para a cidade, uma légua em roda; a 12 de janeiro do ano seguinte concedeu outros tantos dias de graça encerrados a 11 de fevereiro, para os moradores do recôncavo.

A 29 de julho recebeu a primeira confissão, infra 23-27; no mesmo dia fez-se primeiro denunciante João Serrão, que a 22 de agosto veio pedir perdão do perjúrio por se dizer cristão-velho sendo cristão-novo, infra 55-56. As ratificações começaram a 4 de setembro, tudo de 1591. Em 2 de setembro de 1593 o visitador-geral partiu da Bahia para a capitania de Pernambuco, a bordo da nau *São Miguel*, de que era mestre Bartolomeu Fernandes.

Da sua estada na Bahia, contém ligeiras notícias uma carta de Anchieta, escrita da cidade do Salvador em 1º de dezembro de 1592, impressa em 1897 no vol. dos *Anais da Bib. Nac.*, segundo cópia muito imperfeita.

Informa Anchieta que Fernão Cabral de Taíde, infra 35-36, saíra agora com sua sentença, misericordiosa, segundo todos afirmavam e o próprio Cabral reconhecia, dando graças ao inquisidor e a todos os

adjuntos pela mercê que lhe fizeram, merecendo muito mais suas culpas, e isto de joelhos com muita humildade.⁹

Anchieta acrescenta outro caso difícil de esclarecer. Trata-se de certo Rocha, morador, segundo parece, da capitania do Espírito Santo, que agravado do visitador lhe atirou duas noites com um arcabuz a sua janela. *“Foi preso e, se os padres que são adjuntos do inquisidor não trabalharam muito nisso, ele não escapava de morte de fogo conforme a bula do Papa, mas eles a interpretaram de maneira que parecero [sic] bem ao inquisidor dar-lhe a vida, mas contudo saiu com degredo para as galés por dois anos e primeiro cinco domingos na Sé com grillão e barço e no cabo deles pregão por toda a cidade com barço e cumprir um ano de cadeia e depois o degredo.”* – l. c. 68-69.

A cronologia da visitação a Pernambuco e capitánias vizinhas não pode precisar-se na falta de livros essenciais. Sabe-se apenas que terminaram a 8 de fevereiro de 1594 os trinta dias de graça para virem confessar-se em Olinda os habitantes da freguesia dos Santos Cosme e Damião da Igarçu; de S. Lourenço com a capela anexa de S. Miguel em Camaragipe; de S. Amaro (cujo vigário Antônio André estava cego) com as capelas de N^a S^a das Candeias e N^a S^a da Graça; de Sto. Antônio no cabo de Sto. Agostinho com as capelas de S. João e N^a S^a da Anunciação; de S. Miguel de Pojuca, com a capela de Santa Luzia. A 21 de dezembro terminaram os doze dias da graça concedida a N^a S^a da Conceição de Tamaracá; a 24 de janeiro de 1595 os de N^a S^a das Neves da Paraíba. Em fins de junho o visitador continuava em Olinda, aonde chegara de volta da Paraíba em 1^o de fevereiro.

Nas pesquisas feitas por Lúcio d’Azevedo para mandar proceder à cópia do presente volume, surgiu uma novidade inteiramente desconhecida: houve outra visitação na Bahia realizada em 1618, ordenada pelo inquisidor-geral Fernão Martins Mascarenhas! Os poderes do incumbido da visitação, protonotário apostólico, deputado do Santo Ofício, inquisidor e visitador, limitavam-se à cidade do Salvador e seus recôncavos e a Angola. Haveria outros agentes para Pernambuco e para as capitánias de baixo?

9 *An. da Bib. Nac.*, 19^o, 67. F. C. de Taíde foi sentenciado a dois anos de desterro para fora do Brasil, informa Lúcio d’Azevedo, *Hist. dos Cr. nov. port.*, 227, que nas págs. 225-229 dá uma idéia exata das duas visitações do Santo Ofício às partes do Brasil. A 21 de agosto do 1599, H. F. de Mendonça funcionava em Lisboa, *ib.*, 458.

O visitador chama-se Marcos Teixeira. Seria o mesmo bispo da Bahia que, depois de tomada a cidade pelos holandeses, encabeçou o movimento de reconquista? Varnhagen identificou o bispo do Brasil com um inquisitor homônimo, que devia orçar por oitenta anos, pois fora nomeado no século anterior.

Segundo frei Vicente, ao morrer o bispo não tinha ainda cinquenta. É bem possível, certo quase, que o guerrilheiro de 1624 fosse o visitador de 1618; o sólio episcopal seria como reconhecimento de seu zelo na comissão do Santo Ofício.

Da visitação de Marcos Teixeira conhece-se um códice de 322 folhas; nas primeiras vem a lista das pessoas denunciadas, cento trinta e quatro ao todo; até a f. 81, de que já foi extraída cópia, falaram cinquenta denunciantes. No livro figuram algumas pessoas autuadas na visitação de Heitor Furtado de Mendonça; lê-se nele que fora queimada a octogenária Ana Roiz cuja confissão ocupa infra as págs. 177-181.

Um manuscrito jesuítico da Biblioteca Nacional de Nápoles informa que o governador Antônio Teles da Silva, a alma ardente e apaixonada, o grande ateador do incêndio que mandou os holandeses para fora do Brasil, empenhava-se por introduzir o Santo Ofício em terras de sua governança, disposto a sacrificar todos os seus bens a este propósito. Que teria feito sem o trágico naufrágio de Buarcos em 1649?

Problema ainda intato é o motivo por que o governo português, que desde 1560 introduziu o Santo Ofício em Goa, deixou de fazer o mesmo no Brasil.

A distância deve ter concorrido para este resultado: comparado com o périplo do cabo da Boa Esperança através do Índico até as terras de Cambaia, as viagens de longo de Portugal ao Brasil podiam considerar-se de recreio. O Atlântico entre Lisboa e o Rio bem merecia chamar-se Oceano Pacífico, disse uma vez o benemérito H. Gorceix, na última viagem a este país, a que sacrificou sua mocidade e seu futuro científico.

A distância ainda podia influir por outro modo. O amplo litoral, navegável segundo as monções, que ora sopravam num, ora em outro sentido, estabelecendo assim um bloqueio móvel, não apresentava centro natural; muito menos o interior: assim não bastaria um só, e vários tribunais, quer de primeira quer de última instância, ofereciam desvantagens patentas. Estas considerações foram freqüentemente invocadas nas Cor-

tes Constituintes de 1821 e 1822, quando se tratou das relações entre o reino unido do Brasil e Portugal.

Acresce que Inquisição só com frades podia prosperar, e a metrópole desde os começos do século XVII começou a opor dificuldades à criação de novos conventos na colônia. Também poderia alçar embaraços a novas criações a própria Santa Sé, depois de ter visto perdidos, no reinado de D. Pedro II, todos os esforços feitos para abreviar as liberalidades prodigalizadas por Paulo III e alguns de seus sucessores. Nestas tentativas para melhorar a sorte dos cristãos-novos pôs todas as forças de sua inteligência, todo o ardor de seu temperamento e foi quase esmagado o padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, português de nascença, brasileiro de formação.¹⁰

Os escritores que negam a participação da Igreja na estrutura inquisitorial e tudo atribuem ao estado ávido de preia, poderiam ainda afirmar que ao fisco não convinha repartir os bens dos condenados entre a metrópole e a colônia: a metrópole queria a fazenda inteira para seu proveito exclusivo.

Com a falta de tribunais no Brasil não folgou nem lucrou o gado humano marcado para a Inquisição. Supria-os pelo seu fervor e por sua ubiqüidade o familiar do Santo Ofício, título muito cobiçado porque explicitamente afirmava a limpeza de sangue e implicava numerosos privilégios. Basta citar a C. R. de D. Sebastião, datada de 14 de dezembro de 1562. Por ela o familiar ficava isento de pagar fintas, talhas, etc., de ser constrangido a ir com presos e dinheiros, de ser tutor ou curador, exceto se as tutorias fossem lédimas, de exercer contra a vontade ofícios de conselho, de lhe serem tomadas para a aposentadoria a casa de morada, cavalaria, etc., de lhe tomarem pão, vinho, roupa, palha, cevadas, lenhas, galinhas, ovos, bestas de sela ou albarda; podia trazer armas ofensivas; a mulher, o filho e a filha do familiar enquanto sob o pátrio poder, podiam usar seda em seus vestidos.¹¹ Com o tempo os privilégios foram acrescidos.

No começo do século XVIII a Inquisição lavrou sobretudo nas terras fluminenses e suas vizinhas, já porque a proximidade das minas de ouro para elas atraísse gentes das mais diversas procedências, já por-

10 João Lúcio d'Azevedo, *História de Antônio Vieira, História dos cristãos-novos portugueses*.

11 "Informação geral de Pernambuco", 48, sep. dos *An. da Bib. Nacional*, 28º.

que, como sugere Varnhagen, frei Francisco S. Jerônimo, bispo diocesano de 11 de janeiro de 1702 a 7 de maio de 1721, cedeu à nostalgia do torresmo a que se avesara como qualificador do Santo Ofício em Évora.

“*A perseguição foi progredindo por tal arte*”, escreve o autor da *História Geral*, “*que de 1707 a 1711 houve ano em que se prenderam mais de cento e sessenta pessoas, às vezes, famílias inteiras, sem exceção das crianças. Nos autos-de-fé de 1709 em Lisboa apareceram já algumas desgraçadas filhas do Brasil... No ano de 1713 se contou o número maior de condenações em gente ida do Brasil; foram sessenta e seis os sentenciados, incluindo trinta e nove mulheres... As outras capitânias do Brasil foram também mais ou menos perseguidas por este flagelo, porém não tanto como a do Rio.*” *Op. cit.*, 835, 837.

A Inquisição, observa Turbeville, para prosperar precisava do apoio da opinião pública e da força armada. Quando em Portugal a proteção desta diminuiu, a pressão daquela afrouxou, principalmente com o cerceio das imunidades eclesiásticas que punham o clero acima das leis civis até o reinado de D. José I.

O marquês de Pombal, depois de cevar no jesuíta Gabriel de Malagrida todas as ruínas paixões de seu coração inexorável, mandou o cardeal João Cosme da Cunha elaborar ou, mais provavelmente, apenas assinar um novo regimento do Santo Ofício. Seria o quarto: o primeiro feito em 1552 por D. Henrique, cardeal inquisidor-geral, e só recentemente impresso por Antônio Baião no 5º volume do *Arquivo Histórico Português*; o segundo de D. Pedro de Castilho em 1613; o terceiro de D. Francisco de Castro em 1640.

Bem dignas de leitura as páginas de que o lastimável cardeal precedeu o regimento de 1774.

A Inquisição, tal qual a impetrou D. João III e a concedeu o papa Paulo III, era um tribunal régio, como o patenteia o fato do primeiro inquisidor-geral ter sido de nomeação d’el-rei, independente da Sé Apostólica. A pravidade dos jesuítas arrancou a prerrogativa da Coroa, que só a reouve em 1771, quando nomeou a ele cardeal para o cargo.

No tribunal introduziram-se cinco erros capitais: negaram-se aos réus os nomes das testemunhas que os acusavam; procedeu-se à relaxação, que é a morte natural, confiscação de bens e infâmia até a segunda geração por testemunhos singulares; empregarem tormentos, que aliás “*podiam e deviam ser aplicados aos cismáticos e heresiarcas até declararem todas as pessoas que perverteram para se extinguirem estas venenosas plantas da vinha do Senhor até as últimas*

raízes” – alusão clara a Malagrida, chamado Monstro em um artigo; ficar infamado em sua pessoa e na de seus descendentes qualquer um, ainda depois de cumpridas as penas impostas, posto que leves; preferirem-se e abandonarem-se as leis do reino pela simples autoridade do inquisidor.

O regimento pombalino deve ter eliminado todos estes erros; mesmo assim seria muito superior aos que o precederam? Duvida-o Hipólito e autoridade alguma podia comparar-se à sua.

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu na famosa colônia do Sacramento, no rio da Prata, pouco antes dos portugueses perderem-na definitivamente. No reino formou-se em direito e ciência naturais ou filosofia; além das duas línguas clássicas estudou alemão, francês e inglês. Sabia naturalmente espanhol e italiano. Viajou pelos Estados Unidos e diversos países europeus. Era um dos membros da colméia intelectual agremiada por Conceição Veloso em torno do Arco do Cego. Em julho de 1802 contava 28 anos, quando foi preso e depois levado aos cárceres da Inquisição pelo crime de ser pedreiro-livre.

Sua *Narrativa de uma perseguição* conta a luta tremenda de um homem contra uma instituição, sempre animoso, impelido pela audácia, sustentado pela presença de espírito, dominando pela sagacidade e pelo sangue-frio. Nunca negou que fosse maçom; sobre seus confrades, sobre os recursos pecuniários de que dispunham, não houve meio de extorquir-lhe revelações; nunca se considerou vencido ou deixou intimidar. Veja-se o seguinte trecho da *Narrativa*:

“Mandou-me o Inquisidor que ajoelhasse diante dele para dizer a doutrina (do catecismo); mas eu retorqui-lhe que um dos pontos que me haviam ensinado na mesma doutrina cristã era que dos três cultos de latria, hiperdulia e dulia se devia dar só a Deus o culto da latria, no que compreende ajoelhar com ambos os joelhos e que era um dos maiores pecados tributar este culto à criatura, e por mais que ele instou não me resolvia fazê-lo, dando-lhe por escusa que temia ser aquilo artifício dele Inquisidor, para experimentar a minha fé vendo se eu era capaz de idolatrar adorando-o a ele; não obstante asseverar-me que este era o costume do Tribunal, não só quando os réus eram examinados da doutrina, na audiência, mas também quando eram levados à mesa do tribunal no tempo que os ministros estavam ao ponto de deliberar para dar a sentença, oferecendo esta ocasião ao réu de impetrar com a humilhação a misericórdia de seus juizes, e ao depois quando se lhe proferia a sentença, que também de joelhos se costuma ouvir.”

Este pequeno incidente mostrará a soberba e orgulho das pessoas que contém este tribunal, comenta o prisioneiro. Com mais razão diz Nietzsche que só pode falar em orgulho quem sofre o tormento e não revela seu segredo. Os três anos do prisão celular para temperamento tão vibrátil como o de Hipólito deveriam doer mais que o potro e a polé.

Hipólito não sofreu a pena nem o perdão do Santo Ofício. Logrou fugir para a Inglaterra, aonde serviu de secretário a Augusto Frederico, filho do Jorge III, duque de Sussex, grão-mestre da maçonaria. Dado o refúgio, previu a importância do fato e iniciou o *Correio Brasileiro*, o primeiro vulgarizador de idéias políticas na colônia luso-americana; ainda assistiu aos albores da independência; provavelmente tornaria à pátria livre, honrado e engrandecido, se não falecesse a 11 de setembro de 1823, com menos de 50 anos. Seu livro acompanhado de dois regimentos da Inquisição teve também uma edição inglesa.

Tudo inclina a supor que, direta ou indiretamente, se deve à sugestão de Hipólito o artigo do tratado entre Portugal e a Inglaterra que proibiu para o futuro o estabelecimento da Inquisição em terras brasileiras.

No dia 31 de março de 1821 foi expedido um decreto das Cortes Constituintes de Portugal abolindo em todo o reino e seus domínios o tribunal do Santo Ofício da Inquisição. O último inquisidor-geral foi um brasileiro natural do Rio: Azeredo Coutinho, primeiramente bispo de Pernambuco, aonde exerceu, pela fundação de um seminário inspirado em idéias modernas, extraordinária influência sobre a mentalidade pátria. Sem Azeredo Coutinho não surgiria a geração idealista e pura de 1817.

Ainda persiste em Roma uma congregação do Santo Ofício, da qual os não-iniciados mal conhecem a existência, Alph. Viktor Müller, que depois de vinte anos de assistência na capital do catolicismo acaba de imprimir em Gotha uma obra sobre o Papa e a Cúria, afirma que não só o objeto de suas pesquisas é desconhecido como também o seu modo de proceder... *“O silêncio sobre os processos do Santo Ofício é tão severamente guardado que nem mesmo se conhece a fórmula do juramento prestado ao assumir o cargo. Sabemos mais que o infrator deste segredo incorre numa excomunhão de que nem o cardeal penitenciário pode absolver, e que só ao Papa é reservada: sabe-se que o infrator está sujeito a outras penas, – ignora-se quais.”*

.....

II

PARA pautar suas ações o visitador dispunha do monitório de 1536, formulado por D. Diogo da Silva, inquisidor-mor, e do regimento de 1552, promulgado pelo cardeal infante D. Henrique, inquisidor-geral.

O monitório de D. Diogo servia ao duplo fim de facilitar o exame de consciência dos confitentes e de indicar o caminho aos espíões e delatores. Está impresso no *Collectorio* de 1634, prova de que ainda então vigorava. Entre ele e os depoimentos da presente visitação nem sempre se nota correspondência exata: pode ser houvesse monitórios parciais que não conhecemos. Vai adiante transcrito o monitório de D. Diogo.

Os cento e quarenta e um capítulos do seu regimento reforçou D. Henrique com vinte e três edições e declarações em 1564; o cardeal Alberto modificou alguns, não consta quais. Muito poucos bastam para o fim mirado nesta nota preliminar.

A visitação exigia apenas três pessoas: visitador, notário, meirinho. Do visitador se ocupam os capítulos 3-8, do notário os 80-84, do meirinho os 95-98. Saindo para tão longe, o visitador recebeu do cardeal Alberto autoridade de prender os culpados e sentenciá-los em final, conforme ao regimento e à instrução que trazia. Sobre as atribuições do notário e do meirinho devia ter influído de qualquer modo o novo meio a que vinham transferidos.

Do regimento de D. Henrique são característicos o segredo e a tortura.

O Santo Ofício surgiu em terras de hereges notáveis pelo número e pelo poderio; os denunciantes arriscavam a vida no caso de serem identificados; mais de um inquisidor sucumbiu à vindita popular; urgia o maior segredo. Agora a situação mudara; os réus eram os escorraçados e os indefesos. Apesar disto o regimento mantinha o segredo originário, não só calando os nomes dos denunciantes, como encobrendo as circunstâncias por onde se poderia atinar com eles; os réus se equiparavam para o fim do sigilo absoluto e inviolável a pessoas prepotentes e régulos perigosos.

O uso das torturas acompanha a sociedade humana desde os incunábulo e com mais ou menos hipocrisia há de escoltá-la até o Dia do Juízo. Mesmo aqui, nesta pretensa ou real metrópole de cultura, contra as mais insofismáveis prescrições legais vêm à luz uma vez por outra fatos horrorosos; pelo que transpira pode imaginar-se quanto fica abafado. No Santo Ofício o tormento era tradicional e legítimo, pois abonava-se com a autoridade suprema desde 1252, desde a bula *Ad extirpanda* de Inocêncio IV.

Não se conhecem com precisão os instrumentos de tortura no tempo do cardeal Alberto; o regimento de 1640 estabelece o potro e a polé: *“o potro, espécie de cama de ripas onde, ligado o paciente com diferentes voltas de corda nas pernas e braços, se apertavam aquelas com um arrocho, cortando-lhe as carnes; e a polé, moitão seguro no teto, onde era suspensa a vítima, com pesos aos pés, deixando-a cair em brusco arranço sem tocar no chão”*, explica Lúcio d’Azevedo.¹²

Celebram vários escritos a demência e a brandura dos inquisidores. Clemência e brandura são possíveis, mas pouco prováveis: a onipotência irresponsável não se limita espontaneamente; o contato diário e diuturno com o sofrimento embotava a sensibilidade; tinha-se como caso somenos deixar o réu apodrecer nas masmorras durante anos e anos sem interrogá-lo sequer; os autos-de-fé pompeavam como marchas triunfais. A relaxação ao braço secular, a cremação na fogueira daí

12 *História dos cristãos-novos portugueses*, 140.

decorrente, esta, sim, foi rara e mais rareou ainda quando o tribunal compreendeu que importava uma declaração de falência, um gesto de desespero impotente da sua parte.¹³

Tudo isto, se disfarça, não atenua a missão precípua do Santo Ofício: obter confissão voluntária e sincera, provocar arrependimentos e abjurações. Obedecendo à praxe secular, o regimento de D. Henrique estabelecia dias de graça em que os confitentes, se espontaneamente vinham confessar-se, se convenciam ao inquisidor de sua sinceridade, de seu arrependimento, e se o pecado não fora testemunhado, eram reconciliados sumariamente e conservavam a fazenda. O caso complicava-se se havia testemunhas; ainda mais se coincidia a confissão com a denúncia, porque esta podia anular aquela, como sucedeu a Fernão Cabral de Taíde já citado.

A confissão mera e simples nem a todos aterrava. No capítulo 15º de seu regimento D. Henrique providencia sobre o reconciliado no tempo da graça e depois que se jactar ou gabar em público “*dizendo que ele não cometia nem cometeu os heréticos erros por ele confessados ou que não errou tanto como confessou*”.

Das cento e vinte e uma confissões, adiante impressas, fique de parte o referente ao pecado sexual contra a natureza. O assunto melindroso exige habilidade singular em quem o aborda. Basta indicar as páginas inquinadas: 23, 24, 25, 26, 50, 51, 59, 60, 61, 62, 67, 70, 71, 78, 79, 80, 90, 93, 94, 95, 122, 132, 133, 142, 144, 150, 151, 152, 162, 163, 168, 169, 170, 175, 176, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 210.

Depois deste aviso pode cada um evitá-las ou procurá-las a seu talante.

Com a sexualidade andaram sempre em estreito amplexo as feiteceiras, capazes de produzirem impotência ou esterilidade. Nem uma compareceu perante o visitador: três citam-se com maior insistência: Isabel Rodrigues, de alcunha *Boca-Torta*, Antônia Fernandes, de alcunha *Nóbrega*, Maria Gonçalves, de alcunha *Arde-lhe-o-Rabo*.

Boca-Torta, a mais modesta, apenas fornecia certos pós mimíficos e ensinava orações fortes. A *Nóbrega*, proxeneta de gostos torpes e

13 Turbeville, *op. cit.*

sacrílegos, impava de pacto com o Diabo; possuía num vidro certa coisa que falava e respondia quanto lhe perguntavam, coisa amiga de cebolas e vinagre, que gostava lhe dessem uma vez por semana. *Arde-lhe-o-Rabo* dez anos antes, degredada por feiticeira, desembarcara de Pernambuco, aonde estivera de carocha à porta de igreja. A alguém que se queixava de pouca eficácia de suas feitiçarias, respondeu segundo uma denunciante: *“Por muito que ela me dê, muito mais lhe mereço, por que eu ponho-me à meia-noite no meu quintal com a cabeça ao ar e com a porta aberta para o mar e enterro e de-senterro umas botijas e estou nua da cinta para cima e com os cabelos e falo com os diabos e os chamo e estou com eles em muito perigo.”*

A estas não se emparelha a velhinha Leonor Soares, chegada à terra baiana em 1550, na companhia de seu marido Simão da Gama de Andrade, capitão-mor da primeira armada de socorro a Tomé de Sousa. Grande repúblico da cidade, senhor de engenho no Pirajá, Simão de Andrade deixou um epitáfio em verso, conservado por frei Vicente do Salvador. Seu cunhado Sebastião da Ponte possuiu um engenho em Cote-gipe, currais de gado em Tinharé, prestou serviço a Mem de Sá na guerra contra os índios de Paraguaçu. O futuro parecia auspicioso quando foi mandado ir preso para o reino, por uma ordem régia expressa, que quase revolucionou a população, pondo em alvoroço seminaristas, fâmulos do bispo e representantes do poder civil.

A viuvez, a perda do irmão, que no Limoeiro expiou expian-do suas culpas, a idade, deviam dar a Leonor Soares um ar estranho e a aura popular, sem que ela o imaginasse, envolvendo-a no bruxedo. Depõe uma denunciante: quando nesta cidade houve um dia grandes brigas e revoltas entre o bispo e o governador Luís de Brito, esta na mesma noite foi a Portugal dar aquela nova.

Além dos Pirineus a Inquisição guerreou e extinguiu várias heresias medievais indígenas ou advenciais; na Península Ibérica e respectivas colônias os inimigos capitais foram os judeus batizados à força, marranos, cristãos-novos, *gente da nação*, que, cedendo à violência quanto às exterioridades, guardavam no foro íntimo as crenças da velha lei e praticavam os ritos hereditários.

Dos cristãos-novos da Bahia reclamam o primeiro lugar os de Matoim, onde existia uma sinagoga (ou esnoga, como então se dizia), – assoalhava a voz pública, sempre malévola para a gente da nação.

Heitor Antunes, fundador da parentela, pode ter sido o mesmo partido de Belém a 30 de abril e chegado à Bahia em 28 de dezembro de 1557, com o governador Mem de Sá, em cujo instrumento de serviços jurou como testemunha.¹⁴ Uma sua filha de quarenta e três anos jurou que tinha seis ou sete quando a família imigrou. O pai já não existia no tempo da visitação.

Heitor Antunes, cristão-novo, casara no reino com Ana Roiz, cristã-nova, e houveram Isabel, mãe de Ana Alcoforado, casada, com 27 anos; Violante, já defunta, mãe de Lucas Escobar de 21 e Isabel de 18; Beatriz, mulher de Bastião de Faria, mãe de Custódia, de 23 anos, casada com Bernardo Pimentel de Almeida (senhor do engenho de que era lavrador o sexagenário João Rodrigues Palha, pai de frei Vicente do Salvador, *infra* 158); Leonor de 32 anos, mulher de Henrique Muniz; Jorge Antunes já falecido, cuja viúva, Joana de Sá, convolou para o tálamo de Sebastião Cavallo; Álvaro Lopes Antunes, casado; Nuno Fernandes, solteiro, de trinta anos. Todas estas idades referem-se a 1591 ou 1592.

Com os Antunes, parentes dos Macabeus e portanto da mais fina prosápia judaica, não podia competir a prole de Fernão Lopes, do duque de Bragança, e de sua mulher Branca Roiz, ambos já falecidos quando começou a visitação.

Uma das filhas, Maria Lopes, casou com o bacharel mestre Afonso Mendes, vindo como cirurgião-mor do Brasil em companhia de Mem de Sá, de cujos serviços jurou testemunho.¹⁵

Teve o casal: Manuel Afonso, meio cônego da Sé, já falecido; Ana de Oliveira duas vezes viúva; Branca de Leão, já falecida, casada com Antônio Lopes Ulhoa; Álvaro Pacheco.

Leonor da Rosa, irmã de Maria, casada com João Vaz Serrão, cristão-novo, cirurgião que emigrou para as colônias espanholas, teve pelo menos uma filha, que casou com o primo Álvaro Pacheco.

Catarina Mendes, casada com Antônio Serrão, parece não ter deixado descendência.

14 *An. da Bibl. Nac.*, 27^o, 144-148. Outro Heitor Antunes menciona a *Rev. Trim.*, 57^o, I, 228; não pode ser o mesmo desta visitação, que era mercador.

15 *Anais da Bib. Nac.*, 27^o, 165-169. Cf. Varnhagen, *História Geral*, 370, nota da incompleta e esgotada 3^a ed.

Ana Rodrigues, casada com Gaspar Dias da Vidigueira, teve, além de Antônia de Oliveira, casada com Pedro Fernandes, Matias Roiz e Diogo Afonso.

Os outros cristãos-novos não constituíam parentela considerável.

No índice da visitação de Marcos Teixeira lê-se que Ana Roiz fora queimada pela Inquisição. Confessa a matriarca, infra 178, que numa doença chegou a tresvariar e dissera, ao que depois ouvia, desatinos do que não se lembrava. Lembravam-se os denunciantes e tudo levaram aos ouvidos de Heitor Furtado de Mendonça. Esperemos fosse garroteada antes da cremação.

O monitório de D. Diogo facilitava as confissões e denúncias dos judaizantes, mas era deficiente, Clara Fernandes previne ao inquisidor que a *Boca-torta* a infamava de ter um crucifixo que açoitava. Esta abominação, a mais freqüente das denúncias contra os cristãos-novos, não figurava no monitório de D. Diogo.

Dos autóctones catequizados confessou-se um, denunciado por outro: serviu de intérprete um padre da Companhia. É de estranhar não se tivesse ainda concertado numa mesma denominação geral para os aborígenes; aparece com freqüência a de negros, tão prepóstera para os conhecedores de Angola e Guiné como a de índios, afinal vencedora, para os que viram os berços onde nasce o dia. Uma vez por outra vem brasil.

Não menos de estranhar no manuscrito agora impresso é a multiplicidade de grafias para certos nomes geográficos, o de Cotegipe, o de Pirajá, o do Paraguaçu, por exemplo. Em fonética o notário Manuel Francisco podia bem proclamar-se fenomenal e deixa perplexo quanto a várias identificações, tão bem as soube embuçar no seu proteísmo cacográfico ou cacofônico.

Em mais de uma confissão aparecem as tatuagens dos brasis.

Já sabíamos que nesta heráldica da epiderme podia escrever-se a história de um famanaz: Claude d'Abbeville estampa um tabajara cujas cicatrizes narravam vinte e quatro mortes em combate singular. Novo agora é o informe de que as tatuagens podiam servir de salvo-conduto; em um apuro delas socorreu-se com êxito o famoso Tomacaúna.

A santidade era festa extraordinária dos índios: *caraíba*, coisa santa, *caraimonhaga*, santidade dos índios, *acaraimonhang*, fazer santidade, aponta um vocabulário tupi do século XVI, incompleto, ainda inédito, de que a Biblioteca Nacional guarda a maior parte. Descreve-a Nóbrega na informação do Brasil impressa nas *Cópias de unas cartas* de 1551, e quase nos mesmos termos João de Aspilcueta em sua notável carta da coleção castelhana de 1555. Esplana-a largamente Jean de Léry em um dos mais interessantes capítulos de sua narrativa de viagem à França Antártica.

A santidade consistia na chegada de um feiticeiro ou profeta, o *caraíba*, vindo de longes terras, a pregar a boa nova. Esperavam-no com ansiedade: para recebê-lo limpavam os caminhos, edificavam um *tijupá* em que se recolhia com seus maracás e outros apetrechos prestigiosos. O jubileu podia durar meses; enquanto fervia, apenas comia-se, bebia-se, dançava-se e, fatalmente, brigava-se. O *caraíba* garantia o futuro mais fantástico. Para que caçar? As flechas disparariam por si, as caças viriam ter à casa. Para que trabalhar? As enxadas iriam a cavar nas roças, os mantimentos amadureciam com fartura.

Nos efeitos materiais imediatos a santidade não devia diferir muito de uma praga de gafanhotos.

Os efeitos morais podiam ser outros. Os *caraíbas*, que iam de um a outro extremo da área da língua geral, concorreriam para manter a unidade de crenças e ritos. Pode-se compará-los mal, mesmo muito mal com missionários como Malagrida, que percorreu a pé os sertões do Maranhão à Bahia.

Os índios atuais inserem em suas tradições mais antigas as últimas novidades percebidas entre os brancos. Os *caxinauás* falam num casa-canoa que singrava apitando entre as águas do dilúvio. Os *bacaeris* contam como se atravessa o oceano em um grande veado à busca de machado de ferro: a gente pode assentar-se nas ancas, nos chifres, em outras partes do corpo; assim carregado o animal podia chegar perto de terra: não podia ir adiante porque é exclusivamente aquático. O vapor é celebrado como um jacaré, que pode mergulhar e alimentar-se de pedras.

Os índios quinhentistas assimilavam também as novidades ultramarinas e sem repugnância fundiam-nas com os haveres tradicionais: de sua pendência para a sincrese a santidade não devia escapar.

Na capitania de Porto Seguro em 1574 Antônio Dias Adorno e seus companheiros encontraram seis ídolos de madeira, de forma humana e tamanho natural; serviam de barreira para tiros: os atiradores que acertavam eram tidos como fortes, os que erravam não levantavam mais a cabeça. Viam-se dois paus de 50 a 60 palmos de altura, à maneira de mastros com suas gáveas. Mandara plantá-los o caraíba, que se dizia filho de Deus Padre e da Virgem Maria, vindo de Portugal fugido dos que o queriam crucificar; por um subia ao céu, por outro descia; a gávea servia-lhe de púlpito se queria pregar.¹⁶

Toda esta encenação realizara um índio do Espírito Santo, antigo discípulo dos padres da Companhia. Da aldeia jesuítica do Tinharé fugira também o encenador da santidade descrita nas presentes confissões e ainda melhor nas denúncias inéditas.

Aos índios não repugnavam os acessórios cristãos acumulados sobre a solidez do fundo nativo, como adiante se verá a mais de um passo. Estranho seria que os acessórios cristãos obscurecessem e tornassem aceitável aos católicos o gentilismo do fundo. Pois deste sincretismo apareceram casos...

Confessa Luísa Barbosa que, sendo de doze anos pouco mais ou menos, acreditou na santidade, infra 84. Gonçalo Fernandes, infra 113, confessa que não deixou de crer em Deus todo-poderoso e em Jesus Cristo seu filho, e no Espírito Santo, três pessoas um só deus verdadeiro, e sempre teve em seu coração a fé católica; entretanto cuidara que este mesmo Deus verdadeiro, senhor nosso, era aqueloutro que na dita abusão e idolatria se dizia que vinha. Margarida da Costa, mulher de Fernão Cabral de Taíde, um dos mais ricos proprietários da capitania, confessa, infra 101, que durante os dois meses de assistência da santidade em sua fazenda de Jaguaripe *“tinha para si e dizia que não podia ser aquilo Demônio senão alguma causa santa de Deus, pois traziam cruces*

16 *An. da Bibl. Nac.*, 19^o, 108.

de que o Demônio foge e pois faziam grandes reverências às cruzes e traziam contos e nomeavam Santa Maria”.

Com a denominação vaga de blasfêmias, heresias, infrações dos mandamentos da Igreja, etc., aparecem confessadas ou denunciadas várias feições da sociabilidade baiana.

Citam-se livros proibidos, como a bíblia em linguagem vernácula, referida, nunca vista, pois provavelmente não existia; a *Eufrosina*, a *Diana*, as *Metamorfoses* de Ovídio. O nome de Lessuarte lembra Lisuarte, protagonista do *Amadis de Gaula*.

Aos leigos podem afigurar-se de pequena monta certas blasfêmias e heresias aduzidas: os conhecedores julgariam de outro modo. João Fernandes clérigo de missa e vigário de Taçuapina, denunciou que João Bautista, cristão-novo, pesando um pouco de especiaria, ao freguês, que lhe reprochava não estar justo o peso, respondeu: justo só Deus! E diante do enleio de visitador explicou o reverendo denunciante se escandalizara por que a Virgem Maria é justa, São João Batista é justo e a Igreja tem o velho Simeão como *vir justus et timoratus*.

Destoam como exceção as palavras de Lázaro Aranha, lavrador em Capanemo, junto ao Paraguaçu, mamaluco, de quarenta e cinco anos: imortal, dizia, só carvão metido na terra; Mafoma era um dos deuses do mundo, ouviu-lhe um denunciante.

Comparando as confissões agora impressas com as denúncias que o serão depois, têm-se às vezes idéias de corrida de aposta: o pecador confessa-se a toda pressa para aproveitar os dias de graça; o zelota vai com o mesmo ímpeto denunciar para não ser cúmplice, para aparentar devoção e fervor.

Um caso ilustrará isto.

A 19 de agosto de 91 Ambrósio Peixoto de Carvalho, doutor em leis, desembargador, provedor de defuntos e ausentes, disse em discussão com Antônio Soares Reimão que as contas deste estavam erradas e disto não o dissuadiria nem S. João Evangelista, infra 53. Passada a excitação tratou no dia seguinte de confessar-se. Fez bem em não remanchar. A 21 Antônio Soares ia denunciá-lo como blasfemo.

A excomunhão incorrida por quem vendesse armas aos infieis, aos pecados cometidos por quem comia carne em dias de preceito

devemos informes relacionados mais ou menos com o devassamento dos sertões. Deles constam entradas compostas de centenas de pessoas às vezes. Alguns dos sertanistas compraziam-se na vida solta das tabas, e no meio do mulherame farto e fácil ficaram anos e anos.

Certas entradas e certos nomes já conhecíamos desde a divulgação da história de frei Vicente.

De bom grado trocaríamos os pormenores meramente biográficos dos sertanistas adiante apontados por um pouco mais de precisão quanto à geografia.

As entradas para o sertão partiram de Pernambuco ou da Bahia, motivadas sempre pela gana de caçar índios e reduzi-los ao cativo; as primeiras procuravam a margem esquerda, as últimas a margem direita do São Francisco, limite comum.

Ao Norte da baía de Todos os Santos, desde o rio Real, abundante de pau-brasil, até o São Francisco, confederaram-se tupinambás e franceses logo depois de descoberto o Brasil e opuseram aos portugueses resistência formidável.

Segundo um documento publicado por Felisbello Freire, *Hist. de Sergipe*, 418, ainda depois de fundada a cidade do Salvador – franceses e tupinambás reunidos pensaram em destruí-la.

Em 1587 escrevia Gabriel Soares, *Roteiro*, 342, a respeito dos franceses que “*muitos se amancebaram na terra, onde morreram, sem se quererem tornar para França, e viveram como gentios com muitas mulheres, dos quais e dos que vinham todos os anos à Bahia e ao rio de Sergipe em naus da França se inçou a terra de mamelucos que nasceram, viveram e morreram como gentios; dos quais há hoje muitos seus descendentes, que são louros, alvos e sardos, e havidos por índios tupinambás e são mais bárbaros que eles*”.

As terras conhecidas depois pelo nome de Sergipe, que ainda conservam, constituindo um estado da federação, só foram incorporadas ao domínio português no governo interino que regeu a colônia antes da chegada de D. Francisco de Sousa com o Visitador apostólico.

Portanto, Frios grandes, Palmeiras compridas, Sertão dos ninhos das garças e outras localidades vagamente nomeadas nas confissões seguintes, devem procurar-se aquém do Real, entre este e o Paraguaçu.

Nesta zona assim reduzida os sertanistas familiarizaram-se com as catingas e entabularam relações pacíficas com os tapuias, que a Cardoso de Barros serviram na guerra de Sergipe. Nos tapuias depositava grandes esperanças quanto às minas de salitre o regimento passado ao governador Francisco Giraldes em 1588.¹⁷

Orobó ou Arabó com suas cercanias, qual oficina *gentium*, forneceu quantidade extraordinária de escravos da língua geral. “*Há seis anos que um homem honrado desta cidade e de boa consciência e oficial da Câmara que então era, disse que eram descidas do sertão do Arobó naqueles dois anos atrás, vinte mil almas por conta*”, lê-se na *R. Trim.*, 57^o, 242, documento de 1585.

Quebrada a barreira do rio Real, a população de procedência baiana atirou-se pela costa afora até as divisas da antiga capitania de Francisco Pereira Coutinho. Viagens entre Bahia e Pernambuco beirando o mar tornaram-se freqüentes. Na falta de pontes ou canoas aproveitavam-se os vaus. Às vezes bastava esperar pela maré.

Do baixo S. Francisco foi sendo logo ocupado o lado direito, quase todo favorável à criação de gado *vacum*, semovente e por isso o único produto apropriado à distância. À medida que o gado medrava e progredia a penetração e crescia o afastamento do mar, impunha-se a necessidade de caminhos de vazio, caminhos mais diretos, ao que nas redes ferroviárias um notável engenheiro nosso compatriota, C. Morsing, chamava a procura das hipotenusas. Basta recordar o que antes de concluído o século XVII atravessava as freguesias de Tapicuru, Lagarto, Itabaiana, Geremoabo, e comunicava os aldeamentos de Socorro, Canabrava, Saco dos Morcegos, etc.¹⁸

E a margem pernambucana?

O rio de São Francisco fascinou a Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, que para devassá-lo e arrancar-lhe as riquezas apregoadas apenas esperava a hora de Deus, segundo sua grave expressão. Os sucessores por ali andaram e guerrearam. De várias entradas por suas ribeiras temos notícia. De algumas sabemos que, deixando parte da gente com as embarcações abaixo das cachoeiras, seguiam por terra a

17 *Rev. Trim.*, 67^o, I, 225.

18 Inv. dos documentos, etc. 25, sep. dos *An. da Bib. Nac.*, 31^o.

seu destino. Isto mesmo fez Cristóvão da Rocha, doador dos terrenos onde se fundou Penedo, que alcançou a serra de Rari ou Laripe, fonética, porém não geograficamente, idêntica à serra do Araripe no Ceará.¹⁹

Tão belos princípios não foram por diante. Depois os pernambucanos amarraram-se ao baixo São Francisco. Aonde fenecia a navegação estacaram, pouco avançando para as terras do Norte ou Oeste. Além a inútil ou pelo menos infecunda Casa da Torre, Domingos Afonso Certão e outros muitos, vindos da Bahia ou para lá se norteando, puderam exercitar sua bulimia territorial na margem esquerda do rio e nos seus sertões, com o apoio do governo de Olinda e a indiferença de seus jurisdicionados.

A transgressão da gente baiana explica-se pela dificuldade de expandir-se para Este do rio, rompendo a serra do Espinhaço, vencendo as matas começadas à beira-mar, árdua tarefa legada ao século XIX.

Para os ribeirinhos baianos as cachoeiras e o sumidouro de Paulo Afonso, o *nec plus ultra* para Pernambuco, perdiam a importância. Não tratavam de navegar o rio, mas de atravessá-lo, mero exercício de natação, encanto do sertanejo. Os gados também aprenderam em sua escola. Na passagem de alguns rios, escrevia Antonil-Andreoni, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às reses o vão por onde hão de passar.

Desde o rio Grande, o rio Grande do sul, como se chamava antes da capitania de São Pedro avocar-lhe o nome; desde o rio Grande do sul até as cachoeiras, a divisora das águas com o Parnaíba aproxima-se do São Francisco, permitindo-lhe apenas rios insignificantes, válidos só enquanto duram as chuvas. Da vila de Penedo até a barra do rio Grande, em cujo intervalo os viajantes contam acima de cem léguas, não sai para o São Francisco um só regato no tempo da seca, – conclui Aires do Casal.

19 Em A-rari-pe *pe* é uma posposição, *a* é protético, empregado pelos portugueses para conservarem o som brando da consoante, único existente na língua geral. O mesmo som brando remedava-se com *l* inicial que não existia em tupi, “*sem r (forte) isto é sem rei, sem l, isto é sem lei, sem f, isto é sem fé*”, rezava o rifão, talvez inspirado por Gândavo. No sertão baiano, perto de Orobó, havia também uma serra do Rari, donde o jesuíta Diogo Nunes foi descer gentes antes de 1585, *Rev. Trim.*, 57^o, I, 242.

Por um dos rios, o Pontal²⁰ ou outro vizinho, deu-se a penetração na bacia contravertente do alto Parnaíba. Os gados centuplicaram maravilhosamente na pastaria parnaibana.

Para o sul, quando a divisora se afasta do São Francisco, inundaram as ribeiras dos rios Grande e Carinhanha, chegando quase às fronteiras de Goiás, aonde logo apareceram com os descobertos do Anhangüera. Para o norte misturaram-se com os gados do Piauí e Maranhão e os que do litoral do Ceará, Rio Grande e Paraíba demandavam o alto sertão. *“De algumas partes gastam-se dois anos para conduzirem boiadas às praças da Bahia e Pernambuco, por ser necessário refazê-las no caminho um ano”*, escrevia-se no começo do século XVIII.

Em suma ao findar o século XVII bem diversas apareciam, acima e abaixo das cachoeiras, as margens baiana e pernambucana do São Francisco, já demarcadas e repartidas desde beira-mar ao arraial de Matias Cardoso.

Pela direita, acima das cachoeiras, à medida que se encaminhava para o sul surgia a serra do Espinhaço, restringia-se a área desbravada, escasseavam os moradores, a importância da região provinha sobretudo do trânsito e das invernações dos gados tangidos para a marinha. Com o impulso da mineração, ligou-se a bacia do São Francisco à do alto rio de Contas e esta pela serra do Cincorá e rio Una ao Paraguaçu, caminho de Cachoeira. Abriu-se apenas um corredor, como o prova o relatório de Miguel Pereira da Costa; alargá-lo demandou muito tempo e muito esforço do século seguinte.²¹

À esquerda o território, pernambucano por força de lei, dilatava-se até o divórcio das águas do Tocantins; nele multiplicavam-se currais e mais currais; tentava-se mesmo com proveito a indústria de extrair sal, que permaneceu enquanto o permitiu a concorrência do vapor; a maior desvantagem, o segregamento do povoado, ia diminuir com o jorro de aventureiros golfados pela fascinação dos descobertos auríferos.

O nome de Matias Cardoso lembra a intervenção dos paulistas na história da Bahia e outras capitânias remotas. Em 1658, a pedido da autoridade baiana, partiu de Piratininga, às ordens de Domingos

20 *Rev. Trim.*, 62^o, I, 81.

21 *Rev. Trim.*, 5^o, 37 e seg.

Barbosa Calheiros, uma pequena leva destinada a dar guerra aos tapuias irrepugnáveis. Com o mesmo fim em 1671 o governador-geral e a câmara do Salvador remeteram mil cruzados por intermédio da de São Paulo a Estêvão Ribeiro Baião Parente e Brás Rodrigues Arzão, que nos anos seguintes desempenharam galhardamente a empreitada. Tanto aquela como esta expedição serviram-se da via marítima, a mais breve e conveniente, assegurava Estêvão Ribeiro.

Entretanto, iam sendo melhor conhecidos os sertões do rio das Velhas e do alto S. Francisco; verificava-se a existência de centenas e milhares de quilômetros francamente navegáveis no rio formado pela confluência de ambos; apurou-se a existência em suas cercanias de madeiras próprias às construções navais; umas cem famílias paulistas, algumas de grossos cabedais, ali se estabeleceram. A segunda geração de conquistadores, João Amaro, Matias Cardoso, Domingos Jorge, não quis mais saber do mar; atiraram-se todos à navegação sertaneja. Comparem-se seus feitos com os dos que os precederam e ver-se-á como acertada foi sua preferência: os primeiros pacificaram apenas partes do Paraguaçu e dos Ilhéus, os outros alcançaram ao Piauí e ao Ceará, caminho do Maranhão.

Paulistas mais pacíficos repetiram e amiudaram estas viagens. Quem desce o São Francisco deixa atrás de si as matas mais possantes. Nas das minas faziam-se todas as grandes e boas canoas empregadas entre o rio das Velhas e as cachoeiras; antes de se tirar ouro naqueles distritos construíram-nas os paulistas e por negociação as vinham vender pelo rio abaixo, atesta um contemporâneo.²²

Os caminhos terrestres não perderam com isto sua freguesia. Desde a barra até onde terminam as fazendas, informa o mesmo con-

22 A via fluvial ainda foi seguida algum tempo depois dos descobertos. *“Todos aqueles que não têm domicílio ou razão particular para descerem das minas para S. Paulo ou Rio de Janeiro se retiram delas pelo rio de S. Francisco embarcados na forma sobredita, por que além da brevidade e suavidade da viagem a fazem com muito pouco custo, por que evitam com prar cavalos pelo excessivo preço que valem nas ditas minas e acabada sua viagem vendem as canoas no porto a que chegam por dobrado valor do que lhe tem custado nas minas.”* Estas e outras informações procedem de um manuscrito anônimo e sem título, anterior à guerra dos Emboabas, cod. 51, VI, 24, fl. 460-467, da biblioteca da Ajuda. Em 1748 o primeiro bispo de Mariana foi embarcado desde o Preto, afluente do Grande, até o rio das Velhas. Com a falha de quinze dias para crismar, venceu em quarenta e cinco dias mais de duzentas léguas de distância, navegando contra a corrente do rio. *Rev. do Arq. Min.*, 6^o, 293-296.

temporâneo, o S. Francisco não tem parte despovoada ou deserta em que os viandantes tenham de dormir ou albergar no campo, querendo recolher-se nas casas dos vaqueiros, como ordinariamente fazem pelo bom acolhimento que nelas acham.

Abaixo das cachoeiras não era menor o contraste das duas margens.

Na Bahia, apenas transposta a barra, desenrola-se largo terreno afeiçoado principalmente ao pastoreio. Por toda a parte viam-se boiadas, apareciam veredas, facilitavam-se as comunicações, fundindo as trilhas vicinais em caminhos maiores.

Em Pernambuco quase toda a marinha prestava-se a canaviais e a engenhos. Ora o engenho, dando costas ao sertão, polarizava-se para os mercados onde seus produtos valiam, polarizava-se para a outra banda do Oceano.

No São Francisco pernambucano numerosas serras, matas formando uma cinta quase contínua, como em Ilhéus e Porto Seguro, embora em dimensões muito menores, dificultavam as entradas e tolhiam a expansão pernambucana que pouco se afastou do rio. Os que dele se afastavam, se não utilizavam canoas que os levassem ao Recife, preferiam a praça da Bahia para suas transações.

Coincidência resultante das mesmas causas: tanto na margem pernambucana do baixo São Francisco como na marinha de Ilhéus e Porto Seguro, quase todos os povoados eram aldeamentos de índios catequizados.

Nada prova melhor a fraca penetração dos pernambucanos, quer de beira-mar, quer de beira-rio, do que a resistência secular da negrada de Palmares, de história mais famosa do que conhecida.

O ataque decisivo contra os Palmares veio do interior para a costa. Domingos Jorge Velho, saindo embarcado de São Paulo e descendo o São Francisco, passou ao Piancó, donde chegou a terras piauienses. Destas voltou, contratou a destruição dos quilombos e destruiu-os. Nem assim Pernambuco se aproximou do S. Francisco, desafiada embora no território do atual estado de Alagoas uma grande área. Tampouco desde o rio dos Camarões ou Poti,²³ aonde parece ter sido o maior

23 Pereira da Costa, *Cr. hist. do est. do Piauí*, 6, 20.

centro de suas proezas, Domingos Jorge conseguiu desviar para o litoral pernambucano a exígua corrente maranhense que do Itapicuru tendia a passar ao Parnaíba no lugar de menor distância entre as duas bacias. Com suas entradas só lucrou a Bahia.

Os pernambucanos preferiam outros recessos. Terminada a guerra flamenga, foram procurando as terras ao Norte de Olinda até o Ceará, desanexado afinal do Maranhão, de onde todas as condições geográficas o repeliam. Nos rios, alguns de grande volume durante a invernia, secos ou cortados em poços no verão, no amplo território flagelado de secas com regularidade mais ou menos periódica, balizado pela Borborema, pelos Cariris e rematando na Ibiapaba, se multiplicaram e constituíram um centro de povoamento comparável a S. Paulo ou Bahia. Mesmo daí romperam para o São Francisco: o rio do Pontal, via de penetração para o Piauí, e o riacho de Brígida, via da vazão para o Ceará, ficavam a pouca distância um do outro. Afinal abriu-se a primeira via de vazão genuinamente pernambucana, do Jaguaribe ao Capibaribe.

Não terminou o período colonial sem que o problema do São Francisco chamasse a atenção dos pernambucanos. Azeredo Coutinho, bispo e governador interino de Pernambuco, mandou construir uma estrada entre Olinda e os sertões do grande rio. A obra fez-se, nela trabalharam sobretudo Custódio Moreira dos Santos e José de Barros Falcão de Andrade Cavalcanti.²⁴ Contemporâneos deste caminho são os que romperam as matas de Ilhéus e Porto Seguro, já citados na *Corografia* de Aires do Casal.

A estrada de Azeredo Coutinho veio tarde.

Do que algum tempo foi a capitania general de Pernambuco desagregaram-se Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas. Como castigo pela Confederação do Equador foram desanexadas as fronteiras de Minas e Goiás, e incorporado à Bahia seu território, já baiano aliás pelas gentes que o povoavam.

Contra o que se assentara e se esperava sai este volume da *Série Eduardo Prado* antes da edição fac-símile de Claude d'Abbeville, que se está fazendo em França, e por onde devia começar.

24 *Rev. Trim.*, 46^o, I, 105 e seg.

Foi melhor assim. Eduardo tinha certa predileção pelas coisas inquisitoriais. Os dois livros que planejou, sobre Antônio Vieira e Manuel de Moraes, tratavam de processados do Santo Ofício. Com que prazer leria este! Com que alacridade mandaria copiá-lo se já fosse conhecido!

No prólogo à nova edição de Claude d'Abbeville estão as seguintes linhas que explicam a presente publicação:

“Depois de longo peregrinar, a curiosidade insaciável de Eduardo Prado fixou-se no Brasil. De livros brasileiros ou relativos às coisas brasileiras, os mais raros e os mais preciosos, coligiu grande número. Em investigações da história pátria contava consumir o resto da sua existência. O pouco que deixou feito mostra o muito que poderia fazer. A morte não lhe consentiu ir além.

Amigo carinhoso e discípulo amado, Paulo Prado quer reatar a tradição do seu saudoso tio. De contribuições históricas seria capaz e é possível as apresente, se sua vida laboriosa lhe conceder as ensanchas imprescindíveis. Por ora limita-se a fornecer instrumentos aos desejosos de trabalhar. A Série Eduardo Prado destina-se aos que aspiram conhecer melhor o Brasil.”

A esta nota impressa há dois ou três anos folgo de acrescentar a próxima publicação de seu livro sobre o caminho do mar na antiga capitania de Martim Afonso, que é o símbolo de dois séculos da história paulista.

As cópias publicadas neste volume foram bondosamente lidas pelo digno diretor da Torre do Tombo, Dr. Antônio Baião. Sem a dedicação incansável de Lúcio d'Azevedo não seria possível obtê-las.

Às confissões faltam as frases tabelioas com que começavam e acabavam: a de Frutuoso Alves vai completa para se ver que o que foi cortado não fez falta.

A grafia reproduz a do copista, exceto num ponto: não havia *e, i, u* com til e não se pensou em fundi-los a tempo.

Muitas notas seriam necessárias ao esclarecimento do texto: ficam reservadas para o volume das Denúncias. Nele será amplamente aproveitada a *História dos cristãos-novos portugueses* de Lúcio d'Azevedo, de que a amizade do autor me permitiu a leitura antes de qualquer outro.

O índice alfabético virá no outro volume, para não demorar mais essa demoradíssima impressão.

Monitório do Inquisidor Geral, per que manda a todas as pessoas que souberem doutras, que forem culpados no crime de heresia, e apostasia, o venham denunciar em termo de trinta dias.

Dom Diogo da Silva, per mercê de Deus e da Santa Igreja de Roma, Bispo de Sesta confessor de el-Rei nosso Senhor, e do seu Conselho, Inquisidor-mor, per autoridade apostólica, em estes Reinos, e senhorio: de Portugal, sobre os crimes de heresia, etc.

A todas as pessoas, assi homens, como mulheres, eclesiásticos, clérigos seculares, religiosos e religiosas, de qualquer estado, dignidade, proeminência e condição que sejam, isentos, e isentas, não isentos, e não isentas; vizinhos e moradores, estantes nesta Cidade de Évora, e seus termos, a todos em geral, e a cada um em especial, saúde em nosso Senhor Jesus Cristo, que de todos é verdadeira salvação:

fazemos saber aos que esta nossa carta monitora, e mandatos apostólicos virem, ou ouvirem, e lerem, em qualquer modo que seja, ou dela certa notícia houverem.

Que nós somos informados, per informação de pessoas fidedignas e per fama pública, que nos ditos Reinos, e Senhorios de Portugal, há algumas pessoas assi homens como mulheres, que não temendo o Senhor Deus, nem o grande perigo de suas almas, apartados de nossa Santa Fé Católica, têm dito, feito, cometido, e perpetrado delícias, e crimes de heresia, e apostasia contra a dita nossa Santa Fé Católica, tendo, crendo, guardando, e seguindo a lei de Moisés e seus ritos, preceitos, e cerimônias, e tendo outras opiniões, e erros heréticos;

querendo nós, como por nosso ofício de Inquisidor-mor, somos obrigados, pera glória, honra, e louvor de N. Senhor, e Salvador Jesus Cristo, e exalçamento da Santa Fé Católica, reprimir as ditas heresias, e arrancá-las do povo cristão, pela dita autoridade Apostólica, a nós nesta parte cometida.

Mandamos a vós sobreditas pessoas e a cada uma, em virtude de obediência, e sob pena de excomunhão, e vos requeremos, e amoestamos que dentro de trinta dias primeiros seguintes, os quais vos damos por todas as três canônicas amoestações, repartidamente, e dez dias pela primeira, e dez pela segunda, e outros dez pela terceira e última amoestação, e todos os ditos trinta dias por termo peremptório, que vos damos, e assinamos, pera que dentro do dito termo venhais, e cada um de vós venha per ante nós pessoalmente, a nos dizer, e notificar qualquer pessoa, ou pessoas de qualquer estado, condição, grau, e preeminência, que sejam, ou serão, presentes ou ausentes que nos ditos Reinos, e Senhorios de Portugal, vistes, ou ouvistes, que foram,

ou são hereges, ou herege, difamados, ou difamadas, suspeitos ou suspeitas de heresia, ou que mal sentiram, ou sentem dos Artigos da Santa Fé, ou do Santo Sacramento, ou que se apartaram, ou apartam da vida, e costumes dos fiéis cristãos;

E se viram, ou ouvirem, ou sabem algumas pessoas, que aprovaram, ou aprovam, seguiram ou seguem erros luteranos, que agora em algumas partes há, e se sabeis, vistes, ou ouvistes, que algumas pessoas, ou pessoa dos ditos Reinos, e Senhorios de Portugal, ou estantes em eles, sendo Cristão (seguindo ou aprovando os ritos, e cerimônias judaicas) guardaria, ou guardam os sábados em modo, e forma judaica, não fazendo, nem trabalhando em eles causa alguma, vestindo-se, e ataviando-se de vestido, roupas e jóias de festa, e adereçando-se, e alimpando-se às sextas-feiras ante suas casas, e fazendo de comer às ditas sextas-feiras para o sábado acendendo e mandando acender nas dita sextas-feiras à tarde candeieiros limpos com mechas novas mais cedo que os outros dias, deixando-os assi acesos toda a noite, até que eles per si mesmo se apaguem, tudo por honra, observância, e guarda do sábado.

Item, se degolam a carne, e aves, que hão de comer, à forma e modo judaico, atravessando-lhe a garganta, provando, e tentando primeiro o cutelo na unha do dedo da mão, e cobrindo o sangue com terra por cerimônia judaica.

Item, que não comem toucinho, nem lebre, nem coelho, nem aves afogadas, nem enguia, polvo nem congro, nem arraia, nem pescado, que não tenha escama, nem outras cousas proibidas aos judeus na lei velha.

Item, se sabem, viram, ou ouvirem, que jejuaram, ou jejuam, o jejum maior dos judeus, que cai no mês de setembro, não comendo em todo o dia até noite, que sejam as estrelas, e estando aquele dia do jejum maior, descalças, e comendo aquela noite carne, e tigeladas, pedindo perdão uns aos outros.

Outrossim, se viram, ou ouvirem, ou sabem alguma pessoa, ou pessoas jejuaram, ou jejuam o jejum da Rainha Ester por cerimônia judaica, e outros jejuns que os judeus soíam e costumavam de fazer, assi como os jejuns das segundas e quintas-feiras de cada semana, não comendo todo o dia, até a noite.

Item, se solenizaram, ou solenizam as Páscoas dos judeus, assi como a Páscoa do pão ázimo, e das Cabanas, e a Páscoa do corno, comendo o pão ázimo na dita Páscoa do pão ázimo, em bacias, e escudelas novas, por cerimônia da dita Páscoa, e assi se rezaram, ou rezam, orações judaicas, assi como são os salmos penitenciais, sem Gloria Patri, et Fili, et Spiritu Sancto, e outras orações de judeus, fazendo oração contra a parede, sabadiando, abaixando a cabeça, e alevantando-a, a forma, e modo judaico, tendo, quando assi rezam, os ataphalijs, que são umas correias atadas nos braços, ou postas sobre a cabeça.

Item, se por morte dalguns, ou dalgumas, comeram ou comem em mesas baixas, comendo pescado, ovos, e azeitonas, por amargura, e que estão detrás da porta, por dó, quando algum, ou alguma morre, e que banham os defuntos, e lhes lançam calções de lenço, amortalhando-os com camisa comprida, pondo-lhe em cima uma mortalha dobrada, à maneira de capa, enterrando-as em terra virgem, e em covas muito fundas, chorando-os, com suas literias cantando, como fazem os judeus, e pondo-lhes na boca um grão de aljôfar ou dinheiro d'ouro, ou prata, dizendo que é para pagar a primeira pousada, cortando-lhes as unhas, e guardando-as, derramando e mandando derramar água dos cântaros, e potes, quando algum, ou alguma morre, dizendo, que as almas dos defuntos se vêm aí banhar, ou que o Anjo percuciente, lavou a espada na água.

Item, que lançaram, e lançam às noites de São João Batista, e do Natal, na água dos cântaros e potes, ferros, ou pão, ou vinho, dizendo, que aquelas noites, se torna a água em sangue.

Item, se os pais deitam a bênção aos filhos, pondo-lhe as mãos sobre a cabeça, abaixando-lhe a mão pelo rosto abaixo, sem fazer o sinal-da-cruz, à forma, e modo judaico.

Item, que quando nasceram, ou nascem seus filhos se os circuncidam, e lhe puseram, ou põem secretamente nomes de judeus.

Item, se depois que batizaram, ou batizam seus filhos, lhe raparam ou rapam o óleo, e a crisma, que lhes puseram, quando os batizaram.

Item, se algumas pessoas, ou pessoa nos ditos Reinos, e Senhorias de Portugal, sendo batizados, e tornados cristãos, tiveram ou têm e razão ou crê, seguiram ou seguem a seita de Mafamede, fizeram ou fazem ritos, preceitos e cerimônias maométicas, jejuando o jejum de Rabadã, ou Ramedã, não comendo em todo dia, até noite saída a estreita, banhando todo o corpo, e lavando o rosto, e os ouvidos, e os pés e as mãos, e os lugares vergonhosos, e fazendo oração, estando descalços, rezando orações de mouros, guardando as sextas-feiras, das quintas-feiras à tarde por diante, vestindo-se, e ataviando-se nas ditas sextas-feiras, de roupas limpas, e jóias de festa, não comendo toucinho, nem bebendo vinho, por rito, e cerimônia maométicas, por guarda, e observando da dita festa: fizeram, ou fazem outros ritos, e cerimônias, assi da lei dos judeus, como da dita seita de Mafamede.

Item, outrossim, se sabeis, vistes ou ouvistes que algumas pessoas, ou pessoa, tenham ou hajam tido alguma opinião herética, dizendo, e aí firmando, que não há aí paraíso nem glória, para os bons, nem inferno, nem penas para os maus, ou que não há aí mais, que nascer, e morrer.

Item, que os sacrificios, e Missas, que fazem na Santa mento do Altar, e que aquele pão material, ditas as palavras da consagração pelo Sacerdote, se torna em o verdadeiro corpo de Nosso Senhor, e Salvador, Jesus Cristo, e o vinho em seu verdadeiro, e precioso sangue.

Item, que não crêem os Artigos da Santa Fé Católica, e, que negaram, ou negam, alguns, ou algum deles.

Item, que os sacrificios, e Missas, que fazem na Santa Igreja não aproveitam para as almas.

Item, se afirmaram, ou afirmam, que o Santo Padre, e Prelados, não têm poder para ligar; nem absolver, ou que a confissão, se não há de fazer, nem dizer a Sacerdote, mas que cada um se há de confessar em seu coração.

Item, que disseram, ou dizem, que a alma saída de seu corpo, entra em outro, e que assi há de andar, até o Dia de Juízo. E assi se disseram, ou dizem, que o judeu, e mouro, cada um em sua lei se pode salvar também, como o Cristão na sua.

Item, que negaram, ou negam a virgindade, e pureza de Nossa Senhora dizendo, que não foi Virgem antes do parto, no parto, e depois do parto. Ou que Nosso Senhor Jesus Cristo, não é verdadeiro Deus e homem, e o Messias na lei prometido.

Item, se sabeis, vistes, ou ouvistes, que algumas pessoas se casassem duas vezes, sendo o primeiro marido, ou a primeira mulher, vivos, sentindo mal do Sacramento do matrimônio.

Item, se sabeis, vistes ou ouvistes, que algumas pessoas, ou pessoa, fizeram ou fazem certas invocações dos diabos, andando como bruxas de noite em companhia dos demônios, como os maléficos, feiticeiros, malélicas, feiticeiras, costumam fazer, e fazem encomendando-se a Belzebu, e a Satanás, e a Barrabás, e renegando a nossa Santa Fé Católica, oferecendo ao Diabo a alma, ou algum membro, ou membros de seu corpo, e crendo em ele, e adorando-o, e chamando-o, para que lhes diga causas que estão por vir, cujo saber, a só Deus todo-poderoso pertence.

Item, se algumas pessoas, ou pessoa, têm livros, e escrituras, para fazer os ditos cercos, e invenções dos diabos, como dito é, ou outros alguns livros, ou livro, reprovados pela Santa Madre Igreja.

Item, se sabeis, vistes, ou ouvistes dizer, que algumas pessoas, ou pessoa, reconciliadas, ou reconciliada pelos ditos crimes de heresia, e apostasia, e cada um

deles, tornaram a reincidir, e errar nos ditos delitos, e crimes de heresia, e cada um deles, como dito é.

Item, se vistes, ou ouvistes que algum judeu de sinal, ou mouro, nesses Reinos, e Senhorios de Portugal procurassem, ou procurem, de induzir, e provocar algum cristão-novo, ou velho, para o tornar ao judaísmo ou seita maomética.

Item, que se alguma pessoa ou pessoas souberem que algumas pessoas ou pessoa nos ditos Reinos, e Senhorios de Portugal, têm alguma Bíblia em linguagem, que não o venham outrossim dizer, e notificar, e os que as tiverem, que não as venham, ou mandem mostrar, para serem vistas, e examinadas per nós, para se ver, se são fiel, e verdadeiramente trasladadas, e como devem.

As quais cousa, e cada uma delas, que assi souberdes de vista, ou de ouvido, como dito é, nos assi vireis pessoalmente, e cada um, e cada uma, virão dizer e notificar, dentro dos trinta dias, e termo peremptório.

E porém, porque os cristãos-novos, que de judeus se tornaram cristãos e os que dele descender per linha de pai, ou mãe, são perdoados, desde doze dias do mês de outubro, do ano passado, de mil e quinhentos e trinta e cinco anos, para cá, de todos os crimes de heresia, e apostasia da Fé, de qualquer qualidade, e graveza, que sejam, que até o dito dia, de doze de outubro do dito ano passado, cometeram: declaramos per essa nossa carta, e dizemos, que dos ditos crimes, e delitos de heresia, e apostasia, que até o dito dia cometeram, nos não venhais dizer, nem notificar, posto caso que o saibais, vísseis, ou ouvísseis, e somente dos ditos novos cristãos, que de judeus se tornaram cristãos, e de seus descendentes per linha paterno, ou materna. E nos vireis dizer e notificar pessoalmente, os ditos crimes, ritos e cerimônias judaicas acima ditas, expressas e declaradas, que lhes vistes ou ouvistes fazer, desde o dito dia de doze de outubro do dito ano passado, a esta parte.

E passado o dito tempo e não o fazendo vós e cada um assi e não vindo pessoalmente nos dizer, descobrir e notificar as sobreditas causas e cada uma delas como sois obrigados, e cada um e cada ou obrigado ou obrigada, pomos em estes presentes escritos em vós e cada um de vós sentença de excomunhão maior, cuja absolvição pera nos reservamos, cujos nomes, e cognomes, estados, dignidades, graus, preeminência, aqui havemos ex nunc prout extunc, et extunc prout ex nunc, por referidos e cada um, e cada uma, por requerido, e requerida, para os mais procedimentos, que contra vós, e cada um entendemos fazer, se necessária for per nós, e nossos deputados conselheiros, usando de nosso ofício de Inquisidor-mor segundo forma de Bula da Santa Inquisição, guardando a cada um, e a cada uma sua justiça, como nos parecer que é direito. E porque as sobreditas causas venham à notícia de

todos, e de cada um, a que toquem ou tocar possam, e dela não possam pretender, nem alegar ignorância, mandemos passar a presente carta, para ser lida, e publicada neste lugar, e em todas as igrejas desta Cidade, e seus termos, em modo, que a todos, e a todas seja notório, e manifesto, o que dito é. Impressor del Rei. Ano MDCXXXIV.)

Dada na cidade de Évora, sob nosso sinal, e selo, aos dezoito dias do mês de novembro. Diogo Travassos Notário, e escrivão da Santa Inquisição, a fez. Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quinhentos e trinta, e seis anos.

A qual carta acima, e atrás escrita foi publicada per mim Diogo Travassos Notário, logo o domingo seguinte, que foram dezenove dias do dito mês, do dito ano, estando presentes, o Reverendíssimo Senhor, o Senhor Cardeal Infante de Portugal, e o Reverendo Senhor Inquisidor-mor, e seus deputados conselheiros da Santa Inquisição, e outros muitos senhores do povo.

(Coletório das Bulas, e Breves Apostólicos, Cartas, Alvarás & Provisões Reais que contêm a instituição e progresso do Santo Ofício em Portugal, vários Indultos e Privilégios, que os Sumos Pontífices e Reis destes Reinos lhe concederam. Impresso per mandado do Ilustríssimo e Rev^{mo} Senhor Bispo Dom Francisco de Castro, Inquisidor-Geral do Conselho de Estado de Sua Majestade. Em Lisboa no Estado por Lourenço Craesbeeck, Impressor del Rei. Ano MCXXXIV.)

As seguintes determinações encontradas no 1º volume das Denúncias têm cabida depois do monitório:

“– Seguem-se algumas Determinações q. se assentaram nesta mesa alguns casos q. nela se trataram.”

Tratando-se nesta Mesa se incorriam na Excomunhão da Bula da Ceia os que dão Armas a Estes gentios Brasis deste Brasil que têm guerra com os brancos e com os índios Xpãos. Assentou-se que não se compreendem na dita Bula estes gentios, porquanto não são inimigos do nome de Xpo como são os turcos & mouros etc. E não faz guerra aos Xpão por respeito de serem Xpãos em ódio do nome Xpão senão por outros Respeitos, diferentes na Bahia, 29 de julho de 1593. – O Bispo – Heitor Furtado de Mendoza. – Fernão Cardim. – Leonardo Armínio. – Marcos da Costa. – fr. Mâncio da † – fr. Damião Cordeiro.

– Tratando-se nesta Mesa se se devia proceder como contra suspeitos na fé, contra os que se deixam andar excomungados mais de um ano sem pedir o benefício da

Absolvição não sendo declarados nominatim por excomungados. Assentou-se que neste caso quando não são declarados nominatim, não se deve proceder contra eles como suspeitos, por que o Sagrado Concílio Tridentino sessione, 25, de reformatione c. 3 in fine, que diz que se possa proceder contra os persistentes na excomunhão um ano, como suspeitos de heresia, entende-se sendo os excomungados, declarados por tais nominatim. Como também o determinou o Sereníssimo infante Cardeal Dom Henrique na Extravagante 18. Junta as suas Constituições. Na Bahia, 31 de julho de 1593. – O Bispo – Heitor Furtado de Mendonça. – Fernão Cardim. – Leonardo Armínio – Marcos da Costa. – fr. Mâncio da Cruz. – Ir. Damião Cordeiro.

Depois de nesta Mesa serem sentenciados alguns homens de culpas cometidas no Sertão. Aos quais (por se lhes tirar a ocasião de tornar a cometer tais culpas) foi mandado em suas Sentenças que não tornem mais ao Sertão. Se assentou nela que somente quando os governadores gerais deste Estado mandassem ao Sertão destruir alguma Abusão da chamada Santidade, ou da, algum socorro de guerra, ou descobrir minas de metais, salitre, e enxofre, poderão ir os tais condenados com licença desta Mesa, ou (em sua ausência) do Sr. Bispo deste Estado. Na Bahia, a 2 de agosto de 1593 – O Bispo, Heitor Furtado de Mendonça.– Fernão Cardim. – Leonardo Armínio. – Marcos da Costa. – fr. Mâncio da Cruz. – fr. Damião Cordeiro.

.....

*Introdução ao Tratado da Terra do Brasil e à História da Província Santa Cruz**

PERO DE MAGALHÃES GÂNDAVO, natural de Braga, descendia de flamengos, como seu nome indica: Gândavo corresponde a Gantois, morador ou filho de Grand. Residiu algum tempo no Brasil. Foi insigne humanista e excelente latino, de cuja língua abriu escola pública entre Douro e Minho, onde foi casado, assegura Barbosa Machado. E se acrescentarmos que Luís de Camões o teve por amigo, teremos esgotado sua breve biografia.

No Reino continuou a lembrar-se da colônia, escrevendo um *Tratado da terra do Brasil*, no qual se contém informação das coisas que há nestas partes, e uma *História da Província de Sta. Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Esta, impressa em 1576, foi traduzida a francês pelo benemérito Ternaux-Compans em 1837, reimpressa duas vezes há quase cinquenta anos, avulsa em Lisboa, e na *Revista do Instituto Histórico*. O *Tratado* só apareceu em 1826 no quarto volume da “Colecção de notícias para a história e geografia nas nações ultramarinas que vivem nos domínios

* Introdução ao *Tratado da Terra do Brasil e à História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, por Pero de Magalhães Gândavo, edição do Anuário do Brasil, 1924.

portugueses ou lhe são vizinhas”, publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa: nunca mais se reeditou.

O *Tratado* foi escrito em primeiro lugar, antes de 1573, pois não se refere à divisão do Brasil em dois governos, de que já fala na *História*. Assim, sua estada em nossa terra deve ter coincidido com o governo de Mem de Sá (1558-1572).

Em que ponto residiu, nem dizem claramente seus livros, nem consta de documento extrínseco. Atendendo às minuciosidades da descrição da Bahia e dos Ilhéus, pode-se afirmar seu conhecimento direto das duas capitânicas: é possível mesmo que estivesse em S. Vicente, de cujas barras dá idéia tão precisa, e em outras capitânicas intermédias. Em Pernambuco, certamente, não pisou.

Conquanto chame história ao trabalho publicado em vida, o nome assenta-lhe mal. Diz rapidamente o descobrimento da terra, dá o nome dos primeiros donatários ou dos donatários vivos, fala em Tomé de Sousa a propósito da fundação da cidade do Salvador, de Fernão de Sá a propósito da guerra do Espírito Santo em que morreu; de Mem de Sá quando conquistou o Rio, não podia dizer menos. As primeiras explorações da costa, as feitorias, sedes do primitivo escambo, a tomada de posse às polegadas do território concedido às léguas, na expressão frisante de Rocha Pita, deixaram-no frio. Sua história é antes natural que civil; o mesmo se pode afirmar do *Tratado*.

Explica-se isto tanto pela insignificância do que era então o Brasil, como pelo fim visado pelo autor. Mais de uma vez repete que seu projeto se reduz a mostrar as riquezas da terra, os recursos naturais e sociais nela existentes, para excitar as pessoas pobres a virem povoá-la; seus livros são uma propaganda de imigração.

Na História dá uma descrição geral do país, e depois em ambos os livros percorre as povoações litorâneas: conquanto ligeiras, as notícias em geral são excelentes, e revelam instinto geográfico. Nomeia as árvores, destacando as frutas; enumera os peixes mais dignos de nota; trata dos diversos animais, salientando as caças; encarece as belezas do céu, as excelências do clima, as minas que hão de vir à luz, o âmbar que o mar vomita; não esquece os índios, a cujo respeito dá mais de uma formação de grande valor.

Sua inspiração é principalmente utilitária, mas a cada instante o autor se distrai e mostra as faces de seu espírito: é um espírito indagador, curioso, convicto de que sob a aparência das coisas se escondem mistérios, uma vez indicando-os apenas, outras vezes revelando-os.

Diz das bananas: *“Estas pequenas têm dentro em si uma cousa estranha, a qual é que quando as cortam pelo meio com uma faca ou por qualquer parte que seja, acha-se nelas um sinal à maneira de Crucifixo, e assim totalmente o parecem.”* (Tratado, pág. 47.)

Diz a sensitiva: *“Esta planta deve ter alguma virtude mui grande a nós encoberta, cujo efeito não será pela ventura de menos admiração, porque sabemos de todas as ervas que Deus criou ter cada uma particular virtude com que fizessem diversas operações naquelas cousas para cuja utilidade foram criadas: e quanto mais esta a que a natureza nisto tanto quis assinalar, dando-lhe um tão estranho ser e diferente de todas as outras.”* (História, pág. 101.)

Do descobrimento do Brasil diz: *“O que não parece carecer de mistério, porque assim como nestes reinos de Portugal trazem a cruz no peito por insígnia da ordem e cavalaria de Cristo, assim prouve a ele que essa terra se descobrisse a tempo que o tal nome [de Santa Cruz] lhe pudesse ser dado neste santo dia [3 de maio], pois havia de ser possuída de portugueses e ficar por herança de patrimônio ao mestrado da mesma ordem do Cristo.”* (História, pág. 79.)

Outras vezes Gândavo encontra e vai logo expondo a explicação do fato.

Diz do pau-brasil: *“O qual pau se mostra claro ser produzido da quentura do sol, e criado com a influência de seus raios, porque não se acha senão debaixo da tórrida zona, e assim quanto mais perto está da linha equinocial, tanto é mais fino, e de melhor tinta. E esta é a causa porque o não há na capitania de S. Vicente nem daí para o Sul.”* (História, pág. 99.)

Diz da capivara: *“As quais, como corram pouco por causa de terem os pés compridos e as mãos curtas, proveu a natureza de maneira que pudessem conservar a vida debaixo da mesma água, aonde logo se lançam de mergulho, tanto que vem gente ou qualquer outra cousa de que se temam.”* (História, pág. 103.)

Assim constituído, Gândavo não podia deixar de ser convicto teleologista. Dois exemplos o provarão.

Depois de combater os que consideravam o âmbar, quer como secreção, quer como excreção da baleia, porque se assim fosse

haveria sempre âmbar onde repuxasse o mamífero colossal, e tal não sucede, acrescenta: *“Finalmente, que como Deus tenha de muito longe esta terra dedicada à Cristandade, e o interesse seja o que mais leva os homens traz si que outra nenhuma cousa que haja na vida, parece manifesto querer intertê-las na terra com esta riqueza do mar, até chegarem a descobrir aquelas grandes minas que a mesma terra promete, para que assim desta maneira tragam ainda toda aquela cega e bárbara gente que habita nestas partes, ao lume e conhecimento da nossa santa fé católica, que será descobrir-lhe outras maiores no Céu, o qual Nosso Senhor permuta que assim seja para glória sua e salvação de tantas almas.”* (História, págs. 119-120.)

Finalmente, falando dos índios diz: *“E assim como são muitos, permitiu Deus que fossem contrários uns dos outros, e que houvesse entre eles grandes ódios e discórdias porque se assim não fosse os portugueses não poderiam viver na Terra, nem seria possível conquistar tamanho poder de gente.”* (Tratado, pág. 48.)

Sua profissão de fé resume Gândavo a propósito de um monstro marinho encontrado em S. Vicente, de que apresenta o retrato: *“Tudo se pode crer, por difícil que pareça, porque os segredos da natureza não foram revelados todos ao homem para que com razão possa negar e ter por impossível as causas que não viu; nem de que nunca teve notícia.”* (História, pág. 123.)

Este homem teleológico amante do mistério, não é ainda todo o Gândavo: há nele um bom observador das coisas sociais, e quem estiver a par dos estudos feitos sobre as primitivas fases econômicas, a economia caseira de Buecher, o meneio singular de Sembart, em uma palavra a economia natural, encontrará elementos muito indistintivos.

Uma importante contribuição encontramos para a psicologia do povo brasileiro. Os primeiros viajantes que viram nossas plagas ficaram enlevados de suas belezas: – se houver paraíso na Terra, não deve ficar longe – afirmou Vespúcio. Tal sentimento não podiam aninhar os primeiros habitantes, no meio de todas as provações o contrariedades em que se agitavam. Como se deu a conciliação entre o homem e a terra, e se transformou em entusiasmo? Quem primeiro se sentiu bem no novo meio?

Responde Gândavo no seu *Tratado*:

*“Este vento da terra é mui perigoso e doentio; e se acerta de permanecer alguns dias, morre muita gente assim portugueses como índios da terra, mas quer Nosso Senhor que aconteça isto poucas vezes; e tirado este mal, é esta terra mui salu-
tífera e de bons ares, onde as pessoas se acham bem dispostas e vivem muitos anos, principalmente os velhos têm melhor disposição e parece que tornam a renovar, e por isso alguns se não querem tomar às suas pátrias, temendo que nelas se lhes ofereça a morte mais cedo.”* (Pág. 42.)

Assim os temores da velhice precederam aos ardores da mo-
cidade.

.....

*Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil**
(*Denúncias da Bahia*)

O

ZELO do Santo Ofício pela pureza de sangue de seus súditos estendia-se com maior rigor aos que por qualquer título pertenciam ao tribunal. Sobre Heitor Furtado de Mendonça quatro testemunhas inquiriram-se antes de escolhido para visitar o Brasil; uma durante a visitação; várias em Lisboa, Montemor-o-velho, quando, já terminada, voltou ao reino em 1596: ao todo dezesseis. Ficamos assim sobejamente esclarecidos quanto à sua ascendência, graças aos autos de habilitação recém-descobertos.

Amador Colaço, seu pai, originário de Montemor-o-velho, era filho natural de Antônio Colaço, de família alcunhada Bagageu, e de Brites Gonçalves, de alcunha *Beleguina*, por contar um oficial de justiça na parentela. O pai deixou grávida a amante, emigrou para São Tomé, lá adquiriu um engenho que legou a Amador. Brites dotou o filho de meios-irmãos uterinos.

Amador saiu de Montemor-o-velho, sua terra, para Coimbra esteve algum tempo a serviço do bispo D. João Soares, transferiu-se

* Prefácio à *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Denúncias da Bahia (1591-1593)* – edição da *Série Eduardo Prado*, 1925.

depois a Lisboa, talvez chamado pelo pai, vindo do ultramar, casou-se em 1543, segundo jurou uma testemunha. Pela data do casamento pode ter nascido no fim do reinado de D. Manuel ou no começo do de D. João III.

Em Lisboa, Amador esposou Leonarda Lampreia de Mendonça, dos Arrais do Algarve, gente nobre, filha de Heitor Lampreia, que lhe deu em dote os ofícios de escrivão de agravos da relação, meirinho dos degredados, solicitador de justiça. Do consórcio nasceram duas filhas, uma das quais se conservou solteira, e o futuro visitador. Enviuvando na grande peste que em 1568-1569 assolou o reinado de D. Sebastião, Leonarda casou novamente com Brás da Costa, que exerceu os ofícios de propriedade da mulher, precedeu-a no túmulo e não deixou prole.

O filho de Leonarda tomou o sobrenome materno e do avô o nome de batismo. Nasceu entre 1543, ano do casamento dos pais, e 1568-69 data da viuvez. A última data é improvável: em tão verde idade ninguém se lembraria dele para desembargador e deputado do Santo Ofício. Por outro lado a visitação do Brasil, – com a viagem demorada e perigosa, os descômodos, a pobreza e a falta de recursos da colônia incipiente, pedia vigor mais que o de um quinquagenário. Se lhe dermos entre trinta e quarenta anos antes da sua vinda, não estaremos muito arredados da verdade. Depois do lustro laborioso passado neste lado do Atlântico, o visitador ainda aparece trabalhando em 1599 na Inquisição de Lisboa.

De sua biografia antes da visitação apenas sabemos que chegou a licenciado, talvez *in utroque jure*, era desembargador real, capelão fidalgo d'el-rei, deputado do Santo Ofício; na patente de visitador o cardeal Alberto afirma as suas letras e sã consciência.

Parte de sua atividade na Bahia, Pernambuco, Tamaracá e Paraíba, consta de nove volumes perdidos na Torre do Tombo, donde aos poucos os tem trazido à luz seu digno diretor Antônio Baião. Ele próprio fez na *Revista de História* de 1912 o sumário dos dois livros das *Ratificações*. Já foi impresso nesta série, em 1922, o primeiro das *Confissões*; são-no agora o primeiro e parte do terceiro das *Denúncias*, relativos todos três principalmente à Bahia. O quarto das *Denúncias* relativo a Pernambuco, a parte do terceiro relativa a Tamaracá e Paraíba foram ou estão sendo copiados. Ainda não é conhecido o paradeiro do segundo

das *Denúncias* relativo ao recôncavo da Bahia, do segundo e terceiro das *Confissões*, naturalmente ocupados por Pernambuco e capitánias contígvas.

Mesmo se tudo estiver intacto e vier à luz, não bastará para formarmos idéia cabal da operosidade do visitador e colhermos as particularidades de sua visita. Além das confissões, denúncias e ratificações, houve processos; destes nada surgiu até agora, além de duas ou três notícias cegas, como as de Fernão Cabral; houve autos públicos, acenderam-se fogueiras, pelo menos a de Ana Roiz de Matoim, como consta da visitação de Marcos Teixeira em 1618.

Graças ao achado recente das *Denúncias* de Pernambuco pode se estabelecer uma cronologia da visitação mais exata que a do volume precedente.

26 de março de 1591 – Nomeação do licenciado Heitor Furtado de Mendonça (no volume anterior saiu por engano 2 de março).

9 de junho – Chegada à Bahia em companhia de D. Francisco de Sousa, Governador-Geral.

28 de julho – Publicação solene da patente de visitador; concessão de trinta dias de graça ao povo da cidade e de uma légua em redor.

11 de janeiro de 1592 – Concessão de trinta dias de graça à gente do recôncavo.

2 de setembro de 1593 – Partida da Bahia para Pernambuco.

21 de setembro – Chegada ao Recife.

24 de setembro – O visitador e seus oficiais partem do Recife num bergantim, aportam no Varadouro e desembarcam em Olinda.

24 de outubro – Instalação solene da Inquisição em Olinda; concessão de trinta dias de graça às freguesias do Salvador, de S. Pedro Mártir, Corpo Santo, N. S^{ra} do Rosário da várzea do Capibaribe.

8 de fevereiro de 1594 – Fim dos trinta dias de graça concedidos às freguesias dos S. S. Cosme e Damião do Guaraçu, de São Lourenço, Santo Antônio do Cabo e S. Miguel de Pujuca.

21 de dezembro – Terminam os doze dias de graça concedidos a Tamaracá.

24 de janeiro de 1595 – Fim dos dias de graça concedidos à freguesia de N. S^{ra} das Neves da Paraíba.

1 de fevereiro – Chegada do visitador a Olinda de volta da Paraíba. Em começos de 1596, Heitor de Mendonça dera por terminada a visitação e estava no reino.

O volume primeiro das *Denúncias* e a parte do terceiro adiante impressos referem-se quase exclusivamente à cidade do Salvador: ainda não há notícia do segundo reservado ao recôncavo. Esperemos apareça: o recôncavo com três quartos da população, com larga área ocupada à beira-mar e para o interior, com culturas várias, representava a parte vivaz, a gema da capitania.

A cidade do Salvador era órgão oficial, meio artificial, imposto a Tomé de Sousa pela força das circunstâncias para centro administrativo.

Nela residia o governador-geral que mandava as forças militares de sua guarda, as companhias de mosqueteiros e arcabuzeiros da guarnição, os fortes e redutos, mesquinhos porém numerosos, disseminados pela ampla baía, porque a largura da barra se opunha à construção de uma fortaleza suficiente para defender-lhe a entrada. Tocava-lhe também a administração civil; nominalmente eram-lhe sujeitas as capitânias d’el-rei e as dos senhorios, mas a navegação feita ao sabor dos ventos anulava de fato toda a subordinação.

À frente dos oficiais da fazenda estava o provedor-mor, com escrivão, tesoureiro, contadores, almoxarifes, etc. Dele dependiam os provedores das capitânias.

Oficiais da ribeira eram o guarda-mor, o patrão-mor, alcaides, meirinhos, etc.

Pouco antes da vinda do visitador, Filipe II fundara uma relação para o Brasil. Os desembargadores embarcaram em navios diversos, que nem todas alcançaram seu destino; só mais tarde, no reinado seguinte, se instalou o tribunal; até lá o ouvidor-geral continuou o juiz supremo.

Dos funcionários uns percebiam ordenados certos, – eram os filhos da folha; outros, a grande maioria, subsistiam de custas e emolumentos exíguos. A vida devia ser baratíssima.

Ao lado do governo secular existia o poder eclesiástico, representado pelo bispo, único de Itanhaém a Paraíba, cabido com dignidades, cônegos, meios-cônegos, capelães, cura. Religiões havia a dos jesuítas, a mais antiga e prestigiosa, a de São Bento, a de São Francisco.

Vegetava também a câmara municipal, composta de dois juizes ordinários, quatro vereadores, procurador: almotacéis, designados pelos camaristas, faziam de agentes executivos. As eleições eram anuais, indiretas e complicadas. As câmaras serviam às necessidades da administração superior, que, em vez da massa amorfa, defrontava representantes submissos. Em troca, os camaristas recebiam honras e privilégios. Pertencer aos da governança da terra era título honorífico, invocado mais de uma vez no decurso das páginas seguintes. As câmaras gozavam do direito de petição, podiam decretar posturas e multas, taxar preços de certos gêneros, figurar em certos atos públicos.

Não menos característica que a da administração secular ou eclesiástica, era a presença de mecânicos, alfaiates, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, tanoeiros. Possuíam as ferramentas do ofício, eram pagos do feitio das obras, trabalhavam encomendas para fregueses que forneciam a matéria-prima, é a chamada economia urbana de Buecher. Em geral, o mecânico exercia mais de um ofício: Lino Fernández, por exemplo, era condestável pago pelo governo e sapateiro; da instabilidade de profissões resultavam a inferioridade dos produtos e a impontualidade das entregas. Ao lado dos mecânicos existiam escravos, porém o seu lugar próprio era nos eitos do recôncavo.

O comércio revestia formas diversas: mercadores de lojas, mercadores de porta, bufarinheiros. Na falta de dinheiro cunhado prevaleciam o crédito e as permutas. Sobejavam intermediários. Alguns passageiros traziam mercadorias de além-mar, adquiriam as da terra, voltavam no mesmo navio, prejudicando os comerciantes indígenas.

Entre as mulheres contavam-se bordadeiras, costureiras, adelas, padeiras, etc. Havia mulheres do mundo; havia as feiticeiras, feiticeiras operativas, segundo a classificação de Margaret Murray, bem diversas das bruxas rituais da Europa, com seus *esbats* e *sabbats*. Autodidatas gabavam-se de fazer bem ou mal, provocar ódio ou amor, de influir sobre a marcha de navios, de possuir a seu serviço diabos obedientes, os familiares, – famaleais chamava-lhes, vai para meio século, um cearense centenário, que ainda conheceu a dona de um famaleal, gerando de um ovo de galinha incubado no sovaco. – De todos estes portentos atribuídos às bruxas européias tinha chegado o cicio a certas mulheres audazes, que todos alardeavam. A atmosfera da cidade pedia bruxas de verdade; um

eclesiástico reconheceu em três patas que passavam três senhoras da melhor sociedade, que, estas, a tanto certamente não pretendiam.

Da vida da família na cidade pouco seapura. Muitas mulheres casavam desde a entrada da puberdade. Citam-se exemplos extremos quanto à vida conjugal, como o de Paula de Siqueira, recorrendo a feitiçeiros para ser querida pelo marido, e o de uma sogra que a instâncias da filha pediu veneno para dar cabo do genro, se este voltasse incólume da guerra de Sergipe. Não devia valer muito a mulher em terra de tanta mestiçagem e de tanta mancebia. Pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados. Pouco carinho unia os filhos aos pais, atentos estes à obra de misericórdia que manda castigar aos que erram, consequência da perversidade inata do homem.

As casas fechadas a maior parte do ano, só se enchiam com as festas públicas. Nelas não havia luxo, nem mesmo comodidade. Apoiado para os pais, camarinha reservada para as moças, quarto para os filhos, eram as peças essenciais. Havia mesa de jantar, porque comer em mesa baixa era própria de cristão-novo; servia também para escrever; as gavetas eram um arsenal de ferramenta miúda. Havia bancos para assento; as cadeiras citadas deviam ser tripeças toda de madeira, como existem no sertão. Havia camas, provavelmente de couro, em que dormiam várias pessoas, havia catres; lêem-se referência a redes que só mais tarde se vulgarizariam.

Inteligência simplista como a generalidade de portugueses e brasileiros, Tomé de Sousa atendeu apenas a considerações estratégicas na escolha da sede do novo governo. Da montanha preferida avistavam-se no mar largo os navios que demandavam o porto. Uma muralha vedava as investidas do gentio brabo e tão frágil saiu que cedeu às intempéries e Gabriel Soares não a encontrou mais.

O sítio acidentado prestava-se mal à edificação regular; nas ruas curtas, estreitas, tortuosas, desniveladas, havia, apesar de sobejar espaço e se inserirem largas extensões devolutas, casas de meias-paredes por onde filtravam toda as intimidades; faziam-se comunicações pelos quintais. Nem iluminação, nem água encanada, nem esgotos; em uma palavra: conspirava-se tudo na perseguição acirrada, na tortura dos cinco sentidos.

À beira-mar surgiam ostras, sambaquis ou sernambis, minas inesgotáveis de cal da melhor; barro excelente esperava as olarias que começavam; trabalhavam pedreiros entre os mecânicos; mas a obra destes circunscrevia-se quase aos engenhos, que eram o verdadeiro solar; pouca telha se consumia na cidade; um provérbio baiano lembra ainda a *sé de palha*.

A cidade saía da vida sorna muito poucas vezes por ano.

Gabriel Soares fala numa honesta praça em que se corriam touros quando convinha. Repetiam-se as festas eclesiásticas com suas procissões e figurações e cantorias ao ar livre; dentro da igreja representavam-se comédias e com pouco alinhamento, se, como jura uma testemunha, podia alguém sentar-se no altar. Esvaziavam-se então os engenhos; podia exibir-se o luxo, que não se limitava como hoje a um sexo único; as mulheres autenticavam sua opulência com colares, arrecadas, trajes de seda, vasquinhas e gibões de cetim e damasco, os homens repimpavam-se em ginetes ajazados de metais preciosos.

Banquetes acompanhavam as festas; peixes e mariscos tirados da baía, aves domésticas, pequenos quadrúpedes do além-mar aclimados em uma terra aonde o engenho indígena não lograra domesticar um só animal: caças em que se empregavam escravos especializados, quitutes, doces, acepipes, produtos culinários da Europa, África e América. Nestas páginas, fala-se em casos de bebedice; a tentação devia ser forte; convidavam os vinhos das Canárias e da Madeira, que chegavam mais brandos, de melhor cheiro e cor e suave sabor que nas mesmas ilhas, – assevera Gabriel Soares.

Não esquecer o jogo, derivativo benéfico numa sociedade em que assuntos religiosos eram monopólio do clero, atos das autoridades escapavam à censura, qualquer palavrinha por mais inocente podia ser deturpada e desfechar em conseqüências fatais; quanto menos se pensava e discorria, melhor para todos.

Entre as palestras que não comprometiam avultavam as práticas pornográficas, vindas da metrópole.

Destas sobrevive o vestígio em versos colhidos por curiosos que nunca afrontaram os prelos. Há deles em castelhano, e dizem-nos traduzidos do português. Mais provável é que ambos os povos, igual-

mente acalentados pelo Santo Ofício, se embevessem em cantilenas da mesma toada.

Dia de bom movimento era quando aportava navio do reino. A hospitalidade não conhecia limites, uma onda de esperança e contentamento envolvia a cidade. Mas antes desta exultação corriam momentos de soçobro e receio. Seria o navio mesmo do reino? Enquanto Portugal viveu independente não contou inimigos e, salvo alguma investida de piratas, viveu desafrontado; apenas ficou dependente da Espanha a situação mudou-se.

Pouco antes de Heitor Furtado de Mendonça estivera na Bahia e fizera não poucas devastações o pirata inglês Whithrington. Não estava longe a guerra holandesa.

Solenidades eclesiásticas, festas profanas, jogos, conversações livres emprestavam um verniz de sociabilidade rudimentar a um agregado em que dominavam os elementos centrífugos. Havia os indígenas de três continentes, em contato forçado mas irreduzíveis; havia a mistura e as combinações múltiplas dos três fatores, aferi-las nas mínimas cambiantes por uma docimasia inflexível. Mesmo no elemento puramente português prevaleciam os inconciliáveis: o reinol não queria confundir-se com o mazombo, o cristão-velho com o cristão-novo, o nobre e suas prerrogativas com o peão a quem a lei deserdava; havia ciganos, mouriscos, etc.

A freqüência de alcunhas encarnava a falta de benevolência. Tudo os separava; nada os unia. O caldeamento pediria anos e não dispôs pressões externas.

Nestas e noutras páginas, ao lado de nomes muito conhecidos, lêem-se outros pela primeira vez, em geral acompanhados de particularidades mais ou menos valiosas. Se aparecerem os volumes extraviados e a visitação for toda impressa, haverá necessidade de rever um bom trecho da história baiana.

Por que ninguém cita o Caramuru e a Paraguaçu, em que se monopoliza a primeira época daquela história? A Catarina Álvares, já falecida (pág. 278), deve ser a matriarca. De Genebra Álvares apenas se diz ser mamaluca, filha de índia e português. De Filipa declaram-se o marido e o genro finados, a nora, a neta, os sobrinhos filhos de sua irmã Madalena a que não há referência. As omissões explicam-se: não foi

inquirido filho do galego, como lhe chamava Pero do Campo Tourinho na carta a el-Rei sobre Francisco Pereira Coutinho, nem da princesa senhora das terras que doou a Portugal, como reza seu epitáfio preten-sioso.

Da era das capitánias hereditárias vêm à tona entre outros Francisco Romeiro (pág. 274), loco-tenente de Jorge de Figueiredo nos Ilhéus, e o donatário de Porto Seguro. Confirmam-se a prisão e a remessa deste para o reino à ordem do Santo Ofício; fica, porém, mais obscura sua descendência. Conhecíamos o casamento com Inês Fernandes Pinto, seu filho Fernando, sua filha Leonor, que vendeu a donatária ao duque de Aveiro. Só agora se apura que Pero do Campo Tourinho, deão da Sé, colega de frei Vicente do Salvador, nada tinha com Inês Pinto. Manteria Tourinho ao lado da família legítima que se extinguiu outra bastarda que se perpetuou?

Debalde se procurará qualquer alusão ao Diabo de Porto Seguro, ente de bondade inexaurível durante dezesseis anos, para Manuel da Cunha, carregado de uma grande família de mulher e filhos que cristãmente governava, segundo atesta frei Jaboaão (“Preâmbulo digressivo”, 1^a, 84 da edição fluminense). Em diabruras nada lhe fica devendo a missa presenciada por Miguel Ribeiro (pág. 534): viu em Porto Seguro na igreja-matriz, donde era vigário Simão de Proença, que *“tem uma mão menos, em uma manhã de Páscoa da ressurreição estar uma figura de um corpo de palha revestida como clérigo que dizia missa no altar com as mãos alevantadas e nelas uma hóstia de papel com que alevantava a Deus e que uma pessoa tangia a campainha e quem chegava cuidando ser de verdade se ajoelhava e batia nos peitos e idolatrava e que esta figura fizera e ordenara a dito vigário Simo de Proença”*.

Do governo de Tomé de Sousa sobreviviam alguns funcionários menores, viúvas, etc. A todos sobressaía Garcia d’Ávila, vereador da cidade quando se instalou o Santo Ofício, grande proprietário de terra, senhor de gadaria sem conta. Casado por justiça com Mécia Rodrigues, cristã-nova, dela não houve filhos; bastardos foram Isabel (pág. 552), casada com Diogo Dias, neto de Caramuru, avoengos da casa da Torre, e João d’Ávila, talvez idêntico ao João Homem (págs. 355, 369), alistado por frei Vicente entre as companhias da expedição de Gabriel de Sousa, contemplado no testamento de Garcia d’Ávila que Borges de Barros imprimiu nos *Bandeirantes e Sertanistas*.

Companheiros de D. Duarte da Costa viviam Luís da Grã, segundo provincial do Brasil, com quase quarenta anos de missionário, e Antônio Blasques. Depois de entregar o provincialato a Marçal Beliarte, Anchieta permaneceu na Bahia até com Fernão Cordeiro transitar para o Rio de Janeiro e mais tarde para Espírito Santo, onde morreu; não figura, porém, como confessante nem como denunciante.

No governo de D. Duarte chegaria João Rodrigues Palha, pai de frei Vicente do Salvador, o autor da primeira história do Brasil escrita por brasileiro. João Serrão, que abriu o rol dos denunciantes declarando-se (pág. 237) cristão-velho, confessou-se depois cristão-novo (pág. 56) e desculpou-se do perjúrio com a mulher ser de gente nobre, limpa, abastada, cristã-velha. Esta mulher, Constança de Pina, era irmã de frei Vicente.

Da França Antártica vagava ainda por terras brasileiras de Vila Nova vindo de Europa com Bois le Comte e o delicioso Jean de Léry (outro não pode ser Monsenhor de Berit, pág. 117). Ou o tempo decorrido desde então baralhasse suas idéias, ou quisesse captar as simpatias da Inquisição, conta uma história inteiramente nova. *“Como quer que os luteranos eram mais e mais poderosos que os católicos, começaram a espalhar seus livros luteranos e semear sua doutrina luterana, fazendo escolas públicas de sua seita luterana, constringendo e forçando em açóites a todos os moços e mancebos de pouca idade que fossem às ditas escolas e doutrinas.”*

No *Tratado da Terra do Brasil*, que depois de quase um século de esquecimento, Afrânio Peixoto e Rodolfo Garcia acabam de reimprimir, Pero de Magalhães de Gândavo conta a entrada de Martim Carvalho por mais de duzentas léguas de sertão e o encontro nas areias de regatos de grânulos amarelos, pesados, amolgáveis ao dente, sinais incontestáveis de ouro, comentou Orville Derbi, com sua competência e sagacidade admiráveis. O *Tratado* foi escrito antes da morte de Mem de Sé, antes da efêmera divisão do Brasil em dois governos. Agora confirma-se (pág. 447), que a expedição ocorreu em 1567; talvez em recompensa de serviço Carvalho foi nomeado tesoureiro das rendas em 1572. Em data não apurada esposou a filha de Clemência Dória, uma das órfãs nobres mandadas da metrópole para tomarem estado neste hemisfério; possuía um engenho de bois de duas moendas no esteiro de Caípe, muito concertado com todas as oficinas e uma ermida da Santíssima Trindade,

conforme atesta Gabriel Soares; representando a fazenda acompanhou Marfim Leitão, Ouvidor-Geral, na árdua conquista da Paraíba; em Olinda foi preso, mandado ao reino por motivos que adiante constam.

Mais, muito mais nomes poderiam indicar-se; para concluir vai o de Nuno da Silva, que aliás não interessa à Bahia. Natural de Lisboa, filho de Álvaro Joanes e Joana da Silva, embarcou aos oito anos para o Brasil com o piloto Adão Fernandes, seu tio.

Quando este morreu contava vinte anos. Como marinheiro, piloto e por fim dono de navio, continuou na labuta marítima. Em 1579 saiu do Porto para a ilha de Palma, carregou de vinho, dirigia-se ao arquipélago do Cabo Verde a tomar água na ilha de Santiago quando foi aprisionado por Francis Drake, que apresou o navio, se apossou da carga, lançou numa lancha passageiros e tripulação e levou consigo Nuno da Silva que, a par dos conhecimentos náuticos, tinha a vantagem de falar inglês. Com ele Nuno perlongou a costa do Brasil, fez aguada no rio da Prata, atravessou o estreito de Magalhães, no Pacífico chegou a Guatulco, diocese de Oaxaca, no México. Aí, Drake, que não precisava mais de suas luzes para a derrota das Molucas, pô-lo em terra sem pagar seus serviços, sem restituir o que era seu.

O caso pareceu suspeito às autoridades mexicanas, o Santo Ofício chamou-o a sua alçada, submeteu-o a um processo que se pode estudar no livro de Zélia Nutall, *New light on Drake*, editado pela Hakluyt Society. Como se vê, dali Nuno da Silva pôde livrar-se das garras da Inquisição mexicana; Manuel de Freitas (pág. 435), um dos descarregados na lancha por Drake, encontrou-o depois na Península.

.....

Fernão Cardim *

E

M 27 de janeiro de 1625 faleceu na aldeia do Espírito Santo, hoje Abrantes, o padre Fernão Cardim, reitor do colégio baiano da Companhia de Jesus. Morreu entre o fragor das armas. A 8 de maio antecedente entrava na baía de Todos os Santos uma poderosa armada da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, a 9 tomava alguns fortes e iniciava o desembarque, a 10 o pânico entregava-lhe deserta a metrópole do Brasil. Fugiram quantos puderam. Cardim e seus súditos foram arrastados na torrente.

Uma cidade representava fator somenos na organização coeva. Habitavam-na governador e bispo com seus fâmulos, militares, oficiais de fazenda, justiça, mecânicos, mercadores. Casas fechadas a maior parte do ano possuíam os abastados, para maior comodidade nas festas eclesiásticas e outras ocasiões.

A vida verdadeira e vigorosa estava fora de muros, nos luxuosos engenhos de açúcar, nos sítios modestos, nos currais de gado vacum. Por todos eles escachou a população espavorida. A confusão era inevitável e foi enorme, mas havia espaço, alimento, caridade, o equilí-

* Publicado n' *O Jornal* de 27 de janeiro de 1925.

brio restabeleceu-se. Recursos faltavam para grandes movimentos bélicos; os pequenos não tardaram. A guerra transformou-se em guerrilhas, as guerrilhas em combates singulares. Dois comandantes inimigos sucumbiram em tocaias.

Enquanto não vinham socorros de outras capitanias ou de além-mar, o programa limitava-se a tolher ao inimigo qualquer avanço para o interior. Foi cumprido.

Os dias do Espírito Santo correram amargurados para o velho reitor. *“Nesta desgraçada Bahia – escreve Antônio Vieira, seu pupilo, que já na adolescência prometia os grandes destinos que lhe reservava o futuro – era reitor e por isso quebravam nele todas as ondas da adversidade, mas como rocha viva sempre se conservou em paz e esteve muito firme e conforme com a vontade de Deus.”*

Deviam ter-lhe suavizado os últimos momentos os triunfos exíguos, mas constantes, dos compatriotas, os auxílios vindos das capitanias, o núcleo forte desde logo preparado por Matias de Albuquerque, as grandes armadas reunidas além-mar, a que não poderia resistir nem resistiu o poder batavo.

Quando morreu, Fernão Cardim passara quase meio século em terras brasileiras, interrompido apenas por uma viagem, como procurador de província, a Roma, e alguns meses ou anos de prisão na Inglaterra. Filho de Gaspar Clemente e de sua mulher Inês Cardim, nasceu em Viana de Alvito (não do Minho, como escapou na terceira edição de Varnhagen) em ano pouco certo. Sabe-se que entrou no noviciado da Companhia a 9 de fevereiro de 1566, e sua família deu mais de um religioso.

Antes de 1582, consta, foi ministro em Évora, e nomeado mais tarde para acompanhar Cristóvão de Gouveia na visitação à província do Brasil. Ambos os cargos impunham sérias responsabilidades. Ao ministro incumbia a ordem, a economia interna. As afamadas riquezas dos jesuítas, tão proclamadas, tão cobiçadas, tão procuradas e afinal tantalizantes, explicam-se pela obra dos ministros, administradores incomparáveis. Por outro lado, com a plenitude de poderes delegados ao Visitador, representante direto do Geral, seu companheiro devia possuir muitos requisitos de lucidez e método para resumir e condensar os resultados da visitação.

Partiram do Tejo o Visitador e seu companheiro em 5 de março de 1583. O Visitador trazia calorosas recomendações para todas as autoridades da colônia, emanadas do novo rei, Filipe II de Espanha, sucessor do cardeal D. Henrique. Na mesma nau, *Chagas de S. Francisco*, embarcou Manuel Teles Barreto, primeiro governador-geral do Brasil nomeado sob domínio espanhol.

Chegado em 9 de maio à capital do país, o Visitador começou sem demora a sua missão complexa, e para orientar-se fez uma rápida excursão às aldeias geridas pelos padres da Companhia.

Em agosto resolveu sair para Pernambuco. Resolução pouco acertada. Na Bahia as águas do mar e correntes aéreas cursam do S para o N desde abril a julho; a agosto e março águas e ventos de NE e ENE, puxam para o S. Os navios ordinários sujeitavam-se a este regime, e da conformidade saíam os proventos do frete e viagens. O barco do Visitador, pertencente à Companhia de Jesus, não se levava por intuitos oportunistas.

Que a razão estava com os primeiros, Cristóvão de Gouveia houve de reconhecer. Partindo em agosto, aportaram em Camamu, em Ilhéus, em Porto Seguro. Não se perdeu tempo com as arribadas; em todos estes lugares havia jesuítas, havia aldeamentos a visitar; com eles o Visitador se ocupou até outubro, quando desistiu de continuar e preferiu atender a casos mais importantes na capital. Escarmentado com as monções, o Visitador ficou na Bahia até que chegassem. Foi novamente e com mais vagar às aldeias, esteve em todos ou quase todos os trinta e seis engenhos do recôncavo. O golfo admirável divide-se em esteiros sem conta, quase todos navegáveis. Numa embarcação do Colégio fizeram-se as excursões que tomaram dois meses.

Em fins de junho de 85 o Visitador partiu para Pernambuco. Cardim bem poderia referir alguns sucessos então passados sob seus olhos: a morte de D. Beatriz de Albuquerque, mulher de Duarte Coelho, a quem foi reunir-se, depois de meio século de viuvez a arribada de Sarmiento da Gamboa; os expedientes de Diogo Flores Valdez, para disfarçar o fiasco do Estreito de Magalhães, a passagem de Gabriel Soares ao reino, aonde levou a certeza de minas estupendas, por cuja revelação a exemplo de Cortez e Pizarro pretendeu e lhe foi prometido o título de marquês das Minas, e deixou seu Roteiro tão valioso como elas, os es-

forços para a conquista da Paraíba, os atritos entre Martim Leitão e Martim Carvalho, a prisão deste e sua remessa para Lisboa sob acusação da alçada do Santo Ofício. De tudo isto só sabemos alguma coisa graças a um fragmento de Anchieta e a um sumário narrativo escrito por ordem de Cristóvão de Gouveia, cuja autoria Varnhagen reclama para o padre Jerônimo Machado, crônica de leitura áspera, mas indispensável a quem quiser formar idéia do que seriam as guerras do sertão contra os índios. O Instituto Histórico imprimiu esse sumário das armadas da Paraíba em 1873.

A visitação de Pernambuco apenas consumiu três meses. Pôde fazer-se tão depressa porque o colégio de Olinda datava de poucos anos, de 1576. Seu reitor, Luís da Grã, viera para o Brasil em 1553, trazendo consigo o jovem José de Anchieta, foi colateral de Nóbrega e seu sucessor no provincialato.

Em outubro de 84 o Visitador e seu companheiro saíram de Pernambuco e depois de breve demora na Bahia, em parte por motivos de saúde, seguiram para o sul. Em sua companhia foi o provincial José de Anchieta. Este fato desmente os que lhe atribuem a fundação da Misericórdia do Rio para socorrer as tripulações de Diogo Flores Valdez. Da Misericórdia fluminense fala Cardim como coisa simples e subentendida. Havia casas de misericórdia em todas as capitânicas. Não é crível esperasse tanto tempo a cidade de S. Sebastião, capitania d'el-rei, não de senhorio, para possuir a sua.

A visitação estendeu-se para o sul até Tanhaém, ponto extremo da colonização neste rumo, como Tamaracá no rumo oposto.

Assistiram em Piratininga, a 25 do janeiro de 1585, ao trigésimo aniversário da fundação da humilde casa, germe da vila de S. Paulo. Esteve presente Anchieta, talvez o último sobrevivente do ato que determinou a história paulista e tanto influiu sobre a do Brasil. Em 26 de março de 85, a pedido da população santista, a casa de S. Vicente, fundada por Leonardo Nunes, foi mudada para Santos: Azevedo Marques traz impressa a escritura da transferência. Em abril estavam no Rio, onde encontraram ainda dois veteranos das guerras que precederam a fundação da cidade de São Sebastião: Salvador Correia, primo de Estácio de Sá e mais feliz que este, Martim Afonso Araribóia, comendador de Cristo, *abaeté e moçacara, scilicet*, grande cavaleiro e valente, transferido

do Rio Comprido para o morro de S. Lourenço, na outra banda. Ordens de além-mar abreviaram a estada no Rio e ida para a Bahia. A 16 de outubro de 1585 estava finda a visitação e Cardim ultimava a primeira e maior parte de sua narrativa.

A volta do Visitador ao reino dilatou-se por várias incumbências que lhe vieram de Roma, e pela captura por corsários do navio a que se confiou. Por setembro de 1589 desembarcou em Santander e viajando por Burgos e Valladolid alcançou terra portuguesa.

Cardim ficou no Brasil. Durante algum tempo exerceu a reitoria do Rio. Anchieta, acostumado a viver debaixo da obediência, antes de ir para a capitania do Espírito Santo, onde faleceu, preferiu fazer-lhe companhia. Talvez a instâncias do reitor, escreveu os apontamentos sobre a primitiva história da Companhia, de cuja perda ou extravio não podem consolar os excertos contidos nos livros de Simão de Vasconcelos e Antônio Franco. Deles houve no colégio de Coimbra uma cópia feita pelo punho de Cardim; seu paradeiro é desconhecido.

O momento era único para o feitio dos *Apontamentos*. Dos companheiros de Nóbrega vindos em 1549 restava ainda Vicente Rodrigues; das levas seguintes havia mais de um sobrevivente. A todos conhecera Anchieta, ou à chegada, ou nas visitas obrigatórias do provincialato – nem para outro fim a Companhia possuía embarcação própria. Pelos fragmentos conservados revela-se Anchieta, psicólogo penetrante, feliz no modo de narrar os fatos e desatar os fatores.

Da reitoria de Cardim no Rio pouco se cabe. Seu nome aparece a propósito da fazenda de Santa Cruz, que os epígonos dos jesuítas só deixaram subsistir e conservam no miserável estado atual porque nada se perde na natureza.

Em 1598 Fernão Cardim, eleito procurador da província do Brasil, partiu para o Velho Mundo. A seu antigo chefe Cristóvão de Gouveia foi encontrar provincial de Portugal. Em Roma imperava irreduzível Cláudio Aquaviva, o mesmo que despachara para estas bandas no começo do seu generalato tormentoso.

Em 1601 partiu novamente para o Brasil como companheiro do novo Visitador, o terceiro desde o estabelecimento da Companhia, João de Madureira. O navio em que vinham foi tomado à vista de Portugal. Madureira morreu logo, Cardim seguiu prisioneiro para a Ingla-

terra. Conseguiu depois fugir em condições mui vagamente conhecidas. Como prêmio de seus trabalhos Aquaviva nomeou-o provincial do Brasil.

De seu provincialato (1604 a 1609) faltam quaisquer ânuas; talvez estejam sepultadas em algum dos arquivos que, para maior segurança, a Companhia guarda em vários pontos do continente europeu e ressurjam agora com o tricentenário. As grandes linhas do que fez delectriam-se na *Relação anual* de Fernão Guerreiro, reimpressa parcialmente no segundo volume das Memórias do Maranhão, de Cândido Mendes de Almeida.

Dois fatos o singularizam: a missão de Francisco Pinto e Luís Figueira em busca do Maranhão, a de João Lobato e Jerônimo Rodrigues aos Carijós e Patos, nas pegadas de Pero Correia e João de Sousa, protomártires da Companhia. Nesta notabiliza-se depois João de Almeida.

A primeira resultava da dificuldade de navegação regular entre Pernambuco e a costa Leste-Oeste. A conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte tornou-se possível depois que o inimigo, francês ou indígena, foi atacado por terra. Neste sentido fez uma tentativa Pero Coelho de Sousa que suas imprudências, depois de chegar sem tropeços a Ibiapaba, malograram. Não foram mais felizes o “Amaniará”, o senhor da chuva, Francisco Pinto e seu jovem companheiro, autor da segunda gramática da língua geral e de importantíssima narrativa da missão, impressa pelo Barão de Studart.

Alexandre de Moura, o conquistador do Maranhão, o incorporador da Amazônia, para onde já acudiam flamengos, franceses e ingleses, predecessor de Lorde Cochrane na campanha da Independência, foi o primeiro que, partindo de Pernambuco por mar, na mesma embarcação voltou a Pernambuco. A metrópole compreendeu que não havia fiar na constância de lances de fortuna tais, e o Maranhão com as terras confinantes foi constituído governo independente, que só com a Península comunicava.

Sobre a última fase da vida de Fernão Cardim, decorrida entre o termo do provincialato e a morte, reina grande obscuridade. Antônio Vieira diz que morreu de 75 anos, 60 vividos na Companhia e, omitindo

os servidos como ministro, etc., passaram de vinte os que foi reitor e provincial.

Fernão Cardim nada destinou ao prelo, e ficaria bem surpreendido se soubesse que no próprio ano de 1625, quando já se despedia ou despedira deste val de lágrimas, uns informes apontados pouco depois de sua chegada a esta terra corriam ou iam correr mundo, trajados à inglesa. De fato Francis Cook, de Dartmouth, um dos corsários de 1601, tomara-lhe um manuscrito, vendera-o por 20 xelins a um mestre Hacket, que o fez traduzir. A tradução, em geral fiel, saiu no 4º volume da *Pilgrimages* de Purchas, correspondente ao 16º da reimpressão moderna sob o título: *A Treatise of Brazil written by a Portugal which had long lived there*. O tratado é citado por holandeses, entre os quais Laet; parece até que foi traduzido integralmente em outros idiomas.

A importância do *Treatise* de Purchas saltou aos olhos quando foram com ele comparados dois manuscritos existentes na biblioteca de Évora, ambos referidos no precioso *Catálogo* de Cunha Rivara.

Intitula-se um: *Do Clima e Terra do Brasil e de algumas cousas notáveis que se acham assim na terra como no mar*.

Intitula-se o outro: *Do Princípio e Origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias*.

Do cotejo de Purchas apurou-se logo que se tratava não de duas obras diversas, mas de capítulos da mesma obra que estava sendo escrita em 1584. Não é nada banal existir em Évora no idioma original cópia do manuscrito extorquido pelo corsário de Darmouth.

Quem seria o autor'?

Em 1847 Varnhagen deu à luz uma *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica...* pelo padre Fernão Cardim.

Pela primeira vez o nome de Cardim, conhecido só aos leitores de Fernão Guerreiro, Antônio Franco ou André de Barros, apareceu como o de autor. Varnhagen pretendia dar edição anotada da narrativa, mas exigências da carreira diplomática chamaram-no inesperadamente de Lisboa: nem ao menos pôde oferecer texto correto, culpa dele, ou da cópia de que se serviu, ou dos revisores em quem descansou.

Comparado o *Treatise* de Purchas e a *Narrativa* de Varnhagen, impôs-se a conclusão de que é o mesmo o autor de ambos. A identidade de forma e fundo aparece a cada instante; o *Treatise* foi escrito em 1584 e Cardim estava no Brasil desde maio de 1583; o manuscrito do *Treatise* foi tomado por um pirata inglês em 1601 a um jesuíta que aprisionaram; neste mesmo ano de 1601, Fernão Cardim foi aprisionado e levado para a Inglaterra.

À vista disto não se hesitou em publicar os dois tratados com o nome de Fernão Cardim. O primeiro saiu em 1881 a expensas de Ferreira de Araújo, o fundador da *Gazeta de Notícias*, com preciosas notas de Batis-ta Caetano, o grande mestre da língua geral; o segundo imprimia-o em 1885 a *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro*.

Comparando os escritos nota-se que os primeiros datados de 84 só em parte podiam fundar-se em observações próprias; o autor recorreu a informações escritas ou verbais dos confrades. A *Narrativa*, datada, quanto à primeira parte, de 16 de outubro de 1586 apresenta-se mais sólida, mais direta e mais classificada.

Fernão Cardim nada tem de extraordinário, mas recomenda-se à simpatia e ao estudo por mais de um aspecto.

Era temperamento vibrátil, em que as sensações batiam fortes, seguidas, dando às vezes um estilo por assim dizer ofegante. “O padre visitador, informa, foi sangrado três vezes, enxaropado e purgado, provido de todas as galinhas, alcaparras, perrexil, chicórias e alfaces verdes e cousas doces e outros mimos necessários, que parecia estarmos em o colégio de Coimbra.” De José de Anchieta, o provincial prestigioso e com fama de taumaturgo, escreve: “O padre vinha de trás, a pé, com as abas na cinta, descalço, bem cansado; é este padre um Santo de grande exemplo e oração, cheio de toda a perfeição, desprezador de si e do mundo, uma coluna grande desta província e tem feito grande cristandade e conservado um grande exemplo: de ordinário anda a pé, nem há retirá-lo de andar sendo muito enfermo. Enfim, sua vida é verè apostolica.”

Para ele a natureza existia, uma natureza vívida e palpitante. Seduziam-no as águas dos rios, a variedade de flores, a frescura dos bosques, o canto das aves. “Era para ver neste caminho a multidão, variedade das flores, das árvores, umas amarelas, outras vermelhas, outras roxas, com outras muitas várias cores misturadas, que era causa para louvar o Criador. Vi neste caminho uma árvore carregada de ninhos de passarinhos, pendentes de seus fios do comprimento de

uma vara de medir ou mais, que ficavam todos no ar com as bocas para baixo: tudo isto fazem os pássaros para não ficar frustrado seu trabalho; usam daquela indústria que lhes ensinou o que os criou, por se não fiarem das cobras que lhes comem os ovos e os filhos.”

Não lhe é estranho o encanto da paisagem.

“Tem uns dias formosíssimos [o Rio] tão aprazíveis e salutíferos que parece estão os corpos bebendo vida. Tudo são serranias e rochedos espantosos. Desta serra descem muitos rios caudais que de quatro a sete léguas se vê alvejar por entre matos que se vão às nuvens...”

“A cidade está situada em um monte de boa vista para o mar, e dentro do barro tem uma baía que bem parece que o pintou o supremo pintor e arquiteto do mundo Deus Nosso Senhor, e assim é cousa formosíssima e a mais aprazível que há em todo o Brasil; é tão capaz que terá vinte léguas em roda, cheia pelo meio de muitas ilhas frescas de grandes arvoredos, que não impedem as vistas umas às outras, que é o que lhe dá graça.”

O amor à natureza devia incliná-lo aos índios. Não conheceu os que, em estado de liberdade, quais os defrontaram os primeiros descobridores, em pura cidade de fogo e pedra, permaneciam agora em brenhas alongadas. Os índios avistados já constavam trinta anos de catequese sistemática, iniciada no governo de D. Duarte da Costa pelo inesquecível e tão ingratamente esquecido Manuel da Nóbrega. Os jesuítas observadores, inteligentes e práticos tinham concentrado seus esforços em fazer de várias tabas um só aldeamento, regido por uma espécie de meirinho nomeado pelo governador, com a vara de ofício, que os enfunava de vaidade, com meios de se fazer obedecer, podendo pôr gente no tronco; em extinguir a antropofagia, a poliginia e a bebedice de vinhos de frutas em que os índios eram insígnies. O mais só caberia ao tempo.

As ocas, com a confusão e multiplicidade de casas contíguas ou antes contínuas, existiam ainda intactas. Conservavam-se as danças características; como os vestuários não chegavam para todos, andavam mulheres nuas (cousa para nós mui nova, diz sem biocos o viajante). No Rio agradou-lhe particularmente uma dança de cunumis: *“O mais velho seria de oito anos, todos nuzinhos, pintados de certas cores aprazíveis, com seus cascavéis nos pés e braços, pernas, cinta e cabeças, com várias invenções de diademas de penas, colares e braceletes: parece que se os viram nesse reino, que andaram os dias atrás deles.”*

Sua benevolência estende-se aos estudantes e às cômicas recepções estrambóticas, com discursos em língua diversas, epigramas, etc.

À gente da terra tudo servia de pretexto para festanças: pairava uma atmosfera de quermesse, de *pageant*, de irreal.

Numa aldeia da capitania do Espírito Santo meninos e mulheres, com suas palmas nas mãos e outros ramalhetes de flores, representavam ao vivo o recebimento do dia de Ramos – e isto em novembro. Pelo mesmo tempo, uma confraria dos Reis, por não ser ainda o tempo consagrado, quis exhibir ao padre Visitador suas magnificências. *“Vieram um domingo com seus alardes à portuguesa e a seu modo, com muitas danças, folias, bem vestidas, e o rei e a rainha ricamente ataviados com outros principais e confrades da dita confraria. Fizeram no terreiro da nova igreja seus corações, abrindo e fechando com graça, e os vestidos não carregavam a muitos porque os não tinham.”*

No Rio, depois da festa das canoas, lembrança das guerras de Estácio de Sá, enquanto se representava um diálogo do martírio de São Sebastião, com coros, várias figuras mui ricamente vestidas, foi asseado um moço atado a um pau: *“Causou este espetáculo muitas lágrimas de devoção e alegria a toda a cidade por representar muito ao vivo o martírio do Santo.”*

Estas amostras de aspectos diversos de Cardim poderiam interpretar-se como sintomas de superficialidade. Não são. A cada instante aparecem reflexos pertinentes. Mas o padre sentia como um esteta; não finalizava, não moralizava: embebia-se no espetáculo, além do bem e do mal. É talvez único o passo edificante relativo aos engenhos da Bahia. *“Os encargos de consciência são muitos; os pecados que se cometem neles não têm conta; quase todos andam amancebados por causa das muitas ocasiões; bem cheio de pecados vai esse doce por que tanto fazem; grande é a paciência de Deus que tanto sofre.”*

Talvez no seu tempo de ministro, obrigado a curar dos estômagos alheios, pagasse um pouco de gastrônomo. A palavra volta com insistência. *“No Colégio da Bahia nunca falta um copinho de vinho de Portugal, sem o qual se não sustenta bem a natureza por a terra ser relaxada e os mantimentos fracos.”*

Na visita ao engenhos do recôncavo feita em janeiro e fevereiro de 84, golpeia-o a fartura dos banquetes, a facilidade com que eram servidos hóspedes imprevistos.

Na Bahia a questão de açougue, tratada em tantos atos da Câmara de S. Paulo, não existia. As águas prodigiosas eram inexauríveis; os senhores de engenhos tinham sempre todos o gênero de pescados e mariscos de toda a sorte “*por terem deputados certos escravos pescadores pera isso e de tudo tinham a casa tão cheia que na fartura pareciam uns condes*”. Nos engenhos mais afastados do mar existia toda a variedade de carnes, galinhas, perus, patos, leitões, cabritos. Por Gabriel Soares sabemos que a gente de tratamento só comia farinha de mandioca fresca, feita no dia. O mesmo autor dá uma lista, forçosamente incompleta, das conservas e doces, transplantados uns de além-mar, aprendidos outros na terra. Dir-se-ia um país de Cocagne.

Tudo isto são manifestações de um fato único – a fase econômica chamada *oikos* pelos especialistas, em que produtor e consumidor se identificam. Naturalmente os casos não aparecem na sociedade baiana com a singeleza a que os reduz a ciência experimental, mas o exame atento revela sua estrutura genuína.

Para melhor conhecê-lo é indispensável o estudo do velho jesuíta, finado há trezentos anos, no fragor das armas e angústias da invasão.

Forma airoso entre os mais dignos jesuítas que vão de 1550 a 1700: Manuel da Nóbrega, Luís da Grã, José de Anchieta, Antônio Vieira, Alexandre de Gusmão, Andreoni, etc.

.....

A Obra de Anchieta no Brasil *

J

A CHEGADA DE ANCHIETA AO BRASIL

OSÉ DE ANCHIETA (escrevia-se também, Anxeta, e Anxieta, o que fixa a pronúncia) aportou à baía de Todos os Santos em julho de 1553, na companhia de D. Duarte da Costa, segundo governador do Brasil, do padre Luís da Grã, futuro provincial dos jesuítas, de vários padres e irmãos da ordem.

Natural de Tenerife, filho de pai biscainho e mão guanche, incidentes desconhecidos levaram-no cedo a Coimbra, aonde começou os estudos. Seduziu-o a fragrância da recém-fundada Companhia de Jesus, e aos 17 anos alistou-se na milícia de Loiola. Vinte contava ao ser expedido para o Brasil, mais propício, no entender das autoridades de além-mar, ao seu estado valetudinário.

Na cidade da Bahia estavam apenas o padre Salvador Rodrigues, moribundo que só esperava a permissão do superior para passar a vida melhor e Vicente Rodrigues, irmão da primeira leva de 49, que servia de enfermeiro e ensinava a rezar. Um semestre bastara ao padre Manuel da Nóbrega para prever os tristes sucessos que não tardariam a provocar

* Publicado n.º *O Jornal* de 9 de julho de 1927 e transcrito no de 31 de julho deste ano, com revisão do autor.

o novo bispo e sua clerezia. Assim aproveitara-se do navio em que Tomé de Sousa ia visitar as capitanias de baixo, e deixou-se ficar na de S. Vicente.

Pouco depois chegou à capital o padre Neomundo Nunes, que por mandado de Nóbrega conduziu a Anchieta e quase todos os outros para o sul.

Na sua ausência Nóbrega tinha transposto a serra de Paranaíacaba e escolhido lugar para seus súditos se recolherem e trabalharem na conversão dos índios sem os inconvenientes da marinha. Deixando a borda da mata, com a vila de Santo André, erigida pelo Governador-Geral, procurou os campos de Piratininga, já conhecidos de Martim Afonso. Atraía-o a proximidade do rio Tietê, caminho do Paraguai, sobre o qual fundara e algum tempo nutriu esperanças, levado de informações favoráveis, quanto à docilidade do gentio e facilidade de catequizá-lo.

No dia da conversão do apóstolo do gentio, a 25 de janeiro de 1554, lançaram-se os fundamentos da atual cidade de S. Paulo, em Piratininga. Anchieta esteve presente.

Em breve começaram a aparecer os quilates do noviço. As sólidas humanidades que adquirira indicaram-no para a redação das cartas quadrimestrais. Fez-se professor de primeiras letras, de latim, não só de irmãos como de sacerdotes, do padre Manuel de Paiva, por exemplo, superior da missão. Para suprir a falta de livros de ensino perdia parte da noite a trasladá-los. Fazia peças manuais próprias ao escambo com os vizinhos que ajudaram a minguar a fome. Sua atividade física e sua atividade intelectual não conheciam fadiga.

Se em sua casa de Tenerife o basco era a língua de família, fica explicada a facilidade com que aprendeu o tupi, língua de estrutura congênere, e reduziu-a à gramática.

O mesmo sucedera ao padre João de Aspicuelta Navarro. “*O padre*”, reza uma carta de Nóbrega de 10 de agosto de 1549, menos de um semestre depois da chegada com Tomé de Sousa, “*o padre já sabe a língua deles, que, ao que parece, se conforma com a biscainha, de modo geral que com eles se entende.*”

A arte da língua ainda manuscrita, foi tornada revista obrigatória desde 1560, pelo padre Luís da Grã. Revista diuturnamente por

entendidos, foi impressa a primeira vez em 1595; no último quartel do século passado reimprimiu-a e traduziu-a Julius Platzmann, benemérito alemão a quem os estudos americanistas tanto devem.

O POEMA À VIRGEM

O prestígio de Anchieta junto a Nóbrega, já provincial da Companhia de Jesus, manifestou-se no chamado armistício de Iperoig. As hostilidades entre os moradores de S. Vicente e os tamoios comarcões do Norte subiram a tal ponto que Nóbrega, devidamente autorizado pelos da governança da terra, foi se estabelecer entre eles, como refém, a ver se os pacificava. Trôpego, gago, ignorante do falar indígena, precisava de auxiliar que lhe realçasse a figura venerada e levou consigo Anchieta. As negociações depois de cinco meses deram resultado satisfatório. A este episódio prende-se o poema latino que Anchieta, refém único, isolado nos últimos meses – pois Nóbrega julgou oportuno dirigir as negociações de São Vicente –, fez voto de consagrar à Virgem se conseguisse atravessar incólume as tentações da carne.

O poema foi impresso reimpresso nos livros de Simão de Vasconcelos. Este pinta o poeta escrevendo na areia com uma varinha: *“Compunha os versos e logo, virando-os à praia, fazia dela branco papel em que os escrevia para melhor metê-los na memória.”* Dispensa-nos de calcular o tamanho das letras e da caneta a narrativa singela de Pedro Rodrigues, segundo o qual Anchieta fazia os versos passeando à beira-mar, decorava-os e assim ao voltar para o povoado não lhes custava passá-los em papel. O feitiço mnemônico dos metros facilitava a passagem.

O ano seguinte, de 64, consumiu Nóbrega e portanto seu imprescindível auxiliar, em organizar a empresa de Estácio de Sá, mandado sem recursos suficientes, a fortificar o Rio de Janeiro, abandonado depois da derrota dos franceses em 1560. À armada, quase inteiramente devida a seus esforços, o Provincial juntou dois jesuítas: Gonçalo de Oliveira, sacerdote, e José de Anchieta, irmão. A este quis fazer superior, mas cedeu às suas observações e, à despedida, perante a comunidade, declarou: *“O padre por ser sacerdote, será superior, mas lem-*

brar-se-á, pois o irmão foi seu mestre, do respeito e reverência que lhe deve ter e de tomar seus conselhos.”

A eficácia do armistício de Iperoig, patenteou-se logo aos mais cétricos: de Bertioga à barra da Guanabara não apareceram inimigos; os tamoios das cercanias, realmente pacificados, preferiram retirar-se para o sertão a fazer causa comum com os parentes do Rio de Janeiro a Cabo Frio.

Depois de assistir aos primeiros dias da instalação da futura cidade, do que uma carta sua, infelizmente muito mutilada pelo tempo, é o único documento conhecido, Anchieta seguiu para a Bahia a tomar ordens sacras. De caminho visitou a casa e as aldeias do Espírito Santo, segundo ordem do superior.

Da Bahia, já clérigo de missa, voltou com Mem de Sá, terceiro governador, com o bispo, D. Pedro Leitão, seu antigo colega de Coimbra, com Inácio de Azevedo, primeiro visitador da Companhia. Com esta armada Mem de Sá esmagou os tamoios, ainda resistentes e os franceses espalhados pelas aldeias e mais perigosos agora que na derrocada fortaleza de Villegaignon. Da entrada da barra transferiu a cidade para a mata secular do morro do Castelo, de pitoresca memória.

Nesta estadia autores jesuítas inserem a história de Bolés, o Jean Cointa da narrativa de Léry, francês, fidalgo e herege condenado à pena última. O carrasco mostrava-se bisonho no ofício: o herege reconciliado de fresco, podia explodir em blasfêmias e reincidir nas mesmas erronias. Anchieta, para evitar a perda de uma alma que conquistara, substituiu o carrasco. Desta história pouco edificante, têm-se aproveitado incrédulos e protestantes. Será verdadeira? Manca pelo menos num ponto capital: Bolés não morreu no Rio, mas na Índia, para onde foi mandado depois de anos de vida ruidosa no Brasil e de um processo rigoroso no Santo Ofício de Lisboa. Se vítima houve não foi certamente ele.

O PROVINCIALATO

No Rio, ficou Manuel da Nóbrega como reitor do novo colégio e poucos anos mais viveu. Anchieta seguiu para o Sul. Nos anos seguintes

aparece como superior de S. Vicente ou de Piratininga ou simples sacerdote, descendo rios encachoeirados como o Tietê, de que um salto ainda perpetua sua lembrança, perambulando na infundável praia de Itanhaém, que ainda hoje guarda o aspecto sob que Anchieta a conheceu, ideando e representando autos, espécie de antecipação do cinema, literatura para quem não sabia ler, poetando em quatro línguas: tupi, latim, português e castelhano.

A Companhia possuía embarcação própria para os provinciais inspecionarem a Província e os superiores locais irem às congregações da Bahia. Naturalmente assistia a uma dessas congregações na cidade do Salvador, quando recebeu a nomeação de provincial em 1557.

A nomeação só surpreendeu a ele.

Em toda a província ninguém o igualava em crédito. A Roma chegaram como pregoeiros suas próprias cartas, tão instrutivas sempre que podia forrar-se dos padrões obrigatórios, e as impressões levadas por Inácio de Azevedo deixaram-no assinalado.

No decurso de seu provincialato chegou ao Brasil o segundo visitador dos jesuítas, Cristóvão de Gouveia. Com este veio Fernão Cardim que assim descreveu o Provincial em uma carta para o reino: “*O padre vinha de trás, a pé, com as abas da cinta, descalço, bem cansado; é este padre um santo de grande exemplo e oração, cheio de toda a perfeição, desprezador de si e do mundo, uma coluna grande desta província e tem feito grande cristandade e conservado um grande exemplo: o ordinário anda a pé, nem há retirá-lo de andar sendo mundo enfermo. Enfim, sua vida é veré apostólica.*”

Concluído o provincialato, em que o substituiu Marçal Beliarte, foi-lhe permitido escolher a residência que quisesse, mas educado na escola da obediência preferiu ficar às ordens de Fernão Cardim, feito reitor do Rio de Janeiro. Convenceram-se então que não era o inválido que supunham, e do Rio passaram na capitania do Espírito Santo, como superior e depois como simples missionário.

Este período aproveitou em escrever apontamentos sobre as missões da Companhia e de alguns dos missionários já falecidos. Conhecem-se apenas excertos, conservados em Pero Rodrigues, Simão de Vasconcelos e Antônio Franco, verdadeiramente admiráveis. Se o livro não estiver definitivamente perdido e vier algum dia à luz, será um regalo, ver-se-á que psicólogo penetrante era o apóstolo do Novo Mundo. —

Que pena soubessem melhor ao paladar da época as gemadas de um Simão de Vasconcelos!

José de Anchieta morreu a 9 de junho de 1597, em Reritiba (Leritiba, ostreira), crismada Benevente na reação pombalina, hoje Anchieta, Estado do Espírito Santo.

A fama do taumaturgo que já tinha em vida, acompanhou-o ao túmulo; desde logo começaram a ser notados e autenticados seus milagres. Numerosas biografias foram escritas, das quais a mais antiga, a de Pero Rodrigues, foi publicada pela Biblioteca Nacional.

A história póstuma de José de Anchieta merece vir à luz.

Reunir suas cartas, seus escritos vários, em prosa e verso, é uma dívida que não admite mais moratória.

.....

*Prefácio ao Diário de Pero Lopes de Sousa**

E

NTRE os manuscritos da Biblioteca da Ajuda, Francisco Adolfo de Varnhagen descobriu um códice relativo à viagem de Martim Afonso de Sousa ao Brasil atribuído a Pero Lopes de Sousa, seu irmão, donatário das capitanias de Santo Amaro e Tamaracá. Nem Barbosa Machado nem qualquer outro bibliógrafo referira a obra, conservada em três cópias, e pode-se imaginar seu sobressalto. Cotejando-as preparou um texto, enriqueceu-o de notas preciosas e com os magros recursos de estudante editou alvoroçado o “Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530... Lisboa, 1839”.

Filho de mãe portuguesa e de um alemão, desde 1803 emigrado para Portugal e chamado em 1810 a gerir o estabelecimento de Ipanema em S. Paulo, Francisco Adolfo nasceu em 1816 em terras da fábrica de ferro, aonde um monumento significativo aviva sua memória e “*sua alma imortal reúne todas as suas recordações*”.

* Prefácio ao *Diário* de Pero Lopes de Sousa (1530-1532), edição de 500 exemplares, *Série Eduardo Prado*, 1927.

Pouco antes da independência da colônia o velho Varnhagen, já tenente-coronel do Exército, voltou para a metrópole. A família seguiu-o apenas as circunstâncias o permitiram. Apesar de insistência de amigos, alguns ocupando posições eminentes sob o novo regime, não quis mais saber do país a que votara tantos anos de atividade. Faleceu em 1842, no posto de coronel.

O filho cursou estudos militares, interrompidos durante os meses de 1833 que serviu como 2º tenente de artilharia nas forças de D. Pedro, ex-imperador, duque de Bragança, contra D. Miguel, concluídos mais tarde no posto de tenente de engenheiros.

Desde os bancos acadêmicos sua mentalidade revelou-se em vários ensaios. Aos 22 anos apresentou à Academia das Ciências de Lisboa, reflexões críticas sobre a *Notícia do Brasil* impressa em nome do autor pelo mesmo instituto. A Academia aprovou as *Reflexões*, imprimiu-as a sua custa e debaixo do seu privilégio, elegeu-o sócio correspondente.

Nas *Reflexões* revelava-se grande conhecedor das crônicas e em geral da bibliografia brasileira, bastante familiarizado com os arquivos, versado em ciências naturais. Para estas, em cujo trato passara a adolescência, revelava decidido pendor. Preocupava-o sobretudo a geografia. Refazer o livro de Aires do Casal seria talvez uma das ambições do colaborador da *Corografia cabo-verdiana*: o Guts-Muts apontava o caminho desde 1827.

O *Diário* de Pero Lopes desviou o jovem erudito da geografia para a história do Brasil. Ao mesmo tempo fundou-se nesta capital o Instituto Histórico e Geográfico. Varnhagen previu seu futuro, colaborou utilmente desde os primeiros números da revista, enviando documentos e cópias, manuscritos e comunicações originais. Uma viagem feita em 1841 pô-lo em comunicação com os sócios do instituto e provou-lhe que aqui se interessavam sobretudo pela historiografia: mais um motivo para preferi-la à geografia.

Objeto principal da sua viagem constituiu reivindicar seus direitos de brasileiro nato. Não era fácil ao oficial de um exército estrangeiro, mas tantos títulos o recomendavam que tudo conseguiu. Logo depois entrou para a diplomacia, amparado nos primeiros passos por Meneses de Drummond, nosso prestigioso ministro junto à Corte de Lisboa, férvido e desinteressado amador de estudos históricos.

Entrado na carreira diplomática, Varnhagen só de passagem veio depois ao Brasil e só à história se pôde aplicar. Os amores geográficos reviveram nos últimos anos da sua vida. Deixando as comodidades de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à Corte de Viena, internava-se pelo sertão de Caiás à procura de lugar mais próprio para a capital do país, questão que o preocupou desde a mocidade. Como lembrança de sua passagem deixou na Formosa da Imperatriz um barômetro que ainda existia anos depois.

Da mocidade de Pero Lopes, o autor do *Diário*, pouco se sabia em 1839, e não se sabe muito agora. Numa carta do conde de Castanheira a Martim Afonso lê-se: “*Pero Lopes, vosso irmão, está feito um homem muito honrado, e outra vez vos afirmo muito honrado e digo-vos-lo assim porque pode ser por sua pouca idade vos pareça que terá bons princípios, mas que não está ainda de todo bem assentado nisso, como vo-lo eu aqui digo, que é ainda menos do que o que dele cuida.*”

Varnhagen, que divulgou este trecho, fixou-lhe a data em 1538, data evidentemente inadmissível. Pode-se melhorá-la, atendendo a uma observação de Jordão de Freitas, digno diretor da Biblioteca da Ajuda, e o melhor conhecedor da matéria. A carta, lembra o erudito historiador num sólido capítulo da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (3^o, 120), devia ser escrita quando Martim Afonso andava fora da corte aonde residia o conde. Aventuras amorosas e ações militares retiveram Martim por terras de Espanha até 1525. Esta data condiz bem com a “pouca idade” de Pero Lopes. Não andaremos muito arredados da verdade supondo que nasceria pelas proximidades de 1510 e seria de vinte anos pouco mais ou menos quando acompanhou o irmão ao Novo Mundo, idade aproximada da de Varnhagen ao editar o *Diário*.

Mesmo conservado em três cópias, o *Diário* aparece profundamente deteriorado: erros de datas, saltos de dias, páginas desaparecidas. Tendo à vista todas as peças do processo conclui Jordão de Freitas, *ib.*, 132: “*O manuscrito dado à publicidade por Varnhagen é antes uma truncada relação do itinerário e viagem de Pero Lopes, capitão de um dos navios da armada de seu irmão Martins Afonso de Sousa – relação, narrativa ou crônica, baseada muito embora num diário de bordo que não chegou até nós.*” A manipulação vem de

longe: com sua autoridade indiscutível Pedro de Azevedo situa a cópia mais antiga na segunda metade do século XVI.

Das páginas mutiladas do *Diário*, ressalta a personalidade do autor, embarcado a 3 de dezembro de 1530 comandando a nau em que vinha o irmão, transferido para a nau francesa tomada em fevereiro seguinte no litoral pernambucano e crismada *Nossa Senhora das Candeias*, investido no comando geral à volta do Novo Mundo. Em todas elas perpassa em pleno movimento, tomando a altura do sol, levando a sonda por vezes a duzentas braças, amainando velas, emendando os mastros, calafetando cascos, fazendo ajustes para suprir âncoras, rebocando bergantins, trepando na gávea para descobrir o inimigo, subindo árvores alterosas para reconhecer o campo, caçando, pescando, pelejando, pelejando.

Os lances mais perigosos acrisolavam-lhe a energia... *“Ia já tão perto da ponta que a uns parecia que a podíamos sobrar, e outros bradavam que arribássemos; era tão grande revolta na nau que nos não entendíamos; mandei meter toda a gente debaixo da coberta; e mandei ao piloto tornar o leme, e eu me fui à proa, e determinei de fazer experiência da fortuna, e me pôr a ver se podia dobrar a ponta; porque se a não dobrava não havia onde varar, seriam em rocha viva, onde não havia salvação: e assim fomos e prouve a nossa senhora e ao seu bento filho, que a dobramos: e fui tão perto dela que o mar que arrebentava na costa nos tornava com a ressaca a dar na nau, e nos lançou fora.”*

Nos trinta anos decorridos de Cabral naturalmente fizeram-se roteiros para guia dos navegantes: um espécimen do que poderiam ser vai em apenso. Vestígios de tais roteiros normativos, contendo as experiências, não de um mas de vários navegantes, revelam-se ao exame atento do *Diário*. *“As águas nesta paragem correm a loeste com muita força. Nesta paragem correm as águas loesnoroeste: em certos tempos correm mais; s. c. desde março até outubro correm com mais fúria...”* Para saber *“se estais de barlavento ou de julavento da ilha de Fernão de Loronha, quando estais de barlavento vereis muitas aves, as mais rabiforcados e alcatrazes pretos...”* *“Este dia não correu pescado – nenhum conosco, que é sinal nesta costa de estar perto da terra; e outro nenhum não tem senão este...”* Os ventos suestes e lessuestes ventavam já muito tendentes, que nesta costa ventam desde fevereiro até agosto... A monção dos ventos suestes começava desde o meado de fevereiro até agosto...

Para a história o *Diário* fornece menos do que fora de esperar. Dos diversos encontros navais apenas indica a duração e o desenlace.

Os combates que reconquistaram a fortaleza galo-pernambucana, provavelmente constantes das páginas perdidas, seriam de todo ignorados sem as alegações suspeitas de Saint-Blancard e as notícias extraídas por frei Vicente do Salvador de alguma crônica perdida.

O licenciado Antônio Caldeira (Doc. Vol. II), advogado de Pero Lopes então afastado na Índia de onde não tornaria, proclama numerosas feitorias no Brasil e pinta-as como quem só as conhecia de oitiva. A feitoria assemelhava-se às tabas indígenas: um cercado de pau-a-pique assente na proximidade de água potável, com palhoças para abrigar os moradores, seteiras para atirarem contra o inimigo, comodidade para as mercadorias trazidas de além-mar ou preparadas pelos feitores para evitar grande demora nas cargas de retorno.

João de Melo da Câmara diz que tal gente se contentava com *“possuir quatro índias por mancebas e comerem os mantimentos da terra”*. Deste ponto encontramos no *Diário* a confirmação mais cabal. Na Bahia morava havia vinte e dois anos um português com a descendência natural entre gente sem vida interior. *“Aqui deixou o Capitão I [irmão] dois homens para fazerem experiência do que a terra dava e lhe deixou muitas sementes.”*

Os franceses pretenderam chegar à América antes de Colombo e de Cabral. Uma informação portuguesa afirma, não se sabe com que fundamento, sua presença na Bahia em 1504. Em 1514 seria mais provável, mas pouco importa. Vinham ao pau-brasil, encontrado em abundância e da melhor qualidade desde Paraíba e Pernambuco até Sergipe. Neste trecho travaram-se os encontros mencionados no *Diário*: nele estabeleceu-se, pouco depois da volta de Pero Lopes para o Tejo, seu maior adversário, Duarte Coelho, que tangeu parte dos invasores para o Sul, para o Cabo Frio e Rio de Janeiro, parte repeliu para a costa leste-oeste. Só em 1615 Alexandre de Moura destruiu as últimas resistências. O número de pessoas de cabelo louro ainda existentes na zona do Nordeste revela a possança da mestiçagem brasilo-galicana. Por coincidência singular Constantino Menelau expulsava em 1615 de Cabo Frio os últimos franceses e tamoios confederados.

Como começaram as hostilidades entre portugueses e franceses? Sabemos apenas que os franceses (mairs), tamoios, tupinambás,

pitiguares formavam um partido, e os portugueses (perós), tupiniquins, tabajaras formavam outro.

As *Navigazioni d'un gran capitano del mare francese*, contemporâneas do *Diário*, contêm as seguintes linhas dignas de ponderação. Imprimiu-as primeiramente Ramúsio em sua famosa coleção; reimprimiu-as e traduziu L. Estancelin nas *Recherches sur les voyages et découvertes des navigateurs normands*, Paris, 1832: atribuem-se a Parmentier ou a algum de seus colaboradores: “*E perche mi potria esser dimandato le cause per le quali li Portoghesi impediscono che li Francesi non vadino alle terre del Brasile ed a gli altri luoghi dove essi hanno navigato, come alla Guinea ed alla Taprobana, io non vi saprei dire altra ragione, salvo che la loro insaziabile avaritia gl'induce à far questo. E quantunque essi siano il più piccolo popolo del mondo, non li par però che quello sia davanzo grande per sodisfare alla loro cupidità. Io penso che essi debbano aver bevuto della polvere del cuore del re Alessandro, che li causa una tal alterazione di tanta sfrenata cupidità, e par à loro tener nel pugno serrato quello che essi con ambedue le mani non potriano abbracciare, e credo che si persuadono che Iddio non fece il mare ne la terra se non per loro, e che le altre nationi non sieno degne di navigare...*

... li popoli di dette terre li discacciariano come suoi nemici mortali: e questa è una delle ragioni principali, per la quale non vogliono che li Francesi vi conversino, imperocchè dopo che li Francesi praticano, in qualche luogo, non si domandan più Portoghesi, na quelli del paese gli hanno in abiettion e dispregio.”

Estas linhas veementes patenteiam a angústia da situação antes da expedição de Martim Afonso de Sousa. E note-se que os franceses tinham agido por impulso próprio ao passo que a ação do governo português com mais ou menos intensidade se manifestara desde o descobrimento de Pedr'Álvares.

Antes de abandonar as *Navigazioni d'un gran capitano del mare francese* —, seja lícito transcrever um trecho que comenta o item do *Diário* relativo ao dia 3 de fevereiro de 1531, em que os índios vieram a nado oferecer pau-brasil para o resgate.

“*Barattano il verzin in manarette, cunei, coltelli, e in qualche luogo é necessario che lo vadino à cercar in compagnia fin à trenta leghe dentro del paese, e ciascuna compagnia ha il suore e saranno da quatrocento e cinquecento per compagnia, e portano ciascum il suo pezzo di legno alli Francesi fin alla marina, e li barattano*

colle dete manare, cunei, e coltelli ed altri ferramenti, à tal che stimano molto più caro un chiodo che uno scudo.”

Durante sua efêmera presidência da Academia de Letras, Afrânio Peixoto cogitou de imprimir ou reimprimir obras representativas da história e da cultura brasileiras. O *Diário* de Pero Lopes não podia ser omitido e para apresentá-lo ao público impunha-se o nome de Eugênio de Castro, capitão-de-corveta, autor de dois livros de valor real, que tinha feito uma viagem à roda do mundo e conhecia *de visu* o litoral brasileiro.

A qualidade de oficial de marinha só trazia um inconveniente. Os caprichos da burocracia podiam mandá-lo para alguma flotilha da fronteira ou qualquer capitania de porto, destituído de todos os recursos necessários à empresa. A intervenção de Mário de Alencar, o nunca esquecido Mário, afastou estas nuvens. Miguel Calmon requisitou-o para o Ministério da Agricultura; os horizontes apareceram serenos e pôde trabalhar desafogado.

Novas dificuldades sobrevieram, porém. O vento soprou de um quadrante contrário à direção da Academia e varreu-a. Só a história e o tratado de Gândavo, que Rodolfo Garcia preparou e imprimiu a tempo, escaparam ao pampeiro. O *Diário* de Pero Lopes parecia destinado ao limbo, se não fora a *Série Eduardo Prado* que o acolheu. Nesta ficou melhor. Martim Afonso e Pero Lopes são nomes principalmente paulistas como os de Eduardo Prado e Paulo Prado. Considerações de espaço e tempo foram desatendidas e a obra veio à luz em plena madureza.

O texto da presente é o da 3ª e da 4ª edições de Varnhagen: comentário perpétuo o acompanha da primeira à última página.

Direção dos ventos, marcha dos navios, indicações das imperfeitas agulhas, sondagens, acidentes do fundo do mar revelados por elas, configuração e colorido das costas e costões, tudo interroga o consciencioso editor, tudo confirma, para alcançar a realidade e conseguir maior clareza.

Às vezes confia demais nos conhecimentos dos marinheiros de água doce. Palavras usadas na marinha de vela e mantidas ainda na era do vapor, familiares a quem durante tantos anos viu o *seamy-side*, tais palavras mesmo com o auxílio dos glossários usuais, reduzem-se para nós a meros *flatus vocis*. Uma explanação suplementar não seria demais.

A identificação de nomes antigos espalhados pelo *Diário*, e coevos, nem sempre é fácil. Alguns sumiram-se sem deixar vestígio, como cabo *Percauri*, baía de *São Lucas*, abra de *Diogo Leite*; outros sobrevivem, porém mudada a aplicação: *Porto Seguro* de Cabral, por exemplo, é a hodierna “Santa Cruz”.

Nestes apuros podem prestar bons serviços as antigas cartas náuticas, em geral mais poupadas pela ação do tempo que os roteiros, quase todos consumidos. Delas, depois que se começou a reconhecer sua utilidade, existem várias reproduções entre as quais ocupam lugar primacial – os atlas de Rio Branco. Tais estudos começou entre nós Orville Derbi com uma sagacidade pouco comum. Continuaram-nos Teodoro Sampaio e Gentil Moura, seus discípulos e companheiros de trabalho; ninguém os levou mais longe que o novo editor do *Diário*; serviu-lhe de guia a monumental Sentença do governo suíço na arbitragem do Oiapoque. Assim pôde ser esmiuçado o litoral do Brasil a partir da abra de Diogo Leite, e parte do estuário platino...

As páginas do *Diário* relativas ao Prata são as mais desenvolvidas e suculentas. A proximidade das duas margens duplicava e intensificava a visão, a feição temperada do clima e da vegetação, a abundância de caças parecidas com as da península, a fartura inverossímil do pescado, expandiam o espírito deprimido pela monotonia do Atlântico.

Sobre os aborígenes há notícias apreciáveis. Com surpresa encontra-se guarani como designativo de um idioma. Em tudo isto ressumbra o influxo dos que voluntários ou forçados foram ficando por ali desde a armada de D. Nuno Manuel ou da Gazeta Alemã.

Como observador etnográfico Pero Lopes revela capacidade somenos... “A gente desta terra é toda alva, os homens muito bem dispostos, e as mulheres mui formosas, que não hão nem uma inveja às da Rua Nova de Lisboa”... “A gente deste Rio é como a da Bahia de Todos os Santos, senão quanto é mais gentil gente”... A estas linhas reduz-se tudo quanto o *Diário* contém sobre a indiada da Bahia e Rio de Janeiro.

O editor localiza as tribos da costa do Brasil com uma segurança de que nem todos partilharão. Dos guianases de Piratininga, assoalha-

dos por frei Gaspar da Madre de Deus, despede-se com visível pesar. Entretanto o debate está encerrado. Guianases, miramomins, guarulhos, gualaxos, são um só grupo, falando língua diferente da geral. “*Miramomins*, informa Pero Rodrigues na biografia de Anchieta, escrita poucos anos depois da morte do taumaturgo, *a maior força deles vive pelas matas e serras da capitania de S. Vicente, obra de duzentas léguas pelo sertão dentro e obra de outras tantas até a campina de Espírito Santo*” isto é, Minas Gerais. Gualaxos havia na Bahia e no Prata.

Os fatos históricos apontados no *Diário* foram esclarecidos, ora mais, ora menos; alguns, extraídos de documentos castelhanos, são agora aduzidos pela primeira vez em livro brasileiro.

Do comentário fazem parte e parte precípua, numerosos mapas gravados na imprensa militar, sob o patrocínio de Tasso Frago- so, autorizado pelo ministro da Guerra. Sua importância dispensa en- carecimentos. Com eles lucrou primeiramente Eugênio de Castro, obrigado a dar maior rigor às suas conclusões, de modo a caberem em formas gráficas. O leitor que os estudar atento ficará sabendo muita cousa. Dos documentos, reunidos no segundo volume, alguns são inéditos.

Abrem o livro dois capítulos sobre os *Antecedentes Históricos* que determinaram a partida da expedição de 1530 ao Brasil e a *Arte de navegar* com os tipos dos navios da estudada expedição; fecham-no três outros sobre *Sam Vicente; Regresso de Martim Afonso – Portugal de 1530 a 1535*; e conclusões sobre *A expedição de 1530*. Basta dizer que estão à altura do conjunto.

Terminando estas mal traçadas linhas por intimação de Paulo Prado e do erudito editor, só me resta exprimir o desejo que haja leitores dignos de tanto trabalho e tanta inteligência.

O Museu Britânico possui um fragmento de roteiro primeiro notado no *Catálogo de Figanière*. Vai em seguida, segundo a cópia do próprio original feita por J. Lúcio d’Azevedo.

JESUS SEIA COMYGO

REGIMENTO E CONESEMSA DA COSTA DO BRAZIL DAS QU EU AMDAY
QUE SÃ MAYS CONYCIDAS EM DADAS QUE A FEYTO PER MYNHA MÃO
QUE ESCREVY D 1540 ANNOS

A ylha de fernão buquo que se chama ylha limgoa dos negros tamarauca e chamase fernão buquo o velho porque esteue ahy permeiro huã fortaleza Delrey.

Per coneser este porto de fernão buquo ou ylha de Tamarauca estando este e oeste com ele faz huna tera alta a lomgo do mar e tombem faz huna bocha que he do rio com huna pareira fermecha e pera lla tera dentro fase etera rasa (?)

Achamdonos entre esta ilha e mari vereis tres teras altas mais que as outras e a outra tera raza escaluada a verdadeyra são tres teras que esta pera tamarauca tem hua aruore mais alta que as outras e pera a ilha de Tamarauca e tudo tera rara esta que tem esta arvore a que esta mais chegada a tamarauca e mari esta e na terra.

Das tres mays altas a do sol [sul?].

e o porto de marin he huna resife este hwna legoa desta tera mais altas que omde se chama marin esta ylha e povosão

na bocha do aresife ay no fundo quatro brasas e quatro e mea e quando emtrares chegarvoses bem a resife que tambem tem huna baxa e no meio e bem vos aveis de chegar ao resife e pera la outra bamda do norte como fordes dentro sorgireis em tres brasas pouquo mais a menos e no fundo achareis areia.

como emtrão mari digo no porto de morim e não peresima e no arisife e huna degolada que fas nom a mais de des palmas dagoa de baxa mar.

Do cabo pera mari esta huna alta fera que se chama pero cabrim [?] tres legoas do cabo e tem arvoredos na teta e praia dareia.

Estando cõ marim e co o cabo norte e sul e me parese pauquo mais o menos ao pe do marin da bamda do mar esta e tem huna arvore bem ao pe da terra alta que omde esta morim e da bamda da tera estam dous arvores que boa conesensa.

Do cabo a morim ay em dorete [?] sete llegeas.

O cabo de samto agostinho tem e fas esta conesensa fas na pomta do cabo hum mouro cõ huna degolada e a pe do cabo e todo vermelho e nesta degolada da pomta do cabo o mouro tem huas arvores estrapadas e todo o mais escalvado pera a tera dentro e fora a degolada tambem tem arvores e pera o norte e todo escalvado

de palha carega e pera o sul do cabo esta luna tera gorsa [?] mea legoa que ao lomge parasele te (?) esta bem a lo myo do mar e ao norte huna legoa do cabo e todo escalvado que não tem senão palha carega e no cabo desta legoa tem bareiras brancas que muito boa conesensa e toda a tera pera marin e rara e baxa tera do pero cabrim como digo atras.

o cabo cõ morim se core huna com outro norte e sul.

e do cabo da ilha de Samto aleixo e em derota simço legoas.

e chandonos conesta ylha leste ste sner nordeste sueste [?] vereis pera la tera demtro hunas teras altas e compridas com mouros.

Desta ylha pera tem esta hum riacho que se chama o rio fermoso estão enelle cavalois e a resife e tem mata gorso na boca da bamba do norte do rio.

Deste rio ao porto do calvo ai sem derota quatro o simquo legoas e porto do calvo tem dous bocas e tambem arisife e do airisife e porto e a boca do sol [sul] a mais alta.

Pera coneser este porto do calvo tem da bõ do sol desta boca hunas brancas e no mar e tudo arisife em tera e he praia darea para lla terra mays a demtro e mato gorso [?] e na tera mais adentro e todo escalvado e tene huna so arvore pequena a elha [?] am de governar para o fundo do seis e simquo e quatro brasas emdo emtrãodo pella boca a do sul e demtro ai 3 brasas e duas e mea omde surgem

teneis avizo que quãodo emtrares eneste porto do calvo saeis polo meio sem vos achegardes a huna bamda nem outra polo fumdo que digo de seis e sinquo e quatro brasas em teta sorgereis em tres brasas e dous e mea desta boca que tudo e he limpo.

.....
[incompleto]

.....

Índice Onomástico

A

- ABREU, Capistrano – 51
ABREU, Francisco de – 123, 214
ACIÓLI, Inácio – 139
ADORNO, Antônio Dias – 174
AFONSO – Ver SARDINHA, Afonso
AGASSIZ – 34
AGUIAR, Antônio Augusto de – 109
AIRES DO CASAL – ver CASAL, Manuel Aires do
ALBERTO (cardeal) – 168, 198
ALBUQUERQUE, Afonso de – 121
ALBUQUERQUE, Beatriz – 211
ALBUQUERQUE, Jerônimo de – 152
ALBUQUERQUE, Matias de – 123, 151, 210
ALENCAR, Mário de – 145, 233
ALESSANDRO – 232
ALMADA, Lobo de – 33
ALMEIDA, Cândido Mendes de – 214
ALMEIDA, João de – 88, 89, 137, 214
ALMEIDA, Luís de Brito e – 151
ALMEIDA, Manuel Antônio de – 132, 137
ÁLVARES MACHADO – ver MACHADO, Francisco Álvares
ÁLVARES, Catarina – 204
ÁLVARES, Pedro – ver CABRAL, Pedro Álvares
ALVES BRANCO – 111
ALVES, Frutuoso – 183
AMARO, João – 180
ANADIA (visconde de) – 68
ANCHIETA, José de – 89, 119, 120, 125, 127, 156, 157, 206, 212, 213, 216, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 235
ANDRADAS (os) – 106, 111
ANDRADE E SILVA – 123
ANDRADE, Simão da Gama de – 170
ANDREONI – 219
ANJEJA (mar quês de) – 68
ANTÔNIO (dom) – 41
ANTÔNIO DE ARAÚJO – ver AZEVEDO, Antônio de Araújo
ANTÔNIO JOSÉ – ver SILVA, Antônio José da
ANTUNES (os) – 171
ANTUNES, Álvaro Lopes – 171
ANTUNES, Heitor – 171
ANTUNES, Jorge – 171
AQUAVIVA, Cláudio – 213, 214
ARAGÃO, Fernando de – 155
ARANDA (con de de) – 56, 57
ARARIBÓIA, Martim Afonso – 212
ARAÚJO, Francisco Gil de – 96
ARMÍNIO, Leonardo – 189
ARTOIS (conde de) – 52
ARZÃO, Brás Rodrigues – 180
ASPILCUETA, João de – 173
ASSUNÇÃO, Lino de – 116
AUGUSTO FREDERICO – 166
AVALO, Diogo de – 125
AVEIRO (duque de) – 205
AZEREDO COUTINHO – 166

240 J. Capistrano de Abreu

AZEVEDO MARQUES – 212
AZEVEDO, Aluísio – 108
AZEVEDO, Antônio de Araújo – 59,
67, 68
AZEVEDO, Inácio de – 224
AZEVEDO, José Luís de – 45
AZEVEDO, Pedro de – 230
AZEVEDO, Teresa de – 131

B

BAGAGEU – 197
BAIÃO, Antônio – 160, 198
BARATA, Manuel – 148
BARBACENA (marquês de) – 109
BARBOSA MACHADO – 191, 227
BARBOSA, Frutuoso – 151
BARBOSA, Gaspar Dias – 156
BARBOSA, Luísa – 174
BARBOSA, Vilela – 111
BARBUDA, Tomás Feio – 40
BARRAL (conde de) – 109
BARREIRAS, Antônio – 119, 159
BARRETO, Francisco – 91
BARRETO, João Paulo dos Santos – 21
BARRETO, Manuel Teles – 119, 211
BARRETO, Roque da Costa – 97
BARROS, André – 215
BARROS, Jerônimo de – 150
BARROS, João de – 118, 123, 125, 151
BATISTA CAETANO – 216
BEATRIZ – 171
BEAUHARNAIS, Josephina de – 110
BELAS (marquês de) – 68
BELEGUINA – 197
BELIARTE, Marçal – 206, 225
BELISÁRIO, Francisco – 116

BENTO MANUEL – 16, 22
BERREDOS (os) – 129
BEVILÁQUA, A. e C. – 156
BLASQUES, Antônio – 206
BOCAIÚVA, Quintino – 132, 133, 136,
137
BOESCHE, Eduardo Theodor – 69, 70,
78, 79, 81, 83
BOIS LE COMTE – 206
BOLÉS – 224
BONAPARTE – 110
BONAPARTE, Luciano – 60
BONIFÁCIO, José – 104, 106
BORGES DE BARROS – 156, 205
BOURBONS (os) – 51
BRAGA, Júlio – 136
BRAGA, Teófilo – 45
BRAGANÇA (duque de) – 228
BRAGANÇAS (os) – 90
BRANCO, Rodrigo de Castelo – 93
BRANNER, J. C. – 145
BRASILEIRA, Isabel Maria Alcântara –
107
BRITES GONÇALVES (os) – 197
BRITO, Antônio de Moura – 76
BRITO, Luís de – 119, 158, 170

C

CABRAL, Fernão – 199
CABRAL, Pedro Álvares – 142, 230, 231,
234
CADAVAL (duque de) – 68, 97
CAETANO, João – 27
CALDEIRA, Antônio – 231
CALHEIROS, Domingo Barbosa – 180
CALMON, Miguel – 233
CÂMARA COUTINHO – 96, 98

- CÂMARA, João Melo da – 231
CAMARGO, Pedro de – 100
CAMÕES, Luís de – 123, 191
CARA-PRETA (pseudo) – 18
CARDIM, Fernão – 189, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 225
CARDIM, Inês – 210
CARDOSO, George – 122
CARDOSO, Isabel – 43
CARDOSO, Matias – 179, 180
CARLOS II – 91
CARLOS IV – 56, 57, 59, 60, 61
CARLOS V – 159
CARLOTA JOAQUINA – 60, 109
CARNEIRO DA ROCHA – 143
CARNEIRO DE SÁ – Ver SÁ, Manuel
Carneiro de
CARVALHO, Ambrósio Peixoto de – 175
CARVALHO, Feliciano Coelho de – 152
CARVALHO, Martim – 206, 212
CASAL, Manuel Aires do – 33, 34, 228
CASTANHEIRA (conde) – 229
CASTELA, Isabel de – 155
CASTILHO, Pedro de – 164
CASTRO FONSECA – 141
CASTRO, Eugênio de – 233, 235
CASTRO, Francisco (dom) – 164, 189
CASTRO, Inês de – 102
CATARINA II – 91, 103
CAVALCANTI, José de Barros Falcão de Andrade – 182
CAVALO, Sebastião – 171
CAXIAS (barão de) – 22
CAXIAS (conde de) – 23, 24
CAXIAS (duque de) – 13
CAXIAS (marquês de) – 25, 26, 27, 28
CEARÁ (duquesa do) – 108
CEVALOS – 60
CHALONS (conde de) – 57
CHAVES, Henrique – 136
CLÁUDIO – 57
CLEMÊNCIA DÓRIA – 206
CLEMENTE VII – 155
CLEMENTE, José – 111
COCHRANE (lorde) – 214
COELHO, Duarte de Albuquerque – 123, 150, 157, 177, 211, 231
COELHO, Jorge de Albuquerque – 120
COINTA, Jean – 224
COINTA, João – 157
COLAÇO, Amador – 197
COLAÇO, Antônio – 197
COLAÇO, João Rodrigues – 120
COLOMBO – 231
COOK, Francis – 215
CORDEIRO, Fernão – 206
CORREIA, Pero – 214
COSME (dom) – 17, 19
COSTA, Brás da – 198
COSTA, Duarte da (dom) – 206, 127, 217, 221
COSTA, Hipólito da – 40, 44
COSTA, Marcos da – 189
COSTA, Miguel Pereira da – 179
COSTA, Vitério da – 131
COTTER – 76, 78
COUTINHO, Francisco Pereira – 177, 205
COUTINHO, Lourença – 39, 43
COUTINHO, Rodrigo de Sousa (dom) – 68

242 J. Capistrano de Abreu

COUTO, Diogo do – 123, 125
CUBAS, Brás – 87
CUNHA RIVARA – 215
CUNHA VASCO – 132
CUNHA, João Cosme da – 164
CUNHA, Manuel da – 205
CUNHA, Matias da – 95
CUSTÓDIA – 171

D

D' ÁVILA, João – 205
D'ABBEVILLE, Claude – 117, 147, 152,
153, 172, 182, 183
D'ÁUSTRIA, Alberto – 159
D'AZEVEDO, J. Lúcio – 156, 160, 161,
168, 183, 235
D'EVREUX, Yves – 153
DARBAULT, Antô nio – 57
DEBALDE – 75
DELAVAT, José – 105
DENIS, Ferdinand – 153
DERBI, Orville A. – 34, 35, 141, 142,
206, 234
DEU VAUX – 148
DIAS, Diogo – 205
DIOGO AFONSO – 172
DOMINGO (são) – 40
DOMINGOS JORGE – Ver VELHO,
Domingos Jorge
DOMÍTILA – Ver MELO, Domitila de
Castro do Canto e
DRAGO, Pedro Francisco Guerreiro –
79, 80
DRAKE, Francis – 207
DRANMOR – 135
DRUMMOND, Antônio de Vasconcelos
Meneses de – 106, 111

E

ERICEIRA (conde de) – 90
ESCHWEGE (barão de) – 34
ESCOBAR, Lucas – 171
ESTANCELIN L. – 232
EUGÊNIA, Clara Isabel – 159
EUGÊNIO (príncipe) – 110
EUSÉBIO – 27
EVANGELISTA, João – 175
EWALD – 73, 74, 76

F

FARIA, Bastião de – 171
FARIA, Manuel Severim de – 118, 122,
123, 124, 128
FELÍCIO – Ver MENDONÇA, Felício
Pinto Coelho de
FELIPE II – 127
FERNANDES, Adão – 207
FERNANDES, Antô nia – 169
FERNANDES, Bartolomeu – 160
FERNANDES, Clara – 172
FERNANDES, Gas par – 156
FERNANDES, Gon çalo – 174
FERNANDES, Nuno – 171
FERNANDES, Pe dro – 127, 172
FERNÁNDEZ, Lino – 201
FERNANDO – 109, 205
FERNANDO (dom) – 67, 68
FERRAZ, Baltasar – 127
FERREIRA DE ARAÚJO – 136, 143,
144, 216
FERREIRA, João – 68
FERREIRA, Manuel Francisco dos
Anjos – 17
FIGUEIRA, Luís – 214

FIGUEIREDO, Jorge de – 205
FILIPA – 204
FILIPE II – 159, 200, 211
FILIPES (os) – 90
FLORES – 25
FLORIDABLANCA (conde de) – 56
FRADIQUE (dom) – 127
FRAGOSO, Tasso – 235
FRANCISCA – 104
FRANCISCO (dom) – 41, 61
FRANCO, Antônio – 213, 215, 225
FRANCO, Ricardo – 33
FREIRE, Felisberto – 176
FREIRE, Francisco de Brito – 87
FREIRE, José da Mata – 45
FREITAS, Jordão de – 229
FREITAS, Manuel de – 207

G

GABAGLIA, Eugênio Raja – 51
GABRIEL SOARES – ver SOUSA, Gabriel Soares de
GALVÃO, Ramiz – 114, 132
GÂNDAVO, Pedro de Magalhães – 191, 193, 194, 206, 233
GÂNDAVO, Pero de Magalhães de – 156
GARCIA D'ÁVILA – 205
GARCIA, Rodolfo – 117, 206, 233
GARRETT – 135
GASPAR DA MADRE DE DEUS (frei) – 235
GERTRUDES – 74
GIRALDES, Francisco – 177
GODÓI, Manuel – 57, 58, 59, 61
GOIÁS (du que sa de) – 107, 108
GOMES DE AMORIM – 135
GOMES DE CARVALHO – 111

GOMES FREIRE DE ANDRADA – 32
GOMES, Leonor – 42, 47
GONÇALO COELHO – 31
GONÇALVES DIAS – 115
GONÇALVES, Bento – 16, 21
GONÇALVES, Maria – 169
GONÇALVES, Simão – 118
GOUVEIA, Antônio – 157
GOUVEIA, Cristóvão de – 150, 210, 211, 212, 213, 225
GRÃ, Luís da – 206, 212, 219, 221, 222
GUARACI – 128
GUERRA SAPATEIRO – 136
GUERREIRO, Fernando – 214, 215
GUINLE, Arnaldo – 139, 140
GUSMÃO, Alexandre de – 219
GUTS-MUTS – 34, 228

H

HALFELD – 34
HARTT, Carlos – 34
HARTT, Frederic – 142
HENRIQUE IV (dom) – 159, 164, 167, 168, 169, 211
HERIARTE, Maurício de – 114
HERRERA – 125
HIPÓLITO – ver COSTA, Hipólito da
HIPÓLITO – Ver MENDONÇA, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de
HOMEM, João – 205
HUNTINGTON, H. S. (pseudo) – Ver SMITHE, Herbert Huntington

I

IGUAÇU (condessa de) – 108, 110
INÁCIO, Joaquim José – 133
INHAÚMA (visconde) – Ver INÁCIO, Joaquim José

244 J. Capistrano de Abreu

ISABEL – 107, 171, 205

IZQUIERDO – 61

J

JABOATÃO (frei) – 114, 117, 118, 121, 122, 123, 205

JABOATÕES (os) – 129

JÁCOME, Diogo – 120

JANUÁRIO – 111

JAQUES, Cristóvão – 31

JERÔNIMO, Francisco S. – 137, 163

JOANES, Álvaro – 207

JOÃO (dom) – 57, 63, 64, 65, 66, 103, 104, 108

JOÃO III (dom) – 38, 89, 164, 198

JOÃO IV (dom) – 89

JOÃO PAULO – ver BARRETO, João Paulo dos Santos

JOÃO V (dom) – 41

JOÃO VI (dom) – 13, 33, 38, 87, 107

JORGE (são) – 40

JORGE III – 67, 166

JOSÉ II – 52

JUDEU, O (pseudo) – ver SILVA, Antônio José da

JUNOT – 61, 66

K

KNIVET, Anthony – 151

L

LABATUT – 22

LACÉPÈDE – 61

LACERDA – 33

LAET – 215

LAMPREIA, Heitor – 198

LAMPREIA, Leonarda – 198

LANES – 61

LAVALEJA, João Antônio de – 14

LEAL, A. Henrique – 148

LEDO – 111

LEITÃO, Martim – 126, 127, 152, 207, 212

LEITÃO, Pedro (dom) – 224

LEITE, Diogo – 234

LEMOS, Vicente de – 120

LENCASTRE, João de – 99

LEONARDO DE JESUS (frei) – 121

LEONOR MARIA – 43

LEOPOLDINA – 109

LEOPOLDO II – 55

LÉRY, Jean de – 149, 153, 173, 206, 224

LEUCHTENBERG, Amélia de – 110

LIMA, Luís Alves de – 13, 14, 15, 17, 18, 19

LISBOA, Antônio da Silva – 68

LISBOA, Cristóvão de – 122

LISBOA, João de – 31

LISBOA, João Francisco – 114, 115

LISBOA, José da Silva – 68

LOBATO, João – 214

LOBO, Manuel – 93

LOIOLA – 221

LOPES, Fernão – 171

LOPES, Francisco – 47

LOPES, Maria – 171

LÓPEZ, Francisco Solano – 25, 26, 27

LORENA, Francisco de Assis – 104

LOURENÇO (dom) – 64

LUCENA (barão de) – 106

LUÍS ALVES – Ver LIMA, Luís Alves de

LUÍS XVI – 52, 55, 57

M

- MACABEUS (os) – 171
MACEDO, Jorge Soares de – 93
MACHADO DE ASSIS – 132, 133, 137
MACHADO DE MIRANDA – 71
MACHADO, Francisco Álvares – 21, 22
MACHADO, Jerônimo – 212
MADALENA – 204
MADUREIRA, João de – 213
MAGALHÃES, Basílio de – 99
MALAGRIDA, Gabriel de – 164
MÂNCIO (frei) – 189
MANUEL (dom) – 38, 155, 198
MANUEL DA RESSURREIÇÃO (arcebispo) – 95
MANUEL FRANCISCO – 172
MARCOS (bispo) – 125, 127
MARIA ANTONIETA – 55
MARIA DA GLÓRIA – 107
MARIA I – 57
MARIA ISABEL – 108
MARIA LUÍSA – 57, 103, 109
MARIZ, Pedro de – 125
MARQUES DE SOUSA – 24
MARQUES, César Augusto – 148
MARTIM AFONSO – ver SOUSA, Martim Afonso
MARTIM FRANCISCO – 106
MARTINS, Francisco Antônio – 132
MARTIUS – 27, 108
MASCARENHAS, Fernão Martins – 161
MASCARENHAS, Vasco – 87, 89, 90, 92
MATOIM, Ana Roiz – 199
MAXIMILIANO II – 159
MELO MORAIS – 115, 138
MELO, Domitila de Castro do Cantoe – 103, 104, 106, 107, 109, 110, 111, 112
MEM DE SÁ – 118, 170, 171
MENDES, Afonso – 171
MENDES, Cândido – 148
MENDES, Catarina – 171
MENDONÇA, Felício Pinto Coelho de – 104, 106, 109
MENDONÇA, Heitor Furtado de – 159, 160, 162, 172, 189, 197, 199, 200, 204
MENDONÇA, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de – 165
MENELAU, Constantino – 231
MENESES DE DRUMMOND – 228
MENESES, Artur de Sá e – 100
MENESES, Beatriz de – 120
MENESES, Diogo (dom) – 127
MESQUITA, Antão de – 127
MESSALINA – 57
MIGAN, David – 148, 149
MIGUEL – 107, 110, 228
MITRE – 26
MOISÉS – 27
MONTORO, Reinaldo Carlos – 133
MORAIS (visconde de) – 135
MORAIS, Antônio Ribeiro de – 92
MORAIS, Manuel de – 137
MORENO, Martim Soares – 128
MORSING – 177
MOTA, Manuel Peixoto da – 99
MOURA, Alexandre de – 148, 150, 214, 231
MOURA, Gentil – 234
MÜLLER, Viktor – 166
MUNIZ, Henrique – 171
MURRAY, Margaret – 201
MUZIO, César – 133

N

NABUCO, Joaquim – 134
 NAPOLEÃO – 22, 60, 61, 62, 63, 64, 65,
 105
 NAPOLEÃO III – 132
 NARCISO – 57
 NAVARRO, João de Aspícueta – 222
 NETO – 22
 NEUMANN – 70
 NEVES, Getúlio das – 135
 NÓBREGA, Manuel da – 120, 212, 213,
 217, 219, 221, 222, 223, 224
 NORONHA, José de (dom) – 68
 NUNES, Leonardo – 212, 222
 NUNO MANUEL – 234

O

ÓBIDOS (conde de) – Ver
 MASCARENHAS, Vasco
 OLINDA (marquês de) – 115
 OLIVEIRA, Ana de – 171
 OLIVEIRA, Antônia de – 172
 OLIVEIRA, Gonçalo – 223
 ORIBE, Manuel (dom) – 23, 24, 25
 OTONI, Benedito – 148

P

PACHECO, Álvaro – 171
 PAIS LEME – 33
 PAIS, João Barbosa – 156
 PAIVA, Manuel de – 120, 222
 PALHA, João Rodrigues – 118, 171, 206
 PALHA, Vicente Rodrigues – 118, 120
 PARANÁ – 27
 PARANHOS – 28

PARENTE, Estevão Ribeiro Baião – 92,
 180
 PARMENTIER – 232
 PARNAÍBA (barão de) – 18
 PATROCÍNIO, José do – 143
 PAULO AFONSO – 178
 PAULO I – 62
 PAULO II (papa) – 89
 PAULO III (papa) – 155, 156, 164
 PAZ, Francisco Ramos – 131, 132, 133,
 137, 138, 139
 PAZ, João Ramos – 131
 PEDRA BRANCA (visconde da) – 109
 PEDRO (são) – 40
 PEDRO I (dom) – 71, 73, 74, 80, 101,
 102, 103, 105, 107, 108, 110, 112
 PEDRO II (dom) – 20, 100, 113, 134,
 163
 PEDRO CRU – 74
 PEIXOTO, Afrânio – 206, 233
 PEREIRA DA SILVA – 137
 PEREIRA, Bento – 45
 PEREIRA, Boaventura Del fim – 106
 PEREIRA, Pedro de Sousa – 89
 PEREIRA, Remígio de Sena – 137
 PINA, Constança – 206
 PINA, Jorge de – 118
 PINHEIRO, Bernardino – 132
 PINTO, Francisco – 214
 PINTO, Inês Fernandes – 205
 PIO VI – 54
 PIQUEROBI – 102
 PITA, João da Rocha – 93
 PITA, Sebastião da Rocha – 129
 PITT – 51
 PLATZMANN, Julius – 223
 PLUTARCO – 115

POMBAL (marquês de) – 68, 164
PONTE (conde de) – 66, 67
PONTE, Sebastião da – 170
PORTO ALEGRE (barão de) – 25
PORTO ALEGRE (conde de) – ver
MARQUES DE SOUSA
PRADO, Eduardo – 155, 233
PRADO, Paulo – 147, 148, 183, 233, 235
PRAHL – 74
PROENÇA, Simo – 205
PURCHAS – 215

Q

QUEIRÓS, Eça de – 139

R

RAMÚSIO – 232
RANGEL, Alberto – 101, 104, 106, 112
REIMÃO, Antônio Soares – 175
RIBEIRO DO AMARAL – 148
RIBEIRO, João Martins – 115
RIBEIRO, José de Araújo – 16
RIBEIRO, Miguel – 205
RIBYROLLES, Charles – 132
RIFFAULT, Jacques – 148, 152
RIO BRANCO – 234
RIO PARDO (conde do) – 80
ROCHA PITAS (os) – 129
ROCHA, Cristóvão da – 178
RODRIGUES, Ana – 172
RODRIGUES, Baltasar – 43
RODRIGUES, Isabel – 169
RODRIGUES, Jerônimo – 214
RODRIGUES, José Carlos – 148
RODRIGUES, Mécia – 205
RODRIGUES, Pedro – 223

RODRIGUES, Pero – 225, 226, 235
RODRIGUES, Vi cen te – 213, 220
ROIZ, Ana – 162, 171
ROIZ, Branca – 171
ROIZ, Matias – 172
ROSA, Leonor da – 171
ROSAS – 24, 25

S

SÁ, Estácio de – 157
SÁ, João Rodrigues de – 68
SÁ, Leonardo Martim de – 121
SÁ, Manuel Carneiro de – 95
SÁ, Mem de – 206, 224
SÁ, Salvador Correia de – 89, 121
SÁ, Estácio de – 212, 218, 223
SACHINO – 125
SAID ALI – 112, 117
SAINT BLANCARD – 231
SAINT HELENS (lorde) – 57
SAINT-HILAIRE – 27, 34
SALDANHA MARINHO – 111, 133,
134
SALVADOR CORREIA – 212
SALVADOR DE MENDONÇA – 133
SALVADOR RODRIGUES – 221
SAMPAIO, Teodoro – 234
SANTOS (marquesa de) – Ver MELO,
Domitila de Castro do Canto e
SANTOS (viscondessa de) – Ver MELO,
Domitila de Castro do Canto e
SANTOS, Custódio Moreira dos – 182
SÃO PAULO (duque de) – 107
SARAIVA (conselheiro) – 115
SARDINHA, Afonso – 82, 87
SCHAEFFER – 70, 71
SCHLICHTHORST, C. – 102, 108

248 J. Capistrano de Abreu

- SCHMID, Fern. V. (pseudo) – Ver DRANMOR
- SCRIBNERS MONTHLY – 144
- SEBASTIÃO – 163
- SEBASTIÃO (dom) – 198
- SEBASTIÃO (são) – 218
- SERRÃO, Antônio – 171
- SERRÃO, Gregório – 120
- SERRÃO, João – 160, 206
- SEVERIM DE FARIA – Ver FARIA, Manuel Severim de
- SILVA LISBOA – 96
- SILVA, Antô nio José da – 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45
- SILVA, Antô nio Te les da – 162
- SILVA, Di o go da – 167, 184
- SILVA, Henrique Correia da – 123
- SILVA, Joana da – 207
- SILVA, João Men des da – 39
- SILVA, José Jo a quim de Lima e – 13
- SILVA, Luís de Melo da – 118
- SILVA, Nuno da – 207
- SILVEIRA CALDEIRA – 116
- SIQUEIRA, Paula de – 202
- SMITH, Adam – 51
- SMITH, Amélia Woolworth – 145
- SMITH, Charles – 144
- SMITH, Herbert Huntington – 141, 142, 143, 144
- SMITH, Julia Maria Huntington – 144
- SMITH, Sidney (*sir*) – 65, 67
- SOARES, Diogo (padre) – 33
- SOARES, Gabriel – Ver SOUSA, Gabriel Soares de
- SOARES, João – 198
- SOARES, Leonor – 170
- SOUSA, Francisco de – 88, 89, 121, 127, 160, 176
- SOUSA, Francisco de (dom) – 199
- SOUSA, Gabriel Soares de – 32, 115, 118, 119, 153, 156, 176, 202, 203, 207, 211, 219
- SOUSA, Gaspar de – 121, 123, 127
- SOUSA, João de – 214
- SOUSA, José de Vasconcelos – 68
- SOUSA, Martim Afonso de – 222, 227, 229, 232, 233, 235
- SOUSA, Pero Coelho de – 114, 214
- SOUSA, Pero Lopes de – 227, 228, 229, 233, 234
- SOUSA, Tomé de – 66, 170, 200, 202, 205, 222
- SOUTO, Sílvio Vieira – 139, 140
- SPIX – 108
- STADEN, Hans – 153
- STEINEN, Carlos Von Den – 153
- STRANGFORD (lorde) – 65, 67, 68
- STUDART (pseudo) – Ver ABREU, Francisco de
- T**
- TAÍDE, Fernão Cabral de – 160, 169, 174
- TALLEYRAND – 61
- TAQUES, Pedro – 87
- TEIXEIRA DE ARAGÃO – 94
- TEIXEIRA DE MELO – 116
- TEIXEIRA, Bento – 114
- TEIXEIRA, Marcos – 161, 162, 172, 199
- TELES, Leonor – 109
- TEODORA, Antônia Maria – 43
- THEVET, André – 151, 153
- TIOLA – 83

TOLEDO, Simão de – 92
TOMÁS ANTÔNIO – 67
TOMÉ (são) – 128
TOURINHO, Pero do Campo – 119,
156, 205
TRAVASSOS, Diogo – 189
TURBEVILLE – 164

U

ULHOA, Antônio Lopes – 171
URQUIZA, Justo – 24
URUGUAI (visconde de) – 112

V

VALDEZ, Diogo Flores – 151, 211, 212
VALE, João Velho do – 32
VARNHAGEN, Francisco Adolfo de –
94, 114, 115, 161, 163, 210, 215, 227,
228, 229, 233
VASCONCELOS – 27
VASCONCELOS, Luís de – 127
VASCONCELOS, Simão de – 88, 89, 91,
213, 223, 225, 226
VAUDECLAYE, Jacques de – 150
VELHO, Domingos Jorge – 180, 181,
182

VELOSO, Conceição – 165
VESPÚCIO – 28, 194
VIANA DE ALVITO – 210
VIANA, Ana Luísa Carneiro (duquesa) –
28
VICENTE DO SALVADOR (frei) –
113, 114, 116, 117, 121, 123, 124, 128,
129, 156, 162, 170, 176, 205, 206, 231
VIDIGUEIRA, Gas par Dias da – 172
VIEGAS, João Peixoto – 93
VIEIRA, Antônio – 97, 163, 183, 210,
214, 219
VIMIEIRO (conde de) – 122

W

WALEWSKA (condessa) – 105
WAPPAUS – 35
WHITHRINGTON – 204

Y

YOUNG, Guilherme – 96

Z

ZALUAR, Emílio – 132
ZOROBABÉ – 114

Ensaio e Estudos, de Capistrano de Abreu,
foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em
papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria
Especial de Editoração e Publicações), do Senado
Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir
em julho de 2003, de acordo com o
programa editorial e projeto gráfico
do Conselho Editorial do Senado Federal